

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BRUNO CAVALCANTE PEREIRA

**MEMÓRIAS, TRAUMAS E SEGREDOS DIANTE DA PERSISTÊNCIA DA
SUPRESSÃO:** Etnografia entre familiares do desaparecido político Jayme Miranda durante a
Ditadura Militar em Alagoas

Maceió
2024

BRUNO CAVALCANTE PEREIRA

**MEMÓRIAS, TRAUMAS E SEGREDOS DIANTE DA PERSISTÊNCIA DA
SUPRESSÃO:** Etnografia entre familiares do desaparecido político Jayme Miranda durante a
Ditadura Militar em Alagoas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim.

Maceió
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

P436m Pereira, Bruno Cavalcante.

Memórias, traumas e segredos diante da persistência da supressão: Etnografia entre familiares do desaparecido político Jayme Miranda durante a ditadura militar em Alagoas / Bruno Cavalcante Pereira. – 2025.
263 f. : il.:il.

Orientador: Siloé Soares de Amorim.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 256- 263.

1. Memórias. 2. Desaparecido político - Alagoas. 3. Partido Comunista Brasileiro. 4. Ditadura militar - Alagoas. 5. Etnografia. I. Título.

CDU: 3:321.6 (813.5)

BRUNO CAVALCANTE PEREIRA

**MEMÓRIAS, TRAUMAS E SEGREDOS DIANTE DA PERSISTÊNCIA DA
SUPRESSÃO:** Etnografia entre familiares do desaparecido político Jayme Miranda durante a
Ditadura Militar em Alagoas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Data da aprovação: 19/09/2024

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente
SILOE SOARES DE AMORIM
Data: 19/09/2024 21:01:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim (UFAL) Orientador



Documento assinado digitalmente
JORDANIA DE ARAUJO SOUZA GAUDENCIO
Data: 14/10/2024 10:24:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jordânia de Araújo Souza (UFAL)
Examinadora Interna



Documento assinado digitalmente
RACHEL ROCHA DE ALMEIDA BARROS
Data: 11/10/2024 05:51:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Rachel Rocha de Almeida Barros (UFAL)
Examinadora Externa

A Benjamin, meu filho.
A Manu, minha companheira.
À memória dos seis mortos e três desaparecidos políticos alagoanos.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação marca o início de um novo ciclo de pesquisa de formação acadêmica. A Antropologia abre outras possibilidades complementares e interdisciplinares na minha vida pessoal e, sobretudo profissional.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Siloé Soares de Amorim, agradeço pelas indicações, incentivo, confiança em mim e em meu trabalho.

Aos membros da banca examinadora de qualificação, os professores doutores Rachel Rocha de Almeida Barros (UFAL) e Alex Giuliano Vailati (UFPE), agradeço pela leitura crítica, esta contribuiu decisivamente nos rumos que tomou essa pesquisa ao final.

Aos membros da banca examinadora de defesa, as professoras doutoras doutores Rachel Rocha de Almeida Barros (UFAL) e Jordânia de Araújo Souza (UFAL), agradeço pela disponibilidade em participar de minha defesa de mestrado. Agradeço também pela contribuição de cada uma de vocês a esta dissertação.

À professora Fernanda Rechenberg, agradeço pelos ensinamentos, quando fui orientando nos trabalhos que deram origem a artigos científicos e ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Não posso deixar de agradecer também em especial a Ana Graziela de Souza Araújo, secretária do PPGAS, sempre solícita em repassar as informações necessárias para proceder com as regras e as burocracias da Universidade.

À minha amiga, Mayara Wasty, agradeço pelas críticas e sugestões sinceras, de sempre. Inclusive aquela, quando viajavamos a Recife para minha seleção de mestrado em Comunicação na UFPE, você leu o pré-projeto e disse: “É um projeto para Antropologia”. Hoje, sabemos que você estava com a razão.

À minha sogra, Thel Gonçalves, agradeço pelo apoio logístico para minha escrita. Avancei muito na quantidade de páginas quando, amorosamente, você ficava com Benjamin.

Aos Miranda, interlocutores desta pesquisa, Dona Elza, Olga, Yuri Patrice, Jayme, André, Tonico, Weldja, Alex, Marcus, Ana Paula, Leo e Thyago, agradeço por terem aceitado gentilmente em participar das entrevistas. Acredito que não deve ter sido fácil dividir traumas de um passado que nunca passou.

À Manu, meu amor, agradeço por dividir sonhos e por me ajudar a torná-los realidade.

[...] Às vezes, as histórias gritam com tanta força para serem contadas que as escrevemos apenas para calar sua boca. [...].

Tudo é eventual, Stephen King

RESUMO

Os familiares do militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e desaparecido político, Jayme Miranda, no contexto da ditadura militar no país (1964-1985) são tratados nesta dissertação como centro de irradiação do campo de pesquisa. O objetivo é compreender como eles elaboram suas próprias memórias a partir do desaparecimento, tal qual entender como traumas, silenciamentos e segredos influenciam na memória doméstica/familiar. Partindo de uma perspectiva da Micro-história e da História do Tempo Presente, pretende-se demonstrar os pesquisados como interlocutores-testemunhas do passado recente, doravante a particularização de suas experiências em consonância com as dinâmicas do grupo familiar em estudo. Para tal, empreendeu-se uma etnografia narrativa, combinada ao método de entrevista em profundidade (do tipo, aberta) à técnica de bola de neve e à observação participante. A textualização passou pelos processos de subtração, retextualização, e, de omissão de nomes quando necessário. Foram entrevistados 12 (doze) interlocutores de gerações diferentes da família Miranda. A pesquisa contou também com material de suporte, a saber: documentários, revistas, livros, filmes, fotografias, relatório final da Comissão Nacional da Verdade, relatórios parcial e final da Comissão Estadual da Verdade. Organizada em subseções narrativas, coube à etnografia narrativa representar as memórias dos interlocutores, moldando suas subjetividades quando eles narraram a si no campo. Explorei, assim, como as noções de família, militância e subjetividades transpassam as disputas pelas memórias local e nacional, e, sobretudo, familiar a respeito do desaparecimento.

Palavras-chave: Memórias; Desaparecimento Político; Família; Partido Comunista Brasileiro; Alagoas.

ABSTRACT

The family members of Jayme Miranda, a Brazilian Communist Party (PCB) activist who disappeared during the country's military dictatorship (1964-1985), are the focus of this dissertation. The aim is to understand how they elaborate their own memories of disappearance, as well as how trauma, silencing and secrets influence domestic/family memory. From the perspective of microhistory and the History of the Present, the aim is to show the people surveyed as interlocutors-witnesses of the recent past, henceforth particularizing their experiences in line with the dynamics of the family group under study. To this end, a narrative ethnography was undertaken, combining the in-depth interview method (open-ended) with the snowball technique and participant observation. The textualization went through the processes of subtraction, retextualization and omission of names when necessary. Twelve interlocutors from different generations of the Miranda family were interviewed. The research also relied on supporting material, namely: documentaries, magazines, books, films, photographs, the final report of the National Truth Commission, and the partial and final reports of the State Truth Commission. Organized into narrative subsections, it was up to narrative ethnography to represent the memories of the interlocutors, shaping their subjectivities when they narrated themselves in the field. I thus explored how the notions of family, militancy and subjectivity permeate the disputes over local and national, and above all, family memories of the disappearance.

Keywords: Memories; Political Disappearance; Family; Brazilian Communist Party; Alagoas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01** Hotel Atlântico entre as décadas de 1960 e 1970
- Figura 02** Parte da demolição do Hotel Atlântico em 23 de abril de 2024
- Figura 03** Os dez filhos de Hermé e seu Manoel Miranda
- Figura 04** Jornal “A Voz do Povo”, de 18 de fevereiro de 1951
- Figura 05** Recorte do jornal “Imprensa Popular”, de 03 de maio de 1954, sobre prisão de Jayme Miranda na Penitenciária de Maceió
- Figura 06** Artigo escrito por Jayme Miranda para A Voz do Povo, em 11 de dezembro de 1955, criticando a violência contra o jornal e pedindo a renúncia do governador Arnon de Melo
- Figura 07** Entrevista de Jayme Miranda ao jornal “A voz do Povo”, na edição de 21 de setembro de 1958
- Figura 08** Comitiva brasileira em reunião com Mao Tsé-tung, na RPC
- Figura 09** Recorte da Informação nº 485/75, de 13 de março de 1975
- Figura 10** Pedidos de Busca para Jayme Miranda registrados em 1976
- Figura 11** Menção ao desaparecimento de Jayme Miranda no “Jornal do Brasil” (1975)
- Figura 12** Carta de Manoel Simplicio ao senador Franco Montoro (1975)
- Figura 13** Cartas de Elza Rocha de Miranda
- Figura 14** À esquerda, capa da Revista Veja que trouxe na capa Marival Chaves. À direita, trecho da entrevista o qual é citado os nomes dos irmãos e militantes Jayme e Nilson Miranda
- Figura 15** Árvore genealógica da Família Miranda
- Figura 16** Casamento de Jayme com Elza
- Figura 17** Olga Miranda, camisa branca com uma estampa da foto do pai, é a terceira da esquerda para direita, durante debate na Ufal acerca dos 50 da ditadura militar
- Figura 18** Pintura de campanha no muro frontal do Hotel Atlântico
- Figura 19** Recorte de jornal alagoano, tendo Yuri e irmã como entrevistados em alusão aos 20 anos do desaparecimento de Jayme Miranda
- Figura 20** Jayme *filho*, no balanço, Jayme Miranda e Olga em uma praça na cidade do Rio de Janeiro
- Figura 21** André, o segundo agachado, da direita para esquerda, o mais novo, está entre amigos e familiares durante jogo do time de futebol do PCB, em 1985
- Figura 22** Poema do livro Lira dos Rumos Incertos da autoria de André Miranda
- Figura 23** Casamento de Wellington Miranda, em 5 de julho de 1975
- Figura 24** Nilson Miranda, Nelinha e Alex nas escadarias do Hotel Atlântico recém-chegados de Recife, em 1955

- Figura 25** Marcus Miranda no Sindicato dos Metalúrgicos em 1983
- Figura 26** Na montagem, Ana Paula e Nilson Miranda
- Figura 27** Leonilson Miranda abaixo da letra B
- Figura 28** Divulgação do quarteto musical, formado por Weldja (camisa nas cores branco e detalhes pretos) e as irmãs, para projeto “As mulheres da margem esquerda do Salgadinho”
- Figura 29** Thyago Miranda, em 06 de abril de 2024, durante ato de restituição simbólica dos mandatos de deputados estaduais alagoanos cassados durante a Ditadura Militar
- Figura 30** Carta de Dona Elza Jayme Miranda, em 25 de março de 1974
- Figura 31** *Frame* do documentário “Jayme Miranda – vida e luta” (2012)
- Figura 32** *Frame* do filme “O ano em que meus pais saíram de férias” (2006)
- Figura 33** *Frame* do documentário “Memórias de Sangue: Jayme Miranda, um lutador social” (2014)
- Figura 34** Seção do Relatório Anual 2023 do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2024)
- Figura 35** Caderno de anotações de Jayme Miranda na cadeia, f.1
- Figura 36** Caderno de anotações de Jayme Miranda na cadeia, fls. 2 e 3
- Figura 37** Caderno de anotações de Jayme Miranda na cadeia, fls. 4 e 5
- Figura 38** Páginas 263 e 264 do livro “Oh, pedaço de mim...”, de Olga Miranda

LISTA DE TABELAS

Quadro I	Entrevistados por grau de parentesco em relação ao Jayme Miranda
Quadro II	Entrevistados por grau de parentesco em relação ao Jayme Miranda
Quadro III	Materiais de suporte usados no campo como auxílio nas entrevistas

LISTA DE SIGLAS

ALE/AL	Assembleia Legislativa de Alagoas
ALN	Ação Libertadora Nacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CEMV-AL	Comissão Estadual da Memória e da Verdade de Alagoas Jayme Miranda
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CUT/AL	Central Única dos Trabalhadores
CEI	Centro de Informações do Exército
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DNS	Doutrina de Segurança Nacional
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FMB	Federação de Mulheres do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSC	Instituto Feminino de Serviço Construtivo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Liberal
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido do Trabalhadores
Sefaz/AL	Secretaria da Fazenda de Alagoas
Sefaz/SE	Secretaria da Fazenda de Sergipe
Sindifisco/AL	Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Alagoas
SNI	Serviço Nacional de Informações
UDN	União Democrática Nacional
VAR- Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. ECOS DA DITADURA MILITAR SOB UMA VISÃO ANTROPOLÓGICA: PREPARANDO TERRENO PARA UMA DISCUSSÃO DA FAMÍLIA	23
2.1 DAS GENERALIDADES DO FENÔMENO NO CONE SUL À MICRO-HISTÓRIA ALAGOANA	24
2.2 “FAMÍLIA DE COMUNISTAS” E OS ENVOLVIMENTOS POLÍTICOS DE JAYME MIRANDA NOS EPISÓDIOS ACERCA DA DITADURA MILITAR.....	35
2.3 TRAMA POLÍTICA DO DESAPARECIMENTO	50
2.4 FAMILISMO E MILITÂNCIA	62
2.5 PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA NA CONSTRUÇÃO DO CAMPO MARCADO PELO DESAPOARECIMENTO POLÍTICO.....	65
3. QUEM SÃO ESSES FAMILIARES?	71
3.1 ENTREVISTAS	73
3.1.1 <i>Materiais de suporte</i>	78
3.1.2 <i>Conflitos, dilemas, segredos e devolutivas</i>	81
3.2 OS INTERLOCUTORES.....	87
3.2.1 <i>Elza</i>	91
3.2.2 <i>Olga</i>	95
3.2.3 <i>Yuri Patrice</i>	99
3.2.4 <i>Jayme</i>	102
3.2.5 <i>André</i>	104
3.2.6 <i>Wellington</i>	111
3.2.7 <i>Alex</i>	114
3.2.8 <i>Marcus</i>	117
3.2.9 <i>Ana Paula</i>	121
3.2.10 <i>Leonilson</i>	125
3.2.11 <i>Weldja</i>	126
3.2.12 <i>Thyago</i>	129
4. DO INVENTÁRIO DE MEMÓRIAS, ARTEFATOS DE NARRAR	133
4.1 MOVIMENTO DAS NARRATIVAS.....	136
4.2 ESCRITOS ETNOGRÁFICOS OU MODOS DE LEITURA	139
4.2.1 <i>“Acho que eles não eram um casal normal, porque viviam em constante tensão”</i>	141
4.2.2 <i>“Não vou dizer que antes disso eu sentia as ações do regime, o que eu sentia era saudade do meu pai”</i>	160
4.2.3 <i>“Você já perguntou aos meus irmãos a marca de cigarro que meu pai fumava?”</i>	188
4.2.4 <i>“Livro de referência para outras possíveis obras que surjam”</i>	202
4.2.5 <i>“Ele está preso a esse passado que não consegue desapegar”</i>	219
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	236
REFERÊNCIAS.....	241

1. INTRODUÇÃO

Com quantas versões se elaboram as memórias de familiares de um desaparecido político alagoano? Essa pergunta foi escrita por diversas vezes em meu diário de campo, talvez, como bússola, talvez como provocação. O contato com os interlocutores, a cada entrevista, ia construindo paulatinamente o histórico de militância política da família Miranda, e, sobretudo, de um familiar que se notabilizou entre os dirigentes do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e que também intitulou a Comissão Estadual da Memória e Verdade, por meio da Lei n.º 7.498, de 14 de junho de 2013: Jayme Amorim de Miranda.

Ao leitor, tomo o mesmo cuidado tido nos primeiros contatos com os familiares entrevistados – e, às vezes, reiterado durante as conversas –, ao apresentar esta pesquisa: não tratei de elaborar uma narrativa biográfica de Jayme Miranda. Os fatos históricos estão ligados à trajetória do comunista em tela, todavia não se sobrepõem à experiência de cada familiar na forma como entendem e sentem os efeitos da ditadura militar e do desaparecimento político de um membro da família.

Jayme Miranda entra na cena política alagoana na década de 1940, mas seus tios Tabita, Ezequiel e Elias – todos irmãos do pai de Jayme, Manoel Simplício de Miranda, foram os percussores em 1930. A história da família se confunde com a história do PCB em Alagoas, legenda fundada em 1928. Tiveram participações no enfrentamento dos interventores varguistas no governo do estado e da oligárquica dos Góes Monteiro. Ezequiel Miranda foi preso durante a Intentona Comunista (1935), sendo exilado na ilha-presídio de Fernando de Noronha, onde permaneceu por um longo período com outros presos políticos, dentre eles, Carlos Marighella¹ e Gregório Bezerra². Nos anos de 1930, ainda, atuaram em conflitos e greves nas fábricas têxteis em resistência à redução salarial e ao aumento da jornada de trabalho para 14 horas.

Jayme Miranda, ao lado de outra figura expressiva do PCB e seu irmão, Nilson, representaram o PCB na propagação das ideias da legenda por meio do jornal “A Voz do Povo”.

¹ Carlos Marighella nasceu em 05 de dezembro de 1911 em Salvador (BA) e fundou Ação Libertadora Nacional (ALN), sendo também dirigente nacional. Fez parte da Comissão Executiva do Comitê Central do PCB, em 1952. Já em fevereiro de 1968 se desligou da legenda por divergências internas quanto à entrada do partido na luta armada. Uma das ações mais emblemáticas da ALN, sob seu comando, foi o sequestro do embaixador dos EUA em 4 de setembro de 1969. Exatamente dois meses depois, Marighella morreria em uma emboscada facilitada por informações obtidas, sob tortura, de um militante da mesma organização.

² Gregório Lourenço Bezerra nasceu em 13 de fevereiro de 1990, em Panelas, município pequeno próximo à cidade de Caruaru, Agreste de Pernambuco. Filiou-se ao PCB em 1930, no Recife. Integrou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. Esteve à frente do Levante Comunista na capital pernambucana, movimento ocorrido também em Natal (RN) e no Rio de Janeiro, contra a ditadura Vargas.

Jayme escreveu e dirigiu o impresso entre 1951 e 1964, quando em 1º de abril foi empastelado, nas decorrências imediatas do golpe. Jayme Miranda foi preso e, ao ser liberto, mudou-se clandestinamente para o Rio de Janeiro; e, devido à natureza das tarefas desenvolvidas, foi forçado a mudar de endereço constantemente, por segurança pessoal e partidária. Chegou a morar em diversos bairros da cidade do subúrbio carioca. Em 4 de fevereiro de 1975, Jayme Miranda saiu de casa no bairro do Catumbi, com a intenção de pegar documentação para fugir à URSS, em uma localização combinada com um despachante, e nunca mais voltou.

O desaparecimento político pode ser entendido como uma espécie de desaparecimento forçado, violação comumente aplicada pelos regimes ditatoriais na América Latina como foram os casos argentino, chileno e uruguaio. Segundo Araújo (2016), o desaparecimento forçado constitui-se como política de Estado cuja lógica corresponde a não ter vítimas é ser igual a não ter perseguidos e, conseqüentemente, não haver crimes. Com essa técnica, o regime militar criava uma categoria de indivíduos: os presos-desaparecidos³. Sanjurjo e Feltran (2015), à vista disso, afirmam que: “Excluídos dos sistemas de inscrição da morte (cadáveres sem nome e sem história), os desaparecidos eram deixados de fora do relato da nação, da comunidade política, apostando na impossibilidade da memória pela ausência do corpo” (Sanjurjo; Feltran, 2015, p. 41).

A família Miranda era de origem classe média baixa e a renda vinha praticamente do comércio de Manoel Simplicio de Miranda, dono de bar e lanchonete no centro de Maceió. Somente nos anos de 1950⁴, compraria o prédio o qual se tornaria o empreendimento de ligação tanto da família quanto da política, o Hotel Atlântico (FIGURA 01). Com endereço na Avenida da Paz, na Praia da Avenida, foi o primeiro hotel litorâneo da capital alagoana; conhecido como Quartel Geral (QG) dos Comunistas, o Hotel é cercado de muitas histórias. Dentre elas, uma que foi alimentada pelos militares durante a ditadura, era que os Miranda guardavam armamento pesado e materiais de divulgação no subsolo. Essa história era usada como justificativa para diversas invasões das forças repressivas do Estado como as do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

³ Os autores estudam familiares de desaparecidos políticos na Argentina e no Brasil.

⁴ O Atlântico foi fundado no ano de 1951, mas já desde 1920, era negócio da família pernambucana Lavínio Medeiros que também administrava o porto do Jaraguá.

Figura 01 – Hotel Atlântico entre as décadas de 1960 e 1970



Fonte: Site Tribuna Hoje (2024)⁵

O Hotel Atlântico, sob administração do casal Manoel Simplicio e Hermé Amorim de Miranda, estava inserido nos investimentos em infraestrutura de Maceió e na “modernização” dos empreendimentos de hospedagem entre as décadas de 1950 e 1970. Segundo Carvalho (2022), o termo “modernização” é empregado como equivalente a melhorias nas instalações, nos serviços e nas formas de fazer hotelaria. O Hotel Atlântico⁶ acolhia uma família a qual residia como hóspedes permanentes, e, também atraía um público variado, que chegava ao local por meio das conexões familiares e, possivelmente, mediante vínculos com a maçonaria, além da atratividade de sua infraestrutura e quartos luxuosos. Todavia, o Atlântico ficou associado à ditadura militar, que chegou a realizar buscas no local e exigia a retirada de hóspedes do edifício, e ao desaparecimento de Jayme Miranda. Esses incidentes deixaram marcas na família e no Hotel.

O empreendimento ficou em atividade até a década de 1980 quando a administração passou para os filhos. Conforme reportagem do site GazetaWeb, em 2023, o Hotel Atlântico apresentava um estado crítico devido à falta de reformas estruturais ao longo dos anos. O fato levou Willy Miranda⁷ a cogitar a demolição. Sem os R\$ 100 mil para realizar a obra, Willy

⁵ CALHEIROS, Valdete. Atlântico: demolição prossegue hoje em Maceió, **Tribuna Hoje**, 23 abr. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hWHXC>. Acesso em 20 ago. 2024.

⁶ Carvalho (2022) levantou que na primeira fase de modernização dos hotéis em Maceió (1950 a 1969), além do Hotel Atlântico, outros dois empreendimentos se destacaram: o Parque Hotel e o Hotel Beiriz.

⁷ Filho do sobrinho de Jayme Miranda e atual proprietário do imóvel por usucapião.

buscou ajuda da Defesa Civil de Maceió, registrando ocorrência. O processo foi iniciado em outubro de 2023, mas permanece parado⁸.

Durante as entrevistas, alguns interlocutores disseram que a família entrou com processo na justiça para rever a decisão. No domingo, 21 de abril de 2024, parte do edifício desabou (FIGURA 02), ficando os escombros espalhados até a segunda faixa da pista. A área ficou isolada até o dia 24 de abril quando a demolição da estrutura se concretizou por completa. Nessa etnografia, o Hotel Atlântico, passa transversalmente nas falas dos interlocutores, não chegou a se constituir enquanto “subseção narrativa” específica como as demais as quais apresentarei a seguir. Ademais, a pesquisa de campo já tinha se encerrado quando se deu o desmoronamento.

Figura 02 – Parte da demolição do Hotel Atlântico em 23 de abril de 2024



Fonte: Site Tribuna Hoje (2024)⁹

Hotel Atlântico, PCB, família e ditadura militar são assuntos que estão no em torno das memórias acerca do desaparecimento de Jayme Miranda. A figura política de Jayme se restringe aos redutos de esquerda praticamente; e muitos que transitavam pela praia da Avenida olha para o Hotel Atlântico como mais um prédio abandonado na cidade. A história oficial silencia as articulações políticas e familiares de uma fração dos Miranda que foram comunistas¹⁰. Pollak (1989, p. 4) afirma que “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte

⁸ Lima, Igor. Cercado por histórias, tomba o Hotel Atlântico, **GazetaWeb**, 23 abr. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iqDs3>. Acesso em 20 ago. 2024.

⁹ CALHEIROS, Valdete. Atlântico: demolição prossegue hoje em Maceió, **Tribuna Hoje**, 23 abr. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hWHXC>. Acesso em 20 ago. 2024.

¹⁰ Não se pode generalizar que todos da família Miranda foram ou são comunistas.

integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”.

A memória oficial da ditadura dá conta do (1) um processo de transição (da ditadura à democracia) pacífico e sem rupturas; (2) do perdão a todos (presos políticos ou agentes do Estado) via Lei da Anistia de 1979; (3) da relativização dos números de mortes, com a justificativa de ser o Brasil o país que menos matou no Cone Sul. Privilegiar os relatos orais de pessoas que viveram e/ou sentiram as imoderações da ditadura militar é abrir espaço a outras elaborações das memórias as quais compõem esse período histórico. Trazer à superfície histórias marginalizadas pode abrir uma chave de interpretação para se compreender como funcionava a repressão nas dinâmicas domésticas, por exemplo. A respeito, contribui Sanjurjo (2016, p. 30): “Reconhece-se assim a memória como um objeto de disputa e como parte constitutiva dos embates travados por diferentes grupos sociais para a afirmação de sentidos ao passado e à identidade coletiva”.

Halbwachs (2003) argumenta que a memória coletiva possui memórias individuais, porém a memória coletiva não se confunde com a somatória de memórias individuais de um grupo social. Elas têm dinâmicas distintas, embora haja entre elas influências e trocas constantes. A memória coletiva é um ‘painel de semelhanças’, identificando o conteúdo e os diversos traços comuns do grupo. A memória individual, no que lhe concerne, não é isolada e fechada. A fim de elaborar suas próprias memórias, geralmente a pessoa depende das recordações de outras pessoas e se desloca para marcos que estão além de si mesma, definidos pela sociedade. Além disso, a memória individual não opera sem os recursos que são as palavras e as ideias, as quais o indivíduo não criou, mas absorveu do seu entorno. Conseguimos somente recordar aquilo que vivenciamos, realizamos, sentimos ou refletimos em um determinado momento no tempo; portanto, nossa memória é distinta da dos outros.

A memória coletiva e a individual se influenciam quando se colocam em contato ou em relação com outros grupos. São nas trocas entre sujeitos e entre sujeitos e o mundo que a memória coletiva precisa assimilar e conservar ao mesmo tempo, as características que continuem identificando determinado grupo. Grupos diferentes podem elaborar memórias distintas a respeito da experiência da ditadura militar. Ao se colocarem em relação, geram tensões a respeito dos efeitos da atuação do Estado sobre a vida das pessoas. É, ainda, um tensionamento entre memória coletiva e individual. Esse debate traz consigo outra questão: a construção da memória coletiva e individual da ditadura é calcada nas contestações desse passado no presente. De acordo com Jelin (2011, p. 557, tradução nossa), “Localizar a memória temporalmente significa referir-se ao ‘espaço da experiência’ no presente. A memória do

passado está incorporada, mas de forma dinâmica, pois, o significado dado às experiências em um determinado momento pode ser modificado em períodos posteriores”.

Pollak (1989) faz uma provocação aos pesquisadores ao abrir o debate sobre a memória, em disputa. Nossos objetos de pesquisa devem ser escolhidos (preferencialmente) com base na existência do conflito e da competição entre memórias concorrentes. É nesse cenário que minha pesquisa está inserida. Considero as tensões dentro do grupo familiar e do grupo familiar em relação à história oficial sobre a ditadura militar em Alagoas. Para isso, a etnografia tem como campo de pesquisa ‘os familiares de Jayme Miranda’, com o escopo de trabalhar a seguinte questão: Como os familiares elaboram suas memórias e narrativas em torno do desaparecimento político de Jayme Miranda durante a ditadura militar e, partir disso, de que forma as lembranças mobilizam subjetividades e demandas por reconhecimento e reparação? De modo a chegar a possíveis respostas considere três pontos: (1) Como os interlocutores participaram (ou não) dos eventos da repressão nos anos de 1960 a 1985; (2) As ressonâncias desses episódios em suas trajetórias pessoal e profissional; e, (3) a construção de suas subjetividades.

O campo ‘os familiares de Jayme Miranda’, é composto por 12 (doze) interlocutores de gerações diferentes da família Miranda. Dividi a pesquisa em três etapas metodológicas de modo a construir um ‘todo’ etnográfico: a primeira foi constituída de entrevistas (presenciais e virtuais) com os familiares de Jayme Miranda; a segunda, utilizando material de suporte às entrevistas (documentários, revistas, livros, filmes, fotografias, relatório final da Comissão Nacional da Verdade, relatórios parcial e final da Comissão Estadual da Verdade); e por último, coube uma reflexão ética de como dar forma (textualizada) a esse conjunto de materiais, permeado por conflitos, dilemas e segredos no campo.

Essa pesquisa etnográfica combina entrevista em profundidade, do tipo aberta (Duarte, 2015) com a técnica de bola de neve (Vinuto, 2014) e observação participante (Ingold, 2017). A observação se deu entre agosto de 2010¹¹ até abril de 2024. O material colhido em campo, quando gravado, passou por um processo de transcrição de áudios, e, quando não, foi registrado em diário de campo. A textualização na etnografia, passou por três processos: subtração¹², retextualização (Marcuschi, 2010) e omissão de nomes quando necessário.

Esses procedimentos metodológicos foram tomados para compor e para me aproximar daquilo que Abu-Lughod (2020) nomeia ‘etnografia narrativa’, cuja escrita questiona a

¹¹ Em 2010, eu era aluno especial desse mesmo programa de pós-graduação. Não foi um período ininterrupto. Tiveram longas pausas entre a finalização da disciplina, seleção de mestrado, início das aulas e o retorno ao campo em 2022.

¹² Xingamentos, palavrões, acusações, por exemplo. Ainda, informações que julguei comprometer a segurança do interlocutor também foram subtraídas.

capacidade das generalizações antropológicas ao representar a vida do Outro. A autora propõe três parâmetros para essa escrita: a posicionalidade (o *ethos* do pesquisador está ligado à própria pesquisa), a audiência (vários públicos, incluindo o público de interlocutores, tendo estes o direito ao acesso ao material produzido) e poder (tensão permanente nas relações que se instituem no campo entre interlocutores e pesquisador).

Feito isso, foi possível organizar a etnografia em 05 (cinco) “subseções narrativas”, a saber: (1) “Eu acho que eles não eram um casal normal, porque viviam em constante tensão”, fala de seus familiares, a vida nesses laços, entre eles, durante a Ditadura; (2) “Não vou dizer que antes disso eu sentia as ações do regime, o que eu sentia era saudade do meu pai”, desaparecimento e pós-desaparecimento; (3) “Você já perguntou aos meus irmãos a marca de cigarro que meu pai fumava?”, quem é Jayme Miranda para os participantes nessa pesquisa?; (4) “Livro de referência para outras possíveis obras que surjam”, trata do impacto do livro de Olga Miranda sobre as memórias dos entrevistados; (5) “Ele está preso a esse passado que não consegue desapegar”, a relação dos irmãos Jayme e Nilson Miranda.

A etnografia narrativa de Abu-Lughod (2020) guarda relação intrínseca com a Literatura, unindo a prática etnográfica aos recursos da prosa ficcional sem comprometer o rigor científico. A Literatura fornece uma experiência particular de leitura à escrita etnográfica. O planejamento estrutural do texto foi acompanhado da preocupação ética com os interlocutores, desde a forma de abordar assuntos de foro íntimo, passando pela minha conduta como pesquisador ao deter informações estranhas ao meu próprio universo, até a presença do segredo na fala dos interlocutores.

A autorização para a revelação de segredos não é a chancela para sua publicação. Como falei anteriormente, tive entrevistadas gravadas em áudio e outras somente registradas em diário de campo. Antes de iniciar as entrevistas gravadas, tomei por procedimento solicitar a autorização. Essa permissão em si não é equivalente à autorização de trabalhar, no texto, tudo que foi gravado em áudio. Como minha pesquisa teve entrevistas realizadas em 2020 para o trabalho final da disciplina de Escrita Etnográfica, não houve tempo hábil para submissão ao Comitê de Ética¹³ da Universidade. Por último, a devolutiva se configurou a partir da entrega do material gravado e do trabalho final com a indicação de retorno dos interlocutores para discutir os limites da aplicação das falas.

Essa dissertação está dividida da seguinte forma: no capítulo 01, apresentarei um panorama das ditaduras militares no Cone Sul até contextualizar o caso brasileiro e suas

¹³ Já cursando o mestrado, consultei informalmente o Comitê. A orientação foi que pesquisas em andamento não podem ser submetidas à avaliação.

implicações contemporâneas, sobretudo com enfoque em Alagoas. Ainda, identificarei Jayme Miranda e família nos episódios políticos do estado. A configuração do desaparecimento também será trazida. Em seguida, alinharei a ideia de família à militância para o leitor entender que não abordo a partir da literatura clássica de família e parentesco. Encerro esse capítulo abordando minha inserção no campo de pesquisa.

No capítulo 02, trarei o detalhamento da metodologia, contemplando uma discussão ética da pesquisa ao abordar conflitos, dilemas, segredos e devolutivas. Nesse capítulo, apresentarei ainda os 12 (doze) entrevistados à luz da teoria antropológica. Já no capítulo 03, irei debater sobre a experiência de textualizar o campo, mostrando quais foram as minhas escolhas teórico-metodológicas para construir a etnografia narrativa.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais aferidas a partir da articulação entre a leitura do levantamento teórico, as imagens, as entrevistas e o texto narrativo, de modo a mostrar como a etnografia narrativa pode dar forma às memórias de familiares de um desaparecido político alagoano.

2. ECOS DA DITADURA MILITAR SOB UMA VISÃO ANTROPOLÓGICA: PREPARANDO TERRENO PARA UMA DISCUSSÃO DA FAMÍLIA

“Se o presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu no período militar, eu conto para ele”
(Jair Messias Bolsonaro¹⁴)

Para o foco desse trabalho, o termo ‘ditadura militar’ é empregado nos dois primeiros capítulos dentro de uma literatura a qual atenda à construção do ensaio acadêmico e, por seu turno, da etnografia narrativa. Advertimos que, não investiremos em um debate teórico a respeito da terminologia mais correta, se ditadura militar ou ditadura civil-militar¹⁵. Até porque, o intento antropológico do presente trabalho, é compreender como os interlocutores entendem o evento histórico enquanto constroem suas memórias a partir da “narrativa de si mesmo”. Para efeitos do uso de ‘ditadura militar’, concordamos com os estudos de Fico (2017) ao tratar do assunto com base em pesquisa arquivística para as elaborações teórico-metodológicas, afora o entrelaçamento entre política e pesquisa acadêmica recorrente na História do Tempo Presente. O historiador se coloca em posição crítica ao nominalismo que acrescenta ‘civil’, chegando a argumentar que se assim fosse possível designar, dever-se-ia adicionar outros termos que corroboraram com a efetivação da ditadura como ditadura civil-militar-empresarial-midiática-católica entre outros.

O golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar. Alguns passos subsequentes foram marcando o caráter militar do novo regime, principalmente a decisão do Comando Supremo da Revolução de abortar, com o primeiro ato institucional, a discussão que havia no Congresso Nacional sobre conceder ou não aos vitoriosos poderes de cassação de parlamentares e, depois, a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 (decisão tomada em julho de 1964). O regime subsequente foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (“foi militar, mas também civil” ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso – além de ter, como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares (Fico, 2017, p. 53)

¹⁴ MAZUI, Guilherme Bolsonaro: 'Se o presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu no período militar, eu conto para ele', **G1**, Brasília, 29 jul. 2019. Disponível em <https://encurtador.com.br/qtWYN>. Acesso em 29 abr. 2023.

¹⁵ Para uma ótica a respeito da participação dos setores civis, justificando a defesa da terminologia ‘civil-militar’, ver: Bauer (2007), Campos (2018), Lopes (2016) e Reis Filho (2010).

O esforço do levantamento bibliográfico realizado é, igualmente, para servir de aporte à leitura da etnografia. Coube, assim, a escrita de um capítulo para cumprir essa etapa. Acreditamos ter sido uma opção para melhor leitura da etnografia, presente no último capítulo, para evitar o uso excessivo de notas contextuais. Outra justificativa, é que a ditadura militar não pode ser trabalhada como assunto de conhecimento geral. Seus reflexos podem ser vistos na política brasileira contemporânea como demonstraremos. Especialmente, tomaremos a voz em primeira pessoa do singular, na última subseção deste capítulo, com o escopo de apresentar uma trajetória marcada pelo desconhecimento da temática na própria formação.

As seções a seguir, então, foram divididas em: a) panorama do fenômeno da ditadura militar, do Cone Sul ao estado de Alagoas; b) apresentação da relação entre Jayme e a família Miranda e as ocorrências políticas do estado (ligadas ao espectro do comunismo); c) o desaparecimento de Jayme Miranda e as documentações oficiais e de familiares à época; d) inserção do pesquisador no campo.

2.1 DAS GENERALIDADES DO FENÔMENO NO CONE SUL À MICRO-HISTÓRIA ALAGOANA

O espectro das ditaduras militares assombrou a América Latina entre as décadas de 1950 e 1990. Paraguai (1954-1989), Brasil (1964-1985), Uruguai (1973-1985), Chile (1973-1990) e Argentina¹⁶ (1976-1983), países pertencentes ao Cone Sul, tiveram em comum não somente os golpes de Estado, mas também a alteração da *persona* política nos momentos de acentuadas crises políticas: os caudilhos (lideranças ideológicas e/ou militares que mantiveram uma imagem carismática, personalista e autoritária nos processos de independência na América Espanhola no século XIX) foram substituídos pela tomada coercitiva dos militares das Forças Armadas – uma tomada do poder por dentro do próprio Estado mediante golpes institucionalizados no século XX. Se antes os caudilhos amparavam suas ações com o intuito de quebrar a lógica metrópole-colônia, e por consequência, levar a frente o projeto de fortalecimento dos estados-nação, os representantes das Forças Armadas procuraram justificar suas ações em nome da proteção da ordem social, por intermédio de um conjunto teórico decorrente da Guerra Fria, a chamada Doutrina de Segurança Nacional (DNS) cuja sustentação

¹⁶ Lembrar de que a Argentina passou por seis golpes militares no século XX, nos de 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976.

era: a manutenção de uma dinâmica bipolar do mundo (EUA *versus* URSS); a perseguição ao inimigo (sobretudo interno e contrário ao poder das Forças Armadas; e, o anticomunismo.

Essa mudança da figura política não significou apenas o modo como as próprias instituições estatais reconfiguraram, recorrendo à força, uma nova ordem. Mais que isso: essa quebra da ordem constitucional implicou numa reestruturação social que depreciou os projetos nacionais e as escolhas representacionais oriundas da vontade do povo, acarretando em uma condução baseada na agenda econômica e ideológica estadunidense. A exemplo disso, podemos expor o caso brasileiro cujo o presidente eleito João Belchior Marques Goulart (1961-1964) foi deposto a partir de estratégias de desqualificação do projeto nacional-desenvolvimentista do seu governo. Delgado (2010) faz um balanço das interpretações funcionais e estruturais que levaram à deposição de Jango: (a) o processo de industrialização tardio no Brasil teria encontrado um obstáculo, necessitando que a solução a ser encontrada incluísse a resolução de conflitos sociais a ele ligado. Porém, a tal solução foi apresentada de forma autoritária; (b) a ligação entre golpe político e a incompatibilidade entre modelos de exportação agrícola e modelos de desenvolvimento industrializados e internacionalizados; (c) a crença de que a opção de uma economia internacionalizada e industrializada reforçou a dependência econômica, aumentou a concentração da renda e levou à eclosão de violentas manifestações sociais reformistas e nacionalistas, decorrendo daí a ruptura do “pacto populista” (Delgado, 2010).

Em outra vertente explicativa do golpe, Bandeira (1997) aborda a respeito da influência ideológica americana: a conspiração contra Jango. As lutas sociais nas quais uma parte importante da classe dominante da comunidade empresarial norte-americana esteve envolvida, no Brasil, em ações do presidente John Kennedy, e, também houve forte hostilidade dos EUA em relação a Goulart. As empresas multinacionais, que procuravam condições de produção mais barata nos países recentemente industrializados, não podiam tolerar governos social-democratas os quais insistissem em melhorar a força de trabalho sob a influência dos sindicatos. Na realidade, desde julho de 1963, os EUA faziam uso de planos de emergência, o *Brother Sam*, objetivando a intervenção militar contra o governo Goulart. O cálculo dos americanos era que o efeito da pressão econômica sob o governo brasileiro fizesse com que este se deslocasse para o espectro político da esquerda (não necessariamente comunista), mas sob a forma de autoritarismo ultranacionalista, tal como a *Central Intelligence Agency* (CIA) julgou os casos dos governos de Getúlio Vargas, no Brasil, e Juan Domingo Perón, na Argentina. Com o apoio aberto dos Estados Unidos, o golpe se efetivou no Brasil, e embora não houvesse divergências entre o Pentágono e o Departamento de Estado na época, o *Brother Sam* interviria militarmente no Brasil, se necessário. Conquanto o presidente John Kennedy tenha adotado uma política de

não reconhecer governos que não aderissem às normas de representação democrática como um dos pré-requisitos da Aliança para o Progresso, a sua administração foi a que mais incentivou os militares. As Forças Armadas eram consideradas a organização social mais estável e modernizadora para participar da política interna de cada país através da “ação civil” e da contrainsurgência, desencadeando um ciclo de golpes no Cone Sul. E, o presidente Lyndon B. Johnson continuou o projeto sem hesitação (Bandeira, 1997).

Esse ciclo de golpe, entre 1960 e 1980, teve permanência – no Paraguai por 35 anos (de 15 de agosto de 1954 a 03 de fevereiro de 1989 e no Brasil por 21 anos (de 31 de março de 1964 a 15 de março de 1985), por exemplo – devido ao caráter repressor que essas ditaduras militares investiram contra partidos, movimentos sociais, militantes, guerrilheiros, e, também contra a população em geral. A prática da tortura foi a marca da ditadura militar no Brasil e o desaparecimento político/forçado de pessoas foi o distintivo da aplicação de coerção no Chile e na Argentina.

A expressão “Ditaduras de Segurança Nacional” (Padrós, 2009; Tcach; Iribarne, 2021) designa os vários aspectos comuns no Cone Sul, como a DNS, o posicionamento militante com os Estados Unidos nas políticas de contenção do comunismo e de defesa das normas capitalistas, e a ideia de guerra de contrainsurgência. O banimento de questionamentos contra a estrutura de poder do Estado levou a uma guerra suja. O Terrorismo de Estado, entendido não como um uso de intimidação ou repressão, mas como uma expressão de destruição, foi parte constitutiva e necessária do processo de remodelação da sociedade desses países latino-americanos (Padrós, 2009; Tcach; Iribarne, 2021).

O enalço político, sequestros, tortura, desaparecimentos forçados e/ou assassinatos de opositores fizeram parte de uma articulação coordenada entre as ditaduras militares nos países do Cone Sul. Barreto (2018), com base das comparações entre os arquivos do Fundo Clamor¹⁷ (fichas, dossiês, correspondências, testemunhos e denúncias escritas) e os registros nos Arquivos do Terror¹⁸, reitera que o Brasil teve papel substancial tanto em ações de apoio quanto de suporte das ditaduras infundidas nos países vizinhos. A autora argumenta o papel do país brasileiro abrangeu medidas repressivas, nomeadamente, a troca de informações, fornecimento de documentos, troca de prisioneiros e formação em inteligência e técnicas de “interrogatório” com a cooperação dos serviços de inteligência norte-americanos e britânicos. Esse processo se

¹⁷ Pertence ao arquivo do Centro de Documentação e Informação Científica (Cedic), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

¹⁸ Leva-se em consideração os anos entre 1954-1989 no Paraguai, em alusão ao período da ditadura militar de Alfredo Stroessner.

expandiu e se intensificou ao longo de quase duas décadas, revelando pelo menos três etapas distintas de cooperação entre estados autocráticos e o Brasil. A primeira fase começa com o golpe militar brasileiro em 1964. A segunda fase, que se seguiu ao estabelecimento da ditadura chilena em 1973, incluiu trocas de prisioneiros não registrados, sequestros e assassinatos. E, a última etapa, com a Operação Condor, em 1975 (Barreto, 2018). Neste expediente, as ditaduras militares tiveram sua continuidade longa devido à articulação e ao planejamento dos regimes impostos, demonstrando que as ações dos militares não se colocavam apenas pelo imperativo da força, mas também pela replicação de um modelo de coordenadas – que de alguma forma – padronizava as dinâmicas nos países do Cone Sul.

O histórico de sucessivos golpes militares na Argentina a coloca numa posição peculiar diante das ditaduras militares nos demais países do Cone Sul. Os governos militares entravam em cena em momentos de crises agudas das finanças do país e invocavam para um resgate da moralidade perdida durante as gestões de governos democráticos. Esse discurso tinha apelo popular e a maior parte da sociedade argentina aceitava a entrada dos militares porque acreditava que eles reestabeleceriam a ordem e devolveriam um país em melhores condições. Essa visão se modificou na última intervenção (1976) quando da instrumentalização e da sistematicidade dos desaparecimentos forçados não vistas anteriormente. Tcach e Iribarne (2021) ampliam essa informação ao descreverem os elementos diferenciadores entre as ditaduras brasileira e argentina.

No caso argentino, foram feitas fortes tentativas de disciplinar a vida social e privada. As aspirações autoritárias nunca desvaneceram por completo das mentes dos militares do país. No Brasil, a lei institucional de 1967 e a reforma constitucional militarizaram a sociedade. Contudo, a mídia rapidamente noticiou práticas de tortura que surgiram de movimentos da sociedade civil em todo território nacional. Esta campanha foi, relativamente, bem sucedida na redução da prática da tortura, mesmo com a ascensão do regime repressivo em 1968. Sem contar com o papel ativo da Igreja Católica em oposição aos métodos repressivos do regime (Tcach; Iribarne, 2021).

Outro fator de distinção entre os países do Cone Sul, colocando agora a Argentina numa posição de destaque positivo, é transição democrática. No Chile, Uruguai e no Brasil a transição foi pactuada e negociada, mantendo os privilégios e o controle político por parte dos militares. A Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei de Anistia brasileira) perdoou igualmente os crimes políticos cometidos pelos membros da ditadura militar e os civis contrários ao regime (retorno de exilados e a liberação de presos políticos). À semelhança, no Chile o Decreto-lei de Autoanistia de 1978 anistiou os crimes cometidos por agentes do sistema entre 1973 e 1978.

Além disso, o Sistema Eleitoral Binomial preservou o poder de Pinochet como comandante-chefe das Forças Armadas (1990-1998). Essa manutenção de Pinochet garantiu que ele pudesse agir fortemente para manter as proteções e garantias da instituição quando da elaboração, e posterior, promulgação da Constituição de 1980. Quando a ditadura militar chilena caiu em 1990, o cenário já era confortável aos militares. Pinochet, à época senador designado, foi preso em 10 de outubro de 1998 em Londres, e morreu em 2006 sem suas condenações por violação aos direitos humanos serem efetivadas.

O marco político e distinguidor da transição democrática na Argentina foi justamente a ruptura com as Forças Armadas. Dois fatores se destacam: a derrota na Guerra das Malvinas para a Inglaterra e a crise econômica (Capelato, 2006; Friderichs, 2017). Friderichs (2017) expõe que a ascensão do general Galtieri ao poder acelerou a queda do regime e o desfecho do conflito militar nas Ilhas Malvinas (1982) o qual desencadeou o término da ditadura. As Ilhas estão a 464 km da costa argentina, sob domínio britânico desde 1833. O segundo aspecto, a crise econômica, colapsou o regime, tendo o general Videla à frente da Junta Militar quando tomou o poder em 1976. Ele efetuou um projeto de reconstrução nacional denominado “Processo de Reorganização Nacional”. O seu objetivo era, portanto, eliminar as estruturas insurrecionais e populistas da sociedade e estabelecer uma nova Argentina (Friderichs, 2017). Um adendo importante no que tange a influência dos EUA nas ditaduras do Cone Sul. O episódio das Malvinas confirma como foi complexa a relação entre as ditaduras latino-americanas e o governo norte-americano. Havia uma articulação de estratégias militares e de serviços de inteligência – incluindo o Brasil –, funcionando como centro irradiador para os demais países. Dito assim, fica a impressão de certa homogeneidade, de uma ação com respostas previstas e programadas, contudo, o historiador Ramírez (2021) pondera essa suposta uniformidade. Consoante o autor, nem tudo pode ser reduzido a imposições externas. Embora certos eventos tenham demonstrado coordenação e sincronicidade transfronteiriças, os agentes locais não devem ser lidos como marionetes. Porque existiram tensões reais entre projetos internos e estrangeiros que desafiaram os interesses dos EUA, como o programa nuclear do Brasil e a Guerra das Malvinas na Argentina, expondo as contradições as quais revelaram alguns desgastes entre EUA e os países regidos por ditaduras (Ramírez, 2021).

Raúl Alfonsín, líder da *Unión Cívica Radical* (UCR), venceu as eleições de 30 de outubro de 1983, com a pauta de defesa dos Direitos Humanos, a recriação do Estado Democrático de Direito e com a busca por esclarecimento a respeito das pessoas desaparecidas. Apresentando um pouco mais o significado desta postura do governo de Alfonsín, a historiadora Friderichs (2017) fala que a Argentina procurou criar uma perspectiva nova e não autoritária da

sociedade, abordando de maneira mais eficaz o seu passado repressivo, punindo torturadores e investigando violações dos direitos humanos. No entanto, no Brasil, muitas das estruturas autoritárias permaneceram em vigor, com questões de direitos humanos por resolver e oficiais militares responsabilizados pelos seus crimes. Essas características retratam a política brasileira desde a redemocratização, com projetos de mudança social e econômica sempre moderados e os mesmos grupos compartilhando o poder com poucas mudanças. A Argentina, por outro lado, passou por vários estágios de política punitiva e de esquecimento após a redemocratização. Alfonsín prosseguiu com seu projeto ao levar alguns militares a julgamentos, necessários para consolidar a democracia no país, mas também procurou limitar o alcance destas medidas para evitar conflitos indevidos com os militares (Friderichs, 2017).

Segundo a autora, as leis da “Devida Obediência” e do “Ponto Final” foram tentativas de interromper o processo de punição dos militares e dar um novo rumo a este lado da história argentina. O encerramento do processo judicial e a discussão por consenso no governo de Carlos Menem, em 1990, conduziram algumas ações ao esquecimento das políticas dos direitos humanos e os relegaram a um papel subalterno por meio do Projeto de Pacificação Nacional. Esta situação começa a mudar com a administração Kirchner, à medida que as questões do Terrorismo de Estado e das violações dos direitos humanos ganham novo foco e o Estado inicia o desenvolvimento de políticas memoriais¹⁹.

Marca relevante do governo de Alfonsín foi julgar e punir agentes do alto escalão da ditadura e fomentar políticas de memórias dos familiares de mortos e desaparecidos, evitando a reconfiguração da propaganda salvacionista das Forças Militares. A prova desse alicerce é que a Argentina, embora passe com frequência por crises econômicas, não se vislumbra cenários que favoreçam a justificação de golpes.

Quanto aos ganhos do período da transição no Brasil, outros cenários se apresentaram limitados. Não houve punição aos perpetradores e “perdão igualitário de ambos lados” da Lei da Anistia permaneceu. As conquistas até aqui – mais o fruto do esforço de grupos de familiares de mortos e desaparecidos do que política de Estado – foram a Lei de Mortos e Desaparecidos políticos (Lei n.º 9.140/1995), a criação da Comissão de Anistia (Lei n.º 10.599/2002) e a Comissão Nacional da Verdade (Lei n.º 12.528/2011), esta última efetivada durante o governo de Dilma Rousseff. Essas conquistas, ainda que insuficientes, são alvo de contestações e revisões. A exemplo do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), ex-capitão do exército, que procurou revisar ou mesmo anular indenizações pagas às vítimas da ditadura brasileira,

¹⁹ *Ibid.*, p. 452.

garantidas na Lei n.º 10.599/2002. O desmantelamento da ‘Bolsa-ditadura’, como pejorativamente foi chamada pelo presidente e apoiadores, não prosperou no Legislativo.

No último dia de governo, em 30 de dezembro de 2022, penúltimo dia do governo Bolsonaro, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o relatório final, o qual extinguiu as atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). O documento aprovado pelo Palácio do Planalto não trazia assinatura nem do presidente e, nem do vice, Hamilton Mourão.

Mourão era presidente em exercício, porque Bolsonaro deixara o Brasil, de avião, rumo à Flórida. Essa *mise-en-scène* trama a atualização dos traumas do período ditatorial que serão explorados ao longo desta dissertação. Para o momento, cabe lembrar de que a encenação simboliza, por um lado, um afronte aos movimentos de familiares de mortos e desaparecidos, tentando demonstrar que o poder executivo é quem controla as práticas de resolução a respeito da localização e do reconhecimento de corpos pela anulação das próprias atividades da CEMDP²⁰ firmado no gesto contrário: a não-resolução e a não-localização. E, por outro lado, a não vinculação do nome de um indivíduo ao ato de desfazer a Comissão atualiza a ameaça coletiva dos agentes da ditadura militar cujas ações eram nas surdinas: não se nomeia; não buscam responsabilizar; não se punem esses agentes.

Corroboram com essa visão Benetti *et al.* (2020) quando se propuseram a analisar o campo de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do governo Bolsonaro. Segundo os autores, o governo não procurou necessariamente desmantelar a estrutura das comissões de reparações, mas sim ocupar esses espaços para construir uma contranarrativa baseada na avaliação (positiva) do regime militar. Utilizou-se dos órgãos criados²¹ com o intuito de responder à violência, impondo uma perspectiva negacionista que se recusou a reconhecer as graves violações dos direitos humanos do período autoritário. No entanto, isso não significa que não haverá mudanças como o ajuste do tamanho, a redução do orçamento ou a introdução de obstáculos ao trabalho destas comissões. Neste caso, desconstrução e reversão parecem andar de mãos dadas (Benetti *et al.*, 2020). Esse tom profético dos autores reflete a extinção da CEMDP e o “anonimato” do signatário da ordem, em 2022, demonstrando como as ações do governo foram uma política institucional contra vítimas, seus familiares e, em última instância, uma negação à memória nacional.

²⁰ A Comissão foi recriada em 04 de julho de 2024, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

²¹ O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob administração da pastora evangélica Damares Alves, foi quem coordenou muitas práticas contra as Comissão da Anistia e a CEMDP como a revisão das indenizações e os trabalhos de Marco Vinicius Carvalho, amigo da ministra, enquanto presidente da CEMDP redigiu o relatório final que embasaria a extinção da Comissão.

O balanço das conquistas da transição até aqui no Brasil e a atualização dos traumas configuram a necessidade de observarmos como o passado histórico se atualiza no presente. Ou, como estamos retomando dados do passado histórico e, a partir disso, compreendendo o autoritarismo ditatorial reconfigurado no tempo presente? No dia 31 de março de 2022, o ex-presidente Bolsonaro, durante discurso no Palácio do Planalto, fez elogios à ditadura militar, negando a existência de um golpe e omitiu censuras, torturas, mortes e desaparecimentos. “Hoje, 31 de março. O que aconteceu em 31? Nada. A história não registra nenhum presidente da República tendo perdido o seu mandato nesse dia. Por que então a mentira? A quem ela se presta?”²².

A negação à ditadura militar se dá pela negação do passado em si: nada aconteceu, e o que a história registra é mentira. A força simbólica do pronunciamento no dia de aniversário do golpe militar clareia a importância do tempo presente na constituição social e cultural do país. Júnior (2021) diz que no século XX o estudo da história se separou gradualmente daquilo que caracterizava o objeto histórico e passado como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em relação ao presente. As cicatrizes do Holocausto desafiaram esta perspectiva ao examinar a relação entre memória e história e ao quebrar visões deterministas que excluem a liberdade individual. Centra-se nos indivíduos que elaboram suas próprias identidades, ponderando a relação entre o passado e o presente, reconhecendo que o passado é construído de acordo com as necessidades do presente, incluindo invenções de tradições ou a criação de lugares de memória (Júnior, 2021).

Para Franco e Levín (2007) a dor é a fonte inspiradora da História do Tempo Presente. Na região do Cone Sul latino-americano, as últimas ditaduras militares, que assumiram formas sem precedentes de Estados criminosos e terroristas, representaram o ponto de ruptura que impulsionou a análise do passado recente. Essa ligação profunda com a dor deixou marcas significativas nas principais questões e temas explorados na História do Tempo Presente. Na realidade, essa disciplina está mais preocupada com transformações radicais do que com continuidades, mais voltada para exceções e “desvios” do que para lógicas de longo prazo (Franco; Levín, 2007). As autoras reconhecem a importância do diálogo entre os historiadores da História do Tempo Presente com outras áreas como sociologia, ciência política e antropologia.

²² MAZUI, Guilherme; RODRIGUES, Paloma. Em discurso, Bolsonaro defende ditadores militares e deputado dos atos antidemocráticos, **G1**, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/8HmJR>. Acesso em 29 dez. 2023.

Em conformidade com Franco e Levín (2007), Padrós (2009) relaciona a História do Tempo Presente às Ditaduras de Segurança Nacional para delimitar o campo, o aporte teórico-metodológico e os novos subsídios analíticos para investigar as transformações históricas correntes.

No caso do Cone Sul, esse cenário está marcado e remarcado pela experiência vivida e sofrida da Ditaduras de Segurança Nacional e por um presente onde inúmeras questões vinculadas àquela dinâmica, não deixam de se manifestar. Assim, muitas são as questões que permanecem abertas, inconclusas ou como sintomas de algo que ainda não terminou de passar: a falta de respostas sobre tudo que diz respeito aos desaparecidos (inclusive, a devolução dos restos mortais às famílias), a não-abertura dos arquivos repressivos, a violência policial e a persistência da tortura, a criminalização de movimentos sociais, a impunidade, a corrupção, a desresponsabilização dos crimes (políticos, econômicos, éticos) cometidos durante as ditaduras, a postura corporativista e antidemocrática das forças armadas sonhando informações sobre seus atos, os voos do Condor, etc. (Padrós, 2009, p. 43-44).

O autor está chamando nossa atenção para as pesquisas que se debruçam sobre os fenômenos do tempo presente. Objetos dos quais necessitam da análise, mas que estão em processo de transformação. Considerando esse cenário das ditaduras no Cone Sul, o pesquisador deve atuar, tendo como elemento do estudo, que as ausências, os silêncios e o não-acesso à determinadas informações também compõem as ferramentas analíticas e metodológicas.

Para apreender História e Antropologia, na perspectiva da História do Tempo Presente, precisei juntá-las a outro termo caro nessa pesquisa: micro-história. Até o momento, busquei contextualizar nossa pesquisa com dados da macro-história, num movimento que pensa o fenômeno numa perspectiva global, a fim de se chegar a generalizações a respeito das ditaduras no Cone Sul. Essas generalizações me ajudaram a alcançar melhor o que particulariza o objeto de pesquisa, tendo claras as distinções dos episódios que formam as ditaduras latino-americanas e o delineamento da ditadura militar em Alagoas para, a partir desse cenário, compreender as narrativas dos interlocutores da família Miranda que apresentarei mais adiante.

Consoante Revel (2010) a micro-história se dedica a compreender como as estruturas e processos sociais surgem e coexistem, além de procurar entender como os movimentos ou transformações coletivas se tornam possíveis. No entanto, não leva em consideração apenas esses movimentos em si e a suposta capacidade de autorrealização atribuída a eles. Em vez disso, focaliza-se na participação de cada indivíduo nesses movimentos, atentando-se à multiplicidade e à complexidade dos comportamentos individuais. Ginzburg (2015) adverte que a micro-história é uma ferramenta de auxílio na análise da história global, sem se contrapor a esta.

Ginzburg (2015, p. 462, tradução nossa) acrescenta ainda que:

O prefixo “micro” tem sido muitas vezes referido, de forma enganosa, ao tamanho (literal ou metafórico) de seus objetos, e não à abordagem analítica, que está no centro da micro-história como projeto. Mas dizer “analítico” não é suficiente; é preciso acrescentar “artificial”. Pode-se evocar, nesse contexto, a conhecida ênfase do historiador italiano Edoardo Grendi no “excepcional normal”: a noção de que um estudo de caso focado em uma anomalia pode ser a melhor estratégia para construir uma generalização. Da mesma forma, um experimento baseado em uma amostra colocada sob um microscópio, em condições artificiais, pode esclarecer uma norma oculta. Uma análise minuciosa de um único estudo de caso pode abrir caminho para hipóteses muito maiores (de fato, globais).

Combinando a ideia de micro-história à antropologia, Bensa (1998) argumenta que esta última olha além da realidade atual para reconstruir a sociedade (e vê-la como “viva”) ou para repensar questões filosóficas comuns. Por outro lado, a micro-história, desprovida da experiência vivida do fato, tem, por seu lado, um grande interesse pelo “realismo”, procurando recriar a contemporaneidade do passado em toda a sua singularidade, e um comparativismo controlado; habilitá-lo, especificamente. Ainda, a micro-história introduz histórias comuns, prestando atenção a diferentes níveis de interpretação ao invés de rejeitar a história. As situações vividas pelos atores, as imagens e símbolos que eles usam consciente ou inconscientemente para se descrever e se justificar, as condições históricas de existência dessas pessoas ao observarem suas falas ou ações (Bensa, 1998). De seu modo, Sahlins (2008) vê a dialética da história como inteiramente estrutural. A disparidade entre valores convencionais e intencionais, entre significados intersubjetivos e interesses subjetivos, entre significados e referências simbólicas, faz com que os processos históricos se desenrolem em um movimento contínuo e recíproco entre a prática da estrutura e a estrutura da prática (Sahlins, 2008).

A nossa micro-história tem uma localização específica: um estado nordestino. Cabe, então, uma contextualização igualmente específica. Chehab e Lopes (2017) relatam que o estabelecimento de uma ditadura civil-militar²³ no Brasil levou a um retrocesso nas políticas de recuperação econômica e desenvolvimento do Nordeste do Brasil, com os recursos federais (destinados à região) redirecionados para o eixo sul-sudeste. Para as autoras, a ditadura civil-militar é responsável pela má interpretação de programas e instituições de desenvolvimento regional voltados para o Nordeste, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), levando a crescentes desequilíbrios econômicos e sociais entre as regiões do Brasil.

Na região Nordeste, conforme as mesmas autoras, historicamente afetada pela instabilidade econômica e climática, os pilares de poder e a concentração de renda se intensificaram durante a ditadura, e a lógica de repressão aos movimentos de resistência social

²³ Mantivemos o termo usado pelas autoras, embora já expusemos a não concordância com ele.

se expandiu independentemente das áreas urbanas e rurais, alienando os socialmente vulneráveis e a acumulação de capitais e privilégios para os grupos políticos tradicionalmente beneficiados, especialmente aqueles que colaboraram na execução e manutenção do golpe civil-militar. A extensão da rede repressiva concretizada pela ditadura na região Nordeste foi: 45 unidades militares estabelecidas; polícias e centros secretos, responsáveis (direta ou indiretamente) por cerca de 120 vítimas, entre políticos mortos e desaparecidos²⁴. Furtado (2012, p. 215) complementa a análise desse quadro ao afirmar que o prejuízo para os nordestinos foi a “interrupção do processo de reconstrução das anacrônicas estruturas agrárias e sociais de nosso país, numa região onde eram mais deletérios os efeitos do latifundismo e, paradoxalmente, mais profundo o movimento renovador em curso”.

Alagoas não esteve à parte dos acontecimentos atinentes ao golpe militar de 1964. Segundo Costa (2013), o golpe militar, no estado, se deu em meio à disputa entre a ala dos conservadores (e de direita) e a dos progressistas (e de esquerda). Naquele cenário, o governador Luiz Cavalcante e seu bloco político enfrentaram os setores sociais que defendiam a expansão dos limites da democracia liberal. Dentre as práticas de sufocamento das greves e das campanhas das classes trabalhadoras alagoanas, Cavalcante fechou e empastelou “A Voz do Povo”, jornal da fração do PCB em Alagoas, que tinha à época Jayme Miranda como um dos dirigentes, num claro afinamento pela deposição do presidente João Goulart em 1964 (Costa, 2013).

Santos (2017) adiciona que tanto Luiz Cavalcante como Arnon de Mello estavam associados à classe agrária e promoviam o progresso econômico por meio da construção de estruturas mínimas de desenvolvimento controlado, o que implicava uma vigilância eterna para não permitir que o equilíbrio da sociedade patronal fosse perturbado. A forma autoritária como os liberais conservadores lideraram a mudança no estado e os movimentos sociais não foram apenas um dos fatores-chave na identificação e quase imediata adesão ao golpe de 1964. Os liberais conservadores estarão também no comando da ditadura militar em Alagoas (Santos, 2017).

Das ditaduras no Cone Sul, passando pelos acontecimentos no Brasil e desaguando na região Nordeste do país, sobretudo, no estado de Alagoas, formamos um panorama histórico o qual servirá ao leitor não familiarizado como orientação para adentrar na temática específica desse trabalho.

²⁴ *Ibid.*, p. 38.

Antropologia, micro-história (Ginzburg, 2015; Revel, 2010; Bensa, 1998) e a História do Tempo Presente (Franco; Levín, 2007; Padrós, 2009) nos habilitam a pensar a família de um desaparecido político alagoano como “objeto vivo” para interpretações do passado recente, sem perder a unidade com o contexto do Cone Sul. O período histórico não perde estrutura, significados e carga simbólica ao tratarmos de uma família específica como um fragmento do todo. Ao contrário, o desafio é demonstrar o que o particular acomoda do geral.

2.2 “FAMÍLIA DE COMUNISTAS” E OS ENVOLVIMENTOS POLÍTICOS DE JAYME MIRANDA NOS EPISÓDIOS ACERCA DA DITADURA MILITAR

Os eventos políticos da atuação do PCB e como a ditadura militar operou em Alagoas guardam estreitas relações com a família Miranda. Isso não quer dizer que a família é a gênese da agremiação política, todavia a participação de alguns deles, de gerações diferentes em fases distintas (ocupando posições de destaque²⁵), faz com que notemos as relações desta família com a política alagoana, na perspectiva micro-histórica. Por quê? Não interessa nesta abordagem, somente, a exposição e interpretação do evento da ditadura militar na totalidade em Alagoas (história global); como se desenvolveram as transformações e os movimentos políticos. Mas sim, compreender cada ator como participante desse fenômeno histórico. Por isso, o detalhe ordinário da vida de cada interlocutor importa para entender, pelos pontos de vista deles, o que significou a ditadura militar e seus efeitos presentes quando se considera também o desaparecimento político de Jayme Miranda.

Para chegar a esse raciocínio, ajudou-nos novamente Revel (2010). Consoante o autor, a importância histórica e social do Estado não se limita nem ao âmbito macro e nem ao micro. Ela aparece em todos os espaços onde é possível avistar a realização do processo estatizante. Macro e micro-histórias apresentam, cada um, uma perspectiva diferente sobre o Estado, que não se sobrepõem às visões que podem ser elaboradas em outros contextos. Esse cenário indica a necessidade de relativizar a tradicional oposição entre abordagens micro e macroanalíticas (Revel, 2010). Desta maneira, a realidade histórica da ditadura militar no estado assume múltiplos domínios sociais – aqui, no caso, domínios familiares – os quais oferecem diversos olhares para o mesmo fenômeno. Cabendo ao antropólogo, nos termos de Velho (1980, p. 18),

²⁵ Entre os entrevistados, por exemplo, Alex Miranda chegou a ser um dos dirigentes e Yuri Patrice teve atuação na reorganização da legenda durante o processo de abertura política entre os 1980 e 1991.

“(...) ir além da percepção das diferenças e mesmo dos conflitos para captar a lógica que define a especificidade da experiência de um sistema cultural particular”.

Deste modo, fizemos uma revisão bibliográfica sobre a ditadura militar em Alagoas, entrelaçando-a à participação da família Miranda. Segundo Majella (2005), a trajetória do comunismo em Alagoas está intrinsecamente ligada aos movimentos sociais dos trabalhadores e suas expressões políticas. O PCB, fundado no estado em 1928, representa uma das organizações que manteve laços estreitos com a classe trabalhadora urbana e rural, além de ter conexões com intelectuais e com as camadas médias. A atuação política dos Miranda iniciou nos anos 1930, em Maceió, quando Tabita Simplício de Miranda e seu esposo José Alípio Vieira Pinto começaram a estabelecer contato com os militantes do Partido.

Tabita foi responsável por atrair os irmãos Ezequiel e Elias Simplício de Miranda, sobreviventes da época dos interventores varguistas no governo de Alagoas e da repressão oligárquica dos Góes Monteiro, em um período marcado por grande intolerância. Durante os anos 1930, Ezequiel Miranda se notabilizou como um correligionário de destaque dentro da família. Após ser preso em 1935 devido à Intentona Comunista (1935), foi exilado na ilha-presídio de Fernando de Noronha, onde permaneceu por um longo período ao lado de outros presos políticos como José Maria Cavalcante, ex-cabo do exército, Carlos Marighella, Gregório Bezerra, entre outros.

Na década de 1930, as indústrias do Nordeste enfrentaram um período de desafios e estagnação na busca por modernização e crescimento no setor industrial. Em particular, a indústria têxtil em Alagoas competia com a produção de açúcar como uma das principais atividades econômicas do estado, gerando impasses em alguns mercados (Tavares, 2019). A expansão da capacidade produtiva seguiu um caminho distinto, visto que as indústrias de bens de consumo (como as têxteis) do Nordeste se posicionavam com facilidade²⁶, causando reações por parte dos industriais do Sudeste (Neri; Saldanha, 2011). A competição entre as diferentes regiões do Brasil se mostrava desigual, devido ao domínio econômico das empresas situadas no Sudeste, fortalecido também pela influência política conquistada após a “Revolução de 1930”, que levou a burguesia industrial ao poder e, especialmente, aquelas localizadas no eixo Rio-São Paulo (Melo, 2012).

²⁶ Tais facilidades eram: a) o acesso à matéria-prima; b) mão de obra barata; c) a ligação com o mercado consumidor por meio de seus rios, e mais tarde, por suas linhas ferroviárias; c) regiões cobertas por mata atlântica que possibilitavam a obtenção de madeira para alimentar as caldeiras movidas à lenha; d) exploração dos recursos hídricos locais para facilitar o comércio com outras regiões, assim como esses recursos eram utilizados como fonte de energia. (Neri; Saldanha, 2011).

Em 7 de março de 1931, o Decreto n.º 19.739 foi promulgado com o propósito de restringir a importação de novos maquinários por um período de três anos, beneficiando principalmente a região industrialmente consolidada do Sudeste. Além de estabelecer tais restrições, o decreto visava fortalecer similarmente o controle sobre o setor, exigindo que as fábricas enviassem um inventário de suas máquinas para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A importação só seria autorizada mediante a apresentação de evidências de que se destinava à substituição de máquinas danificadas ou inoperantes. O objetivo principal era frear o crescimento das fábricas nordestinas. Em 31 de março de 1937, o decreto chegou ao fim. A proibição de cinco anos sobre equipamentos estrangeiros atrasou os projetos da indústria têxtil em Alagoas. Com a autorização para importar novas máquinas e o início da Segunda Guerra Mundial, a produção industrial aumentou significativamente por todo o país. Muitas fábricas em Alagoas buscaram se reerguer após um longo período difícil na produção industrial do Nordeste (Neri; Saldanha, 2011).

A aproximação dos Miranda (Tabita, Ezequiel e Elias) com o PCB ocorre durante a efervescência das mobilizações operárias no início da década de 1930: conflitos e greves nas fábricas têxteis em resistência à redução salarial e ao aumento da jornada de trabalho para 14 horas. O impacto sob as horas de trabalho foi decorrência do Decreto n.º 19.739 que, segundo Neri e Saldanha (2011), logo foi interditada pelo governo via Decreto n.º 22.035, de 29 de outubro de 1932, que institui, inclusive, a carteira de trabalho profissional. A tensão entre empregadores e trabalhadores não foi aliviada pela intervenção, criando um ambiente favorável para a disseminação de ideologias de esquerda entre os operários da indústria têxtil. Mesmo com a ação do governo, os donos das fábricas não se intimidaram. Embora a lei tenha reduzido a jornada de trabalho, ela permitia a diminuição dos salários, justificando medidas a serem adotadas em tempos de crise. A redução nos salários levou os trabalhadores de várias regiões do país a interromper suas atividades até que o ministro do Trabalho, Salgado Filho, resolvesse o impasse. Apesar da resistência inicial dos proprietários, a pressão exercida pelo Ministério do Trabalho garantiu a manutenção dos salários dos trabalhadores.

De acordo com Almeida (2013), em 1932, surgiram diversas organizações patrocinadas pelo programa governamental, bem como importantes núcleos de esquerda. A União Geral dos Trabalhadores, criada em 21 de fevereiro, foi fundada em uma sessão no Montepio dos Artistas. Eram reorganizadas ou criadas as mais variadas associações; como, por exemplo, o Sindicato dos Carroceiros, com sede em Jaraguá. Os trabalhadores do transporte ferroviário criaram uma filial do Sindicato dos Ferroviários da *Great Western*. Foi criado o Sindicato dos Sapateiros. São exemplos, também, a União Operária em Construção Civil, o Sindicato da Usina Brasileira,

o Sindicato da Fábrica de Tecidos de Pilar, a União Sindicalista dos Alfaiates de Maceió e as Classes Anexas. No 12 de setembro, o Sindicato dos Pedreiros é criado e o Sindicato dos Marítimos foi fundado no dia 12 de dezembro em uma reunião na sede da Sociedade Beneficente das Classes Operárias de Maceió. É possível citar inúmeras de associações operárias em Maceió; praticamente em toda a indústria têxtil existia trabalho sindical (Almeida, 2013).

Na década de 1940, outros Miranda passam a compor o quadro do PCB em Alagoas. Em 1943, por exemplo, Jayme Amorim de Miranda filia-se à sigla, militando na União da Juventude Comunista (UJC) quando a legenda estava na ilegalidade²⁷. Filho de Manoel Simplício de Miranda e Hermé Amorim de Miranda, Jayme nasceu em 18 de julho de 1926, sendo o segundo de 10 filhos (FIGURA 03)²⁸. A família era de classe média baixa e a renda vinha praticamente do comércio de Manoel Simplício, dono de bar e lanchonete no centro de Maceió. Somente nos anos de 1950, ele compra o prédio que se tornaria um local de encontro entre os Miranda e de ponto de apoio político, o Hotel Atlântico, localizado na Avenida da Paz, na Praia da Avenida.

Figura 03 – Os dez filhos de Hermé e Manoel Simplício



Fonte: Arquivo pessoal de Wellington Miranda

²⁷ O PCB só retorna à legalidade em 10 de novembro de 1945.

²⁸ Na imagem, da esquerda para direita (em baixo): Haroldo, Wilton, Zenaide, Neiza, Manelito. Em cima: Walter, Hélio, Nilson, Jayme e Edward. Jayme Miranda era o segundo mais velho. Essa foto foi tirada antes do golpe de 1964. Depois disso, não mais foi possível reunir todos os irmãos.

Jayme Miranda ingressou na faculdade de Direito em 14 de outubro de 1946, tinha anteriormente passado pelo trabalho como revisor do Jornal de Alagoas, pertencente aos Diários Associados, e A Notícia, impresso alagoano; entre os anos de 1941 e 1945. Jayme levou a experiência no jornalismo para “A Voz do Povo²⁹”, jornal do PCB no estado, como um produto popular de divulgação política. O impresso fez parte de uma ação do Comitê Central do PCB que, entre 1945-1946, criou vários desses jornais nas capitais do Brasil. Jayme Miranda e seu irmão Nilson Miranda chegaram a escrever e dirigir o jornal entre 1951 e 1964, quando neste último ano em 1º de abril foi empastelado.

Mostrando a influência do comunismo de tios para sobrinhos, Majella (2015, p. 16) afirma que:

Os vínculos políticos e ideológicos com o PCB tiveram laços familiares evidentes, pois dois dos seus tios paternos, Ezequiel e Isaías Simplício de Miranda, e uma tia, Tabita Miranda, haviam se ligado ao partido na década de 1930. Ezequiel Miranda se filia à Aliança Nacional Libertadora (ANL), entidade legal e de massas. Após a proibição de funcionamento da ANL, mantém a militância comunista e participa do processo de organização da Insurreição Comunista, movimento que ficou conhecido como Intentona Comunista de 1935. É preso em Maceió, processado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e condenado a cinco anos de prisão, pena cumprida no presídio da Ilha de Fernando de Noronha.

Em Alagoas, em 1945, durante as eleições de dezembro daquele ano – que definiriam o presidente da República, senadores e deputados federais –, o partido estava em fase de estruturação e ainda não contava com nenhum diretório municipal. Apesar disso, conseguiu eleger três deputados estaduais: José Maria Cavalcante, André Papini Goés e Moacir Rodrigues de Andrade (Costa, 2013). Ezequiel Miranda concorreu nessas eleições pela sigla do PCB, mas não obteve votos suficientes para se eleger. De acordo com Lima (2006), essa candidatura foi viabilizada pela reorganização partidária ocorrida após o fim do Estado Novo, que obrigou todos os partidos a se tornarem nacionais, resultando na formação de seis legendas em Alagoas, a saber: o Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Republicano Democrático (PRD), Partido Republicano Progressista (PRP) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além do Partido Comunista do Brasil (PCB), que existia desde 1924, mas que se intensificou a partir da metade da década de 1940, até o início da década de 1960.

Em 1947, Jayme Miranda interrompeu seus estudos de Direito para cursar a Escola de Sargento das Armas³⁰ (ESA), onde foi aprovado e iniciou sua jornada militar em Realengo, no

²⁹ A primeira edição da versão alagoana do jornal saiu em 1 de maio de 1946 com direção de André Papini Goés.

³⁰ Durante as entrevistas, ouvi de alguns interlocutores que essa passagem de Jayme Miranda pelo Exército fazia parte de uma estratégia de cooptação de militares para o PCB. O que Majella (2013) comenta, e que chega mais

Rio de Janeiro. Sua promoção a terceiro-sargento aconteceu no ano seguinte, quando foi designado para servir em Pindamonhangaba, em São Paulo. O curso de sargento tinha uma duração de cinco anos, mas Jayme não completou esse período integralmente. Devido à falta de adaptação à vida militar, Jayme soube por meio de seus camaradas que seria transferido para o Mato Grosso como punição. Antes que isso pudesse acontecer, ele decidiu rescindir seu contrato e voltou para Maceió com a patente de terceiro-sargento (Majella, 2013). Em janeiro deste mesmo ano, ocorreram as eleições para governador, tendo Silvestre Péricles de Góis Monteiro eleito, pelo Partido Social Democrata (PSD).

Durante o mandato de Silvestre Péricles, houve uma série de confrontos constantes com a oposição formada pela aliança entre a União Democrática Nacional (UDN) e PCB, na Assembleia Legislativa. O governador e seus aliados enfrentaram de maneira ostensiva a coligação UDN-PCB. Silvestre Péricles buscava desqualificar o grupo, ignorando as diferenças entre udenistas e comunistas; parecendo ter esquecido sua própria origem oligárquica, quando integrou a UDN. Além disso, o governo de Silvestre Péricles trabalhou para cassar os deputados comunistas eleitos, o que levou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a retirar o registro do PCB em 1947. Isso permitiu que o governador passasse a perseguir os comunistas “legalmente” (Costa, 2013). Mesmo na clandestinidade, os comunistas resistiram e conseguiram manter a circulação de seu jornal de forma precária (Majella, 2013).

Ainda em 1947, em 01 de maio, Jayme Miranda participou das organizações de um grande comício na praça Gonçalves Lêdo, localizada na Rua dos Bandeirantes, bairro do Farol em Maceió, onde Luís Carlos Prestes em nome dos comunistas conclamou a população a votar em Rui Palmeira (UDN) com o intuito de derrubar a família Góis Monteiro. Prestes classificava a união como de ocasião entre UDN e PCB. Contudo, Silvestre Péricles de Góis Monteiro venceu as eleições e tomou posse em 29 de março de 1947.

Em Maceió, aos 22 anos, em 15 de setembro de 1948, Jayme Miranda conseguiu um emprego como escriturário na Cooperativa dos Plantadores de Cana de Alagoas. O primeiro e único contrato de emprego na trajetória do jornalista e líder comunista foi firmado com a Cooperativa dos Plantadores de Cana de Alagoas. A combinação de ser funcionário da principal instituição da elite rural, cursar Direito e assumir crescentes responsabilidades na UJC tornou-se inviável. A partir desse momento, Jayme Miranda abandonou definitivamente a condição de

próximo dessa informação ouvida no campo, é que o partido possuía um grupo de militares de diversas patentes em suas fileiras.

empregado do setor privado e se dedicou exclusivamente ao PCB até o dia de seu desaparecimento³¹.

Conforme Melo (2012), Arnon de Melo (UDN), no ano de 1950, fez uma grande campanha eleitoral ao governo de Alagoas, utilizando os seus conhecimentos de jornalista para sair na frente na disputa. O fato de Arnon de Melo ter buscado contato direto expressou-se enquanto estratégia acertada, pois, o contingente de votantes nas regiões fabris era significativo. Prova dessa importância foi o resultado político que o PCB obteve nas eleições de 1947. O PCB recebeu 5.496 votos e conseguiu eleger a única bancada comunista na história do partido em Alagoas. Três motivos, para o autor, foram preponderantes para vitória de Arnon de Melo sobre o candidato da situação, Campos Teixeira do Partido Social Trabalhista (PST): 1) a condução autoritária e violenta que Silvestre Pércles conduziu seu governo, afastando grande parte do apoio popular; 2) o rompimento dos irmãos Ismar e Edgard de Góis Monteiro (lideranças do PSD) com Silvestre e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ao colocar em lados opostos o PST e o PSD. A consequência foi a aliança entre UDN e Partido Social Democrático (PSD) para eleição de 1950; 3) A expansão da UDN em Alagoas. Arnon entrou na disputa eleitoral com a imagem de um indivíduo moderno e perspicaz, distante de qualquer associação com a violência (Melo, 2012).

Às vésperas da posse de Arnon de Melo como governador, o jornal “A Voz do Povo” foi reaberto, agora sob a chefia de Osvaldo Nogueira. A redação era composta por um conjunto de jovens universitários, como Jayme Miranda, Rubens Figueiredo Ângelo, Murilo Gameleira Vaz, e trabalhadores como Renalvo Siqueira e Benedito Silva. No dia da posse em 31 de janeiro de 1950, Jayme Miranda foi detido durante um protesto nas ruas do centro de Maceió e levado pelos soldados do exército para o Quartel do 20º Batalhão de Caçadores (20º BC). No dia seguinte, a polícia invadiu “A Voz do Povo”, destruindo a oficina e danificando o maquinário de impressão, deixando o jornal impossibilitado de circular (Majella, 2013). Apenas no discurso de palanque, Arnon de Melo se dizia diferente de Silvestre Pércles. Contudo, na prática, também perseguia os comunistas com violência. Durante todo seu governo, a sede do jornal sofreu investidas policiais até ser empastelado em 1955. O jornal, contudo, continuou circulando e sendo vendido pelos militantes nas portas das fábricas têxteis, em Maceió.

Na edição de 18 de fevereiro de 1951, por exemplo, “A Voz do Povo” (FIGURA 04), denunciava uma dessas tantas invasões policiais. Na mesma página, notamos o contexto da violência do governo Arnon de Melo ao jornal: as críticas ao alinhamento do governo Vargas

³¹ *Ibid.*, p. 19.

junto aos EUA na Guerra da Coreia (1950-1953). Segundo Costa (2017, p. 5), havia pressão do país americano para o envio de soldados brasileiros “para combater o avanço comunista empreendido pelos norte-coreanos, com o apoio dos chineses. Em troca, assinalava a possibilidade de prestar auxílio econômico, algo muito almejado pelo governo brasileiro”.

Nesta edição do jornal, o artigo “Ação de massa dos operários de Fernão Velho em defesa da Paz” denunciava a ação policial contra operários e comunistas que estavam reunidos no congresso sindical com o escopo de escolherem os delegados que participariam da I Conferência Sindical. Na ocasião, os participantes foram emboscados, espancados e presos. Jayme Miranda foi ferido à faca por um dos policiais.

Figura 04 – Jornal “A Voz do Povo”, de 18 de fevereiro de 1951



Fonte: Acervo do Memorial da Verdade e Justiça de Alagoas³²

Abaixo transcrevemos trecho do artigo da imagem da Figura 04 o qual aborda a deserção de 50 soldados do exército alagoano na Guerra da Coreia. O trecho faz parte do editorial

³² Fotocópia de algumas edições do jornal “A Voz do Povo”. Disponível em: <https://encurtador.com.br/0dW77>. Acesso: 02 abr. 2024.

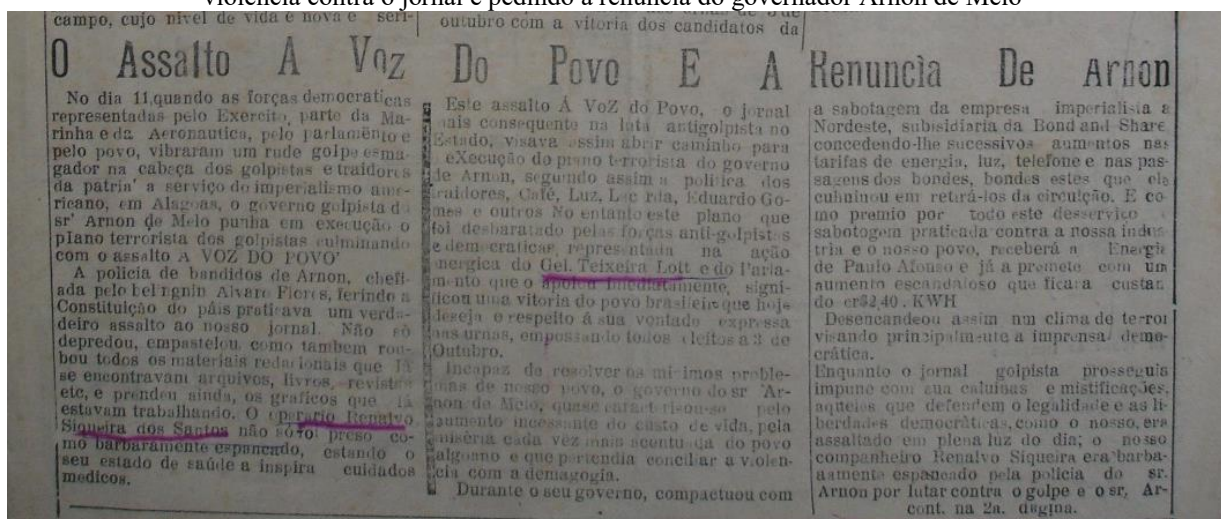
“O assalto À Voz do povo e a renúncia de Arnon” (FIGURA 06). Abaixo, transcrevo um fragmento do texto:

[...]

A polícia de bandidos de Arnon, chefiada pelo [7]³⁴ Álvaro Flores, ferindo a Constituição do país praticava um verdadeiro assalto ao nosso jornal. Não só depredou, empastelou, como também roubou todos os materiais redacionais que lá se encontravam arquivos, livros, revistas etc., e prendeu ainda, os gráficos que lá estavam trabalhando. O operário Renalvo Siqueira dos Santos não só foi preso com barbaramente espancado, estando o seu estado de saúde a inspirar cuidados médicos. Este assalto À Voz do Povo, o jornal mais consequente na luta anti-golpista no Estado, visava assim abrir caminho para execução do plano terrorista do governo de Arnon, segundo assim a política dos traidores, Café, Luz, Lacerda, Eduardo Gomes e outros. No entanto este plano que foi desbaratado pelas forças anti-golpistas e democráticas, representadas na ação enérgica do Gel. Teixeira Lott e do Parlamento que o apoiou imediatamente, significou uma vitória do povo brasileiro que hoje deseja o respeito à sua vontade expressa nas urnas, empossando todos eleitos a 3 de outubro.

Incapaz de resolver os mínimos problemas de nosso povo, o governo do sr Arnon de Melo, quase caracterizou-se pelo aumento incessante do custo de vida, pela miséria cada vez mais acentuada do povo alagoano e que pretendia conciliar a violência com a demagogia (A Voz do Povo, 1955, p. 1).

Figura 06 – Artigo escrito por Jayme Miranda para A Voz do Povo, em 11 de dezembro de 1955, criticando a violência contra o jornal e pedindo a renúncia do governador Arnon de Melo



Fonte: Acervo do Memorial da Verdade e Justiça de Alagoas³⁵

Todo o período do governo Arnon de Melo (1951-1956) foi marcado por perseguição e violência aos comunistas. Segundo Majella (2015), a repressão aos comunistas e ao movimento social eram coordenados pelo patronato em conluio com o governo, sendo pouco divulgados pela imprensa, salvo exceções em que, de modo dissimulado, noticiava eventualmente sobre

³⁴ Palavra incompreensível a partir da imagem do jornal. Decidi suprimir para não comprometer o contexto. Identicamente, fiz correções ortográficas.

³⁵ Jornal “A Voz do Povo”, de 11 de dezembro de 1955. Disponível em: <https://encurtador.com.br/e8jCz>. Acesso: 14 abr. 2024.

prisões, como aconteceu em 1952. Neste ano, a “Gazeta de Alagoas” estampou em sua primeira página a manchete: “Desmorona-se o Comitê Estadual do P.C. em Alagoas³⁶”. O PCB enfrentou obstáculos para exercer suas atividades no estado nesse período, acarretando a vida na clandestinidade para boa parte de seus membros mais conhecidos. Os irmãos Jayme e Nilson Miranda, por exemplo, não tiveram alternativa senão deixar Alagoas e se estabelecerem em Pernambuco (Majella, 2015).

Mesmo em Recife, Jayme Miranda foi perseguido, preso e condenado a 12 meses de reclusão. O inquérito que o julgou foi aberto em 17 de novembro de 1953 e a pena a ser cumprida foi na Penitenciária de Maceió. O crime foi aquele que dissemos acima: “delito de imprensa”. A Figura 05 faz alusão a essa condenação. Na cadeia, Jayme Miranda foi acusado de chefiar um movimento subversivo, incentivando os presos a ficarem contra o Estado.

No ano de 1955, Muniz Falcão venceu as eleições para governador do estado, resultando um feito relevante para o movimento operário em Alagoas, e, igualmente, intensificando os conflitos entre patrões e trabalhadores. A experiência adquirida nos confrontos com os governos anteriores foi crucial para fortalecer e organizar a classe operária, culminando nos confrontos iniciados em 1961, quando se opuseram ao governador Luís Cavalcanti, desencadeando uma série de embates econômicos e políticos os quais se desdobraram até o golpe de 1964 (Melo, 2012).

De acordo com Moura (2012), a direita subestimou a candidatura de Muniz Falcão e da coalizão de esquerda que o apoiava, formada pelo PSP (o partido de Muniz), PSD, PTB, e, comunistas. Em 1950, o PSD já havia se unido a Arnon de Mello, mas sua gestão autoritária e centralizadora causou insatisfação, incluindo membros do partido, fragilizando sua posição. Assim, o PSD, liderado por Ismar de Góis Monteiro, não teve dúvidas ao formar chapa com Muniz Falcão em 1955 (Moura, 2012).

Muniz Falcão, apesar de ligado ao grupo de Silvestre Péricles, passou a representar uma nova opção política. Suas ações em supervisionar as relações trabalhistas, incentivar a formação de sindicatos para aumentar a sindicalização entre os trabalhadores e divulgar os direitos da classe trabalhadora o tornaram um político engajado nas mudanças em andamento na economia e sociedade de Alagoas e do Brasil. Estas mudanças, já em estágio avançado na década de 1950, foram impulsionadas pelo processo de industrialização e urbanização em crescimento, trazendo para o centro das disputas políticas os interesses das massas de trabalhadores nas áreas urbanas. Em 1954, Muniz Falcão foi reeleito deputado federal com o maior número de votos já registrado

³⁶ Cf. “Gazeta de Alagoas”, de 03 de maio de 1952, p.1.

em Alagoas. No ano seguinte, conquistou o cargo de governador do Estado. No entanto, essa vitória desencadeou uma guerra contra ele, liderada pelas grandes famílias e o empresariado local (Costa, 2013).

Segundo Moura (2017), Muniz Falcão foi o único entre os quatro governadores da época a adotar uma administração progressista, buscando incluir toda a sociedade alagoana, inclusive as elites agrárias (ligadas à cana-de-açúcar) e industriais (do setor têxtil). Teve apoio dos comunistas – representando um momento raro de tolerância em relação aos militantes –, e procurou atender, ainda que de forma limitada e muitas vezes de maneira indireta, algumas demandas da classe trabalhadora (Moura, 2017).

De acordo com Majella (2015), o empenho do PCB na campanha de Muniz Falcão se tornou vital, uma vez que os comunistas estavam enfrentando uma prolongada opressão nos governos anteriores, de Silvestre Péricles e de Arnon de Mello. A parceria política entre o PCB e Muniz Falcão teve suas raízes em relações positivas estabelecidas durante o mandato do líder petebista como delegado do Ministério do Trabalho em Alagoas. A vitória de Muniz Falcão abriu novas possibilidades para os comunistas no estado. Os movimentos sociais, o PCB e o PSB passaram a receber tratamento respeitoso, e, a repressão policial contra os comunistas e o movimento sindical cessou. Jayme Miranda, afastado devido ao seu trabalho na organização do PCB no Pará, não participou dessas lutas. A libertação em Alagoas representa a chance para os comunistas se reestruturarem rapidamente em Maceió e em diversas cidades do interior (Majella, 2015).

Desde que tomou posse embora tentando abarcar os interesses das “famílias estaduais, herdeiras do baronato agrário e do coronelismo interiorano, habitualmente conduzidos pelos bacharéis udenistas³⁷”, Muniz Falcão recebeu pressões dos oposicionistas as quais culminaram no seu *impeachment* no dia 13 de agosto de 1957, que entraria para História como primeira destituição de um governador no Brasil na era republicana, e não só. Consoante Tenório (2018) aquela sexta-feira, 13 de setembro de 1957, às 14h30, ficaria marcada por um episódio sangrento em que por quase uma hora deputados nas bancadas e nos corredores do palácio Tavares Bastos – sede da Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE/AL) – trocaram tiros, resultando na morte do deputado governista Humberto Mendes, sogro do governador, além de deixar gravemente feridos cinco deputados de oposição, um jornalista do Sul do país e uma funcionária do palácio.

³⁷ Cf. Tenório, 2018, p. 15.

Apesar da intensa mobilização popular, o *impeachment* de Muniz Falcão acabou ocorrendo, apresentando-se tanto como um recurso jurídico quanto como um golpe parlamentar estabelecido. Apenas cinco dias após o evento, no dia 18 de setembro de 1957, os deputados, em meio ao caos político de Alagoas, votaram a favor do *impeachment* de Muniz Falcão. A UDN nacional se aproveitou da situação tumultuada para acusar o PCB, atribuindo a este a responsabilidade pela desordem, segundo Juracy Magalhães, presidente da UDN à época. Sizenando Nabuco assumiu a liderança do estado e, membros do PTB (seu partido) buscavam uma resolução pacífica para manter o poder. A adesão de Nabuco aos oposicionistas intensificou ainda mais a crise política no estado (Moura, 2017).

Na data de 15 de setembro de 1957, devido retirada de Muniz Falcão e seus apoiadores, a denúncia foi aprovada e o tribunal responsável por manipular o sorteio do tribunal misto foi escolhido, pois apenas os oposicionistas foram sorteados. O Supremo Tribunal Federal (STF) anulou o processo e um novo sorteio foi realizado para julgar as acusações. Além dos desembargadores, quatro deputados da oposição e um da situação participaram da votação. Em 11 de dezembro de 1957, o veredito final do tribunal misto favoreceu Muniz Falcão, mesmo perdendo por 06 votos contra 04, pois a lei n.º 1.079 exigia dois terços de *quórum* para uma condenação. Assim, ele foi absolvido e seu mandato foi restabelecido. Muniz Falcão reassumiu o cargo de governador do estado em 24 de janeiro de 1958 (Tenório, 2018).

Após o período de gestão democrática de centro-esquerda, que trouxe benefícios para a classe trabalhadora sob a liderança de Muniz Falcão, a direita conseguiu retornar à cadeira do poder executivo do estado com a vitória de Major Luiz de Souza Cavalcante, filiado ao mesmo tempo, pela UDN e pelo Partido Liberal (PL). A eleição representou uma derrota significativa para os grupos de centro e de esquerda em Alagoas. As agremiações opositoras à UDN não conseguiram estabelecer uma agenda comum, resultando na falta de consenso em torno de uma candidatura única. Isso levou tanto o PSP quanto o PTB a lançarem seus próprios candidatos a governador e vice-governador. O PCB retirou seu apoio a Abraão Fidélis devido à tentativa do comitê central em impor o nome do Coronel Henrique Oest como vice-governador, sendo assim, o economista Beroaldo Maia Gomes (PSP) figurou como candidato na chapa de Abraão Fidélis. Com o rompimento da aliança, o PCB uniu-se ao seu antigo rival, Silvestre Péricles (PDC). Não é uma novidade na trajetória política de Alagoas o apoio dos comunistas a uma candidatura de Silvestre Péricles de Góis Monteiro. Em 1958, por exemplo, apoiaram a candidatura de Silvestre Péricles para o Senado com o intuito de combater o “entreguismo” e “os golpistas da UDN”; incluindo Arnon de Melo. Silvestre Péricles e comunistas se juntaram

por meio da “Frente Única dos Candidatos Democráticos e Nacionalistas,” que reunia candidatos nacionalistas sem critérios partidários excludentes (Melo, 2012).

A edição de 21 de setembro de 1958, ano XII, número 38, do jornal “A Voz do Povo” (FIGURA 07) traz na primeira página: “Jayme Miranda declara A Voz do Povo: Os comunistas alagoanos apoiam: Silvestre Péricles para Senador – Odilon de Souza Leão – a Câmara Federal – para Deputado Estadual a Nelito Nunes de Carvalho – para Vereador a Renalvo Siqueira Dos Santos na frente única dos candidatos democráticos e nacionalistas sem nenhum exclusivismo partidário”.

Figura 07 – Entrevista de Jayme Miranda ao jornal “A voz do Povo”, na edição de 21 de setembro de 1958



Fonte: Portal Memórias Reveladas³⁸

Em determinado trecho, Jayme Miranda declara o seguinte, explicando o apoio a Silvestre Péricles:

Já estamos apoiando decisivamente a candidatura do Sr. Silvestre Péricles de Góis Monteiro para o Senado Federal porque é em torno desse político alagoano que se unificou a coligação nacionalista e democrática eleitoral e que vem se dando a aglutinação das grandes massas da cidade e do campo. Trata-se de uma correlação de forças políticas concretas e objetivas, pois, embora haja quatro candidaturas ao Senado, isto é, as dos senhores Guedes de Miranda, Ezequias da Rocha, Silvestre Péricles e Arnon de Mello, é em torno desses dois últimos candidatos que estão se polarizando a maioria das forças políticas e sociais do Estado. Havíamos tentado anteriormente uma terceira candidatura que reunisse a chapa Guedes-Ezequias que

³⁸ Jornal “A Voz do Povo”, de 21 de setembro de 1958. Disponível em: <https://encurtador.com.br/0Qfvl>. Acesso: 02 abr. 2024.

nos pareceu a fórmula mais democrática para o apoio popular. Contudo isso não dependia só de nossa vontade. Esta fórmula foi posta de lado por outras forças, isolando esses dois senhores das reais possibilidades do eleitorado alagoano. [...] Decidimos dar todo apoio ao Sr. Silvestre Péricles, independentemente das restrições que lhe fazíamos no passado e sem nenhum compromisso partidário ou pessoal... Estamos convencidos de que a candidatura do Sr. Silvestre Péricles é a única que atende, no momento, aos supremos interesses populares no sentido de reforçar de ato o movimento nacionalista da Alagoas e derrotar a candidatura (A Voz do Povo, 21 de setembro de 1958, p. 1).

Luiz Cavalcante, declaradamente anticomunista, foi um contundente opositor do governo João Goulart e participou ativamente do golpe de 1964 em Alagoas. Com a direita conservadora e golpista da aliança PL-UDN no poder, a classe trabalhadora sofreu ataques coordenados. Os partidos de centro e esquerda não chegaram a um acordo, o que os colocou em lados opostos. A falta de uma nova frente única foi atribuída à inflexibilidade do PCB e PSP, resultando na vitória da UDN-PL e na desvantagem da classe trabalhadora. Em 1º de maio de 1962, a Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alagoas e o PCB organizaram um evento com fogos de artifício, hasteamento da bandeira nacional e palestras. Jayme Miranda, jornalista do PCB, proferiu uma palestra no Sindicato dos Têxteis da Fábrica Alexandria, enquanto seu irmão, Nilson Miranda (também do PCB e presidente do Sindicato dos Radialistas), falou no Sindicato dos Estivadores. Diversos protestos foram realizados para reivindicar melhores condições de vida e direitos, incluindo um protesto dos operários têxteis de Alexandria contra demissões e por um aumento salarial de 50% (Melo, 2012).

O PCB empreendeu esforços na campanha das eleições de 07 de outubro de 1962. Na oportunidade, vários comunistas se candidataram por outros partidos, precipuamente pelo PSP. Foram esses nomes que saíram pela legenda: José Otávio Moreira para senado; para o cargo de deputado federal: Muniz Falcão para o cargo de deputado federal, Muniz Falcão, Abrahão Moura, Mendes de Barros, José Octavio Moreira e Cel. Henrique Oest; para deputado estadual: Jayme Miranda (PSP); para Vereadores: Nilson Miranda (PSP). Renalvo Siqueira candidatou-se à vaga de vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Os dois mais votados para deputados federais foram Muniz Falcão e Abrahão Moura. O PSP iria ter a maior bancada na Câmara de Vereadores, três de doze, com o comunista Nilson Miranda, Hamilton Moraes e Alcides Falcão. A nova composição era de oposição ao governo do estado. A UDN elegeu dois vereadores e o Partido Democrata Cristão (PDC), legenda do prefeito à época, um vereador. (*Ibid.*, p. 54).

De acordo com Costa (2013), o ano de 1964 teve um papel crucial nas disputas entre os grupos que detinham o poder e os setores que defendiam as Reformas de Base, em especial a reforma agrária, que representou um dilema nas lutas sociais em Alagoas. As elites, cujo poder

se sustentava nos latifúndios, temiam uma redistribuição radical do poder que poderia ocorrer caso as reformas fossem implementadas. As greves frequentes mantinham os grupos dominantes em estado de alerta, à medida que a mobilização dos trabalhadores rurais ganhava cada vez mais força. Enquanto isso, o governador Luiz Cavalcante usava os meios de comunicação do Estado para enaltecer as realizações de sua gestão em Alagoas por ocasião do terceiro aniversário de seu governo (Costa, 2013). No período de 1961 a 1964, o governo alagoano tentou reprimir e dismantelar a organização dos movimentos sindicais e sociais. O capital privado pode explorar os trabalhadores com mais liberdade, pois, contava com o respaldo do governo. Apesar das perdas da classe trabalhadora em Alagoas com a ascensão da direita nas eleições de 1960, ela conseguiu se engajar nos movimentos nacionais por reformas e conquistas democráticas. No 1º de abril de 1964, com a consumação do golpe, mais de uma centena de prisões ocorreram, resultando na detenção de diversas lideranças políticas e sindicais, como Jayme Miranda, Rubens Colaço, Nilson Miranda³⁹, Ruben Ângelo, além de dezenas de operários têxteis. As forças policiais destruíram o jornal “A Voz do Povo” e o saquearam com a ajuda de populares (Melo, 2012).

Após meses preso em virtude do golpe militar de 1964, ao ser libertado, Jayme Miranda mudou-se clandestinamente para o Rio de Janeiro. Ele foi reeleito para o Comitê Central, sendo escolhido, em seguida, para a comissão executiva do Comitê Central. Compõem a executiva: Luis Carlos Prestes, Giocondo Dias, Orlando Bonfim Júnior, Zuleika Alambert, Dinarco Reis, Geraldo Rodrigues dos Santos e Jayme Miranda – efetivos; Ramiro Luchesi, Walter Ribeiro e Marco Antonio Tavares Coelho – suplentes. Jayme trabalhou na organização do PCB em diversos estados das regiões Sudeste e Sul, mas a sua base de atuação foi o Rio de Janeiro. Enquanto membro da comissão executiva, atuou na equipe encarregada da organização do partido, envolvendo longas viagens para estados e cidades. Mantinha contato com as lideranças do partido no lugar onde se encontrava. Devido à natureza das tarefas desenvolvidas, foi obrigado a mudar de endereço constantemente, por segurança pessoal e partidária. Chegou a morar em diversos bairros da cidade do subúrbio carioca (Majella, 2015).

2.3 TRAMA POLÍTICA DO DESAPARECIMENTO

No ano de 1973, Jayme Miranda visitou a União Soviética (URSS) por diversas vezes e também esteve pessoalmente com Mao Tsé-Tung (FIGURA 08) com o escopo de mediar as

³⁹ No terceiro capítulo, o leitor perceberá que os familiares dizem o contrário: Nilson Miranda não foi preso. Ele teria conseguido fugir de Maceió para o Rio de Janeiro.

tensões entre URSS e a República Popular da China (RPC). Registramos na subseção anterior que, Jayme, ao sair da cadeia em Maceió, seguiu para o Rio de Janeiro para atuar na política e viver na clandestinidade. Quando foi preso, em 01 de abril de 1964, ele só sairia da detenção um ano depois com a condicionante de se apresentar semanalmente numa divisão militar.

Jayme Miranda foi posto em liberdade, enfermo (suspeita de câncer na laringe), necessitando de cuidados em um centro médico maior, o que Maceió não oferecia à época. Desta forma, Jayme não mais se apresentou às autoridades da repressão, cuja ação culminou em interrogar seu Manoel Simplicio e Haroldo Miranda, pai e irmão mais velho de Jayme Miranda, respectivamente.

Figura 08 – Comitativa brasileira⁴⁰ em reunião com Mao Tsé-Tung, na RPC



Fonte: Site História de Alagoas (2015)⁴¹

Segundo Brasil (2014b) devido à suspeita de câncer na garganta, em meados de 1973, Jayme Miranda foi enviado, pelo PCB, à URSS de modo a realizar tratamento de saúde específico. Ao retornar ao Brasil, o Partido já sofria com as diversas prisões de seus dirigentes. Diante do quadro, o Comitê Central decidiu que Jayme não deveria mais permanecer no país, contudo, tal deliberação não se concretizou. No dia 4 de fevereiro de 1975, uma terça-feira, Jayme saiu de casa no bairro do Catumbi, Rio de Janeiro, despediu-se do pai e da irmã Zenaide (estavam no Rio de Janeiro), e, nunca mais voltou (Brasil, 2014b).

Consoante Joffily (2008), a perseguição ao PCB, a qual anteriormente era esporádica e ocasional, tornou-se contínua. O ataque foi muito além do empastelamento de veículos de

⁴⁰ Jayme Miranda é o primeiro na imagem, de frente, para Mao Tsé-Tung.

⁴¹ JAYME Amorim de Miranda, a maior liderança comunista de Alagoas. **História de Alagoas**, 30 abr. 2015. Disponível em: <https://encurtador.com.br/4K3WY>. Acesso em 24 maio 2024.

comunicação do PCB, visando identificar seus principais líderes e persegui-los individualmente. A partir de dados fornecidos por infiltrados e obtidos sob tortura de militantes, o Destacamento de Operações de Informações (DOI) elaborou um minucioso levantamento da estrutura hierárquica do partido (Joffily, 2008). Documentos produzidos pela 2ª Seção do II Exército, como, por exemplo, a Informação n.º 485/75, de 13 de março de 1975, demonstra a investida sistemática dos órgãos de repressão contra o Comitê Central. A informação n.º 485/75 tinha como assunto ‘Neutralização do PCB’ com a seguinte redação:

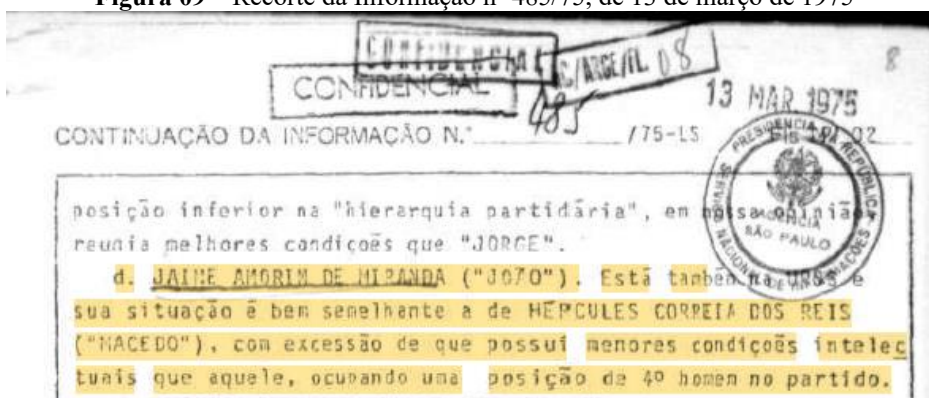
1. O DOI/CODI/II Ex, analisando a estrutura e funcionamento do PCB, organizou uma relação de membros do CC que, pela atuação e posição no partido, se presos, causariam com suas “quedas”, danos irreparáveis a curto e médio prazo, a essa organização de esquerda.
2. Para organizar-se tal relação, foram considerados os seguintes aspectos:
 - a. Repercussão política e quebra de “moral” nos comunistas;
 - b. Condições intelectuais e ideológicas, além de militância anterior, que possibilitem assumir postos elevados ou reorganizar setores do partido;
 - c. Interesse dos Órgãos de Segurança, visando informações (Brasil, 2012, nota 90, p.8)⁴²

O documento descreve as atividades e os nomes falsos cujos dirigentes usavam na clandestinidade. São eles: Giocondo Gerbasi Alves Dias (“Neves”), Hércules Correia dos Reis (“Macedo”), Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior (“Jorge”), Jaime Amorim de Miranda (“João”), Aristeu Nogueira Campos (“Caetano”), Renato de Oliveira Mota (“Gonzaga”), Elson Costa (“Eli”) e Hiran de Lima Pereira (“Artur”). Era comum os documentos trazerem o nome de Jayme Miranda grafado com a vogal “i”. Na descrição (FIGURA 09), o documento sinalizava que ele era o “4º homem no partido” e estaria, assim como Hércules Correia dos Reis, na URSS, “com excessão⁴³ de que possui menores condições intelectuais que aquele”. Interessante perceber que o documento é de um pouco mais de um mês após o desaparecimento de Jayme Miranda. Desta maneira, Jayme Miranda continuava vivo, pelo menos em documento oficial do Estado brasileiro.

⁴² Informação n.º 485/75, de 13 de março de 1975, da 2ª Seção do II Exército (Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_81057_75, p. 8-9). Disponível em: <https://encurtador.com.br/gBhfu>. Acesso em 24 maio 2024.

⁴³ Grafia conforme original.

Figura 09 – Recorte da Informação nº 485/75, de 13 de março de 1975



Fonte: Site da Comissão Nacional da Verdade⁴⁴

O regime militar teve seu sucesso nessas investidas contra lideranças de partidos e movimentos contrários à ditadura. Silva (2023), em seu levantamento, afirma que o Centro de Informações do Exército (CEI) já tinha entregue um mapeamento, detalhando o funcionamento interno do PCB. O documento, com 50 páginas, era o Relatório Especial de Informações (REI) n.º 04/74, de 22 de maio de 1974, assinado pelo general Confúncio Danton de Paula Avelino. Chama atenção nas páginas do levantamento, algumas informações erradas ou desatualizadas como a omissão às mortes de David Capistrano da Costa, Luiz Ignácio Maranhão Filho, João Massena Melo e Walter de Souza Ribeiro, mencionados como se vivos estivessem à época da redação. O autor interpreta ainda que, “(...) relação às mortes, deve-se levar em conta a hipótese de que os erros tenham sido propositais, pois os militares nunca assumiram formalmente o assassinato e o sumiço dos quatro dirigentes – como fizeram com mais de duas centenas de opositores desaparecidos nos Anos de Chumbo” (Silva, 2023, p. 281).

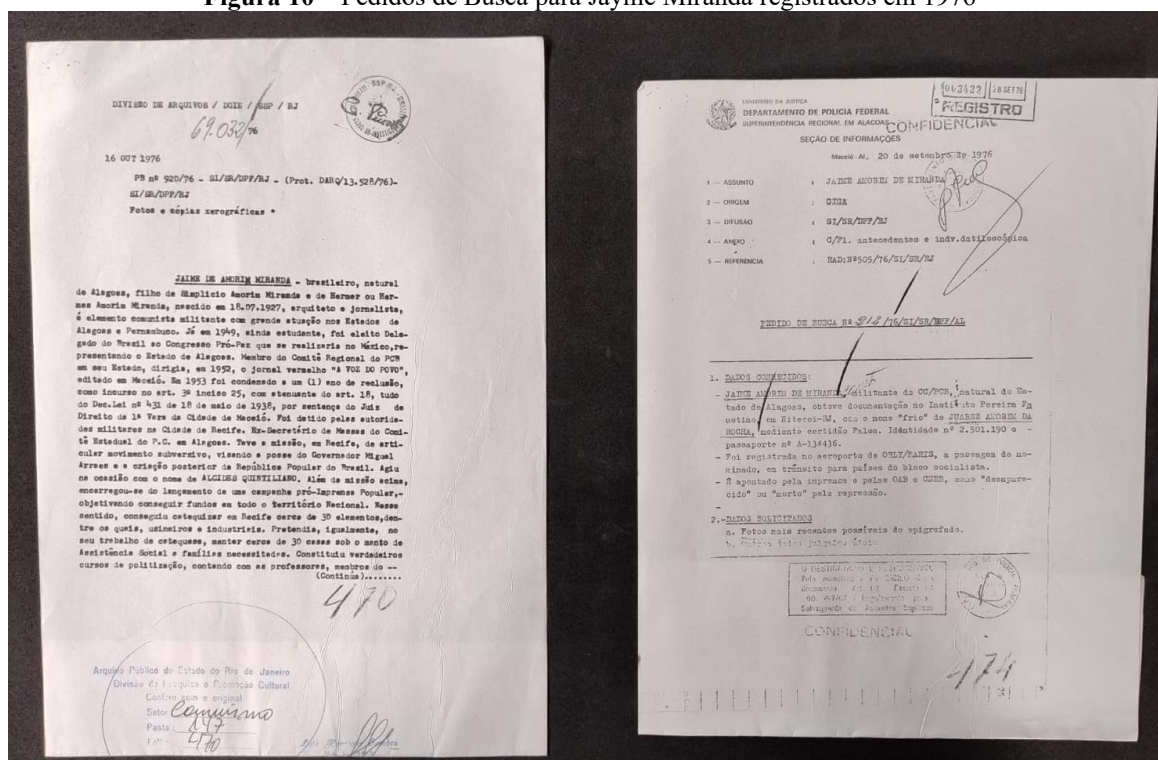
Corroborando com essa hipótese dos “erros propositais” alvitada por Silva (2023), tem-se como exemplo dois pedidos de busca (FIGURA 10) a Jayme Miranda, ambos expedidos, um ano após ao desaparecimento. O Pedido de Busca n.º 920/76/SI/SR/DPF/RJ (documento à esquerda da FIGURA 10), de 16 de outubro de 1976, ao qualificá-lo, refere-se assim: “é elemento comunista militante com grande atuação nos Estado de Alagoas e Pernambuco”. Verifica-se nesse trecho, de início do documento, do uso do verbo no presente do indicativo. No Pedido de Busca n.º 212/76/SI/SR/DPF/AL, de 20 de setembro de 1976 (documento à direita) informa que Jayme Miranda usou nome “frio” de Juarez Amorim da Rocha⁴⁵, “mediante certidão Falsa”.

⁴⁴ Informações nº 485/75 e nº 487/75, ambos de 13 de março de 1975, da 2ª Seção do II Exército (Arquivo Nacional, SNI: BR_DFANBSB_V8_AC_ACE_81057_75, p. 9. Disponível em: <https://encurtador.com.br/JXMVh>. Acesso em: 22 mar. 2023.

⁴⁵ Jayme Miranda, na clandestinidade, assumiu outros tantos nomes falsos como Joel Assis da Rocha, conforme documento BR_DFANBSB_VAX_0_0_0051_d0001de0008, p. 6, do Processo do Ministério da Justiça no Banco de Dados Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, pertencente ao Ministério da Justiça. Disponível em:

Além disso, este expediente confidencial constrói a imagem de pessoa com vida, apenas com localização a ser melhor identificada: “Foi registrada no aeroporto de ORLY/PARIS, a passagem do nominado, em trânsito para países do bloco socialista”. E continua: “É apontado pela imprensa e pelas OAB e CNBB⁴⁶, como ‘desaparecido’ ou ‘morto’ pela repressão”. A construção da última frase sugere que o desaparecimento ou morte de Jayme Miranda é fato novo, ainda desconhecido para o regime. E mais, lança sobre as instituições denunciante a incumbência da prova manifestada.

Figura 10 – Pedidos de Busca para Jayme Miranda registrados em 1976



Fonte: Arquivo pessoal de Olga Miranda

Consoante Segatto (2023), o desmantelamento do PCB foi alcançado também pelas prisões e torturas de militantes, acompanhado do desmonte das organizações de base municipais, estaduais e setoriais (sindicais, estudantis, militares, etc.); o empastelamento de jornais como “Voz Operária” [acrescento aqui “A Voz do Povo”, em Alagoas]; a desarticulação de seções de finanças, locomoção, documentação e fronteira, e, fundamentalmente, o deslocamento de dirigentes para o exterior. A operação de desmonte do aparato político

<https://encurtador.com.br/Dd4cU>. Acesso em 26 abr. 2023. Observa-se que, geralmente, ele mantinha nome iniciado com a letra “J” e alternando os sobrenomes Amorim (sobrenome materno) e Rocha (sobrenome da esposa).

⁴⁶ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

organizativo do PCB foi pensada de cima, envolvendo o alto comando do governo e militares, e, a execução ficou por conta dos órgãos policiais-militares, oficiais ou clandestinos.

Ainda segundo o autor, um dos motivos para o PCB está no centro das perseguições da ditadura militar era o fato da legenda ter sido a mais influente e com maior capilaridade se comparada a outros partidos de esquerda. Por exemplo, o PCB teve papel crucial nas articulações que resultaram no crescimento expressivo do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1974; e, depois do resultado do pleito, os agentes da repressão aumentaram o cerco aos quadros políticos do Partido. Acrescenta ele, “Mesmo sendo contrário a resistência armada e tendo optado, desde o primeiro momento, pela ação política, buscando reconquista do estado de direito democrático, foi transformado no principal inimigo a ser desbaratado ou aniquilado” (*Ibid.*, p. 19).

No VI Congresso de 1967, o PCB deliberou pelo “enfrentamento institucional da resistência à ditadura”⁴⁷. Na prática, isso significou uma linha pacífica e moderada de propaganda política de aproximação com a população por meio da imprensa partidária, de sindicatos e universidades, e, de uma frente democrática via alianças com partidos políticos clandestinos. As organizações comunistas, cuja decisão no Congresso não concordaram, decidiram pela luta armada, como foram o caso da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR- Palmares) e Ação Libertadora Nacional (ALN).

Silva (2023, p. 41-42) esclarece o cenário político da época e ilustra as consequências imediatas do VI Congresso:

[...] O encontro foi realizado dentro da mais completa clandestinidade na primeira quinzena de dezembro de 1967 em uma chácara nas proximidades de São Paulo. Apesar dos riscos, o conclave não foi descoberto pela repressão.

(...)

O Brasil vivia em dezembro de 1967 o início da fase mais perversa da perseguição aos adversários da ditadura. Desde março daquele ano, o marechal Artur da Costa e Silva presidia o país. Prócer da linha dura das Forças Armadas, Costa e Silva montou durante seu governo o aparato legal que amparou, nos 10 anos seguintes, a caçada mais sangrenta aos comunistas.

(...)

Na aplicação dessa concepção pacifista, o conclave de 1967 confirmou também a expulsão de grupos engajados na luta armada. Entre os afastados estavam Carlos Marighella, fundador da Ação Libertadora Nacional (ALN), a mais ativa das organizações urbanas de esquerda que optaram pela violência no combate à ditadura. (...) Na memória do Partidão, o congresso de 1967 também ficou marcado pela ocorrência de um episódio traumático: uma bomba esfaqueou a mão direita e cravejou de estilhaços o peito de Salomão Malina. Os organizadores precisaram, sem perda de tempo, montar uma operação de emergência para salvar o dirigente ferido.

⁴⁷ Cf. Silva, 2023, p. 41.

Seguindo a linha da análise de conjuntura, Joffily (2008) diz que enquanto o tempo avançava, as organizações de esquerda viam seu apoio popular diminuir. Isso se devia tanto as críticas geradas pelas ações armadas com fatalidades quanto à empolgação causada pela melhoria da economia, graças ao chamado “milagre econômico”. Além disso, simpatizantes e militantes se afastavam devido a discordâncias em relação à luta armada. Diante da destruição de suas fileiras por um aparato repressivo cada vez mais eficaz e informado e sem capacidade para recrutar novos membros, as organizações de esquerda entraram em um círculo vicioso no qual realizavam atos de expropriação não com fins políticos (visando financiar a revolução), mas apenas para garantir a sobrevivência de seus militantes profissionalizados e manutenção da vida clandestina. Vale ressaltar também que essas organizações tinham pouca experiência no contexto da guerrilha urbana (Joffily, 2008).

O desaparecimento de Jayme Miranda, assim como de outros dirigentes, então, fez parte de uma ação planejada para perseguição de militantes e o desmonte das organizações de esquerda, sobretudo, o PCB. Foi preciso entender quais eram e como agiam os dirigentes com o escopo de fragilizar, desde cima, a estrutura do Partidão. Jayme, como vimos, durante o tempo que militou no pós-64, tinha uma saúde fragilizada e foi vítima de infiltrados, facilitando a sua captura. No acervo do “Jornal do Brasil”, consta a primeira menção ao desaparecimento de Jayme Miranda na edição número 325, de 2 de março de 1975, p. 4 (FIGURA 11).

Na notícia consta que, o presidente da regional carioca da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Virgílio Luiz Donucci divulgou, no sábado anterior, uma nota demonstrando preocupação pela prisão do colega e igualmente advogado, Roberto Camargo, 46 anos, preso na sexta-feira última, em seu escritório localizado na Rua Uruguaiana, 13, 7º andar, e até aquele momento não fora encontrado. Na mesma nota, Donucci se refere a Jayme Miranda, 50 anos, desaparecido há 15 dias. Na realidade, 26 dias.

Figura 11 – Menção ao desaparecimento de Jayme Miranda no “Jornal do Brasil” (1975)



Fonte: Acervo digital do Jornal do Brasil⁴⁸

Assim que tomaram conhecimento do desaparecimento, os familiares iniciaram as buscas e cobranças por respostas do Estado brasileiro a respeito do paradeiro de Jayme Miranda. Por meio do senador André Franco Montoro, à época líder do MDB no Senado Federal, o pai de Jayme enviou-lhe uma carta (FIGURA 12) buscando auxílio, datada de 13 de fevereiro de 1975, a qual transcrevemos abaixo. Essa carta tem um conteúdo mais pessoal de tom aflitivo diferente da segunda carta cujo teor assume, ainda que sutilmente, uma postura de cobrança das autoridades. Por seu turno, Franco Montoro, encaminhou a correspondência ao Ministro da Justiça, Armando Ribeiro Severo Falcão, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA): “(...) o Sr. Manoel Simplício de Miranda, (...) expõe problema relativo a prisão de seu filho (...). O assunto situa-se na área de competência do Ministério da Justiça, motivo pelo qual remeto cópia do expediente (...), solicitando especial atenção e possíveis providências”⁴⁹.

⁴⁸ Jornal do Brasil (RJ) edição número 325, de 02 de março de 1975, p. 4. Disponível em: <https://encurtador.com.br/1erHn>. Acesso em 25 mar. de 2024.

⁴⁹ Arquivo BR_DFANBSB_VAX_0_0_0051_d0001de0008, p. 9, do Processo do Ministério da Justiça. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Dd4cU>. Acesso em 26 abr. 2023.

Figura 12 – Carta de Manoel Simplicio ao senador Franco Montoro (1975)

VAX. 3.5.10.10

Manoel, 13 de Fevereiro de 1975

Prezado Senador,

Pela presente tomo a liberdade de enviar a V.Exa. em anexo a comunicação que fizemos a Ordem dos Advogados do Brasil, em relação a prisão do meu filho, Jaime Amorim de Miranda. Avalie V.Exa., o estado de espírito que minha esposa, meus outros 09 filhos, noras e genros estão passando.

O fato de estar me dirigindo a V.Exa., é porque acredito no papel que representa o ilustre Senador nesta Casa do Congresso Nacional.

Certos da sensibilidade de V.Exa., para o caso em apreço. Encareço-lhe que feita a vossa bondade nos ajude nessa hora tão difícil que atravessamos, localizando o nosso filho Jaime Amorim de Miranda e, que lhes seja feita a devida justiça pelos processos e meios legais que disciplinam as nossas leis em vigor no nosso País.

Cordialmente agradecido,

Manoel Simplicio de Miranda

Al. Duque de Caxias, 1250
tel. 3.2132. Manoel Simplicio

Fonte: Acervo digital do Arquivo Nacional⁵⁰

Prezado Senador,

Pela presente tomo a liberdade de enviar a V.Exa. em anexo, a comunicação que fizemos a Ordem dos Advogados do Brasil, em relação a prisão do meu filho, Jaime Amorim de Miranda. Avalie V.Exa., o estado de espírito que minha esposa, meus outros 09 filhos, noras e genros estão passando.

O fato de estar me dirigindo a V.Exa., é porque acredito no papel no que representa o ilustre Senador nesta Casa do Congresso Nacional.

Certos da sensibilidade de V.Exa., para o caso em apreço. Encareço-lhe que feita a vossa bondade nos ajude nessa hora tão difícil que atravessamos, localizando o nosso filho Jaime Amorim de Miranda e, que lhes seja feita a devida justiça pelos processos e meios legais que disciplinam as nossas leis em vigor no nosso País.

Cordialmente agradecido,

Manoel Simplicio de Miranda⁵¹

⁵⁰ Documento BR_DFANBSB_VAX_0_0_0051_d0001de0008, p. 10, do Processo do Ministério da Justiça. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Dd4cU>. Acesso em 26 abr. 2023.

⁵¹ A reprodução do texto foi possível com auxílio de Weldja Miranda, uma das interlocutoras dessa pesquisa, e uma das filhas de Haroldo Miranda.

Em respostas aos despachos do ministro da Justiça, o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, coronel Moacyr Coelho, em 14 de março de 1975, no ofício n.º 97/75-CCP/DPF, datilografou o seguinte: “(...) até o momento, não foi possível a localização do advogado JAYME AMORIM DE MIRANDA. As informações a respeito do seu desaparecimento prestadas por sua família são vagas e precárias, o que torna ainda mais difícil a determinação do seu paradeiro”.

Naquele dia 4 de fevereiro de 1975, Jayme Miranda teria levado seu pai ao aeroporto do Galeão, onde este estaria de retorno à Maceió. Jayme não voltou mais para casa, localizada no subúrbio de Pilares. Em carta datilografada de autoria de Manoel Simplicio (e acompanha a carta escrita à mão reproduzida acima), acrescentar-se: “foi prêso no Estado da Guanabara, por elementos que se diziam pertencer à segurança nacional. Após sua prisão, e até a presente data, nenhuma notícia se tem do seu destino e paradeiro⁵²”. Desta maneira, a resposta institucional, via Departamento da Polícia Federal, era que caberia à própria família a investigação. O Estado não tinha muito o que fazer com informações “vagas e precárias”, afinal.

Ficou mais conhecida a carta de Manoel Simplicio de Miranda, redigida em 22 de março de 1975⁵³. Ela foi endereçada novamente ao ministro da justiça e a Ernesto Geisel, ocupante da cadeira de presidente do país, durante a ditadura militar. O documento foi encaminhado ao senador Luiz Cavalcante, ex-governador de Alagoas, com passado de perseguição ao PCB, como abordamos na seção anterior. Nela, o pai de Jayme narra a rotina de muitas famílias brasileiras de desaparecidos políticos: idas e vindas “nas ruas, nos hospitais, nos necrotérios, nas prisões que nos permitiram chegar perto” atrás de respostas. Também esclarece de quem se trata o filho diante do golpe militar: “Trata-se de Jayme Amorim de Miranda, ex-suplente de deputado estadual, ex-diretor do jornal A Voz do Povo casado e preso em 64”. A esta altura, provavelmente, Manoel Simplicio sabia como os agentes da ditadura militar chamavam os comunistas, daí a necessidade de qualificar mais a fundo o filho na correspondência: “meu filho não é um criminoso senhor ministro da justiça, ele é um pensador que pode não comungar daquilo que o poder oficial considera correto ou absolutamente certo é um homem como tal sujeito a erros passivos ou não de punição mas é igualmente ser humano digno de respeito ou

⁵² Arquivo BR_DFANBSB_VAX_0_0_0051_d0001de0008, p. 11, do Processo do Ministério da Justiça. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Dd4cU>. Acesso em 26 abr. 2023

⁵³ Recebi esse documento de Thyago Miranda, durante a pesquisa de campo, em 14 de setembro de 2020. Mas é possível encontrá-la na internet. Disponível em: <https://encurtador.com.br/P6XCW>. Acesso em: 27 maio 2024.

da simples comiserção do Estado”. Naquela conjuntura, ainda cabia ao genitor rogar pela compaixão do Estado. Segue a carta:

Carta de Manoel Simplício de Miranda ao Presidente da República e Ministro da Justiça

“Pelas mãos do honrado senhor Senador Luiz Cavalcante ratifico perante Vossa Excelência o mesmo feito ao ilustre ministro DR. José Ribeiro Castro filho em nome do Conselho dos Advogados para uma luz oficial que alumie e alivie a dor da incerteza de uma família numerosa e simples como simples e numerosa são todas as famílias do norte é a busca do meu filho querido que saiu de casa na manhã de 04 de fevereiro próximo passado e não mais foi visto nas ruas, nos hospitais, nos necrotérios, nas prisões que nos permitiram chegar perto. Meu filho, douto ministro, é um advogado de 49 anos de idade, pai de quatro encantadoras crianças, um homem brilhante eu poderia considerar, não tive o receio de infringir as restrições da hora vivida que tira do homem o direito de livre ideia, de livre pensar. Trata-se de Jayme Amorim de Miranda, ex-suplente de deputado estadual, ex-diretor do jornal A Voz do Povo casado e preso em 64 e libertado quase um ano depois sem ser ressarcido da sua propriedade confiscada e destruída, residindo na Guanabara desde então meu filho não é um criminoso senhor ministro da justiça, ele é um pensador que pode não comungar daquilo que o poder oficial considera correto ou absolutamente certo é um homem como tal sujeito a erros passivos ou não de punição mas é igualmente ser humano digno de respeito ou da simples comiserção do Estado.

O tempo os meus 79 anos me tiraram a luz dos olhos, senhor Ministro, a luz vigor do meu coração. O relógio da vida está igualmente a se extinguir. Permite-me ilustre homem público, que detém tanta força nas mãos, que um pai possa pelo menos morrer tranquilo sabendo o filho desaparecido vivo ou morto. Permita em nome da honra de Vossa Excelência, que eu possa antes de entregar minha própria alma ao criador enterrar meu morto mais querido ou cobrir no amparo de meus netos e minha nora aquele que o país decidiu julgar. Um velho chora no papel, o desespero da incerteza ajuda senhor Ministro com o vosso prestígio e senso de humanidade ao servo e humilde o clã e uma família muito querida para que eu possa fechar os olhos cômico do dever cumprido. O dever do pai na proteção do filho⁵⁴”.

Maceió/AL, 22 de março de 1975.

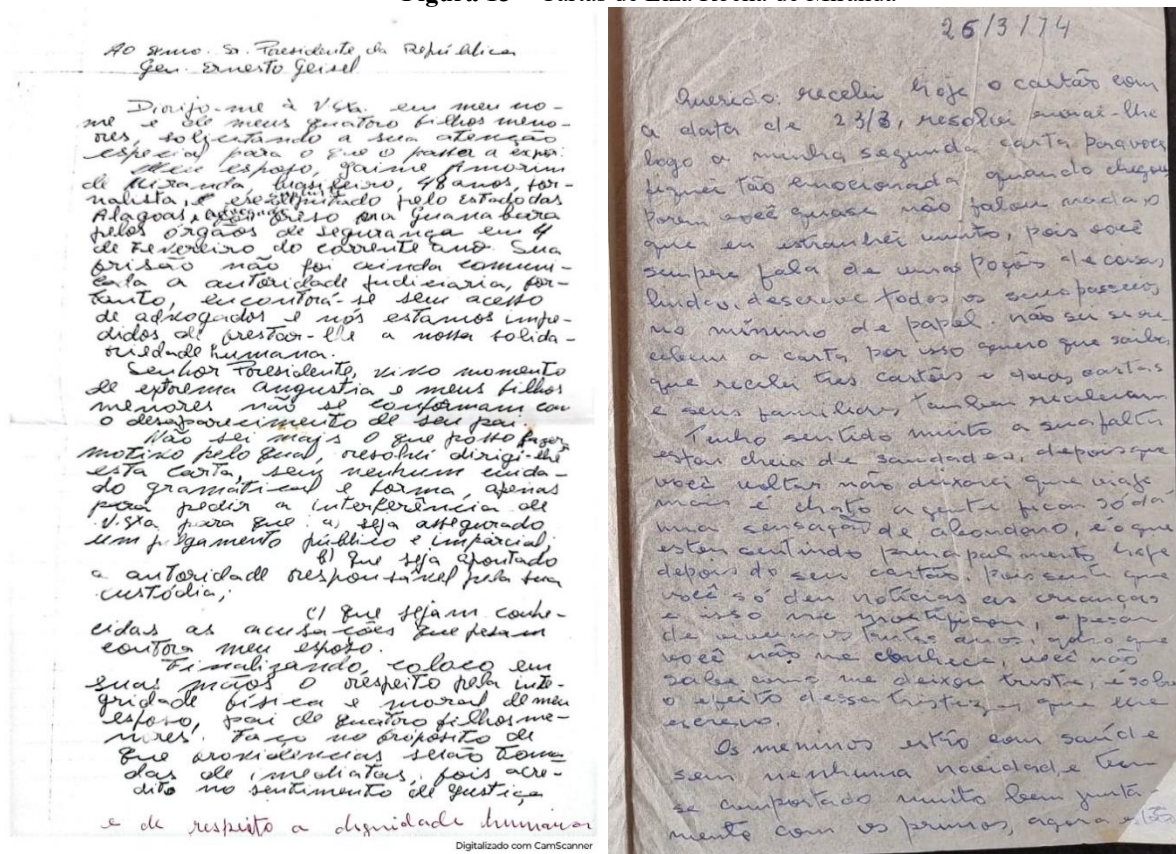
Manoel Simplício de Miranda

Durante as entrevistas para essa pesquisa chegou ao nosso conhecimento uma carta escrita à mão atribuída a Elza Rocha de Miranda, esposa de Jayme (FIGURA 13). Tentei verificar autenticidade com a própria autora, mas ela não se lembra porque, à época, era comum escrever cartas perguntando às autoridades com orientação de advogados. Busquei ainda confirmar com outros interlocutores, eles não deram a certeza, contudo acreditavam que a letra era realmente dela. Por último, fiz uma comparação entre letras desse documento com uma

⁵⁴ O texto foi uma sonora, em trecho, do documentário Memória de Sangue. Jayme Miranda: trajetória de um lutador social (2015). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h-ICM-4A-I8&t=207s>. Acesso em: 27 maio 2024.

carta original enviada por ela a Jayme Miranda, datada de 26 de março de 1974. O que dificulta, ainda, a chegar a uma conclusão é que o documento não é datado e nem assinado.

Figura 13 – Cartas de Elza Rocha de Miranda



Fontes: Arquivos pessoais de Weldja e Olga Miranda

Em 8 de maio de 1975, Alberto Rocha, chefe do gabinete da justiça, respondeu a uma carta enviada pela esposa de Jayme Miranda. Dizia o texto:

Referindo-me a carta dirigida ao senhor presidente da república, em 10 de março passado, em que afirma ter sido preso Vossa Senhoria solicita a localização de seu esposo, JAIME AMORIM DE MIRANDA, que afirma ter sido preso, tenho a comunicar-lhe, de ordem, que, segundo informações do Departamento de Polícia Federal, que as obteve nos autos da segurança desse Estado, “ele se encontra atualmente na Rússia”.

O mesmo Departamento de Polícia Federal, que dois meses antes teria documentado como imprecisas as informações passadas pela família; agora, neste expediente, afirmava que Jayme Miranda se encontrava “atualmente na Rússia”. Nos autos do processo, os quais pesquisamos, não constam provas como cartões postais, cartas, fotografias ou mesmo depoimentos de testemunhas que comprovassem a estadia de Jayme na URSS. Para a

delimitação da pesquisa, consideramos aqui ser o marco inicial da supressão do corpo, porque esta resposta foi a primeira oficialmente dada pelo Estado a respeito do paradeiro de Miranda.

Em setembro de 1978, Jayme Miranda enfrentou um julgamento à revelia na 2ª Auditoria da Marinha, ao lado de outros desaparecidos, sob a acusação de tentar reorganizar o PCB. Entre os acusados estavam Orlando Bonfim, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Hiran de Lima Pereira e Elson Costa. Jayme Amorim de Miranda foi vítima da violência perpetrada por agentes do Estado brasileiro durante a chamada “Operação Radar”, ação destinada a eliminar os principais líderes da agremiação. Até o momento, o paradeiro dos restos mortais de Jayme Miranda permanece desconhecido. Em 7 de fevereiro de 1997, foi emitida a Certidão de óbito no Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais de Maceió/AL, com o cadastro realizado por decisão do desembargador corregedor geral de Justiça de Alagoas. O óbito é registrado como desaparecimento ocorrido entre 02/09/1961 e 15/08/1979, e o local de sepultamento é mencionado como “desconhecido” (Brasil, 2014b, p. 1755 e 1756).

2.4 FAMILISMO E MILITÂNCIA

É na interação entre esfera pública e a privada/doméstica que nos interessa investigar a respeito das marcas da ditadura militar, as quais permanecem e se atualizam desde a redemocratização do Brasil. Trabalhar com familiares de desaparecidos políticos, para Catela (2001), proporcionou a análise de processos e estratégias de imposição de interpretações particulares a fim de construir representações e identidades não violentas. “Elas, suscitadas de experiências externas, revelam formas de mobilização de recursos diferenciados (políticos, culturais, religiosos, escolares, de gênero, geração e classe) para o ajustamento dessas vidas traumatizadas a um novo universo” (Catela, 2001, p. 28).

Em nossa pesquisa, pudemos entender como esses recursos diferenciados determinam a forma como os interlocutores evocam memórias sobre o desaparecimento de Jayme Miranda e todas as experiências traumáticas advindas da ditadura militar, antes e após o sumiço do corpo. A experiência de cada familiar é particular, possui uma forma singular de se relacionar com a ditadura mesmo que esses indivíduos tenham morado na mesma casa e/ou tenham testemunhado ocorrências semelhantes.

Refletindo sobre o familismo na esfera pública no tocante à ditadura argentina, Jelin (2011) considera que o conceito de família inclui uma base pessoal e específica para a solidariedade interpessoal e política. Não é uma relação anônima e abstrata. Deve haver um relacionamento pessoal que conecte os dois lados dessa ligação. Podem ser laços hierárquicos

ou redes familiares patriarcais, ou a extensão do parentesco para além dos laços de sangue na vida pública e política, laços verticais de filiação social e pessoal. Por outro lado, há algo que parece paradoxal na convergência de parentesco e cidadania. Os laços de parentesco têm um papel central no processamento das memórias das ditaduras, chegando até a definir a legitimidade das vozes na esfera pública. Ao mesmo tempo, isso cria uma barreira a um amplo grupo de cidadãos de terem acesso e posse das memórias da opressão (Jelin, 2011).

Em diálogo com Jelin (2011), Fonseca (2007) expõe a “família” como um termo político e científico historicamente posicionado ao invés de ser considerada uma entidade natural, a “célula básica” de qualquer sociedade e uma instituição importante para a saúde mental de cada indivíduo (Fonseca, 2017). O artigo⁵⁵ que Fonseca (2007) apresenta de Jelin aborda a “família” enquanto “produto ideológico”, uma força moral de uma determinada época. Ao descrever a ditadura argentina (1976-1983), Jelin lembra como a ideia da família como “célula básica” da sociedade serviu aos poderes repressivos. Campanhas estatais faziam uma espécie de pacto com as famílias: enquanto pais e mães cuidassem de suas casas, o Estado, metaforicamente, cuidaria da segurança dos filhos/cidadãos; uma forma implícita de justificativa da violência estatal.

A propósito do entendimento da família como “produto ideológico”, Collier, Rosaldo, Yanagisako (1997) tecem críticas aos funcionalistas ao afirmarem que a família não é uma ‘coisa’ concreta que atende a uma necessidade concreta oriunda da industrialização, mas sim uma construção ideológica que possui consequências morais. A provocação que as autoras fazem é no sentido de lançar luz a respeito da importância de ver família como uma entidade ideológica e respeitá-la como *status* moral de todos os tipos. Para elas, só assim poderíamos deslindar os processos dialéticos mais complexos pelos quais as relações familiares e a família como construção se transformam. As autoras complementam que “conseguiremos examinar, de uma vez por todas, como indivíduos e instituições estatais agiam, e não apenas reagiam, atribuindo a grupos de parentesco certas funções pelas quais eram legalmente responsáveis” (Collier, Rosaldo, Yanagisako, 1997, p. 19, tradução nossa).

A relação entre parentesco e espaço público-político é compartilhado por Janet Carsten (2008) ao afirmar que “A história do parentesco é sempre, entre outras coisas, uma história política (...)” (Carsten, 2008, p. 22, tradução nossa). Nesse trabalho, a autora está refletindo a respeito das inscrições e transmissões, supressões e apagamentos, de memória e parentesco nas políticas nacionais que atravessam a vida privada e familiar. “As inscrições da memória que são parte necessária do relacionamento são tecidas na linguagem detalhada da história pessoal e

⁵⁵ O artigo intitulado *Víctimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra*, de Elizabeth Jelin faz parte do dossiê Famílias em movimento dos cadernos Pagu lançado em 2007.

familiar. Mas elas abrangem a amplitude das confissões políticas em que elas emergem” (*Ibid.*, p. 28, tradução nossa).

Parentesco e militância estabelecem uma relação íntima no campo de atuações quanto às respostas por mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Bilhão (1996) nos ajuda a pensar na caracterização de militância. Para ela, de um lado, a ideologia e militância prevalecem-se sobre a vida familiar, do outro lado, o jogo de afeto e solidariedade é essencial para a manutenção da militância. A solidariedade com membros do grupo que compartilham a mesma utopia social e que também se rebelam contra o sistema é um partido político. O jogo de solidariedade e afeto entre família e militância é tão intenso que é impossível separar o comportamento familiar da organização dos trabalhadores. Dessa forma, o movimento acontece literalmente dentro casa, da mesma forma que as famílias passam a fazer parte da ação e da agitação do movimento (Bilhão, 1996).

A respeito disso, Azevedo (2016, p. 104) avalia que os familiares de mortos e desaparecidos políticos “são identificados como principal comunidade interessada nas políticas que envolvem o reconhecimento das violências passadas, transformados em seus maiores beneficiários, e também em seus fiadores morais”. A autora entende que os laços naturais e as representações sociais do parentesco, tornam os familiares agentes legítimos para cobrar ações efetivas do Estado por resposta sobre os corpos desaparecidos. Todavia, o desaparecimento cria sobre eles efeitos prolongados desse processo de reparações.

Sobre militância de familiares de pessoas desaparecidas, Leal (2019) pondera que as formas de ação e legitimidade associadas ao movimento de familiares de pessoas desaparecidas diferem das formas tradicionais de luta política nos movimentos sociais. Porque não se referem ao futuro por meio de projetos transformacionais, mas a papéis tradicionais, como a relação entre mãe e filho. No entanto, essas formas de apresentação pública não prejudicam politicamente o conteúdo de tais solicitações.

Ainda, consoante, Azevedo (2016, p. 137-138) é preciso ponderar que:

Reconhecer a *correlatividade* entre familiares, identificar-se profundamente com o sofrimento, admitir a própria vulnerabilidade e a perda como condição objetiva e subjetiva para o reconhecimento de uma comunidade entre familiares, revelar-se militante são elementos que podem fazer parte desse processo. Contudo, ele não impede a percepção de que há diferenciações entre as formas como cada familiar/família se reinscreve no mundo a partir da tragédia, nem é contraditório com a hierarquização das diferentes formas de constituir o luto.

Entre os Miranda entrevistados, há formas diversas de lidar com militância. A esposa e alguns filhos de Jayme Miranda relataram a participação em grupos ligados aos movimentos de familiares de mortos e desaparecidos políticos; a atuação do neto em atos públicos como o do

dia 6 de abril de 2024 com o intuito de reivindicar o restabelecimento simbólico do mandato⁵⁶ na Assembleia Legislativa de Alagoas; o engajamento político dentro do PCB em sua reconstituição quando do fim da ditadura militar; ou ainda aqueles que acompanharam pontualmente de ações passivamente.

A militância de familiares de mortos e desaparecidos no Brasil expõe como o gênero e o parentesco se relacionam quando as categorias de identificação são convocadas no debate público: marido, esposa, filhos/as, sobrinhos/as, avós e avôs, netos/as e seus desdobramentos em movimentos políticos. Em diálogos como os interlocutores, podemos perceber como os papéis de gênero e da divisão social do trabalho são marcas caracterizadoras de práticas políticas desses indivíduos e do compartilhamento de informações entre os entrevistados. Podemos citar alguns exemplos que surgiram no campo: a divisão de papéis do marido e da esposa na clandestinidade; a participação (ou não de mulheres) na militância do PCB; o acesso a informações dentro de uma prática de que certos assuntos são apenas compartilhados entre homens; o revisionismo da visão sobre o papel das mulheres durante a ditadura militar no seio da família Miranda. Esses apontamentos reaparecem no último capítulo.

2.5 PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA NA CONSTRUÇÃO DO CAMPO MARCADO PELO DESAPARECIMENTO POLÍTICO

No ano que se chegava ao fim a ditadura militar no Brasil, eu nascia em Alagoas. A marca deixada pelos sucessivos governos militares, oriundos de um golpe em primeiro de abril de 1964, passaram a habitar minhas reflexões agora, 38 anos depois. Quando assisti aos protestos contra as medidas de isolamento social para o enfrentamento da Covid-19, nos meses de abril e maio de 2020, ocorridos em frente ao 59º Batalhão de Infantaria Motorizado de Maceió (quartel do Exército), logo me veio à crítica àquelas pessoas que se aglomeravam, vestiam as cores verde e amarelo e [algumas] ostentavam cartazes e bandeiras do país, como se elas inconscientemente fizessem parte ou de um efeito manada – já que o evento de 19 de abril contou, inclusive, com a participação do presidente da república ao discursar para apoiadores em frente ao Quartel-General do Exército, localizado em Brasília⁵⁷ (DF) – ou de episódios anedóticos de uma cidade marcada pelo colonialismo: dominação política de famílias

⁵⁶ Foi restituído em 14 de junho de 2024. Jayme e mais 15 deputados foram reempossados simbolicamente.

⁵⁷ Bolsonaro discursa em Brasília para manifestantes que pediam intervenção militar, **G1**, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/USgEc>. Acesso em 30 dez. 2023.

tradicionais, diferenças de classe entre a parte alta e baixa da cidade e a influência externa em detrimento da desvalorização cultural local. Ou, ainda, as duas hipóteses juntas.

Embora, eu esteja na oposição das ideias defendidas naqueles eventos, existia algo em comum: não o fato de ser maceioense, mas a percepção do que teria sido a ditadura militar na capital, e sobretudo, no estado. “Alagoas não teve ditadura. Esses casos de agressão só ocorriam com pessoas que faziam coisas erradas. Gente de bem não sofreu nada”. Frases como essa e suas variações povoaram minha infância e juventude. Cresci ouvindo isso de familiares, como meus avós, e conhecidos que me relatavam sobre os bons tempos de moralidade. Porém, o que seriam “coisas erradas” e “coisas certas”? O que qualifica as pessoas entre “gente de bem” e “gente do mal”? De forma superficial e vaga, as respostas davam conta de comportamentos condizentes e reprováveis perante a lei. À vista disso, seria prudente para um garoto do Benedito Bentes, que crescia às margens dos cartões postais da cidade, reproduzir comportamentos e condutas aprovadas pelos mais vividos e experientes na vida, a fim de se encaixar naquilo que era moralmente aceito e evitar a “humilhação” de ser revistado na rua por policiais como alertava minha avó materna.

Do mesmo modo que dentro de casa não se ouvia o assunto a respeito dos ocorridos entre os anos de 1961 e 1964, na escola e na universidade passei sem conhecer a história desse período, aliás nem mesmo a História de Alagoas fora abordada de forma sistemática e relacional nos conteúdos programáticos das disciplinas de Humanas. Usando espada e gorro feitos de papel de jornal, ornados com fitas adesivas nas cores da bandeira nacional, eu desfilava pelas ruas do bairro rumo ao batalhão de polícia militar ou visitava o quartel do exército em excursões escolares, em comemoração à data alusiva ao dia do soldado, 25 de agosto. Mas que uma falha no projeto pedagógico, a visão acrítica e romanceada do papel histórico do exército faz parte de um projeto de construção da memória do país.

Memória é um instrumento de disputa constantemente reivindicada por governos, sejam eles democráticos ou ditatoriais. Construir e tornar narrativas abertas aos indivíduos sobre determinadas temáticas socioculturais é assumir uma estratégia de controle para o favorecimento de uma “verdade” oficial a qual se internaliza na sociedade sorrateiramente como um projeto beneficiador do Estado burguês. Dito isso, estou dialogando com Benjamin (1987, p. 224-225) quando, no ensaio “Sobre o conceito da história”, afirmou que “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. O crítico literário alemão está alertando para o destino fatalmente aceito quando da apropriação histórica do passado pelas classes dominantes e do conformismo

geral em aceitar as narrativas produzidas por estas. Se a burguesia se preocupa em controlar as forças produtivas (meios de produção e a força de trabalho) e as formas de elaboração intelectual (arte e educação, por exemplo), a ela interessa também gerenciar a memória coletiva de uma sociedade.

Para manter os interesses capitalistas na América Latina, sobretudo dos Estados Unidos, muitos países enfrentaram golpes militares, entre as décadas de 1960 e 1970, a fim de assegurar que projetos progressistas ou socialistas não se instalassem no hemisfério sul do globo. Como demonstramos na seção anterior, parti de um conjunto de referenciais teóricos a fim de seguir com minhas próprias reflexões sobre a ditadura brasileira (1964-1985) a fim de compreender o que está em disputa hoje no terreno das narrativas mnemônicas, quando esse passado recente é um dinamizador político o qual se fixou como discurso da ordem com a ascensão da extrema direita no país a partir da vitória de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, mas que nunca deixou a esfera do doméstico, da família.

O discurso em nome da proteção econômica, a ingerência do poder executivo do país e a subnotificação de dados durante um surto de doença infecciosa encontra também paralelismo com o período ditatorial no Brasil. O governo do general Geisel agiu para censurar a divulgação de dados e números de casos e mortes referentes à epidemia de meningite⁵⁸, cujo foco inicial se deu em Osasco (SP) e se irradiou pelo país, com o intuito de não comprometer a campanha do “milagre econômico brasileiro”, já em franca desaceleração se comparados com números do antecessor, o general Emílio Médici (1969-1974). Até hoje não são conhecidos os números exatos de óbitos ... presenciamos cenário semelhante quanto às subnotificações⁵⁹ da Covid-19.

A aglomeração em frente a quartéis do Exército e a nostalgia do período dos governos militares, explícita em cartazes com frases como “AI-5 já!”, são expressões da negação da realidade e da incapacidade de operar relações entre os períodos distantes em pouco mais de três décadas, que poderão marcar a memória coletiva [da pandemia]. Uma pesquisa publicada pelo Datafolha, em 27 de junho de 2020 mostrou que 49% dos entrevistados (uma queda de 16% em relação a uma pesquisa anterior em janeiro do mesmo ano⁶⁰) não ouviram falar do Ato institucional número 05 e 1% não sabia dizer⁶¹. O decreto que oficializou práticas de tortura e

⁵⁸ MADEIRO, Carlos. Como a ditadura militar tentou esconder epidemia de meningite no Brasil, **UOL**, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/2zQ01>. Acesso em 30 dez. 2023.

⁵⁹ Pesquisa estima pelo menos 18% de subnotificação de mortes por covid-19 no país, **UFMG**, 12 maio 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pj9lx>. Acesso em 30 dez. 2023.

⁶⁰ DATAFOLHA: apoio à democracia cai no primeiro ano do governo Bolsonaro, **Veja**, 01 jan. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/SzMDe>. Acesso em 30 dez. 2023.

⁶¹ DATAFOLHA: 75% apoiam democracia e 78% dizem que regime militar foi ditadura, **G1**, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gXs4F>. Acesso em 30 dez. 2023.

suspendeu garantias institucionais é objeto de desconhecimento de boa parte da população hoje, considerando que a resposta “ouvir falar sobre” não quer dizer efetivamente conhecer o que foi o AI-5, emitido durante o governo do marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969).

A ocultação da meningite, a oposição ao isolamento social durante a pandemia, os governos militares no Cone Sul fizeram-me voltar à atenção para as manifestações de Maceió na seguinte constatação: além de desconhecer o que significou a ditadura militar no Brasil e em Alagoas, nosso estado não guarda uma memória de vítimas e de seus familiares desse período. É justamente por essa porta de entrada que acesso ao meu campo: narrativas de memórias e família. Assim como Mintz (1984) alega não ter “escolhido” Don Taso para conhecer e interpretar a vida e o trabalho dos cortadores de cana na costa sul de Porto Rico e todas as implicações sociais e culturais da ocupação dos EUA na ilha caribenha, eu também não escolhi adentrar na casa de uma família (que carrega até hoje o estereótipo de comunistas), vítima da ditadura militar. Essa temática é quem me “escolheu”, não somente pela minha trajetória⁶² de pesquisas em memória e família em contextos de traumas oriundos de conflitos armados, mas um olhar curioso daquilo que foi construído para ser negado e esquecido. O jogo se estabelece a partir daí, ou melhor, afeto-me ao escolher a família Miranda, incluo-me quando me identifico com a trajetória política de Jayme Amorim de Miranda.

A Comissão Estadual da Memória e da Verdade de Alagoas Jayme Miranda (CEMV-AL)⁶³ concluiu que seis pessoas foram mortas e 03 casos desaparecidos. Definir os Miranda, enquanto campo, deu-se pela (a) posição e atuação política de Jayme: ele foi dirigente regional e nacional do PCB, compondo o Comitê Executivo, órgão máximo da organização interna do Partido; (b) ele dá nome a Comissão da Verdade no estado, despertando o aprofundamento do imaginário no entorno da figura política dele; e (c) a relevância do empreendimento da família

⁶² A temática sobre memória, família e narrativa faz parte da minha produção acadêmica desde o mestrado em Comunicação. À época, analisamos o fotolivro *My brother's war* (2010), da artista-fotógrafa americana, Jessica Hines, o qual retrata os traumas da família após o suicídio do irmão mais velho e único, Gary Hines, quando do afastamento dele das tropas americanas, na Guerra do Vietnã, depois do diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático. As fotografias dela posicionam um debate acerca da elaboração de narrativas visuais de um conflito bélico não presenciado. Trinta e cinco anos depois da morte de Gary, a fotógrafa viajou até o Vietnã, entre 2007 e 2008, com o intuito de tentar refazer as “pegadas” do seu irmão, fotografando e refotografando possíveis lugares que ele estivera baseando-se nas pistas encontradas nos objetos pessoais deixados por ele. Além disso, as imagens elaboradas pela artista incluíam a incorporação de outros objetos familiares e dela mesma (desenhos, brinquedos, utensílios e peças de decoração do lar). Dado isso, meu objetivo foi compreender como essa fotógrafa construiu a própria narrativa mnemônica visual ao revisitar arquivos e álbuns de família, problematizando e rerepresentando as próprias lembranças sobre a família e a guerra. A proximidade com a literatura sobre narrativas e memórias de família trouxe-me ao desenvolvimento de uma nova pesquisa: famílias maceioenses imbricadas nos processos de oposição à ditadura militar no Brasil – especificamente a família Miranda.

⁶³ COMISSÃO da Verdade conclui que seis alagoanos foram mortos pela ditadura, **GazetaWeb**, 31 ago. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/geral/comissao-da-verdade-conclui-que-seis-alagoanos-foram-mortos-pela-ditadura>. Acesso em 04 abr. 2024.

em Maceió: o Hotel Atlântico⁶⁴, na praia da Avenida; era um ponto de encontro da sociedade da época, inaugurado no início da década de 1930. As reminiscências dos Miranda me ajudaram a construir *com eles* uma ‘etnografia narrativa’ (Abu-Lughod, 2020) com o intuito de compreender o que foi o período da ditadura militar o qual não vivi, mas que insistentemente se instalou em mim durante a pandemia⁶⁵.

Longe de se enquadrar no campo enquanto uma tentativa de psicologização do eu e do Outro, uma antropologia terapêutica, *estar com* os interlocutores foi uma tentativa ver e constatar a invisibilidade deles; foi encontrar os resquícios simbólicos deixados pela ditadura militar; foi saber como minha subjetividade se encontra com outras subjetividades enquanto narram a “si mesmo”, elaborando memórias no presente da fala. Para Mintz (1984) não se faz uma análise psicológica com base na “história de vida”, mas sim uma reconstituição de uma ‘história dentro da história’, um quadro humano dentro do qual se vê o padrão de mudança social e cultural de um determinado tempo e espaço (Mintz, 1984).

Pensando assim, realizei buscas nos repositórios de teses e dissertações das universidades federais, localizadas no Nordeste brasileiro, verifiquei que as temáticas a respeito da ditadura militar, desaparecimento político e, sobretudo, das memórias de familiares de desaparecidos políticos não compunham objetos de estudo da Antropologia. Áreas como História, Sociologia, Letras e Comunicação Social – conforme a especificidade científica de cada uma delas – são as que majoritariamente abordam assuntos sobre a ditadura em seus respectivos estados; ainda que sejam trabalhos em pequenas quantidades. De uma forma geral, percebi que, as questões atinentes às famílias nordestinas de mortos e desaparecidos não se constituem enquanto possibilidade exploratória de análises. Esse breve diagnóstico amplia a indagação apresentada mais acima de “houve ditadura militar em Alagoas? para “por que a antropologia não tem se interessado por tópicos referentes a este período histórico, no Nordeste?” Aquém de levantar possíveis respostas, pretendi aqui diagnosticar o campo cuja intenção é inserir minha pesquisa.

Os trabalhos sobre ditadura militar e familiares de mortos e desaparecidos políticos, na Antropologia, retratam com mais frequência o eixo Rio-São Paulo (Azevedo, 2016; Sanjurjo; Feltran, 2015) ou ainda há antropólogos(as) brasileiros(as) que abordam casos da Argentina (Sanjurjo, 2016). Essas pesquisas têm em comum o período histórico correspondente ao ‘pré-’

⁶⁴ Na década de 1960, o negócio seria palco de muitas investidas de militares em busca de Jayme Miranda e também com a alegação a qual no local a família escondia outros militantes e materiais para guerrilha (armas, principalmente).

⁶⁵ Os estudos para a elaboração do projeto de pesquisa iniciaram na disciplina de Escrita Etnográfica, em 2020, quando eu estava na condição de aluno especial neste mesmo Programa.

e ao ‘durante as’ atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV), e, o consequente enquadramento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos nesse processo enquanto sujeitos em busca de conhecimento, respostas, denúncias e de estratégias políticas pelo reconhecimento das práticas violentas cometidas pelo Estado. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos, a exemplo de Azevedo (2016), são etnografados a partir de material produzido em reuniões e audiências públicas, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro: Comissão de Familiares que atuam na Comissão da Verdade Rubens Paiva e o Grupo Tortura Nunca Mais, respectivamente, em detrimento de material coletado individual e diretamente, por meio de entrevistas com familiares e “sobreviventes” da ditadura. Segundo a antropóloga, essa opção metodológica se deu porque ela se viu diante de um possível desgaste emocional que causaria aos entrevistados, caso os fizessem refazer narrativas de trauma e luto.

Parece-me ter ficado demonstrado que Alagoas também faz parte desse cenário de pouca discussão a respeito da ditadura militar e das suas consequências para as vítimas e as famílias destes. O estado apresenta um histórico político significativo na era republicana do Brasil: o primeiro presidente foi um militar do exército, o Marechal Deodoro da Fonseca, e Fernando Collor de Mello, o primeiro presidente eleito, com voto direto nas eleições de 1989, após a redemocratização (1975-1985) do país. Porém, os mesmos destaques não foram atribuídos a pessoas e a grupos de indivíduos que atuaram contrariamente à agenda dos governos e, como efeito, não fizeram/fazem parte da história e memória oficiais do estado. Há, destarte, necessidade de explorar esses assuntos na Antropologia.

Diferente dos autores acima, minha pesquisa surge no pós-CNV, após a destituição da presidenta Dilma Rousseff (2016) e durante o governo de Jair Bolsonaro (2018- 2022), cujo saudosismo da ditadura militar é frequentemente exposto pelo ex-presidente. Em 2019, por exemplo, durante críticas à atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no caso de Adélio Bispo, Bolsonaro afirmou que caso o presidente da entidade, Felipe Santa Cruz, quisesse saber como o pai, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, tinha desaparecido no período militar, ele lhe contaria (epígrafe desse capítulo).

Portanto, a justaposição entre esfera pública e privada e entre democracia e autoritarismo ficaram patentes no discurso e nas práticas do ex-mandatário do país, sendo indispensável, em nosso caso, pensar como essa publicização do íntimo/doméstico afetaria as memórias e as narrativas dos familiares de desaparecidos políticos alagoanos.

3. QUEM SÃO ESSES FAMILIARES?

*“Apurar o quê? Os caras já morreram tudo, pô.
Vai trazer os caras do túmulo de volta?”*

(General Mourão⁶⁶)

Essa etnografia assume como campo de pesquisa ‘os familiares de Jayme Miranda’, pretendendo trabalhar a partir da seguinte questão: Como os familiares elaboram suas memórias e narrativas em torno do desaparecimento político de Jayme Miranda durante a ditadura militar e, partir disso, de que forma as lembranças mobilizam subjetividades e demandas por reconhecimento e reparação?

Já em 2020, quando das primeiras entrevistas, eu registrava no diário de campo as tensões e disputas a respeito das versões dos familiares sobre o desaparecimento e o papel político e pessoal de Jayme Miranda.

O problema da pesquisa, no qual lhe concerne, buscou ser respondido a partir das narrativas sobre o passado que se entrecruzaram ao longo dos anos da pesquisa. A obviedade dessa afirmação esconde um aspecto complexo do campo: relacionar eventos históricos às percepções individuais dos familiares entrevistados. Desenvolvendo mais, quero dizer que, responder à pergunta de pesquisa é considerar: (1) Como os familiares participaram (ou não) dos eventos da repressão nos anos de 1960 a 1985; (2) As ressonâncias desses episódios em suas trajetórias pessoal e profissional; e, (3) a construção de suas subjetividades.

Como lembra Danilo (2019), na antropologia latino-americana, os estudos sobre memória têm se concentrado em diversos temas, como celebrações rituais, locais e ambientes, objetos materiais, documentos, relatos, expressões artísticas e simbólicas, instituições museológicas, a passagem da memória entre gerações, os efeitos pessoais e coletivos do silêncio e da ausência e as questões políticas relacionadas à memória e à reparação, entre outros tópicos relevantes.

A transmissão geracional sobre o passado entre os Miranda se coloca como interesse antropológico porque oportuniza a interpretação da cultura de um grupo familiar, buscando compreender as práticas e as formas como as memórias são construídas como também o

⁶⁶ PROCURADORA diz que Bolsonaro e Mourão deveriam sair da vida pública após debocharem de tortura. **Brasil de Fato**. São Paulo, 19 abr. 2024. Política. Disponível em: <https://encurtador.com.br/vYhF5>. Acesso em 23 abr. 2024.

passado é ressignificado quando as falas dos interlocutores o elaboram. Ou seja, é entender a memória construída no presente de seu acionamento.

Nessa tarefa de acionar, Eckert e Carvalho (2008) contribuem ao falarem do trabalho do etnógrafo no campo. A prática etnográfica busca compreender e interpretar as mudanças na realidade a partir de uma perspectiva interna, considerando nesse processo que toda produção de conhecimento está intimamente ligada à jornada humana. O trabalho do etnógrafo, desta feita, seja através da observação participante, de entrevistas não-diretivas, de diários de campo ou de técnicas da descrição etnográfica, pode ser utilizado por cientistas sociais e antropólogos de diversas maneiras, ampliando as possibilidades de reconhecimento das formas diversas de participação e formação da vida social.

A etnografia é uma forma disciplinada de estranhar o contato com os interlocutores; é ouvir/escrever/sentir as falas, os questionamentos; é ainda prestar atenção nos silêncios e nos gestos corporais; é estar diante dos materiais como expressões de uma significação simbólica de uma cultura, de um tempo situado e não material coletado pronto a ser depurado, transformando-o em análise objetiva. Na seção anterior, o objeto de pesquisa foi sendo construído com interesses de ordem acadêmica (dar forma ao observado) e de ordem subjetiva, que juntos foram dando forma ao problema da pesquisa.

Essa confluência entre o Eu (do pesquisador) e o Outro (interlocutor) é o que molda o método etnográfico. Articulando o encontro entre o pesquisador e o pesquisado quando eles são contemporâneos, Padrós (2009) diz que a dúvida frequente em relação às abordagens do Tempo Presente é a suposição de que falta objetividade no resultado de uma atividade intelectual a qual o analista e o fato a ser analisado são contemporâneos e compartilham o mesmo contexto. Esse entendimento, na prática, inverte o foco da questão, pois, o componente subjetivo nunca está completamente ausente no exercício de produção de conhecimento, independentemente de se tratar de um tema vinculado ao presente mais imediato ou a um passado distante. A superação ou limitação do impacto gerado pela carga subjetiva inerente a todo analista ocorre por meio do uso consistente de ferramentas teórico-metodológicas, de conceitos pertinentes e de abordagens embasadas em referenciais teóricos rigorosos.

Assim sendo, é como me insiro no campo: situar o passado recente da Ditadura Militar, com base na História do Tempo Presente do Eu e dos familiares de Jayme Miranda através do processamento do método etnográfico. Mais uma vez, Rocha e Eckert (2008, p.20) expressam: “O método etnográfico opera precisamente com esta distensão infinita do(a) antropólogo(a) diante de si e do outro, sendo no interior deste vazio de sentido que brota sua reflexão sobre as culturas e sociedades humanas”.

Para atender ao material de pesquisa do campo ‘os familiares de Jayme Miranda’, precisei cumprir três etapas metodológicas de modo a construir um ‘todo’ etnográfico, a saber: a primeira foi constituída de entrevistas (presenciais e virtuais) com os familiares de Jayme Miranda; a segunda, por material de suporte às entrevistas (documentários, revistas, livros, filmes fotografias, relatório final da Comissão Nacional da Verdade, relatórios parcial e final da Comissão Estadual da Verdade; e a terceira, compreender como esse conjunto de falas deveria ser textualizado, tendo em conta os conflitos, dilemas e segredos no campo.

Organizei esse capítulo em duas partes: a) metodologia (entrevistas); b) apresentação dos entrevistados. As entrevistas retextualizadas integram esse e o próximo capítulo, sobretudo aqui me vali de trechos específicos⁶⁷ das falas dos interlocutores com o intuito de apresentá-los antes de entrar na ‘etnografia narrativa’ (Abu-Lughod, 2020). Antecipei trechos das entrevistas em uma seção deste capítulo com o escopo de relacionar as trajetórias (e envolvimento com o desaparecimento de Jayme Miranda) com os teóricos estudados. Ressalvo que, ao apresentar certa característica do campo com teorias, não significa que só encontrei *tal* característica no entrevistado analisado. Por exemplo, apresentar Olga Miranda como ‘guardiã de memórias’ (Halbwachs, 2003) ou as falas permeadas por segredos em Yuri Patrice (Simmel, 2009), ou ainda, a não linearidade da construção da memória (Albano, 2006; Halbwachs, 2003) em Marcus Miranda não quer dizer que somente a eles cabem essas reflexões. Na realidade, as situações e reflexões apresentadas seguiram um critério mais didático por ser mais fácil perceber isso neles.

3.1 ENTREVISTAS

Essa pesquisa etnográfica combina entrevista em profundidade (Duarte, 2015) com a técnica de bola de neve (Vinuto, 2014) e observação participante (Ingold, 2017). Não acompanhei a rotina e/ou as atividades dos interlocutores. Nossos encontros foram previamente agendados. Quando presencial, na casa ou em espaço público (cafeteria, ambiente de trabalho); quando *on-line*, por meio do serviço de videoconferência *Google Meet*. Essas características poderiam sugerir erroneamente que meu trabalho seria de natureza não-participante porque estaria longe de atender à ideia clássica de participação com os ‘nativos’ (a convivência e a imersão prática nas atividades) aos moldes de Malinowski, Margaret Mead e Lila Abu-Lughod. Ou ainda, pelo fato de algumas entrevistas terem sido realizadas por meio da tecnologia a

⁶⁷ Embora já tenhamos utilizado um trecho de entrevista na seção anterior com o fito de atender uma demanda de escrita.

distância e virtual, como defendem trabalhos sobre etnografia virtual (Beneti, 2010; Santos; Gomes, 2013).

Segundo Ingold (2017), a participação observante não deve ser vista como uma técnica de coleta de dados, mas sim como uma premissa ontológica à antropologia. Esse tipo de compromisso é vital para a disciplina antropológica e precisa ser compreendido principalmente como educacional, não apenas como etnográfico. A observação participante funciona como uma forma de aprendizado que tem o potencial de ser transformador. Embora possa gerar desconforto, não pode partir do pressuposto de que aquilo que as pessoas nos relatam será sempre verdadeiro ou positivo. É possível que elas expressem opiniões consideradas horríveis ou abomináveis.

A observação se deu entre agosto de 2020 e abril de 2024. As entrevistas foram de abordagem em profundidade, do tipo aberta. Seguindo as orientações de Duarte (2015, p. 66), “A lista de questões desse modelo tem origem no problema e pesquisa e busca tratar da amplitude do tema, apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível. Ela conjuga a flexibilidade da questão não estruturada como um roteiro de controle”. O autor também menciona que a relação das questões-chave pode ser modificada e ajustada durante as entrevistas. Um questionamento pode ser separado em dois, enquanto outros podem ser combinados em apenas um.

Portanto, é comum que o pesquisador comece com um roteiro e o conclua com outro, com pequenas variações. Procedi desta maneira ao entrevistar os Miranda, partindo de um roteiro-base flexível às questões sensíveis do campo. Nem todas as perguntas poderiam ser feitas à totalidade dos entrevistados, a ordem e a estrutura das indagações mudavam constantemente, porque revisitar o passado marcado pelo desaparecimento de um familiar, e as consequências disso na família, era fazê-los falar sobre assuntos que poderiam permanecer em silêncio. E ao pesquisador cabe o cuidado ao lidar com dores e traumas do passado do grupo em estudo.

Sobre a flexibilidade do roteiro-base, é imprescindível dizer que o andamento das entrevistas de modo igual ajudou na modificação das perguntas; à medida que eles falavam, traziam assuntos os quais mereciam aprofundamento e serem abordados com outros interlocutores também. Daí, pude elaborar no texto etnográfico 05 (cinco) subseções narrativas: (1) “Eu acho que eles não eram um casal normal, porque viviam em constante tensão”, para abordar a vida dos familiares de Jayme Miranda durante a Ditadura Militar; (2) “Depois eu não conversava muito sobre isso, não, porque tudo era muito emotivo para mim”, fala a respeito o desaparecimento e pós-desaparecimento; (3) “Você já perguntou aos meus irmãos a marca de

cigarro que meu pai fumava?”, quem foi Jayme Miranda aos olhos dos entrevistados; (4) “Livro de referência para outras possíveis obras que surjam”, trata do impacto do livro de Olga Miranda sobre as opiniões dos entrevistados; (5) “Ele está preso a esse passado que não consegue desapegar” a relação dos irmãos Jayme e Nilson Miranda.

Ao todo, foram 12 entrevistados selecionados, tendo por base o núcleo familiar de Jayme Miranda: a esposa, os quatro filhos e um dos netos. Logo após, foram escolhidos outros integrantes pela técnica bola de neve, ficando mais seis que aceitaram⁶⁸ participar das entrevistas. Consoante Vinuto (2014), a amostragem em bola de neve consiste em seguir o seguinte processo: para iniciar, são utilizados documentos e/ou informantes-chave, chamados de *sementes*, para identificar indivíduos com o perfil adequado para a pesquisa dentro da população geral. Isso ocorre devido à inviabilidade ou impraticabilidade de uma amostra probabilística inicial, sendo as *sementes* essenciais para o pesquisador começar a estabelecer contatos e explorar o grupo a ser estudado. Posteriormente, as pessoas fornecidas pelas *sementes* são solicitadas a indicar novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim por diante, permitindo a expansão do quadro de amostragem a cada entrevista, se for do interesse do pesquisador. Por vezes, a situação de amostragem atinge seu limite, ou seja, não há mais novos nomes disponíveis ou os nomes descobertos não contribuem com informações adicionais à análise (Vinuto, 2014). Desta maneira, o núcleo familiar foi as sementes, as quais identificaram e sugeriram outros familiares dentro do grupo identificado com o comunismo (com a esquerda, de maneira geral) e/ou que tiveram relação direta ou indiretamente com Jayme Miranda. Abaixo, no Quadro I, exponho a descrição dos entrevistados:

Quadro I – Entrevistados por grau de parentesco em relação ao Jayme Miranda

Entrevistados(as)	Grau de parentesco	Modalidade da entrevista
Elza	Esposa	Presencial
Olga	Filha	Presencial
Yuri Patrice	Filho	Presencial
Jayme	Filho	<i>Online</i>
André	Filho	<i>Online</i>
Wellington	Sobrinho	Presencial
Alex	Sobrinho	Presencial
Marcus	Sobrinho	<i>Online</i>

⁶⁸ Alguns familiares não aceitaram, outros não atenderam minha ligação telefônica e/ou responderam mensagens pelo *WhatsApp*. E uma, precisei cancelar porque acreditei ter, conforme explicações de Vinuto (2014), um número suficiente de interlocutores para desenvolver essa pesquisa qualitativa.

Ana Paula	Sobrinha	Presencial e <i>online</i>
Leonilson	Sobrinho	Presencial
Weldja	Sobrinha	Presencial
Thyago	Neto	Presencial e <i>online</i>

Fonte: Autor (2024)

Como descrito acima, as entrevistas foram presenciais e *on-line*. Quatro entrevistados residem em outros estados: Rio de Janeiro e Sergipe. Não valia a pena desconsiderá-los por conta da possível restrição do contato face a face. O dever do etnógrafo no campo, então, não é com o aparato técnico, não é entender as falas dos entrevistados como meros dados a serem decifrados. A observação participante é a postura do pesquisador diante daqueles que falam, de como falam e sobre o que falam. As “perdas” por não conviver ou por não *estar lá*⁶⁹ como os interlocutores não invalidam o processo e a escrita etnográfica; nem seu resultado pode ser tido como limitado. Na realidade, uma pesquisa que se utiliza das entrevistas presenciais e *online*, como a minha, impõe o seu modo de funcionar e de se refletir a partir da interação entre entrevistador e entrevistado. No Quadro II, exponho a quantidade de entrevistas realizadas, sendo esse o material principal de interpretação dessa pesquisa:

Quadro II – Entrevistados por grau de parentesco em relação ao Jayme Miranda

Entrevistados(as)	Quantidade de Entrevistas	Gravação
Elza	02	Sim
Olga	03	Sim
Yuri Patrice	02	Sim
Jayme	04	01 gravada (a última)
André	04	01 gravada (a última)
Wellington	02	Sim
Alex	01	Sim
Marcus	03	Sim
Ana Paula	03	Sim
Leonilson	01	Não
Weldja	01	Sim
Thyago	02	Sim
Total de entrevistas: 28		

Fonte: Autor (2024)

⁶⁹ Cf. Geertz, 2002.

As informações das entrevistas não gravadas foram escritas no diário de campo e, quando da dúvida sobre alguma informação, procurei saná-la na entrevista posterior – quando ocorreu – ou por *WhatsApp*. Já as entrevistas gravadas passaram por um processo de transcrição de áudio por meio do *Google Docs Voice Typing* (gratuito), necessitando de correções de algumas palavras e frases. Em seguida, foi separado por temáticas, compondo as “subseções narrativas”. O conteúdo das falas dos entrevistados, textualizado na etnografia, passou por três processos: subtração, retextualização e omissão de nomes quando necessário. Debato melhor sobre eles no item 3.1.2 *Conflitos, dilemas, segredos e devolutivas*.

Para agora, preciso explicar o que é retextualização e como me utilizo dela. Um procedimento teórico-metodológico advindo da Linguística que se ocupa da complexa relação entre escrita e fala. Para Marcuschi (2010, p. 46), “Trata-se de um processo que envolve operações complexas que interferem tanto no código como no sentido e evidenciam uma série de aspectos nem sempre bem-compreendidos da relação oralidade-escrita”. A transição da oralidade para a escrita, conforme o autor, pode sofrer interferências variadas, dependendo do objetivo pretendido, e não porque a fala seja desorganizada. Assim, o movimento da fala para a escrita não representa a passagem do caos para a ordem, mas sim a transição de uma ordenação para outra. Nas atividades de retextualização, há um aspecto frequentemente negligenciado, mas de extrema importância. Para expressar de forma diferente, em outra modalidade ou gênero, o que foi comunicado por alguém, é necessário compreender plenamente o significado por trás das palavras desse indivíduo. Portanto, antes de qualquer mudança no texto, é essencial passar por um processo cognitivo de compreensão. Este passo, muitas vezes subestimado ou considerado de forma simplista, pode ser a origem de diversos problemas quanto à coerência na retextualização (Marcuschi, 2010).

Dois procedimentos explicados pelo autor foram realizados aqui, a partir das falas transcritas e copiadas no diário de campo: (1) transcodificação (passagem do sonoro para o texto escrito); e, (2) adaptação, que seria a retextualização propriamente dita. Nessa transcodificação, considerei o uso de verbos *dicendi*, adição de termos entre colchetes para complementar frases e dar-lhes sentido e rubricas para sinalizar como a fala foi expressa, mesmo sabendo da frustrante passagem do som para o escrito, mas o leitor pode imaginar como aquela mensagem foi transmitida.

Por fim, cabe ressaltar que, por se tratar de um desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado, recorri igualmente a outros materiais de campo recolhidos e produzidos para esta pesquisa. Trago como eles entraram na minha pesquisa logo abaixo.

3.1.1 Materiais de suporte

As entrevistas não foram realizadas somente a partir de perguntas elaboradas que buscassem responder ao problema da pesquisa. O próprio acesso ao mundo de cada entrevistado correspondia compreender outros produtos já produzidos sobre Jayme Miranda e outros que trouxessem maneiras de aproximação e certa intimidade para o andamento das interlocuções entre mim e eles. É importante salientar que os materiais de suporte (Quadro III) se constituem aqui enquanto subsidiários às entrevistas, ou seja, não são objetos de análise.

Quadro III – Materiais de suporte usados no campo como auxílio nas entrevistas

Nº	Tipo do material	Informações adicionais
01	Relatório final da Comissão Nacional da Verdade, volume 01	Arquivo em PDF da CNV
02	Relatório parcial da Comissão Estadual Memória e Verdade Jayme Miranda	Arquivo em PDF da CEMV-AL
03	Relatório final da Estadual da Comissão Estadual Memória e Verdade Jayme Miranda	Arquivo em PDF da CEMV-AL
04	Fotografias do Hotel Atlântico	Registradas pelo pesquisador
05	Fotografias do arquivo pessoal de Olga Miranda (cartas, recortes de jornais, cartões postais)	Registradas pelo pesquisador
06	Lira dos Rumos Incertos	Livro de poemas, de AMiranda ⁷⁰
07	Revista Veja com Marival Chaves Dias do Canto na capa	Edição 1.262, n. 47, ano 25, de 18 de novembro de 1992
08	Depoimento de Marival Chaves Dias do Canto para CNV	Arquivo em PDF da CNV
09	O ano em que meus pais saíram de férias	Filme de Cao Hamburger (2006)
10	Jayme Miranda – Vida e Luta	Documentário de Beto Leão (2012)
11	Jayme Miranda: uma voz do povo	Documentário da Fundação Astrojildo Pereira (2009)
12	Memórias de Sangue: Jayme Miranda, um lutador social	Documentário de João Marcos Carvalho (2014)

Fonte: Autor (2024)

O relatório final da CNV (Brasil, 2014a) traz o seguinte item:

136. O fantasma da infiltração, em fileiras do PCB, de agentes a serviço da repressão assombrava a cúpula do partido. Havia caído como uma bomba a matéria do Jornal do Brasil, de 3 de dezembro de 1972, que revelou que o agente Carlos era, na verdade, Adauto Freire da Cruz, funcionário da Organização das Nações Unidas (ONU) que cuidava, ao lado de Luís Carlos Prestes, das relações exteriores do PCB. Freire assumiu na reportagem que trabalhava para a CIA, infiltrado no PCB. Um dos casos controversos de traição no PCB é o que envolve o nome de Givaldo Pereira

⁷⁰ Nome artístico ou o eu poético de André Miranda.

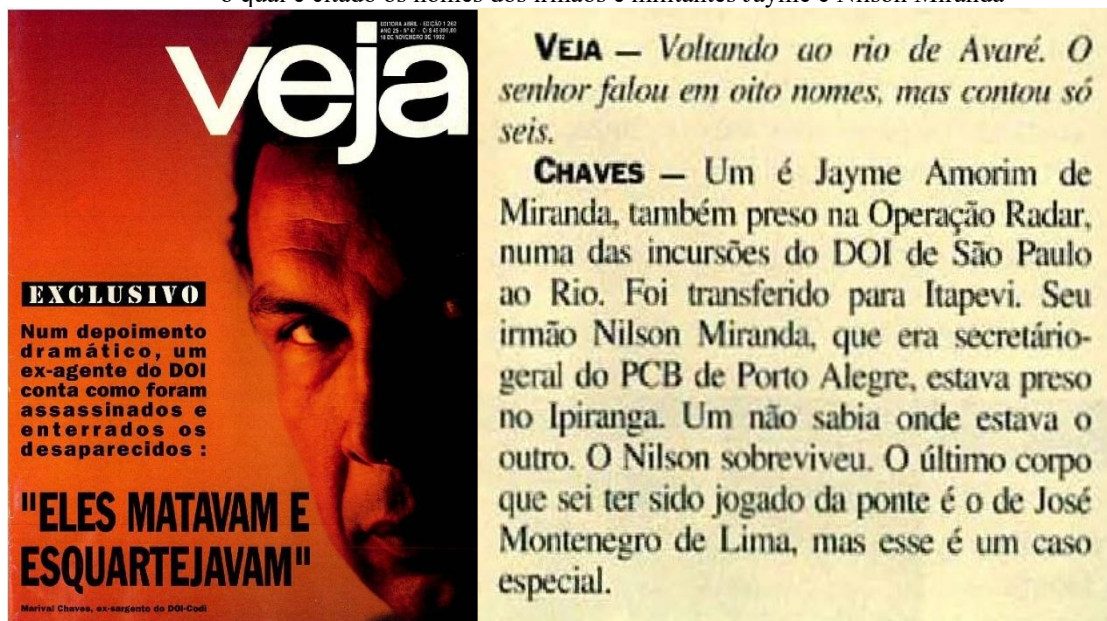
Siqueira, membro do Comitê Central e acusado de ser agente duplo por ex-companheiros como Hércules Corrêa e Fernando Pereira Cristino. **Marival Chaves cita o nome de Givaldo Siqueira como infiltrado no PCB e, além dele, aponta outros nomes, como Severino Teodoro de Mello e Nilson Amorim de Miranda, todos da cúpula do PCB.** Segundo o ex-agente, o esquema de infiltração foi decisivo para o êxito das ações da Operação Radar (Brasil, 2014a, p. 643, grifos nossos)

O item 136 levou em consideração os depoimentos prestados por Marival Chaves Dias do Canto, ex-sargento do exército que desempenhou suas funções no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e no Centro de Informações do Exército (CIE). Sua saída das Forças Armadas ocorreu em 1985, durante os primeiros passos rumo à redemocratização do Brasil, quando decidiu se aposentar. Abaixo, reproduzo parte do depoimento de Marival Chaves à comissão da CNV, em 30 de outubro de 2012, anexo ao relatório final:

Pelas casas de Itapeví e do Ipiranga, passaram uma série de outros ativistas do PCB, entre os quais **Nilson Amorim de Miranda, preso em Porto Alegre quando era o Secretário do Comitê Estadual do PCB no RS, irmão de Jaime Amorim de Miranda, e Severino Teodoro de Melo, ambos da cúpula do PCB,** entre outros que saíram ilesos desses cárceres privados. **Nilson Amorim de Miranda foi solto depois de assinar contrato de trabalho e ser fotografado recebendo dinheiro de um militar fardado do DOI/II Ex, e se dirigiu para a então URSS através de Buenos Aires,** mediante contato com Armando Ziller, dirigente do PCB baseado na Argentina, responsável por um esquema de saída de ativistas da América do Sul que demandavam aos países do Leste Europeu (Brasil, 2012, grifos nossos).

A primeira vez que Marival Chaves falou a respeito dos abusos e assassinatos cometidos contra ex-presos políticos (além de descrever o funcionamento interno de certos órgãos de repressão) foi em 1992 à revista Veja (FIGURA 14). Ele negou veementemente ter participado de atos de tortura e assassinato, ressaltando que seu papel consistia em ler, analisar e produzir documentos, informes e relatórios. Ele destaca que essa atividade foi fundamental para documentar diversos abusos. Marival Chaves não comprovou suas afirmações, nem a Veja e nem aos membros da CNV.

Figura 14 – À esquerda, capa da Revista Veja que trouxe na capa Marival Chaves. À direita, trecho da entrevista o qual é citado os nomes dos irmãos e militantes Jayme e Nilson Miranda



Fonte: Acervo digital da UFPR (1992)⁷¹

Esse material foi útil para compreender como os familiares entendem esses depoimentos e como eles possivelmente influenciam na memória que eles elaboram sobre Jayme e Nilson Miranda, e igualmente, como as delações ressoam nas relações entre os Miranda.

Os três documentários ofereceram informações históricas e bibliográficas de Jayme Miranda e, sobretudo, auxiliaram nas entrevistas a fim de entender como os entrevistados assimilam esses materiais. Durante as entrevistas – sem mesmo perguntar – surgiam comentários sobre o documentário “Jayme Miranda – vida e luta”, especialmente uma fala de Elza Miranda. Uma sonora do narrador diz o seguinte: “Jayme Miranda desapareceu em 04 de fevereiro de 1975 na cidade do Rio de Janeiro”. Corta para a fala dela (*ipsis litteris*): “Foi uma vida muito difícil, os parentes não me recebiam, porque eles tinham razão, porque tinham medo. Às vezes, eu ligava para lá e diziam ‘não é aqui, ligou errado’ e batiam o telefone. Então, eu fiquei só no Rio de Janeiro⁷²”.

O filme “O ano em que meus pais saíram de férias”, de Cao Hamburger, conta a história do menino Mauro (entre oito e doze anos) que vê os pais “saírem de férias” inesperadamente, deixando ao telespectador o entendimento de que, na realidade, eles fugiam da repressão militar

⁷¹ Entrevista do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto concedida à revista Veja, 18 nov. 1992. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/66619>. Acesso em 02 fev. 2024.

⁷² ITERAL. **Jayme Miranda - vida e luta**. Maceió: Iteral, 2012. 1 vídeo (23 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BoL-T0YMT54&t=544s>. Acesso em: 4 set. 2023.

na década de 1970. Um dos interlocutores citou-o durante as entrevistas, afirmando que a história do personagem era a história da sua infância, e daí, utilizei a película como recurso. O mesmo procedimento tomei com o livro de poemas, “Lira dos Rumos Incertos”, de AMiranda, nome artístico do filho mais novo de Jayme Miranda. Eu ganhei esse livro de Yuri Patrice, ao final de uma entrevista.

As fotografias de arquivo dos familiares ou as registradas por mim são contextuais. Eu solicitei a eles que me enviassem fotografias as quais os representassem dentro do enquadramento da pesquisa. Fiz uma seleção cujas imagens foram distribuídas ao longo do trabalho. Por último, os relatórios parcial e final da Comissão Estadual Memória e Verdade Jayme Miranda serviram como material de conferência de informações, bem como para embasar perguntas.

3.1.2 Conflitos, dilemas, segredos e devolutivas

Desde o início desta pesquisa a questão do anonimato foi uma reflexão para mim mesmo sendo meu campo constituído por uma família conhecida em Maceió, marcada pelos acontecimentos históricos atinentes à Ditadura Militar no país, os quais envolvem a cidade, a sociedade local e, especialmente, reputada por ter um familiar entre os desaparecidos políticos de Alagoas. Quando dos primeiros contatos para entrevistas, não ficaram sublinhadas quaisquer restrições quanto ao emprego dos nomes verdadeiros por nenhum dos interlocutores.

Somado a isso, documentários e livros traziam – uns mais outros menos, a depender do foco da obra – nomes e imagens de familiares, amigos e conhecidos da família Miranda. Por que eu ocultaria pessoas que já protagonizaram outros trabalhos e tiveram suas vidas expostas de alguma maneira? Com essa postura, pareciam resolvidos os problemas de cunho ético no meu texto etnográfico, uma vez que o caminho estaria livre para nominar, ter acesso a histórias de vida e atribuir falas quando necessário, a fim de subsidiar minhas descrições e interpretações.

Essa segurança para textualizar memórias de família escondia dois dilemas da pesquisa: (a) a forma de abordar assuntos de foro íntimo cuja revelação expõe conflitos entre integrantes da família e (b) qual deveria ser a minha conduta enquanto pesquisador neste campo ao deter informações estranhas ao meu próprio universo. Colocar-me à distância das narrativas, em uma busca de postura “neutra”, não garantiria a resolução desses impasses; ao contrário, conduziram-me à abordagem ética do trabalho no campo e que atravessa ironicamente o anonimato. O que diria a filha de Jayme Miranda se outro irmão ou outro familiar fizesse

afirmações cujo conteúdo desagrade-a e julgasse inapropriado revisitar sobre seu pai? E se essa situação não for um caso isolado e se replicar quando da publicação do texto final? É suficiente para o etnógrafo imputar falas e comprovar suas autorias – seja por meio de áudios de conversas ou de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelo(a) entrevistado(a) – quando das possíveis queixas?

Endossavam esses questionamentos os problemas cujas respostas e declarações ainda não vindas a público nos documentários, reportagens e livros, por exemplo, poderiam trazer. É tentador ao pesquisador publicar um material inédito: aquele que adentrou intimidades, eficientemente, no campo e obteve dados que outros não conseguiram anteriormente, reforçando o mito do “antropólogo-herói”⁷³, algo semelhante ao que o furo jornalístico⁷⁴ é para o repórter. O prestígio e a distinção entre pares podem ser fatores que provoquem o desvio de postura do profissional que só conseguiu determinados dados porque, antes de qualquer coisa, a relação entrevistador-entrevistado se deu à base da confiança; e o fato dos entrevistados terem revelado intimidades não me autoriza publicá-las, de imediato e integralmente.

Caso eu não contrabalanceasse, as informações cercadas de emoções, intrigas, assuntos mal resolvidos, traumas, sofrimento e dores acabariam colocando os interlocutores e a mim mesmo em risco. Como nos falam Fleischer e Bonetti (2007, p.14), “(...) além de sermos alvo de riscos, também podemos gerá-los. Sofrer e ser um risco – ao considerar estas duas dimensões, lembramos que o perigo do risco, sobretudo quando negativo, é recíproco”.

O risco se esboça não somente em críticas públicas ou em processos judiciais contra o texto publicado, por exemplo, ou ainda constrangimentos na própria academia junto a professores, colegas e leitores, mas sobretudo a impossibilidade de dimensionar os perigos cujas falas podem trazer aos entrevistados. Críticas ao modo como outros parentes lidam interna e externamente com assuntos ligados a Jayme Miranda, a avaliação de procedimentos políticos do PCB sem ter ouvido dirigentes e militantes dos acontecimentos da década de 1970 e dos dias atuais, e a citação⁷⁵ de nomes de políticos e famílias tradicionais de Alagoas sem o consentimento delas.

Contudo, inserir perguntas a fim de saber se eles se sentiriam confortáveis⁷⁶ com a divulgação desta ou daquela informação parece-me mascarar igualmente a autorização prévia

⁷³ Cf. Fleischer; Bonetti, 2007.

⁷⁴ Jargão utilizado para designar uma notícia apurada e noticiada antes dos veículos de imprensa, concorrentes.

⁷⁵ Optei por citar nomes históricos nacionais e locais quando representam, na fala do interlocutor, um contexto ilustrativo. Fora isso, foram suprimidos.

⁷⁶ Uma postura adotada em campo foi a seguinte: ao abordar um assunto delicado, eu introduzia com expressões semelhantes a “desculpe a indiscrição...” e/ou “também fique à vontade para não responder essa pergunta”.

das falas e desta forma, mais uma vez, os riscos permaneceriam expostos. Seria mais procedente assumir uma postura de alerta durante toda a pesquisa, porque por mais colaborativa e negociada que essa pesquisa tentou se constituir, a decisão de publicar o texto final é minha; e isso evidencia uma desproporcionalidade entre os interlocutores e eu. Fonseca (2010, p.45) adiciona que “(...) colocamos em nossos textos acadêmicos muitas falas e interpretações que os nossos ‘nativos’ não colocariam, e cuja autoria eles não gostariam de assumir. A desigualdade política – entre quem descreve e quem é descrito – é parte integrante do texto”.

A diferença que se coloca entre pesquisador e grupo familiar não é entendida como domínio e poder sobre narrativas e histórias de vida dos entrevistados. Como disse acima, ao etnógrafo cabe deliberar sobre a escrita (seleção de fatos e falas, edição e publicação), mas isso não se estende ao controle do que é falado pelos interlocutores. Por ser uma família acostumada em ser personagens de outros trabalhos, há de supor também que eles performassem suas próprias falas, gestos e expressões, pois já estão habituados a serem interpelados por produtores e jornalistas com escopo de contar a mesma história, ainda que o enquadramento se altere a depender do produto. Desta forma, se apresenta para mim como outro “risco” na pesquisa. Por exemplo, a repetição de informações mesmo ao tentar aprofundar certos desdobramentos da pergunta; usos recorrentes de expressões “como já falei antes”, “já escrevi ou já falei sobre isso” ou “o que eu tinha para falar a respeito, eu já expus no meu livro”. Em especial, essa última expressão acende uma discussão sobre as tensões entre pesquisador e pesquisado, as quais descrevi melhor na apresentação do interlocutor Alex Miranda, mais abaixo.

Todavia, riscos devem ser compreendidos como ferramentas que auxiliem na escrita e ajudem a trabalhar as informações colhidas no campo a fim de manter o pesquisador em estado de alerta para que ele saiba coexistir num processo com ganhos e perdas na textualização e divulgação de histórias de vidas. Fleischer e Bonetti (2007, p. 12) completam que “(...) não há como eliminar a totalidade dos ‘riscos’, apenas controlar alguns deles, em alguma medida. Ou pelo menos, acreditar que se controla por algum tempo, com alguns atores e em alguns cenários”. Quando falo isso, lembro-me das contraposições entre as imagens que os filhos, primo, neto e sobrinhos fazem de Jayme Miranda; dos diferentes passos que alguns deles seguiram na política em relação a Jayme; e das falas interrompidas sugerindo um limite na resposta ou ouvir expressamente “você ainda é uma pessoa estranha para mim” durante uma das entrevistas pelo *Google Meet*.

Os detalhes para concessão de entrevistas não foram expostos em sua totalidade. Ao contactar os familiares de Jayme Miranda, apresentei brevemente o meu interesse de pesquisa: memórias da família no contexto do desaparecimento do dirigente comunista alagoano. Mas as

gesticulações, a forma de mexer nos cabelos, olhos lagrimejantes, expressões faciais, os cenários das entrevistas – ainda que eu comente sobre objetos de decoração da casa como as matrioskas⁷⁷ na casa de um dos filhos, em Maceió – anotados em meus cadernos de notas e repassados para o diário de campo não fizeram parte das negociações. Na realidade, antropólogos tratam dessas particularidades com comunidades e grupos a serem estudados? A família que estudo é de classe média ou média alta, e a maioria é de funcionários públicos estaduais ou federais, ou seja, não podem ser entendidos com leigos e não conscientes das implicações de certas exposições. Sobre isso Fonseca (2010, p. 45) “Juízes, assistentes sociais, professores e outros profissionais das camadas médias – mesmo reconhecendo que ‘estão sendo pesquisados’ – raramente imaginam que o estilo de suas roupas, sua entonação de voz e atitudes corporais, suas brincadeiras informais ou brigas institucionais podem ser considerados dados relevantes para a análise antropológica”. O acordo parcial entre os interlocutores e eu é um conflito na pesquisa, sem dúvidas, irresoluta. Se abro uma nova sessão de entrevistas tentando reparar essas fissuras, estarei preparado para encarar novas e possíveis restrições de postura e comportamento de meus interlocutores durante as conversas? Um novo risco se apresenta, para eles e para mim.

A minha intenção de realizar série⁷⁸ de entrevistas foi idealizada sem por em conta o risco da extensão e o tempo que eles possivelmente demandariam. Quando da primeira entrevista, embora a filha mais velha de Jayme Miranda não tenha demonstrado nenhum desconforto ao responder perguntas e mostrar documentos e fotografias de arquivo, ela por vezes fazia referências ao livro de sua autoria: “todas as informações que você necessita para a sua pesquisa estarão aqui”, apontando para uma cópia do livro disposta sobre a mesa. Junto a isso, tivemos duas remarcações de entrevistas e no último encontro realizado, ao final e na despedida, chamando-a para o próximo, minha interlocutora me disse: “terá mais outro?”, riu, demonstrando certo desconforto⁷⁹. Esse tipo de incômodo fez parte das escolhas no campo de Azevedo (2016) quando da decisão de trabalhar com familiares de mortos e desaparecidos políticos a partir de material produzido em espaços coletivos (reuniões e audiências públicas) em São Paulo e Rio de Janeiro em detrimento de material coletado individual e diretamente, por meio de entrevistas diretas com familiares e “sobreviventes” da ditadura⁸⁰: Comissão de

⁷⁷ Bonecas em série tradicionais da Rússia.

⁷⁸ Quando não foi possível, fiz apenas uma mais extensa, conforme expliquei no item 2.1.1 *Entrevistas*.

⁷⁹ Essa mesma situação se repetiu com outros entrevistados. Às vezes, não expunham com a fala, mas a expressão facial entregava a mesma sensação de desconforto. O que é compreensível, porque nós antropólogos estamos fazendo-os entrar em certos assuntos que na maioria das vezes eles desejariam esquecer.

⁸⁰ Na realidade, ela fez sete entrevistas, mas com o foco de entender como os familiares desenvolviam as atividades nos espaços do campo de pesquisa.

Familiares que atuam na Comissão da Verdade Rubens Paiva e o Grupo Tortura Nunca Mais, respectivamente.

A antropóloga se viu diante do desgaste emocional que significaria aos entrevistados refazer narrativas de trauma e luto. “Ainda que muitos ‘familiares’ se dissessem acostumados com essa tarefa, e alguns deles nunca negassem um pedido de entrevista (...), pude perceber pequenas queixas ou um ar de aborrecimento resiliente frente a cada solicitação de entrevista” (Azevedo, 2016, p. 38). A prolongação das entrevistas poderia gerar embaraços que limitassem o aprofundamento do campo. Pior, poderia estabelecer o encerramento das coletas de informações antes do previsto.

Fonseca (2010, p. 45) previne que “O pesquisador anda numa corda bamba, procurando garantir a riqueza de detalhes que mantém fidelidade ao texto etnográfico, ao mesmo tempo que exerce uma vigilância constante aos limites éticos de sua ousadia”. A cautela e a vigília de minha parte foram constantes para que o recorte e os desenvolvimentos da pesquisa, ao enfrentamento dos obstáculos, fossem constantemente avaliados e revistos.

Outra dimensão do risco no campo foi a presença do segredo na fala dos interlocutores – que já falei em parágrafos acima ao abordar a publicação de material inédito. O controle sobre até onde pode falar; as opiniões e negociações entre os Miranda para divulgação de dados familiares que se tornaram oficiais e conhecidos sobre o desaparecimento de Jayme; as tensões no convívio entre eles antes, durante e depois da clandestinidade de Jayme e Nilson Miranda; a vida política dos familiares, tudo foi cercado no campo por segredos. E, o pesquisador, diante deles (sobretudo dos revelados) está diante novamente de escolhas metodológicas e éticas. De novo, a autorização para a revelação de segredos não é a chancela para sua publicação.

Cabe ao etnógrafo, então, fazer escolhas diante de todo material recolhido em campo: a subjetividade de quem pergunta e escreve sobre o Outro também é implicada nesse processo. Aqui fiz a opção de (a) subtrair; (b) retextualizar, preservando o contexto; (c) omitir nome para as falar que eu suspeitasse colocar o entrevistado em risco. Assim como devolver as gravações em áudios das entrevistas realizadas com eles. Aproveitei a entrevista com Yuri Patrice para abordar a questão de como é lidar com o segredo no campo.

O respeito ao segredo deve existir em ambos os movimentos: quando revelado ou não. O segredo não deve ser visto como um limitador da visão no campo, porque a informação (respeitosamente) silenciada igualmente revela o campo. É como nos lembra Fleischer e Bonetti (2010, p. 15): “Evitar, diminuir ou reverter riscos pode ser um processo muito revelador com novas informações e *insights*. Outras vezes, um tipo de risco pode ser mais facilmente positivado do que outros, como o risco epistemológico frente ao risco de vida, por exemplo”.

Não há uma postura padrão do pesquisador para tratar o segredo no campo. Cada pesquisa põe suas próprias maneiras de funcionamento conforme o(s) método(s) aplicado(s). De modo a elucidar minha argumentação, trago dois exemplos de etnografias que trabalharam com entrevistas. A primeira, a respeito da conduta do fazer antropológico, diante dos riscos e segredos, vem da etnografia de Zaluar (2009) sobre quadrilhas de traficantes de drogas ilegais em bairros pobres do Rio de Janeiro. Mesmo ao considerarmos sua finalidade prática, segundo a autora, é preciso manter o desequilíbrio entre o observador e o observado, o entrevistador e o entrevistado, o pesquisador e o pesquisado, especialmente quando estes últimos estão possivelmente envolvidos ou estiveram envolvidos no mundo do crime, rodeados de segredos e silêncios sobre as atividades ilegais, pode resultar no aumento da probabilidade de revelações e confissões. Alguns fazem a defesa pela paridade e identificação entre entrevistador e entrevistado, porém, é a distância entre esses atores que possibilita a comunicação e as confissões genuínas mútuas.

O segundo exemplo vem de Neto (2012), que estudou um povoado de pescadores do assentamento de Ponta Grossa dos Fidalgos, localizado no norte do estado do Rio de Janeiro. O autor afirma que “(...) o desafio colocado por essa situação de pesquisa é como transformar em texto etnográfico uma experiência de campo tão cheia de significados e, ao mesmo tempo, minimizar a exposição de meus interlocutores?” (Neto, 2012, p. 124). Em ambos os exemplos, os antropólogos se utilizam do anonimato, todavia se diferenciam no procedimento de contato: em Zaluar (2002) temos a distância entre entrevistador e entrevistado como balizador, em Neto (2012), a aproximação gradativa. Como já expliquei acima, optei por revelar os nomes dos entrevistados e a partir da apresentação de Yuri Patrice – como o leitor perceberá na subseção 3.2.3 – quis tornar mais claro o aprendizado sobre o trato com os segredos e cuja frequência em campo foi constante. Mais uma vez, a especificidade do campo é que mostra ao antropólogo se deve prosseguir com a pergunta ou admitir que deve permanecer com a imprecisão, com a dúvida e com a incerteza.

Não é uma questão se a pergunta foi (ou não) bem feita – como chega Neto (2012) a sugerir em seu artigo –, isso é parte da abordagem em campo quando da utilização do método de entrevistas. A pergunta nasce na oportunidade e continuar com ela, pensando também em sua textualização posterior, é admitir o trato com o segredo, os riscos da sua revelação e a garantia de continuidade do pacto dialógico entre entrevistador e entrevistado.

Bucher (1985, p. 115) me ajudou a entender como os segredos fazem parte dos ritos da família. Segundo suas palavras:

Ritos são moldados pelas regras estabelecidas pela família. Os seus hábitos são exteriorizados através de ritos e ancorados nas regras por ela definidas. Por exemplo: o acordar, o dormir, as rotinas de limpeza, os lazeres, as comemorações como nascimentos, aniversários, casamentos e outros decorrentes da importância que a família atribui aos fatos; ou ainda o culto a seus mortos. Algumas regras familiares podem ser observadas no que concerne à demonstração dos afetos na família tanto na sua dimensão de demonstração, física ou não, de amor, quanto na demonstração física ou não, de raiva, de ódio ou de desagrado. Os ritos são produtos da tradição, transmissíveis culturalmente e sancionados pelo consenso grupal. Exigem, como condição básica, a crença em sua eficácia e a repetição constante. Assim, tanto os mitos quanto os ritos são a expressão do aparelho psíquico da família e expressam sua dinâmica. Eles podem ser tanto altamente criadores quanto igualmente destruidores, caso se tornem demasiado rígidos. Ao se analisar a forma como a família estrutura suas fronteiras, constatamos que naquelas permeáveis entre os membros da família ou entre eles e o mundo exterior existe a possibilidade de trocas, pois elas se revelam abertas a mudanças. Há portanto, menos possibilidades de que mitos sejam forçados, regras e ritos sejam rigidificados ou congelados. Todavia, nas famílias onde o seu funcionamento ou a sua psicodinâmica são ancorados em regras, rituais preestabelecidos, observamos que suas fronteiras são impermeáveis. Fica difícil a realização de trocas, há muita dificuldade na aceitação de mudanças. Nesses casos, a conformidade com os mitos e os segredos pode surgir como a última esperança contra a desestabilização familiar.

Os familiares de Jayme Miranda também atribuem importância aos fatos decorrentes do desaparecimento seja guardando objetos pessoais, escrevendo livros, realizando produtos audiovisuais, participando de manifestações públicas como os atos alusivos aos 60 anos do golpe, concedendo entrevistas para pesquisadores e jornalistas, sendo depoentes de comissões, arquivando documentos, mantendo discordâncias entre eles a respeito da vida pessoal e política de Jayme Miranda. São os ritos deles diante da persistência da supressão do corpo. Entender os segredos como suporte para uma estabilização das relações familiares – ou aquilo que ainda foi possível manter, como ficará perceptível no terceiro capítulo – é aceitar os imponderáveis na pesquisa: os códigos sem decifração, os não-ditos e os silenciamentos. A passagem do etnógrafo por um campo como este é se colocar ao mesmo tempo, como decifrador e selecionador de relíquias, escolhendo aquelas que ficarão sobre a mesa e aquelas a serem guardadas em um baú de segredos.

3.2 OS INTERLOCUTORES

Cheguei a 12 familiares de Jayme Miranda mediante à técnica de bola de neve (Vinuto, 2014) e observação participante (Ingold, 2017), conforme explicitado no item 3.1 desta dissertação. Antes de contemplarmos as suas falas e como constroem suas memórias a partir do desaparecimento, dediquei a seguir a apresentação de cada um deles, detalhando como foram esses contatos, presenciais e *on-line*. Essa subseção se pretende também encaminhar o leitor

para a ‘etnografia narrativa’ (Abu-Lughod, 2020) do próximo capítulo. Para tal, coube-me aqui apresentá-los com as informações colhidas durante as entrevistas. Além disso, solicitei informações elementares, a saber: a) nome completo; b) local (cidade) e data de nascimento; c) filiação; d) estado civil; e) tem filho(a)(s)? se sim, qual a quantidade de filho(a)(s), sexo e idade(s); f) formação acadêmica; g) formação profissional; h) atuação profissional anterior; e i) atuação profissional atual.

A apresentação foi organizada da seguinte forma: núcleo familiar de Jayme Miranda (Elza, Olga, Yuri, Jayme e André); filhos de Nilson Miranda (Alex, Marcus e Ana Paula); filhos de outros irmãos de Jayme não envolvidos diretamente com a política partidária (Wellington, Weldja e Leonilson) e um neto Thyago. Esse critério se deu motivado pela aproximação de parentesco e ligação política. Os Miranda entrevistados fazem parte de um grupo tradicional de classe média e com formação acadêmica (em sua maioria). Com base nos estudos antropológicos de Marcus (2020), inserimos os Miranda como uma família de elite ou, para sermos mais precisos nos termos do autor, como dinastia dos Miranda. Conforme o antropólogo americano, a transferência dos valores dinásticos às demais gerações dizem menos a respeito da manutenção do poder financeiro e mais sobre os “processos psicoculturais íntimos que moldam as subjetividades entre os descendentes, e como essas subjetividades permanecem vivas nas relações entre os descendentes à medida que o domínio das organizações dinásticas diminui” (Marcus, 2020, p.10, tradução nossa).

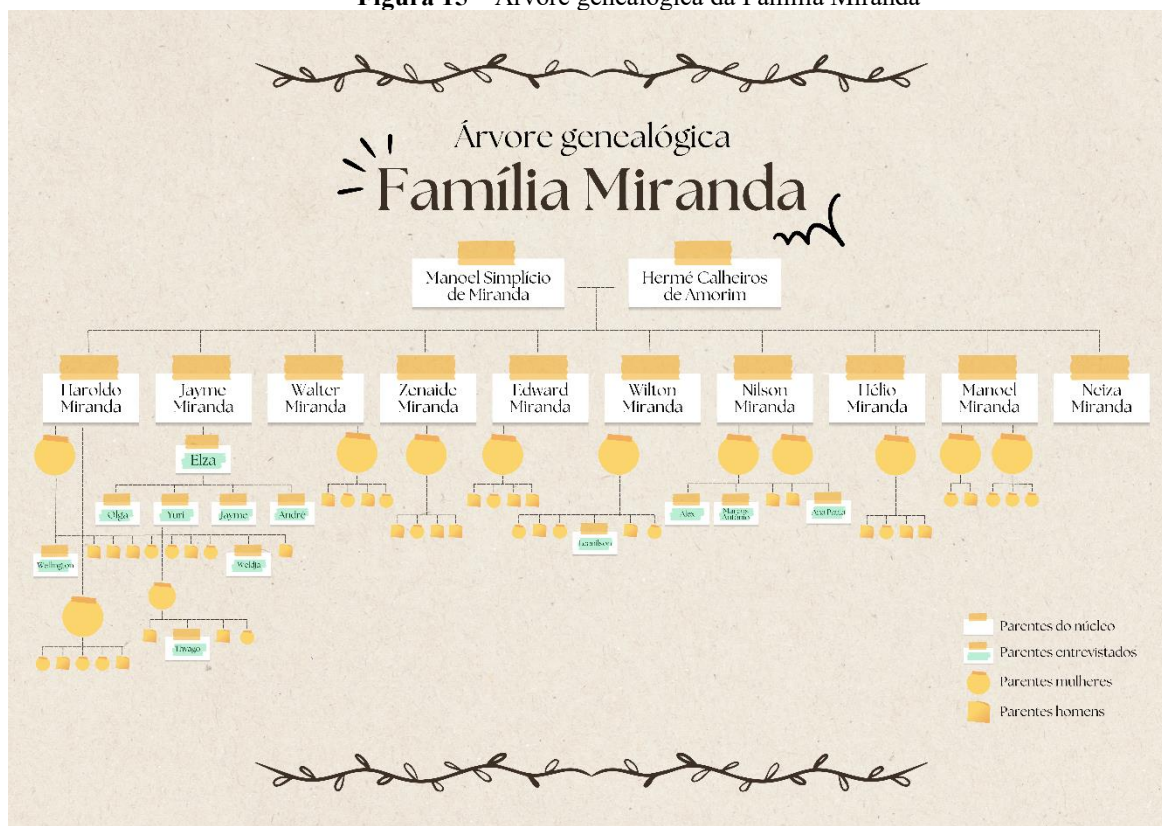
Percebeu-se no campo que há uma acomodação das ideias do comunismo mesmo naqueles que afirmaram não seguir orientações ideológicas e partidárias. As práticas e os símbolos desse espectro de esquerda foram sentidos pelos entrevistados durante suas trajetórias individuais e em família quando da repressão do regime e, sobretudo, do desaparecimento de Jayme Miranda. Os estereótipos e estigmas sobre os comunistas – muito citados pelos interlocutores – como “não querem nada com a vida” eram citados como contraponto às conquistas deles em suas áreas específicas da área pessoal, e, sobretudo, profissional. Na apresentação, o leitor perceberá as posições sociais que os entrevistados ocupam pelas descrições; evitei aqui trazer informações e descrições sobre moradias, localizações e objetos por entender que, primeiro, as menções deveriam ser previamente autorizadas, e, ao intento da pesquisa, não contribuem expressivamente.

Uma das entrevistadas, Ana Paula Miranda, enviou-me a árvore genealógica⁸¹ (FIGURA 15) da família, revelando talvez um interesse de estudo ou mesmo conhecer seu próprio

⁸¹ O interesse na organização da família pode ter relação com a formação em Ciências Sociais como a apresentarei em breve.

parentesco. Em uma conversa pelo *WhatsApp*, em 16 de março 2024, ela me contou que, por conta da doença do pai, Nilson Miranda, começou a fazer a árvore, mas não tinha terminado: “O que está no arquivo é o que consegui a partir da memória do meu pai e das anotações que a Norma⁸² tinha. Quem sabe um dia concluo essa árvore infinita...”.

Figura 15 – Árvore genealógica da Família Miranda



Fonte: Ana Paula Miranda (2024)

A árvore genealógica dá uma noção das ligações de um familiar citado pelos entrevistados e, também, em qual disposição estes mesmos interlocutores estão em relação a Jayme Miranda. E não menos importante, auxilia também o leitor a se situar em uma família tão grande. O fato de Ana Paula Miranda revelar seu interesse em pesquisar e montar a árvore da própria família após a doença do pai e a ausência de organização semelhante no livro de Olga Miranda trazem em seu bojo a difícil tarefa de remontar as histórias e memórias de uma família por motivações que não foram o intento desta pesquisa.

Eu os conheci enquanto os entrevistava, não houve recursos para pesquisa prévia. O rito seguia uma ligação ou mensagem pelo *WhatsApp*, apresentando minha pesquisa e perguntando sobre o interesse em participar dela. Com os dados coletados e revelados por eles, em campo, montei uma espécie de biografias, usando este termo aqui mais próximo do que Carvalho (2003,

⁸² Atual esposa de Nilson Miranda.

p. 284) diz: “o auto-relato pode ser tomado como um *locus* privilegiado do encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural. A biografia, ao tornar-se discurso narrado pelo sujeito autor e protagonista, instaura sempre um campo de renegociação e reinvenção identitária”. Cada entrevistado é como ele se apresentou ao pesquisador ao ser ouvido e, por vezes confrontado, quando do avanço das perguntas. O que e como eles se narram importa para compreendermos a visão deles sobre eles mesmos nos fatos históricos atinentes a Jayme Miranda, no contexto do antes, durante e pós-desaparecimento. O discurso não é neutro e nem deve ser encarado como fidedigno da realidade.

À memória, importa mais como esse passado, envolvendo a família e o desaparecido, no ato presente de sua narração e conseqüentemente, da sua reelaboração. Sim, porque ao longo de suas trajetórias, esses mesmos episódios podem ganhar dimensões diferentes à medida que foram sendo construídos por meio da narração durante o processo comunicativo entre entrevistados e entrevistador. Esse é, parece-me, o pacto para elaboração da memória. Conforme Carvalho (2003), a análise biográfica é basicamente uma forma de comunicação. Para ser realizada com êxito, requer diversas atividades comunicativas: o entrevistado precisa compartilhar sua história de vida, descrever situações vividas e discutir problemas significativos e frequentes em sua vida, assim como sua relação com essas questões. O pesquisador, ao examinar minuciosamente esse material comunicativo, também se transforma em mais um interlocutor, integrando o diálogo na produção do conhecimento. Essa situação comunicativa ou dialógica pode ser expandida para outras vozes, já que o sujeito da autobiografia, ao narrar sobre si, se insere em relação a outras narrativas e contribui para um consenso mais amplo.

Aqui também, quero me aproximar da crítica de Bourdieu (1996) ao considerar que o relato está longe de ser linear, coerente e totalizante. O relato, seja biográfico ou autobiográfico, como aquele em que o investigado se abre para o investigador, apresenta eventos que, mesmo não ocorrendo necessariamente em ordem cronológica (quem já ouviu histórias de vida sabe que os investigados frequentemente perdem a noção do calendário), buscam se organizar em sequências lógicas. Tanto o sujeito quanto o objeto da biografia (investigador e investigado) compartilham um interesse mútuo em encontrar sentido na narrativa da existência, e, implicitamente, em qualquer outra existência.

A construção não-linear e fragmentada foi recorrente nas entrevistas. Os interlocutores buscavam mais se fazerem entender nos episódios sobre o golpe e o desaparecimento de Jayme Miranda (organização sequencial dos relatos), por exemplo, do que associar as vivências a determinadas datas. Essa construção da memória impõe o desafio da organização ao

pesquisador a fim de contemplar, a um só tempo, as construções biográficas daqueles que se despuseram a falar e as análises inerentes ao trabalho antropológico. Bourdieu complementa: “Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital em jogo no campo considerado” (*Ibid.*, p. 190).

3.2.1 Elza

Cheguei ao apartamento de Elza Rocha de Miranda – a varanda repleta de plantas e a televisão sintonizada em *Lupin*, do catálogo de serviço *online* de *streaming* Netflix. Digo a ela que não conhecia a série francesa, e me descreve rapidamente a trama abordada: o retorno de um filho, protagonista negro, para acerto de contas em oposição aos responsáveis pela acusação de furto de um colar na casa, incluindo o patrão: o propulsor da farsa. A típica história do menino que cresce para fazer justiça ao nome dos genitores. “A senhora sabe quantos episódios são?”, perguntei. “Eu não sei mexer muito nisso, não. Dê uma olhadinha”, ouço a orientação vinda da cozinha estilo americana. Enquanto busco as informações na tela, Dona Elza⁸³ falou que a série foi indicação de sua filha Olga: “Ela que me mandou, disse que era muito boa, e realmente é”.

Ela vem da cozinha com uma taça de sorvete napolitano, senta-se no lado oposto do sofá de três lugares, meu material de campo fica entre nós dois: *laptop*, celular e meus cadernos de notas de campo. Era a entrevista mais esperada. Até aquele dia 18 de junho de 2021, início de tarde, eu tinha entrevistado os quatro filhos. Não foi difícil o acesso, porém, ainda estávamos enfrentando os riscos de contaminação por Covid-19, e evitar contato com ela foi medida de precaução, uma vez que ela, além de fazer parte do grupo de risco, fora infectada pelo vírus anteriormente, conforme informações obtidas no campo. Assim, precisei adequar e prosseguir com outras entrevistas.

Ficamos um tempo assistindo e Dona Elza narrou o contexto das cenas, quem eram aqueles personagens e qual a relação deles com *Lupin*. Termino o sorvete, Dona Elza vai à cozinha levar a taça vazia e retorna com um copo de água para mim, e, de lá, vem falando: “Faz tempo que não falo nada sobre Jayme, que já me esqueci das datas, eu não lembro”. “Geralmente, quando a senhora falou [sobre Jayme] foi em audiências, ou para jornalistas, ou em documentário, né?”, completei e tentei emendar a motivação da minha pesquisa, mas a série chama mais uma vez a atenção da interlocutora. Sobe a sonoplastia, para aumentar a tensão de

⁸³ Daqui em diante, é como irei me referir à interlocutora, mesmo tratamento adotado no diário de campo e durante as entrevistas.

uma cena a outra, Dona Elza continuou me explicando o que está se desenvolvendo; pega meu copo vazio e desliga a televisão. Ao sentar para ouvir sobre meu trabalho, Dona Elza relaxa o cotovelo direito sobre o encosto do sofá e a mão esquerda relaxa sobre as pernas cruzadas. Não deixo de reparar: ela usa aliança.

“Resumindo para a senhora entender”, eu disse, “meu interesse é conversar sobre essas lembranças da família, envolvendo vocês e Jayme. A gente vai conversando e aprofundando gradualmente. Claro, se a senhora topar”. “Eu topo, agora, você vai ajudar porque me machuca, né? [Esse assunto] me deixa emocionada, apesar de já terem [se passado] 46 anos”, ela sorriu, meio sem jeito, com os olhos cheios de lágrimas.

Dona Elza conheceu Jayme Miranda quando trabalhava como vendedora na loja de confecção ‘A Preferida’, localizada no Comércio em Maceió, final da década de 1950, cujos proprietários eram os irmãos Péricles de Araújo Neves⁸⁴ e Maria Augusta Neves Miranda⁸⁵, mais conhecida por Marinete. “Os donos eram comunistas. A Marinete tentou namorar Jayme, mas nunca aconteceu. Ela ficava inibida quando ele chegava. Aí, ficava me jogando para o Jayme, queria que o Jayme tivesse uma namorada porque ela estava namorando o amigo dele. E, na mesma época, conheci A Voz do Povo”. Depois, chegou a trabalhar na agência da Navegação Área Brasileira (NAB⁸⁶), na Avenida Moreira Lima, em Maceió. “Ficamos conversando e, depois, começamos a namorar⁸⁷. Depois, casamos⁸⁸ (FIGURA 16) e fomos morar na Ponta da Terra, na rua principal. Daí, veio a Olga e depois o Yuri; e foi o tempo que veio a repressão. Eles [os militares] dizem que foi uma ‘revolução’, mas ‘revolução’ é quando se luta ambos os lados, né? E ali foi só de um lado. Então, o Jayme foi preso”.

⁸⁴ Foi dirigente do PCB em Alagoas. Em diversas ocasiões da história partidária local, foi detido sob a acusação de fazer parte da agremiação. Em 2 de maio de 1952, foi preso juntamente com outros líderes. No dia 1º de abril de 1964 foi novamente encarcerado pelos militares. (MAJELLA, Geraldo de. **Mozart Damasceno**, o bom burguês, 2011, p. 84. Nota 71).

⁸⁵ Ao longo de um período de quase vinte anos, esteve à frente do PCB como uma das dirigentes. Nos anos 1950, durante o mandato de Arnon de Mello, foi presa por ser a dona do imóvel onde funcionou (por 18 anos) “A Voz do Povo”, localizado na Rua do Comércio, n.º 606. Em 1º de abril também foi presa e conduzida à Penitenciária em Maceió (MAJELLA, Geraldo de. **Rubens Colaço**: Paixão e vida, 2010, p. 56. Nota 55).

⁸⁶ Companhia aérea criada em 1938 e funcionou até 1962 quando foi incorporada pela VASP (Viação Aérea São Paulo).

⁸⁷ Dona Elza não soube precisar quanto tempo ao certo passou namorando Jayme. Acredita que não foi mais que um ano.

⁸⁸ Casaram-se em 30 de janeiro de 1960, é quando sai do registro o sobrenome Calheiros para assumir, até hoje, o Miranda.

Figura 16 – Casamento de Jayme com Elza



Fonte: Página do site História de Alagoas⁸⁹

“A senhora tinha simpatia pelas ideias comunistas?”, perguntei. “Nunca me envolvi. Nem sabia o que era. Jayme nunca me envolvia na política dele, basta lhe dizer que os meninos não sabiam. Ele dizia que só contaria à Olga quando completasse quinze anos. Mas cheguei a assistir a alguns comícios do Jayme, naquela época tinha uma abertura⁹⁰”.

A falta de envolvimento de mulheres na atuação política do PCB alagoano não era apenas uma baixa de adesão por parte delas, não havia uma prática de engajamento do próprio Partido. Embora existisse uma massa de mulheres nos sindicatos, como o dos camponeses, o cenário alagoano não acompanhou os mesmos esforços de outros estados como Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo, marcados por disputas políticas. Alves (2022) analisou que entre 1945 e 1948, duas importantes organizações femininas da época – Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC), de viés comunista, e Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), com tendências liberais – buscaram estabelecer um movimento feminista nacional (suprapartidário) que pudesse transcender suas divergências ideológicas. Contudo, devido ao aumento das tensões da Guerra Fria e do anticomunismo, esse objetivo se viu frustrado. As disparidades se tornaram inconciliáveis. Em 1948, o cenário se transformou rapidamente. Em um breve período, as organizações, que outrora buscavam resolver suas

⁸⁹ JAYME Amorim de Miranda, a maior liderança comunista de Alagoas. **História de Alagoas**, 30 abr. 2015. Disponível em: <https://encurtador.com.br/4K3WY>. Acesso em 24 maio 2024.

⁹⁰ Período de comícios antes do golpe de 1964.

diferenças em prol da causa feminista, se tornaram oponentes declaradas. Curiosamente, a postura anticomunista de algumas integrantes da FBPF pode ter contribuído para o enfraquecimento da organização, favorecendo o fortalecimento do movimento feminista de ideologia comunista. Apesar do crescimento do anticomunismo a partir de 1946, fator que supostamente favoreceria a FBPF, a organização viu suas expectativas frustradas. Não conseguiu retomar sua influência política de 1920 a 1930 e quase desapareceu em 1948. Por outro lado, no ano seguinte, a Federação de Mulheres do Brasil (FMB) foi fundada pelo IFSC. Esse foi um exemplo do fortalecimento do feminismo de esquerda no Brasil, apesar do autoritarismo anticomunista.

Segundo o historiador Geraldo de Majella (2010), no Partido em Alagoas, a presença de mulheres era praticamente inexistente, limitando-se a apenas duas ou três integrantes, mais próximas de Marinete do que engajadas politicamente, mesmo após o estabelecimento da FMB em maio de 1949. Não houve nenhum esforço significativo nesse sentido. As ações se resumiam a breves menções no jornal no dia 8 de março. Tentou-se mudar essa realidade quando Anilda Leão⁹¹ viajou para a União Soviética, porém ela retornou como uma opositora do Partido. Além disso, não havia células de base feminina, embora fosse possível criá-las. Poderia ter desempenhado um papel sólido, já que o Partido tinha grande influência nos sindicatos de Saúde, Fernão Velho e Rio Largo, onde as mulheres eram predominantes. Tinham tecelãs, fiandeiras e outras trabalhadoras. A realidade é que houve uma subestimação e nunca se fez um trabalho com as mulheres. Além da Marinete, havia duas ou três mulheres⁹² que atuavam no Partido. Elas eram membros do comitê municipal do Partido, de base (Majella, 2010).

A naturalização dos papéis das mulheres (mãe e esposa) e o conservadorismo prevalecente sobre a participação política insuficiente delas em Alagoas, mesmo em organismos como o PCB, não conseguem formatar um certo tipo de mulher, a despeito das imposições da época. Mesmo sem histórico de militância, Dona Elza transitou do modelo binário (masculino-feminino) das representações sociais da família tradicional, passando à liderança do lar à época do desaparecimento do esposo, até a sua inserção no espaço público quando das disputas por

⁹¹ Nasceu em Maceió. Além de poetisa, contista e cronista, também militava no movimento feminista e sua carreira incluía atuação como atriz. Ela é filha do ex-deputado e ex-prefeito de Maceió, Joaquim Leão. Anilda se formou em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio de Alagoas. Contribuiu com diversas publicações, como as revistas Caetés e Mocidade, assim como os jornais Gazeta de Alagoas e Jornal de Alagoas. Desde a década de 1950, foi uma participante ativa da Federação Alagoana para o Progresso Feminino (FAPF), tornando-se presidente da entidade em 1990. Em 1963, a FAPF a indicou para representá-los no Congresso Mundial de Mulheres, em Moscou. Seu retorno do congresso gerou controvérsias em Alagoas, pois ao expressar suas opiniões sobre a vida na antiga URSS, recebeu críticas veementes tanto da direita quanto da esquerda (*ibidem*).

⁹² A fonte não nomeia quem são essas mulheres. Essa falta é, em si, uma informação relevante. Rubens Colaço em entrevista para Geraldo de Majella – ambos militantes históricos do PCB em Maceió – não citaram ao certo a quantidade e os nomes das mulheres militantes.

reconhecimento e nas cobranças por respostas do Estado acerca da localização de Jayme Miranda.

3.2.2 *Olga*

“Bom dia, Bruno. Lenilda⁹³ passou seu recado. Em que posso ajudá-lo?”, mensagem enviada a mim no dia 07 de agosto de 2020, às 7h43. Encaminhei cinco mensagens seguidas em um minuto (10h33-34): “Bom dia, Olga! Primeiramente, fico feliz pelo fato de a senhora ter aceitado falar sobre um assunto de natureza íntima-familiar comigo”; “Eu estou na fase de desenvolvimento da pesquisa e para que ela ganhe vida, eu precisava que vocês aceitassem, do contrário não sairia do papel”; “Posso adiantar algumas coisas agora. Gostaria de estabelecer contato para falar (na verdade, escutar) sobre os objetos pessoais (cartas, fotos, vestimentas, utensílios do lar e de trabalho e etc.) do seu pai, Jayme Miranda, que a família guarda como lembrança.”; “Além da senhora, meu interesse é estabelecer esses mesmos diálogos com outros ‘herdeiros’ dessas memórias, a partir dos objetos⁹⁴. Podem ser pessoas de gerações e graus de parentescos diferentes também. Não queria estipular uma quantidade de pessoas, mas sim deixá-los livres e à vontade para estabelecer essa conexão entre o pesquisador (eu), objetos de recordação e a família”; e, “A senhora acha possível?”. Às 15h14, respondeu-me: “Sim, acho”. Devolvi-lhe em seguida com um *emoji* sorridente, às 15h29. “Quase todas as fotos do meu pai estão no meu livro”, destinou-me a segunda mensagem, às 15h50. “Acho que você encontra na internet”, a terceira. A postagem seguinte foi a capa do livro escrito por ela, “Oh, pedaço de mim...”. “Também tem na internet documentários sobre ele”, continuou ela. Desse modo, Olga me dava as pistas iniciais⁹⁵ da pesquisa.

Olga Tatiana de Miranda Taglialegra (FIGURA 17) é a primogênita de Jayme Miranda e Dona Elza. A origem de seu primeiro nome tem uma ligação política com as atividades do pai. Jayme era amigo de Luís Carlos Prestes e resolveu homenageá-lo colocando o mesmo nome da ex-esposa deste, Olga Benário. Nascida em Maceió, no dia 23 de agosto de 1960. É casada e mãe de três filhos, dois homens (35 anos e 30 anos) e uma mulher (33 anos). Tem formação

⁹³ Lenilda Luna é uma amiga em comum que facilitou nosso contato. Luna é jornalista da Ufal e militante da Unidade Popular em Alagoas (UP). Foi ela, inclusive, que me sugeriu a família Miranda para estudar.

⁹⁴ Nesse momento, eu estava interessado em pesquisar memória e a cultura material a partir dos objetos guardados e conservados por familiares de mortos e desaparecidos políticos em Alagoas. Recorte o qual será explorado em trabalhos futuros.

⁹⁵ Destaco que Olga Miranda foi a primeira interlocutora com quem conversei sobre e para a pesquisa.

em Direito (1986) e Jornalismo⁹⁶ (2009), ambos pelo Centro Universitário Cesmac. Atualmente, cursa o mestrado em Políticas Públicas pela mesma instituição. Foi concursada pela Secretaria da Fazenda de Alagoas (Sefaz/AL) e era auditora fiscal da receita estadual. Chegou a presidir, por duas gestões, o Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Alagoas (Sindifisco/AL).

Figura 17 – Olga Miranda, camisa branca com uma estampa da foto do pai, é a terceira da direita para esquerda, durante debate na Ufal acerca dos 50 da ditadura militar



Fonte: Site da Ufal⁹⁷

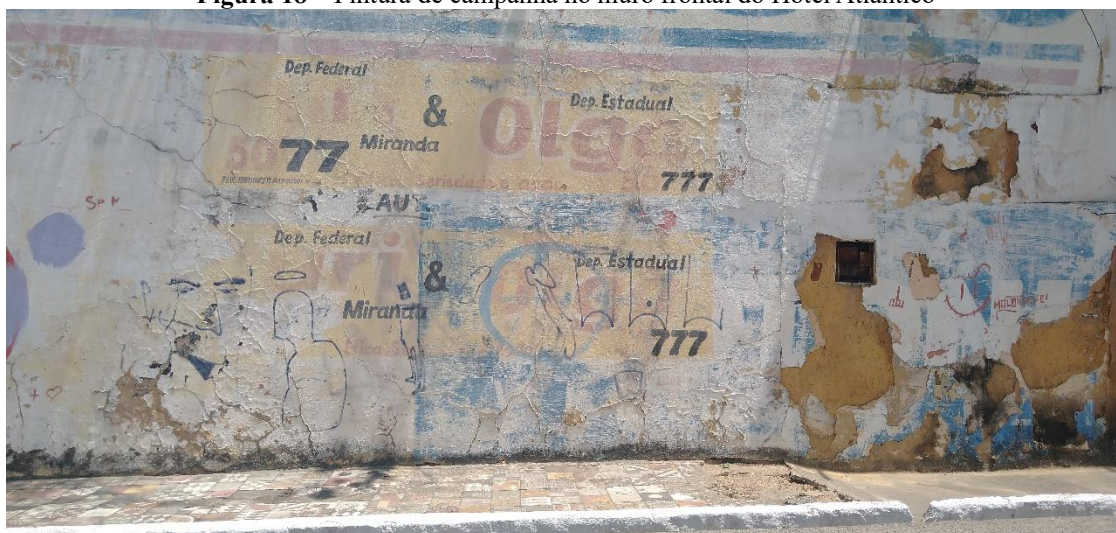
Olga fez parte também da Comissão Estadual da Memória e Verdade Jayme Miranda. Nas eleições de 2010, Olga foi candidata ao cargo de deputada estadual, enquanto seu irmão, Yuri Patrice, a uma vaga de deputado federal (FIGURA 18), ambos pela legenda do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). “O fato de a senhora ter entrado para o partido tem a ver com a trajetória política de seu pai?”, indaguei. “Sim, porque um amigo do meu pai queria muito que a gente se tornasse políticos, né?, e, na época o único partido forte era o PT, só que o PT estava envolvido naqueles escândalos todos de corrupção”, justificou ela, “Aí a Heloísa Helena lançou o PSOL e nós consideramos fortalecer o partido para crescer aqui, para ser uma opção da esquerda para a gente”, completou.

⁹⁶ O título do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi ‘Mídia e Memória: o caso do jornalista Jayme Miranda’, que depois se desdobrou no livro ‘Oh, pedaço de mim...’.

⁹⁷ LUNA, Lenilda. Comunidade universitária ouve os depoimentos de alagoanos que resistiram à Ditadura Militar, *Ufal*, Maceió, 02 abr. 2014. Disponível em: <https://ufal.br/ufal/noticias/2014/04/comunidade-universitaria-ouve-os-depoimentos-de-alagoanos-que-resistiram-a-ditadura-militar>. Acesso em 27 abr. 2024.

Perguntei à Olga se já não havia pensado em se filiar ao PCB e ela respondeu que: “Ajudei na campanha do Freitas Neto⁹⁸, inclusive naquele lance de comunista comer criancinha. Aí, fiz propaganda com meu filho no colo. Também fiz campanha para tio Nilson, ambos do PCB. Particularmente, nunca quis me filiar ao Partido”. Emendei: “Algum rancor?”. “Também. Achei que – era imaturidade minha, né? – eles não deram nenhum apoio na tentativa de buscar as pessoas que foram desaparecendo. Mas o Partido em si – depois a gente vai refletindo – foi desmantelado. Na verdade, não tinha ninguém que pudesse fazer essa busca”, disse Olga.

Figura 18 – Pintura de campanha no muro frontal do Hotel Atlântico



Fonte: Autor (2020)⁹⁹

Olga guarda consigo documentos pessoais, cartões postais, cartas trocadas entre seus pais, fotografias de documentos dos arquivos públicos de Alagoas, São Paulo e Rio de Janeiro de Jayme Miranda. A maior parte desse acervo fez parte da pesquisa de Olga, e também é mostrada no livro dela. De objetos do pai, Olga tem um *souvenir* trazido da China, um boneco de gesso e um birô, mobiliário de escritório. Perguntei-lhe se, além do birô, fotos e do boneco de gesso, ela guardava mais outros objetos do pai. Ela me disse que sua mãe queimou muita

⁹⁸ João Vicente Freitas Neto, jornalista e radialista, nasceu em Maceió no dia 19 de dezembro de 1949. Tragicamente, faleceu em um desastre aéreo em 11 de julho de 1997, quando um avião bi-motor Antonov 24 da Cubana de Aviación caiu no mar do Caribe, pouco tempo após a decolagem de Santiago de Cuba com destino a Havana. Freitas Neto começou sua trajetória política filiado ao antigo PMDB, pelo qual foi eleito vereador em Maceió entre 1982 e 1988, desempenhando um papel ativo na redemocratização do Brasil. Posteriormente, transitou para o PCB e, por fim, ingressou no PPS, onde se destacou como um dos líderes em sua fundação e também atuou como membro do Diretório Nacional.

⁹⁹ A imagem faz parte do conjunto de fotografias registradas para um ensaio sobre o Hotel Atlântico que compôs uma das atividades da disciplina Escrita Etnográfica quando a cursei como aluno especial neste mesmo programa de pós-graduação. O trabalho consistia em uma produção de material imagético ou sonoro sobre o campo de pesquisa.

coisa à época do desaparecimento, por medo da repressão militar como forma de retaliação à família.

Insisti na pergunta se mais algum familiar guardava objetos pessoais de Jayme Miranda. Segundo Olga, a família concentrou nela os objetos e informações a respeito do pai. O birô, por exemplo, foi repassado por uma tia. “Geralmente, eles não querem ficar com nada”, justificou. O conjunto de documentos pessoais, que hoje estão em pastas catálogos (ao todo seis), foi recolhido com tios e com sua mãe, Dona Elza. “Essa pasta aqui é só de cartas, né? Cartas e cartões que ele enviava para minha mãe. Essa aqui é a letra dele”. Constatou a caligrafia dele e comento ser a mesma do caderno de anotações que Jayme escreveu enquanto esteve preso, em 1953. “Aqui são todas as cartinhas, tá vendo?, que sobraram, que a minha mãe escondeu. São documentos originais pertencentes a ele. Ele encaminhava para ela essas cartas de onde ele estivesse: Paris, Rússia, em qualquer lugar, né?”, explicou Olga enquanto delicadamente passa carta em carta. “Por que você para ficar com esse material de Jayme?”, perguntei. “Eu sempre participei das atividades do Movimento Tortura Nunca Mais¹⁰⁰, dos Grupos de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Então, o pessoal foi me cedendo, principalmente minha mãe. Acabei de falar com ela, quis saber se ela queria de volta, ela disse que não”.

Olga recolheu materiais diversos pertencentes ao seu pai, atribuindo-lhes outras configurações e sentidos a partir da organização que ela lhes deu, ou melhor, os arranjos cujas fotografias, caderno de anotações, documentos pessoais, cartas e outros objetos ganharam, conferem uma narrativa que conta, sob a ótica dela, a história de Jayme e também da família Miranda, sejam nas disposições em pastas catálogos sejam como material de pesquisa para a escrita do livro da autoria dela. As informações anteriormente espalhadas, com alguns familiares, são agora dotadas de organização e hierarquia por uma pessoa em específico, no caso aqui, mulher, e filha mais velha.

Nos termos de Halbwachs (2003), Olga exerce o papel de “guardiã de passados” da família Miranda a partir de sua própria memória sobre os fatos que envolvem pai e a família no contexto do comunismo e da Ditadura Militar. Para o autor, cada memória individual representa um olhar sobre a memória coletiva, sendo que esse ponto de vista se transforma consoante a posição que esse ‘eu’ ocupa, e essa posição por sua vez varia conforme as interações que esse ‘eu’ mantém com outras pessoas. Não é surpreendente que, diante desse contexto comum, cada

¹⁰⁰ Originado e criado, inicialmente, por Cecília Coimbra, o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ teve sua constituição não oficial em abril de 1985, no Rio de Janeiro, tendo sido oficialmente exposto ao público no final de outubro ou início de novembro do mesmo ano. Trata-se de uma organização brasileira de defesa dos direitos humanos, originada como uma forma de reivindicação por parte dos parentes das vítimas de morte, desaparecimento e tortura política do regime militar, após a instalação da ditadura militar no Brasil em 1964.

um se beneficie de forma diferente. No entanto, ao tentarmos compreender essa diversidade, sempre chegamos a uma mistura de influências, todas elas de origem social.

O material organizado por Olga, inevitavelmente, recebe influências da presença e do significado da própria guardiã, sem deixar de contar com as relações que ela estabelece com indivíduos internos e externos à família quando da exposição (ou não) desse mesmo acervo ou produto (no caso do livro).

Barros (1989) – corroborando com a mesma definição – argumenta que as razões que levam alguém a se tornar o “guardião da memória familiar” são diversas. Certos momentos da vida podem ser particularmente inspiradores para assumir esse papel na família. O guardião é reconhecido pela família ao estabelecer para si e para os familiares o perfil desse papel social. Não é uma motivação individual que leva o colecionador a buscar, investigar, encontrar e preservar seus bens preciosos. Ele abraça um papel que lhe confere não apenas o direito, mas também a responsabilidade de zelar pela memória do grupo familiar. Essas responsabilidades não são determinadas apenas pelo guardião, mas por toda a família que consensualmente o encarregou dessa missão.

Um momento impulsionador para que Olga assumisse o papel da guardiã foi buscar nos materiais (e também em entrevistas com alguns familiares) *quem* era seu pai, porque Jayme Miranda era um assunto praticamente silenciado entre os Miranda: da convivência da interlocutora. E, fazendo ao seu modo a narrativa de memórias, Olga conta não somente *quem* foi Jayme – diferenciando a figura doméstica da imagem política, por exemplo – constrói sobretudo a memória dos Miranda. Contudo, essa elaboração não existe sem as discordâncias, desaprovações e negativas de integrantes do grupo familiar; não é consensual, como sugere Barros (1989), pelo menos não entre os Miranda como demonstrarei no próximo capítulo.

3.2.3 *Yuri Patrice*

Nascido em Maceió, em 15 de agosto de 1961, Yuri Patrice Rocha de Miranda (FIGURA 19) é o segundo filho de Dona Elza e Jayme Miranda. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em 1984 – um ano antes do fim da Ditadura Militar. Servido público estadual no cargo de auditor fiscal da receita estadual, pela Sefaz/AL, assim como foi sua irmã, e atualmente é presidente da Comissão Mista Permanente do Programa Permanente Estadual de Educação Fiscal da mesma Secretaria. Tem quatro filhos e o segundo mais velho, Thyago, é interlocutor nessa pesquisa.

Figura 19 – Recorte de jornal alagoano, tendo Yuri e irmã como entrevistados em alusão aos 20 anos do desaparecimento de Jaime Miranda



Fonte: Registro do autor a partir do arquivo pessoal de Olga Miranda

Antes de prestar concurso para o Fisco, Yuri fez formação política na União Soviética: um deslocamento para um país socialista durante a Ditadura Militar, quando ele ainda era jovem e seu pai já era um desaparecido político. Os militantes eram enviados para formação de quadros. Yuri teve amigos destinados à Alemanha Oriental e outros, assim como ele, para a URSS, sendo o único alagoano da delegação brasileira. Ele passou seis meses estudando política internacional, história do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), filosofia e economia marxistas. “Eu era militante do Partido Comunista, igual ao meu pai. Eu já era do quadro na [época da] universidade. Eu tinha uns 17 anos e era responsável por diversos núcleos universitários”, contou-me. “Como foi que o senhor começou essa formação política? Foi dentro da Ufal que o senhor conheceu grupos de universitários militantes?”, perguntei. “Antes. Alguns comunistas estavam querendo reorganizar o Partido. Os que ficaram no PCB, de certa maneira, foram isolados e até mal vistos. Outros camaradas saíram e mudaram de lado em relação à família da gente também”, esclareceu.

Perguntei como foi a experiência na União Soviética: a vida, a formação e a convivência. Ele me falou que a formação se deu na capital, mas que chegou a conhecer outras duas cidades, Leningrado (hoje São Petersburgo) e Krasnodar, à época uma cidade rural. O curso de formação se dava no Instituto Lênin em Moscou, contudo, devido ao atraso na conclusão da turma que antecedia a de Yuri, a delegação brasileira e as demais foram levadas para *dachas* (casas de campo), que ficavam afastadas de Moscou, numa área mais periférica e não muito habitada. Os

grupos ficaram entre um mês e meio a dois meses nessas acomodações. Yuri falou que tinham representações do mundo todo, dentre elas as da América Latina (Honduras, Nicarágua e Cuba); da África do Sul e do Iêmen. Yuri ficou, em Moscou, no período entre agosto de 1984 a março de 1985.

Ele narra para mim como foi a ida à URSS. “O voo era via Argentina. A gente saía do Brasil, ia para a Argentina e só tinha passaporte da Argentina. Bom, meu passaporte só tinha esses carimbos como se eu não tivesse passado na União Soviética. E meu nome lá era Jorge Leite. Fazíamos os cursos clandestinamente”, contou. Essa ida de Yuri à URSS pegou o finalzinho da ditadura militar; comentei isso com ele. “Por isso que a gente não tinha muita comunicação, para não atrapalhar esse processo. Já tinham eleições para governador, mas questão da anistia não estava resolvida”. “Na Argentina o grupo tirava um passaporte falso?”, indaguei. “Na Argentina, eu não usei passaporte mais, porque o carimbo foi só o do Brasil, na entrada na Argentina e pronto”. Ficamos por aqui nesse assunto. O etnógrafo possui a capacidade de revelar ao público geral outros universos, e é fundamental que o interlocutor esteja ciente disso, tendo a chance de se expor ou até justificar suas escolhas. Contudo, será que isso realmente importa para nossos interlocutores? Para o Yuri, por exemplo, seria relevante compartilhar uma logística que desafie os sistemas de espionagem destinados a comunistas, sendo ele um filho de um político desaparecido?

Nem tudo deve ser explorado ao bem do saber científico. “Deveria eu ter insistido?” Essa pergunta tem de fundo a presença do pesquisador no campo, como autoridade diante dos eventos descritos. O etnógrafo tem a habilitação de desvelar mundos outros ao público geral, e, o interlocutor deve ser informado disso, da oportunidade de se mostrar, ou mesmo, de se justificar. Mas, isso interessa aos nossos interlocutores?

Simmel (2009) ajuda a pensar a respeito do segredo dentro do campo de pesquisa e quando o antropólogo é colocado diante dele. Sociologicamente, segundo o autor, todas as combinações compartilham a característica de que um lado mantém um segredo em relação ao outro, de certa forma aceito. O que é escondido, seja de forma voluntária ou involuntária, é respeitado da mesma maneira. Consequentemente, o segredo, sendo a dissimulação de certas verdades obtidas por meios positivos ou negativos, é considerado uma das maiores realizações da humanidade.

Sobre a identidade falsa adotada, Yuri contou que o sobrenome Leite não era habitual na URSS. Para os soviéticos, soava engraçado um tipo de alimento ser usado como sobrenome. Se para nós, brasileiros, Leite, Café e Laranjeiras é habitual, para os soviéticos, não. Os alunos do curso tinham uma carteira “vermelhinha” – que “dava certo *prestigiosinho*”, pelo menos era

isso que Yuri sentia – a qual identificava os alunos do curso. Por meio da carteira, sabiam que eles pertenciam a quadros de partidos comunistas em seus países de origem. “Fiz uma travessia num local que não era correto, sem usar faixa ou uma coisa dessa, né? Aí o cara me parou lá e falou umas coisas que eu não entendi. Aí, eu me identifiquei, e ele me deu as mãos e me deixou passar. Quer dizer, como se fosse alguma coisa de certo peso, né?”, explicou assim a notoriedade que militantes estrangeiros participantes do curso tinham no país. E, mais uma vez durante a entrevista, não nomeou e nem disse o que tinha de incorreto em suas ações neste local.

3.2.4 Jayme

Assim como os irmãos mais velhos, Jayme Rocha de Miranda¹⁰¹, entre os familiares, mais conhecido como “Jobinha”, é Auditor Técnico de Tributos na Secretaria de Estado da Fazenda, do estado de Sergipe (Sefaz/SE). Formou-se em Direito pela Ufal e tem um encanto por áreas como Sociologia e Antropologia. Entrou na faculdade com 22 anos, mas antes chegou a trabalhar em outros ramos, inclusive em bar, com o intuito de pagar o parto do seu primeiro filho. Nasceu em 9 de fevereiro de 1966, no Rio de Janeiro, na clandestinidade de sua família.

Nossa conversa estava se encerrando quando Yuri colocou um áudio para eu ouvir. A voz era de Jayme, seu irmão que mora em Aracaju, era de uma mensagem enviada em agosto, pelo *WhatsApp*. Na gravação, Jayme saúda o irmão como “camarada Yuri” e indica um filme chamado *Três Segundos*. Jayme faz uma sinopse, relatando que a película conta a história dos atletas e do treinador soviéticos durante a final do jogo de basquete entre EUA e Rússia, nos Jogos Olímpicos de Munique em 1972. Jayme justifica a indicação, dizendo que a Yuri interessa por ser um esporte soviético.

Yuri gravou um áudio, pelo *WhatsApp*, para Jayme, apresentando-me estudante de Ciências Sociais e dizendo-lhe do meu interesse de pesquisa: “as famílias que foram vítimas da ditadura”. Pediu ao irmão que me desse atenção e que marcasse alguma coisa (referindo-se a uma possível entrevista). Em seguida, Yure grava um áudio para o irmão André: “Boa noite, André. E aí, como estão as coisas com os meninos? É... tem um amigo, o Bruno, ele é estudante de Ciências Sociais, ele está fazendo um trabalho para a pesquisa dele e ele quer o contato com você, está bom? É sobre famílias de desaparecidos, é um estudo que ele está fazendo, está bom? É ... mano, diga as novidades depois. Um abraço, lembrança a todos aí, aos meninos”.

Despedi-me e combinei de entrar em contato para uma nova entrevista (Diário de campo, setembro, 2020).

Cheguei a Jayme *filho* (FIGURA 20) e a André por intermédio de Yuri Patrice. O áudio de Jayme *filho* foi uma espécie de sua pré-apresentação. Os assuntos referentes à política (filme com cenário soviético), temática e os léxicos dos militantes comunistas (“camaradas”) estão presentes no dia a dia dos filhos de Jayme Miranda. Aliás, as referências fílmicas foram uma

¹⁰¹ Para não gerar confusão entre pai e filho, irei adotar ‘Jayme *filho*’ para quando eu estiver me referindo ao meu interlocutor.

constante nas entrevistas com ele: “Parente é serpente” (direção de Mario Monicelli, 1992), “Esposamante” (de Armando Trovaioli, 1977) e o documentário do brasileiro Diógenes Muniz “Libelu - Abaixo a Ditadura” (2020)¹⁰². Mas foi o filme “O ano em que meus pais saíram de férias” (2006), de Cao Hamburger, que serviu de ferramenta de aproximação e de entrevista com Jayme *filho*. “Se você quiser sobre a minha infância – não, a de Yuri, Olga e André –, a minha especificamente assista ao O ano (...). Aquele cara realizou o filme exatamente como era [minha infância]”, declarou. Assisti novamente a este filme, procurando possíveis semelhanças entre o personagem principal, Mauro, e Jayme *filho*. E, com as anotações extraídas, levei-as para as entrevistas, cujo resultado ficará mais claro na etnografia a seguir.

Figura 20 – Jayme *filho*, no balanço, Jayme Miranda e Olga em uma praça na cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo pessoal de Thyago Miranda

Jayme *filho*, entre os 21 e 22 anos, trabalhou no projeto Rondon como fiscal do programa do leite, durante o governo Sarney, em Maceió. Por volta dos 23 anos, já trabalhava concursado como fiscal em Aracaju, passou para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Maceió. Na época, o candidato aprovado escolhia se queria atuar como coordenador ou como recenseador; ele ficou com a segunda opção, pois facilitava seu deslocamento entre Maceió e Aracaju. Essas duas atividades fizeram com que Jayme *filho* transitasse por diversos lugares e conhecesse pessoas de diferentes classes sociais.

¹⁰² Inclusive, a primeira exibição se deu na internet no dia da nossa primeira entrevista, em 30 de setembro de 2020.

Jayme *filho* se identifica como alagoano, “meu sotaque é de alagoano”, mas confessa guardar algumas coisas do Rio de Janeiro, como o gosto musical pelo samba. Pergunto no que ele se identifica mais como alagoano. Ele se reconhece mais como Calheiros que Miranda por se parecer mais com sua mãe, Dona Elza. Pergunto, então, a diferença entre os Calheiros e os Miranda.

Cultural. Os Calheiros são mais simples. Tive que aprender forró, porque minha avó fazia as festas na casa dela, botava a música para tocar e me pegava pela mão para dançar com as meninas, e sempre fui tímido para mulheres, e aí tive que aprender a dançar, se não seria uma vergonha todo domingo (*risos*), entendeu? Então, quando eu ia para os encontros de estudante, apesar de lá em casa, os mais velhos e acho que o André também não. Nunca fomos de arrastar as sandálias nem os sapatos quando andávamos, como o nordestino faz, mas nos encontros eu fazia questão de arrastar como um nordestino de cepa¹⁰³, uma coisa de gostar da identidade. Já os Miranda, bem ou mal, todo mundo tinha uma militância política. Teve uma época em que todo mundo, todos os netos do seu Miranda foram do Partido Comunista. Tem até uma foto famosa que o Yuri estava em Moscou estudando, há uns quatro meses, aí chega um cara com um jornal e diz: “você conhece alguém aqui dessa foto, do time do Partidão de lá de Alagoas?” Aí um Miranda diz: esse aqui é o meu irmão, esse aqui é meu primo, meu irmão, meu primo, meu tio... (*risos*). Tinha amigos também, mas a maioria era a família Miranda. Então, é essa a coisa da família Miranda (Entrevista com Jayme Miranda *filho*, online, 30 de setembro de 2020).

“A minha prática política é que faz a minha importância para as pessoas”, Jayme *filho* falou isso para diferenciar suas incursões daquelas mais voltadas para o campo teórico. “Eu, por exemplo, tenho acertado nas críticas em relação ao Sindifisco, em relação ao PT. Nada pessoal, são críticas baseadas em fatos e atitudes”, explicou. O entrevistado recordou a época em que escrevia para/sobre o sindicato: “aprendi a escrever – hoje estou meio enferrujado ultimamente – mas eu levava um tempão para escrever uma coisa e hoje levou meia hora para escrever um texto interessante”. Ele e a esposa mantêm um sarau literário iniciado na mesma época das mobilizações de 2013; e os textos que Jayme *filho* escrevia tinham também opinião política. “Eu já criticava aquelas passeatas porque, infelizmente, o PT não percebeu [o que estava ocorrendo] e se o PT tivesse entrado nas passeatas, nada disso, mas resolveu ser contra as passeatas, aí criou aquele problema”, relembrou os conteúdos dos textos.

3.2.5 André

O caçula do casal nasceu em 9 de fevereiro de 1971 (mesma data do irmão Jayme e com cinco anos de diferença entre eles), no Rio de Janeiro, durante a clandestinidade. Hoje, André

¹⁰³ Segundo o Dicionário Michaelis a expressão ‘de boa cepa’ significa de boa origem. Então, o entrevistado usa no sentido de ser nordestino, ter uma boa origem.

Rocha de Miranda (FIGURA 21) está com 53 anos e mora em Barra dos Coqueiros, no estado de Sergipe. É casado há 29 anos e tem três filhos, de 24 anos, 17 anos e o mais novo com 14. É formado em Letras/Espanhol pela Ufal e tem especialização em Arte Educação pela extinta Faculdade São Luís de França (comprada pela Universidade Tiradentes). Atuou como formador educacional pelo Instituto Paramitas/FTV e atualmente é professor de Português na rede municipal. É autor dos livros “Lira dos Rumos Incertos¹⁰⁴” (1994, poesia), “O Farol das Massas e outros Fios do Novelo¹⁰⁵” (2013, prosa em contos) e A Diabrina Comédia¹⁰⁶ (2013, poesia). Mesmo com essas obras publicadas, André se considera um escritor amador.

Figura 21 – André, o segundo agachado, da direita para esquerda, o mais novo, está entre amigos e familiares¹⁰⁷ durante jogo do time de futebol do PCB, em 1985



Fonte: Arquivo pessoal de André Miranda

Na hora¹⁰⁸ marcada, estávamos lá na sala do *Google Meet*, André Miranda, eu e um desafio. Como criar um clima de conversa com alguém anteriormente apresentado por entrevistados como uma pessoa travada, de pouca conversa e de que não gosta de tocar no assunto sobre o pai? O filho mais novo de Jayme Miranda não aparece em depoimentos em nenhum dos três documentários audiovisuais em que assisti, por exemplo, sendo um interlocutor totalmente desconhecido e formulado pelo *filtro* de outros familiares; fato comum neste percurso de pesquisa, pois as informações sobre Yuri e Jayme não foram diferentes.

¹⁰⁴ Primeiro livro escrito por André, o qual me ajudou a conhecer mais o interlocutor durante as entrevistas. Apresentei o livro na subseção *Materiais de suporte*.

¹⁰⁵ Coletânea de contos e o conto que dá nome ao livro aborda a história de seu pai.

¹⁰⁶ Segue a estética dos tercetos, uma sátira à Divina Comédia, focada no ‘inferno’, tendo como personagens os políticos, do cenário mundial e brasileiros também.

¹⁰⁷ Logo acima de André, em pé, está seu primo Alex Miranda; e acima deste, o irmão Jayme Miranda. Leonilson, primo, em pé, da esquerda para direita, é o quarto. Todos, interlocutores nessa pesquisa.

¹⁰⁸ Noite de quinta-feira, 01 de outubro de 2020, a primeira entrevista.

Do outro lado da tela estava André, usando uma camisa azul-celeste e óculos de armação metálica. Ele é pardo, tem calvície não muito acentuada (restrita a uma meia-lua na face posterior da cabeça), seus cabelos e cavanhaque são grisalhos, com o branco se manifestando com certa predominância. Ele está sentado, aparecendo inicialmente na imagem dos ombros para cima. Eu já tinha em mente o mesmo recurso de abertura de conversa utilizado com Jayme Miranda: aproveitar o assunto da conversa ao telefone quando da ligação de confirmação para entrevista pré-agendada. Durante a ligação, no início da noite da terça-feira anterior, André demonstrava interesse em participar das entrevistas à distância, tão-só bastando marcar os encontros previamente devido aos compromissos no trabalho e à participação dele na elaboração da campanha eleitoral de um colega de Maceió. Pronto. Esse era o gancho de que eu precisava. E mais uma vez, funcionou; não entrei diretamente nas questões referentes à pesquisa.

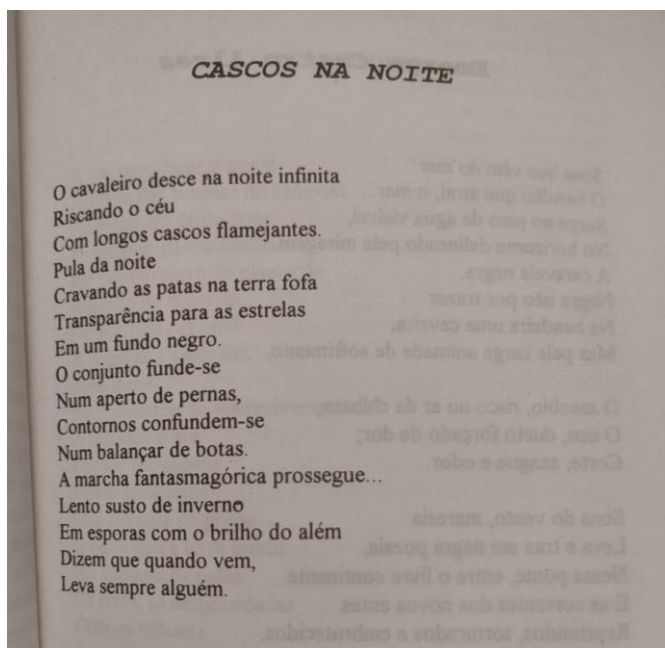
Início querendo saber se essa colaboração na campanha tem sido fácil ou difícil, considerando a distância e o contexto da pandemia. André me contou que as campanhas ganharam um aspecto virtual (de redes) e que ele integrou a assessoria *on-line* cuja equipe reunia outros amigos (do candidato) de diferentes áreas de atuação como psicologia e sociologia; e também de diferentes estados do país como São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, por exemplo. Ele entrou nessa colaboração por se tratar de um amigo “muito querido”, relação mantida há quase 30 anos, embora considerasse essa empreitada um treino. O candidato era calouro, não tinha experiência nenhuma e provavelmente ele estará – acreditava André – mais maduro nas próximas eleições. Quis ter a certeza de que a candidatura era para o pleito em Maceió e ele, além de confirmar, acrescenta que o amigo vai sair pelo PCdoB, partido esse que estava com o artifício de esconder a legenda por causa do comunismo, alegando que demanda muito tempo para explicá-lo às pessoas. Essa estratégia, segundo meu interlocutor, “é equivocada, né?!”, avaliou, e continuou: “Eles não estão colocando o nome do partido, estão colocando o nome de um Movimento¹⁰⁹. O Yuri me perguntou que partido era esse, quando eu o mostrei. Yuri também conhece o candidato. Meu irmão e os filhos, que são mais atuantes, estão apoiando a candidata mais forte da legenda”.

¹⁰⁹ Movimento 65 foi a marca da campanha política do Pcdob para os pleitos dos cargos de presidente, senador e deputados (federal e estadual). O objetivo, à época, era atrair eleitores do centro político, ampliando assim possíveis interesses de votos para além dos grupos de esquerda. Essa ação de marketing incluiu retirar das imagens os símbolos da foice e do martelo, referências claras ao comunismo. Toda essa estratégia era também para fazer frente ao ex-presidente Jair Bolsonaro e seus correligionários.

Criadas as condições de se manter um diálogo à distância, perguntei-lhe como estava a rotina dele por efeito da pandemia. Profissionalmente, André trabalhava à época no Instituto Paramitas/FTV o qual desenvolve tecnologias aplicadas à educação, sendo, portanto, comum o *home office*, as *lives* e as reuniões virtuais, o tempo todo. Ele chegou a Aracaju em 2004 para abrir uma lavanderia industrial (com foco em rede hoteleira) em sociedade com uma prima e seu irmão Jayme, este, de “pavio curto”, logo saiu do negócio devido a desentendimentos com a prima. André ficou nesse ramo por 10 anos, mas as dívidas principalmente não permitiram as condições para o negócio continuar. Ele chegou a inaugurar uma lavanderia comercial, todavia não prosperou. Por necessidade financeira, voltou-se para sua área de formação e começou a ensinar jovens e adultos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), por exemplo, e daí passou a buscar outras vagas de emprego na área da Educação. Na vida familiar, ele, a esposa e os três filhos passaram por alguns estresses, mas foram para “umas praias aí... desertas e as coisas voltaram a se acalmar”. O filho mais velho cursa a faculdade de direito, estuda muito e tem feito aulas virtuais. Dos três, esse é o mais “caladão” e foi o que mais andou estressado, mas, de uma forma geral, André avalia que, no aspecto do isolamento social, sua família enfrenta a pandemia “numa boa”.

Enquanto tomo nota das idades dos filhos de André e percebendo que o assunto sobre a pandemia não estava rendendo, puxo o livro de poesias da autoria dele, o qual já estava sobre a minha mesa do escritório, abro aleatoriamente na página 49 (ou seja, não programara para tal ato) e recito ‘Casco na Noite’ (FIGURA 22). Enquanto leio, observo que ele me olha com certa surpresa e expressa um sorriso suspenso. Ao terminar, pergunto-lhe se ele saberia dizer a autoria dos versos. Agora, com o sorriso conclusivo e misturado com a fala, André diz: “é meio fraco esse”, comentou às gargalhadas, “Esse aí é um poema de final da adolescência, do meu primeiro livro”, completou.

Figura 22 – Poema do livro Lira dos Rumos Incertos da autoria de André Miranda



Fonte: Autor (2024)

André me fala que suas poesias se alternam entre as temáticas da política e da educação. A primeira corresponde ao seu gosto pessoal e a segunda, ao uso dos escritos para suas atividades profissionais. Daí, pedi-lhe para diferenciar esse trânsito entre esses dois assuntos. André me diz que a tendência, em seu tempo livre, é escrever sobre política: “sou viciado em notícia, sou viciado em política, apesar de não me aprofundar muito nas teorias. O Yuri leu muito mais sobre os pensadores políticos, eu li menos. Mas, consigo extrair, fazer sátiras. Faço uma repercussão da notícia em forma de humor”.

“Você escreve em prosa ou somente poesia?”, perguntei. Ele me diz que tem um romance ainda não publicado. O original permanece arquivado e tem uma dimensão política com críticas severas à esquerda. Disse que antes de decidir pelo lançamento da obra é preciso “reavaliar o romance para ver se eu rasgo porque eu bati demais na esquerda e hoje eu revi tudo, né?!”, respondeu aos risos.

Tento retornar o assunto da pandemia, seguindo a proposta das perguntas ainda não feitas do roteiro, visto que a nossa conversa ganhava certa descontração. Durante a recuperação da pergunta sobre possíveis mudanças na rotina da família, observei que André dividia atenção com outra pessoa e respondeu a ela: “é em Antropologia”, provavelmente se referindo a minha pesquisa; e emenda agora olhando para câmera: “vá me pegando, porque eu realmente tenho uma conversa muito dispersa e falo muito, viu?!”, aos risos o interrompo dizendo-lhe que ficasse tranquilo quanto às digressões. “Minha mulher já se manifestou e disse que aí (se

referindo a ele) é língua de escada rolante”, completou. Conclui, então, que a conversa paralela se dava com sua esposa.

André avalia que, dos cinco da casa, a esposa era “a mais estressada”, aquela que mais tinha sentido os resultados da pandemia. Ela é professora e trabalha por meio de contratos das prefeituras do estado de Sergipe e, em função do isolamento social, acabou não sendo chamada para as vagas. Ela “gosta de gastar” e a interrupção da contratação restringe-a de pedir a comida japonesa de que tanto gosta, por exemplo, além do fato de que ela está bebendo muito. Meu interlocutor disse que, assim que acabasse nossa conversa, eles fariam uma “cervejada”, e logo depois, jantariam. Constatei três pontos sobre o desenvolvimento de uma entrevista: 1) os assuntos íntimos, por mais banais e corriqueiros que sejam, têm seu tempo de revelação adequado, como também, a razão de virem à tona e a seleção de informações feitas pelo próprio entrevistado. Anteriormente, André tinha dito que “de uma forma geral, a família enfrentava a pandemia numa boa”. Agora, por meio de outros episódios (dentro da mesma pergunta), ele revela outras consequências da pandemia: desemprego, redução de renda familiar, consumismo e a bebida alcoólica, esta última como escape do isolamento social. Nada disso fora dito quando perguntei pela primeira vez, demonstrando-me que a pergunta em si não impõe revelações; 2) Como decorrente do tópico anterior, a entrevista deve ser encarada como uma dinâmica de ritmo lento e gradual, pois os assuntos da intimidade – do entrevistado sobretudo, mas as minhas também – estão em jogo, cuja disputa se desenvolve a partir daquilo que se pode, deseja, e se pretende revelar; 3) Os limites de “não estar lá” impõem uma autoavaliação constante de procedimentos enquanto entrevistador (sequência das perguntas, funcionalidade do roteiro para cada entrevistado e oportunidade e conveniência para fazer certas perguntas) com o propósito de o interlocutor sentir segurança nos encontros virtuais e, à vista disso, consiga desenvolver suas argumentações, a partir das questões e intervenções realizadas pelo pesquisador.

Passados quarenta minutos do início da nossa conversa e ainda sem ter ouvido André falar da família de Maceió (os Miranda), perguntei-lhe como ele descreveria seus familiares. Ele relatou sentir um orgulho da ética deles e que seus irmãos e mãe tinham um caráter muito bom. Assim como existia o trauma de guerra, a família tinha o “trauma de ditaduras”. Durante muito tempo, André não quis falar sobre o que aconteceu com seu pai. Porém, as atividades do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), como os encontros entre familiares de desaparecidos e mortos da Ditadura Militar, em outras cidades do país, como São Paulo, Brasília e Fortaleza, por três anos, ajudaram-no a trabalhar e conviver com essa situação.

Temos alguns problemas de relacionamento entre os irmãos que acho que vem disso aí, entendeu? Eu, como o mais novo, fui filtrado. Não sofri tanto quanto os mais velhos. Eu era muito novo quando o meu pai desapareceu, tinha quatro anos e os mais

velhos eram adolescentes, então eles sentiram bastante. E o Jayme, que era criança ainda (tinha entre 09 e 10 anos), foi o que ficou com mais problemas emocionais. Até hoje é um cara muito difícil de lidar. É um cara muito legal em festa, mas para conviver no dia a dia é uma pessoa... Isso gerou desgaste entre a gente, nós éramos muito competitivos. A gente era muito esportivo, né? A gente jogava quase tudo, principalmente futebol, e éramos muito desunidos”, explicou com um riso envergonhado (Entrevista com André Miranda, *online*, 01 de outubro de 2020).

Narrei a entrevista com André com o intuito de demonstrar como os procedimentos técnicos e a conduta do pesquisador interferem na elaboração biográfica de um interlocutor. A construção prévia do sujeito pelos familiares, a partir de suas relações, poderia afetar a construção do próprio pesquisador em campo, refletindo na condução da entrevista. Ao contrário. O campo ensinou que, a intimidade e a confiança na entrevista – fazendo com que questões sejam respondidas no tempo apropriado do interlocutor, e não no tempo da pergunta – devem ser avaliadas constantemente, inclusive ganhando configurações diversas consoante o interlocutor.

Desse sujeito, o qual se coloca gradualmente em cena, decorrem dois outros aspectos. O primeiro é como André narra a si enquanto o filho filtrado. Essa forma de se representar, com efeito, mostra como se deram as configurações da memória e do esquecimento na relação intrafamiliar. A falta de convivência com o pai, a recusa inicial em saber o que motivara o desaparecimento dele e o entendimento sobre o sofrimento dos irmãos, principalmente o de Jayme constituem a experiência da história familiar durante a ditadura que André tem, podendo atualizá-la e reelaborá-la enquanto se narra para o pesquisador. Os livros escritos pelo entrevistado assim como as ocupações de espaços físicos (o corpo em presença) em eventos, como do CICV, e a participação como colaborador em campanhas de candidato alinhado com seu espectro ideológico (de esquerda) são produtos de sua militância e suas atividades de intervenção.

O segundo aspecto é o papel do segredo como produtor de silêncios. E, a partir da fala de André, abordo apenas um traço desse segredo – discussão iniciada desde o primeiro capítulo. Desta maneira, André traz o segredo/silêncio dos familiares diante do “trauma de ditaduras” como forma de poupá-lo das mesmas dores e traumas. Esse argumento pode ser visto com o auxílio de Jelin (2011), quando a autora reflete sobre a realidade de muitas mulheres¹¹⁰ na Argentina diante do desafio de lidar com o sequestro, desaparecimento, prisão ou exílio forçado de seus parceiros. A atmosfera de terror em que estavam imersas as obrigava a adotar diversas estratégias de dissimulação, incluindo a supressão de sua própria dor. Isso significava tentar

¹¹⁰ Iniciei essa discussão quando apresentei Dona Elza e será melhor explicitada na etnografia no capítulo a seguir.

manter as crianças seguindo com suas rotinas diárias “como se nada tivesse acontecido”, para evitar levantar suspeitas. O medo e o silêncio se fizeram componentes constantes da vida dessas mulheres e seus familiares, suscitando um fardo emocional agudamente alto.

3.2.6 *Wellington*

“Faço parte da terceira geração. A primeira é com Seu Manoel Simplício e Dona Hermé. A segunda, seus dez filhos e a terceira, eu e mais uma gente que não se acaba mais nunca”, explicou para mim, onde se inseria na árvore genealógica da família, Wellington Silva de Miranda Nascimento (FIGURA 23). Filho mais velho de Haroldo Amorim de Miranda e Clélia¹¹¹ Silva de Miranda, é natural de Maceió. “Tonico” – como é popularmente conhecido e como me dirigi a ele durante as entrevistas – nasceu em 10 de dezembro de 1946. Viúvo, pai de três filhos, servidor público estadual aposentado. Engenheiro Civil formado pela Ufal em 1971.

Durante sua trajetória, não exerceu atividades políticas partidárias. Foi presidente da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), no biênio 1992/1994. Escreve crônicas, é autor do livro “A margem esquerda do Salgadinho”, publicação independente a qual reúne crônicas/contos cujos textos misturam relatos biográficos, as relações com a família e ficção. O título do livro é uma alusão à localização do Hotel Atlântico.

Figura 23 – Casamento de Wellington Miranda, em 5 de julho de 1975



Fonte: Arquivo pessoal de Wellington Miranda

¹¹¹ Na família é conhecida por Telinha.

Quando estávamos conversando por telefone, nas negociações para as entrevistas, Tonico Miranda agradeceu pela oportunidade de ouvi-lo, “porque é a minha versão dos fatos, é como a conheço a história da minha família”. Carregar um estigma de “família de comunistas”, segundo ele, é um desmerecimento com cada pessoa. “Ser chamado de comunista não me afeta. Não participei de nenhuma organização política, tenho maior respeito por todos que entraram na luta política, e quando 1964 veio, eu vi, sobrou para pessoas que não tinham absolutamente nada a ver”. Meu interlocutor se refere à generalização como se todos da família tivessem a ver com as práticas dentro do PCB, como as de Jayme Miranda. E, em uma fala, é possível perceber que, devido à mácula, os que não tinham envolvimento também sofreram as consequências.

Teve um episódio no quarto do ginásio no qual o censor na escola repreendeu Tonico Miranda, aos 14 anos, por não estar usando as insígnias militares na farda. “Ele me disse que ia pegar o Nilson e o Jayme, botar em um avião e jogá-los na Rússia”, explicou mais uma vez, o que era na prática ter familiares comunistas naquele contexto. Ao longo da vida, as piadas e provocações políticas fazem parte da vida do entrevistado. “Tive pouquíssimas oportunidades de trabalho por causa do estigma que cria uma aura, mas quando você vai chafundar nesse pessoal, vai encontrar muito reacionário. E muito. Não se assuste. Mas também, os parentes não abrem mão dos heróis, ninguém abre do destaque”. Assim como a maioria dos entrevistados, Tonico pontua essas duas nuances da generalização: as retaliações e o encobrimento de outros pensamentos políticos na família, por consequência homogeneizando-os. Tendo essas variantes que compõem a família Miranda, há ainda uma exaltação da figura do mártir independente do espectro político.

Como falei acima, Tonico Miranda escreve relatos biográficos ligados, principalmente, aos episódios que presenciou da repressão estatal sobre seus familiares, mas na maioria dos textos há uma mão pesando mais para as relações entre pessoas do que para a revisão de fatos históricos. A partir desse ponto, perguntei novamente o motivo do agradecimento por incluí-lo no rol de entrevistados. “O que o senhor conta sobre os Miranda?”, perguntei. “Eu não conto histórias de heróis, conto a história da forma como a vejo. Em alguns instantes, as pessoas são dispensáveis, em outros momentos são humanos que erram bastante, né? Só entendo contar, falando a verdade; não criando um personagem”.

Dentre os textos que integram o livro “A margem esquerda do Salgadinho”, Tonico citou o “Pavilhão dos indesejados”, referência às acomodações nos fundos do Hotel Atlântico, onde ele, seus pais e os nove irmãos moraram com a ocorrência do golpe de 1964. “Meu avô não tinha nenhuma obrigação [conosco], ao invés de tornar isso uma mágoa, mostrei aquele lugar [como algo]. O nome que coloquei não era assim, era maravilhoso. No verão, todo mundo

queria ir para lá. Queriam ir para casa da Telinha e do Haroldo”. Há uma contradição entre o título e as lembranças que o texto remete. “Indesejados” tem mais a ver com o espaço (não ser os quartos principais), a convivência de muitos parentes e o contexto da época. “Mágico” e “Maravilhoso” são os adjetivos com que Tonico apresenta ao pesquisador as suas lembranças do Hotel: projeção de um local ideal, ainda que tenha nele conflitos familiares¹¹². O livro foi importante, assim como outras fontes de suporte, pois Tonico frequentemente associou suas memórias aos textos escritos na obra¹¹³.

Durante as entrevistas, Tonico Miranda avaliou por muitas vezes a sua participação nessa pesquisa, colocando-se como um indivíduo a largo da história, mas que as condições de vida impostas pela ditadura militar determinaram que ele se posicionasse não como parente e sim como cidadão que viveu o período “de medo”, “um verdadeiro pesadelo”, “de incertezas”, “de nenhuma perspectiva”, porque na avaliação do interlocutor: “a ditadura foi muito além 21 anos. Eu tinha entre 16 e 18 anos, e vi de perto algumas ações de sobrevivência da família e não estou falando de ação política somente”. Tonico Miranda fez críticas e correlações entre o campo da esquerda, PCB e a participação política dos Miranda. Todavia, o que lhe chama atenção são as relações interpessoais que se estabeleceram e como foram impactadas pelos episódios da ditadura militar.

[...] Os erros de avaliação clamorosos da esquerda. Olha, quando digo clamoroso é numa avaliação política, eu nunca levo em conta a participação dos indivíduos, seus méritos. Pelo contrário, todos que se envolveram nisso merecem louvores pela coragem de terem feito. Agora, uma coisa é você fazer isso (reconhecer o pessoal) e outra é passar ao largo da realidade posta. Na minha avaliação, isso está tão solidificado hoje, que depois da redemocratização, pesadamente entre aspas, pesadamente entre aspas, eu não vejo ninguém que ainda transita [na esquerda] fazer qualquer observação sobre a realidade. Me assusta, porque [diante das críticas] tomam para si um comportamento [simplesmente] objetivo (Entrevista com Wellington Miranda, em 2 de fevereiro de 2024).

Tonico Miranda é um dentre tantos personagens da família – alguns deles contemplados aqui – que não integra o grupo de ‘narradores oficiais’ da família, Nilson e Jayme Miranda. Os documentários, os relatórios Nacional e Estadual da Verdade concentram-se nas mesmas testemunhas e vítimas da repressão: o núcleo familiar de Jayme Miranda. Longe de ser essa pesquisa uma justiça a esses atores, contudo oportuniza ampliar as memórias sobre Jayme sobretudo, expandindo para outras alteridades dentro do mesmo grupo familiar.

¹¹² Durante o campo de pesquisa, fiz a leitura do livro. Contudo, devido ao *corpus*, não caberá aqui a análise do texto em questão.

¹¹³ Como sempre reforcei com o entrevistado, preferia sempre ouvir os fatos por meio dele.

3.2.7 Alex

Tocava uma *playlist* de jazz quando cheguei ao apartamento de Alex Amorim de Miranda (FIGURA 24); o instrumental esteve ao fundo durante toda a entrevista. Esse encontro foi possível pelo interesse do próprio interlocutor. Explico. Dos cinco¹¹⁴ filhos de Nilson Amorim de Miranda e Manoela¹¹⁵ Mendes de Miranda, quando iniciei as entrevistas com os filhos do casal, dois aceitaram participar: Marcus e Ana Paula, cujas apresentações estarão a seguir. “Olha, o Alex, filho do tio Nilson, está querendo falar com você também”, escreveu-me Weldja Miranda, em 16 de março de 2024, pelo *WhatsApp* (também interlocutora nessa pesquisa). Entrei em contato. O fato de o interlocutor procurar o pesquisador baseou a minha conduta e as perguntas feitas durante a entrevista. O que o filho mais velho gostaria de falar? O que está em jogo nessa interação? Ou ainda, quais segredos permeiam seus interesses? A esta altura, ele já tinha conhecimento de que eu já estava em diálogos com Marcus e Ana Paula, conforme ele mesmo falou enquanto eu preparava *laptop*, caderno e caneta.

Figura 24 – Nilson Miranda, Nelinha e Alex nas escadarias do Hotel Atlântico recém-chegados de Recife, em 1955



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Paula Miranda

Alex nasceu em Recife (PE) em 14 de abril de 1955 e registrado apenas com o sobrenome de Nilson Miranda. “Não me lembro, papai estava em tarefa do Partido ou havia feito uma viagem. Logo depois do parto, meu tio Hélio – se eu não estiver enganado, nessa

¹¹⁴ Alex, Marcus, Ivan, Nilson e Ana Paula. O entrevistado revelou que seu pai teve outro filho fora do casamento. Optei aqui por não revelar o nome nem detalhar sobre o assunto.

¹¹⁵ Na intimidade, mais conhecida por Nelinha.

época era voltado para o futebol – foi quem pegou a atribuição de me registrar e errou”, revelou aos risos. Com a saída do governador Arnon de Mello, o casal e o recém-nascido puderam voltar para Maceió. Como escrevi na subseção “*Família de comunistas*”, os envolvimento políticos de Jayme Miranda e os episódios acerca da Ditadura Militar em Alagoas, neste mesmo ano o PCB fizera aliança com o PSP de Muniz Falcão, este vencendo as eleições estaduais em 03 de outubro, tornando (possivelmente) o cenário favorável para o regresso.

Está casado há 12 anos, de 05 casamentos. Teve três filhos no primeiro (um deles se chama Jayme), uma filha do segundo, e, dois, do terceiro matrimônio. “O nome Jayme foi em homenagem ao seu tio?”, pergunto. “Eu tinha uma relação muito próxima com tio Jayme, não à toa fiz Direito por causa dele. Ele era advogado, eu tinha uma certa admiração. Embora depois descobri que eu e a advocacia éramos uma antinomia muito grande”, respondeu. Fez cinco concursos na área, chegou a exercer quatro dessas funções e se aposentou como procurador regional da República. “Findei no Ministério Público. Uma coisa curiosa: um filho de comunista perseguido virar membro do Ministério Público, como meu irmão também”, explicou aos risos novamente.

Ele iniciou a faculdade de Direito na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contudo, quando Nilson Miranda voltou para o país em 1979, com a Anistia, e o casamento de Alex em crise; e “também aquela ânsia de reencontrar meu pai que tinha ficado sete anos, praticamente, no exílio, e aí eu vim à Maceió”, complementou. Terminou sua formação no Cesmac.

Nos encaminhamentos finais da entrevista, retomo o assunto a respeito do interesse dele em participar da entrevista. “O senhor me falou, durante nossa conversa¹¹⁶, que lá vinha mais uma pesquisa sobre o Jayme. Como o senhor vê outras pessoas/pesquisadores falando sobre os Miranda?”

Acho natural, mas está sub-representado, porque não são os Miranda. Na verdade, o Partido aqui em Alagoas se confundia com a família, como se fosse um patrimônio histórico, como se todo mundo, quando nasceu Miranda, [viesse com] carimbo de comunista. Ao contrário. A grande maioria não tem nada a ver [com o comunismo]. Existiu e [ainda] tem, né?, um certo respeito pela figura política do papai e do tio Jayme. Só os mais velhos conheceram tio Jayme, os mais novos não conheceram nada, e hoje, os núcleos familiares aumentaram. Posso dizer que, não tem mais comunistas na família. Quem é comunista hoje na família? Eu não sou. Só fui do partido, como lhe disse, para poder me aproximar do meu pai, falar de igual para igual. Sempre fui meio anárquico. Sou democrata [hoje]. Sempre fui mais bruxo marxiano do que qualquer outra coisa (Entrevista com Alex Miranda em 26 de março de 2024).

¹¹⁶ Para situar o contexto, durante a entrevista, Alex criticava visões romanceadas sobre Jayme Miranda e não o fato de o tio estar no centro de uma pesquisa acadêmica. O posicionamento dele era em relação a outras obras já lançadas, inclusive por familiares.

O interesse ‘declarado’¹¹⁷ de Alex Miranda em se tornar entrevistado remonta duas das três¹¹⁸ críticas de Clifford (2016) dirigidas ao realismo etnográfico: (1) a desintegração da autoridade do antropólogo e (2) a descrição densa de Geertz. A autoridade do antropólogo representa realidades culturais, e sendo distribuída desigualmente e é ainda, por vezes, controversa. Criou-se uma imagem popular do etnógrafo como um observador solidário e dotado de autoridade. No entanto, a antropologia já não fala automaticamente em nome de outros considerados incapazes de falar por si próprios (“primitivos”, “sem escrita” e “sem história”). A autoridade de uma ciência, neste tipo de narrativa histórica, será sempre mediada por reivindicações de retórica e poder. Já a crítica à descrição densa de Geertz expõe que este antropólogo não deu a ver e a ouvir as falas dos nativos. O ponto de vista do próprio nativo não ganha centralidade na sua própria descrição. Na etnografia sobre a briga de galos balineses, Geertz vai falar dos impasses para a sua aceitação por parte dos balineses, da tensão estabelecida entre fiscalização e prática das rinhãs, porém tudo isso é descrito pelo ponto de vista do próprio antropólogo, ou seja, em 1ª pessoa. Somente uma voz; não há polifonia na narrativa. Os autores vão problematizar a importância de modos dialógicos para a representação do Outro. O dialogismo e a polifonia são tidos como meios de produção textual, a autoridade do antropólogo passou a ser questionada e apontada como característica de uma ciência que deveria representar culturas. A tendência para regular os discursos – histórica e intersubjetivamente – muda a localização desta autoridade e, ao fazê-lo, muda as questões que fazemos sobre as descrições culturais.

Corroborando com essa reflexão de Clifford, os antropólogos Silva e Silva (2023) argumentam que se concentrar apenas no que chama a atenção do etnógrafo quando ele está presente no campo não é mais suficiente. É importante também considerar o que levaria o observado a colaborar com a pesquisa e até mesmo desejar a presença do etnógrafo ao seu lado. Somente assim, ao analisar os interesses em jogo de forma abrangente, seria possível compreender, por exemplo, por que um nativo pode querer estabelecer relações utilitárias com o pesquisador, visando utilizar sua influência para alcançar seus objetivos (Silva; Silva, 2023).

¹¹⁷ O caso de Alex Miranda é mais didático para exemplificar os interesses do Outro no campo em que ele é pesquisado. Isso não quer dizer que os demais interlocutores não tenham seus próprios interesses e intenções ao conceder entrevistas. Alguns velados, outros mais discretos, todavia presentes. Espero que fique mais evidente esse aspecto na etnografia propriamente dita.

¹¹⁸ A terceira crítica é: o ocidente não é o único produtor de conhecimento do Outro. A crítica ao colonialismo no pós-guerra demonstrou a fragilidade do Ocidente em representar outras sociedades (sobretudo as colônias). Suas teorizações sobre essas comunidades já nasceram com suas próprias limitações de compreensão do Outro à luz dos parâmetros ocidentais. O ocidente tem uma natureza de representação arraigadamente visual, o que, por exemplo, seria incapaz de dar conta da complexidade da cultura oral em África, por exemplo.

Prestar atenção nos *interesses em jogo* de quem vêm (em maior ou menor grau) de todos os interlocutores ajuda-me a pensar acerca da minha posicionalidade no campo e na textualização sobre esses contatos, sobre essas memórias forjadas no encontro entre pesquisador e pesquisado. Alex Miranda resolveu conceder entrevista pela oportunidade de serem ouvidas outras histórias em torno da história e da memória quando do desaparecimento de Jayme Miranda, que não ocorreu, por exemplo, no caso dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. E também, ao se colocar como interlocutor tanto quanto outras gerações dos Miranda (“Só os mais velhos conheceram tio Jayme, os mais novos não conheceram nada, e, hoje os núcleos familiares aumentaram.”) demonstra como as memórias são construídas por meio de disputas e tensões internas em um mesmo grupo familiar.

3.2.8 Marcus

Com apenas um ano e oito meses de diferença para o irmão mais velho (Alex), Marcus Antônio Mendes de Miranda (FIGURA 25) nasceu em 20 de dezembro de 1956, em Maceió/AL. Desde o golpe de 64, ele mora na cidade do Rio de Janeiro. Casado há 39 anos, pai de quatro filhos (dois homens e duas mulheres). Já trabalhou como metalúrgico na área de planejamento e controle de produção e se formou em Jornalismo na Universidade Federal Fluminense (UFF). Hoje aposentado, anteriormente, atuou na imprensa partidária, sindical e em assessorias parlamentares e eleitorais.

Figura 25 – Marcus Miranda no Sindicato dos Metalúrgicos em 1983



Fonte: Arquivo pessoal de Marcus Miranda

Marcus aceitou participar da pesquisa, demarcando três diferenças entre ele e Ana Paula¹¹⁹. A primeira é a faixa etária, fundamental para elucidar certos episódios nos quais ele viveu e ela, não. A segunda foi a experiência como militante e dirigente do PCB. A terceira é que ele considera que Ana Paula não tem uma memória especificamente¹²⁰ do golpe. Essa última consideração do interlocutor antecipa as tensões das construções das memórias entre familiares a partir do vivido e do não vivido, como veremos ao longo das próximas páginas.

Formalmente, Marcus Miranda ingressou no PCB, na época da faculdade, em 1977. O convite se deu quando um amigo e militante lhe entregou uma caixa de lápis pequenos e coloridos contendo, na verdade, o estatuto Partidão. Relembrou o episódio com alegria. No mesmo ano, o entrevistado saiu de casa e também se casou. Ele detalhou a rotina: “Saía de Jacarepaguá, estudava na UFF, em Niterói, e morava na Água Santa, bairro da Zona Norte. Uma viagem dentro do Rio. Eu trabalhava na Cobra Computadores: uma invenção do governo militar para o Brasil ser independente em computadores”. Ele contou que funcionários da Cobra tiravam a placa do computador inglês e colocavam a da empresa nacional. Faziam montagem de computadores e diziam ser indústria nacional. Ainda dentro dessa rotina diária exaustiva de deslocamentos pela cidade, Marcus se lembrou das vezes que tinha reuniões com correligionários. “Para completar, eu resolvi participar do diretório [do PCB] na Universidade, e, às vezes, as reuniões – que não acabavam nunca – me faziam perder o último ônibus. Então, eu descia no Méier e ia andando para casa, até de madrugada. Fazer isso hoje em dia só se eu fosse doido”.

Marcus era tarefeiro¹²¹ do pai e do Partidão. Ele contou da vez em que esteve com Nilson Miranda, em Campo Grande, no Espírito Santo, para instalação da gráfica do PCB, em uma edificação subterrânea. “Jamais conseguiria voltar lá, não sei se era porque eu não prestava atenção [naturalmente] ou porque eu sabia que não era para prestar atenção, né? Podia ser também pelo fato de que quem está [sentado] no carona do carro, a visão é diferente”. Sutilmente, percebi como deveria funcionar a memória dos tarefeiros: nada lembrar, tudo esquecer. Uma dinâmica de proteção de militantes para talvez aos serem interceptados não saberem levar e nem indicar o local de reuniões ou de trabalhos, por exemplo. Nem mesmo em casa, entre os irmãos, não havia conhecimento sobre o que e quem executava tarefas. “Teve um episódio em que levei jornais do partido num ponto¹²² para um dos dirigentes, porque meu pai

¹¹⁹ Quando se deram as entrevistas com Marcus, Alex Miranda ainda não havia entrado como interlocutor nessa pesquisa.

¹²⁰ Como veremos na apresentação de Ana Paula, ela nasceu em 1969.

¹²¹ Jargão para indicar alguém que executa uma ‘tarefa’ do PCB para realizar.

¹²² Jargão dos comunistas para se referir a local de encontro.

tinha outra tarefa. Era pro Gilvaldo¹²³. Me lembro que entreguei a ele”. “De alguma forma, o senhor acha que foi escolhido pelo seu pai para realizar essas missões¹²⁴?”, perguntei. “Agora eu não sei. Sinceramente, estou pensando nessa pergunta. Eu não sei. Me lembro que eu dobrava os jornais com um pente, esses pentes de antigamente”. Reforçando como a execução dessas tarefas envolvia abrir lacunas sobre lugares, motivos e pessoas.

As primeiras atuações de Marcus, após formalização no partido em 1977, foram no movimento estudantil, no diretório na faculdade de comunicação, onde o PCB disputava a hegemonia com MR8¹²⁵. Participou da luta pela reconstrução do diretório central, que eram alianças fluidas: às vezes uma chapa era de composição/acordos, às vezes havia concorrência de uma organização contra outra. Em 1982, participou de uma conferência estadual clandestina no Rio de Janeiro e foi cercada pela aeronáutica. Depois, Marcus ficou sabendo que os militares não queriam prender os participantes, mas estavam ali para fotografar e filmar para fazer arquivos. Esse evento pegou um feriado, tipo Semana da Páscoa, no mesmo período em que meu entrevistado trabalhava na Cobra Computadores.

Quando cheguei na segunda-feira para trabalhar depois dessa conferência, o gerente me falou assim: olha só, você foi demitido. Eu falei: posso saber o motivo da demissão. Ele disse que eu estava fazendo agitação na linha de produção. Eu disse para inventar uma outra lorota, demitir é um direito da empresa, agora, me demitir com mentira não precisa, não. Eles cometeram o equívoco de não me dar o aviso prévio, me deixaram trabalhando lá por 30 dias. E, todo dia na hora almoço eu ia lá fazer um comício no refeitório contra a ditadura: Ah, nós precisamos de democracia! Eu já tinha sido demitido e vou me demitir duas vezes, né? (Entrevista com Marcus Miranda, *online*, 13 de março de 2024).

Depois dessa experiência na Cobra Computadores, o PCB decidiu destinar uma tarefa a Marcus de se engajar no sindicato dos metalúrgicos, até porque parte dos trabalhadores da Cobra eram dessa categoria. No sindicato, arrumaram para ele emprego em uma oficina mecânica (até mesmo porque tinha que possuir vínculo empregatício para participar). Em seguida participou da direção municipal do PCB, depois estadual e chegou a participar de conferência, de congresso¹²⁶. Em 1985, Marcus concluiu o curso de Jornalismo.

¹²³ Gilvaldo Pereira de Siqueira.

¹²⁴ Jargão militar com uso semelhante à tarefa.

¹²⁵ Movimento Revolucionário Oito de Outubro. O MR8 surgiu em 1964, no meio universitário de Niterói, Rio de Janeiro, com o nome de Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), sendo uma organização política marxista que combateu a ditadura militar no Brasil. Posteriormente, foi renomeada em homenagem ao dia da captura de Ernesto “Che” Guevara na Bolívia, em 08 de outubro de 1967. O grupo se envolveu no movimento político popular e na publicação do jornal Hora do Povo. Além disso, foi responsável pela criação do Partido Pátria Livre em 2009, que posteriormente se fundiu ao Partido Comunista do Brasil em 2019.

¹²⁶ Como abordei na subseção 2.3 desta dissertação, nos congressos do PCB é que se decidiam as diretrizes a serem seguidas pelos correligionários.

Esqueci de falar isso para você. Eu tinha abandonado a universidade, aí uma das exigências da minha mulher era que eu tinha que terminar. Eu dizia para ela: você acha que o cara que vai ser ministro precisa de curso? (risos) O reitor aceitou meu pedido de reingresso e conclui. Até aquele momento, eu era profissional do partido. Eu era dirigente profissional, fazia tarefa. Por exemplo, em 1982, eu virei interventor na Leopoldina, quando o partido no Rio rachou: parte apoiando o Brizola, parte apoiando o Miro Teixeira. E aí, esse pessoal que apoiava o Brizola, a gente fez intervenção, e o interventor nessa cidade era eu. Daí, eu tinha que acompanhar reuniões de bases, né? [Teve] uma época em que fui assistente da base dos jornalistas. Tinha as tarefas. Você ia tocando aquilo ali. Tinha a questão do mês de finanças, porque continuava existindo isso. Era outubro. Chegava outubro, a gente tinha que aumentar as cotas (Entrevista com Marcus Miranda, *online*, 18 de março de 2024).

Pergunto: “O senhor chegou a trabalhar diretamente com seu pai? Não, nunca tivemos nenhuma tarefa juntos. Até porque, quando ele voltou [do exílio], meu pai foi para Porto Alegre, Brasília e depois Maceió. Se eu tivesse ido morar em Maceió, como Alex e o Nilsinho, certamente ia terminar atuando juntos”. Quando se formou, Marcus decidiu não atuar no mercado como profissional, daí foi trabalhar em assessoria de comunicação como do Conselho Federal da OAB/RJ, de gabinetes parlamentares e de sindicatos. Trabalhou em campanhas eleitorais, como a de Ciro Gomes para o governo do Ceará, em 1990.

A trajetória política é como Marcus escolhe elaborar suas memórias de integrante do PCB, do relacionamento com pai e do desaparecimento de Jayme Miranda. Como lembra Carvalho (2003, p. 284) “O auto-relato pode ser tomado como um *locus* privilegiado do encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural. A biografia, ao tornar-se discurso narrado pelo sujeito autor e protagonista, instaura sempre um campo de renegociação e reinvenção identitária”. Esse *locus* se constitui ao elencar diferenças entre seu relato e o da irmã mais nova; quando se coloca como testemunha da última presença de Jayme Miranda, no dia do desaparecimento; e a própria militância dele. Dos entrevistados, Marcus foi o que mais descreveu práticas e explicou vocábulos inerentes ao universo dos comunistas do Partidão – claro, exercendo (como assim foi treinado) para revelar somente o que é possível.

Os retornos e o vai-e-vem das lembranças demarcam não somente como Marcus se narra, mas também a influência na maneira como o antropólogo textualiza a experiência e reflexão do campo. Falar, lembrar, responder e refletir a respeito de uma pergunta feita são ações que demonstram como a memória de quem fala é *não-linear, heterogênea, dinâmica e subjetiva*¹²⁷; e isso condiciona ao pesquisador buscar formas de dar coesão e sentido a um mundo particular. Como lembram Santos Júnior e Menezes (2024, p. 358-359) “o desafio do método etnográfico está em reconhecer a presença do autor e a posição que ele ocupa no texto

¹²⁷ Cf. Albano, 2006, p. 120.

para pensá-la sob a égide da dimensão narrativa da sua experiência em campo e da produção do texto etnográfico, sem proscrever a ação do tempo”.

3.2.9 Ana Paula

Antes mesmo de Ana Paula Mendes de Miranda (FIGURA 26) se tornar entrevistada, ela já figurava entre as referências bibliográficas desta pesquisa. Nascida em 18 de outubro de 1969, no Rio de Janeiro, tinha cinco anos quando seu tio, Jayme Miranda, desapareceu. Hoje, divorciada e mãe de um casal (a mais velha com 29 anos e o mais novo com 28), Ana Paula é bacharela e licenciada em Ciências Sociais pela UFF, em 1993, e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP, 2002). É professora associada (IV) do Departamento de Antropologia e pesquisadora 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Também professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF. Ainda, é ‘cientista do nosso estado’¹²⁸ pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Figura 26 – Na montagem, Ana Paula e Nilson Miranda¹²⁹



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Paula Miranda

¹²⁸ É uma bolsa-prêmio, e a entrevistada é uma dentre as poucas mulheres pesquisadoras a conseguir essa bolsa.

¹²⁹ Na imagem da esquerda, o registro foi antes do exílio de seu pai. Na direita, depois do exílio e primeira vez dela em Maceió.

“Conversei com os meus irmãos sobre essa entrevista e um deles, Marcus¹³⁰, aceitou conversar. Acho que ele, talvez, seja a melhor pessoa para você falar ...”, disse Ana Paula, iniciando a conversa. “Não existe melhor pessoa, não”, interrompo-a, rindo.

Ela me disse que “existia, sim” para algumas coisas, porque Marcus foi militante do PCB, assim como Jayme e Nilson. Ele conhece, conforme Ana Paula, bastante dos bastidores da dimensão da vida política do pai. “Eu não sei um monte de coisa, porque sou a caçula e muito mais nova que os meus irmãos. Então, há muitas coisas da história da família que sei porque alguém me contou, mas jamais vivi. Eu sou, como diz papai, a estrangeira da família”, esclareceu.

Por curiosidade, busco saber dela como foi a recepção dos irmãos ao tomarem conhecimento da entrevista. Ana Paula me falou que a família é muito resistente a entrevistas, porque Nilson nunca quis falar. Desta maneira, preferiram respeitar a vontade do pai. Ela sempre diz que seu pai deveria escrever sobre a história dele. Os irmãos e ela sempre falaram, insistiram. Contudo, Nilson sempre deu à negativa; e aí veio a doença. “Ele não é *Alzheimer*, ele tem outro tipo de demência, mas que produz um efeito equivalente. Daí, ele não se lembra de absolutamente nada, a não ser dos irmãos. A memória dele está congelada na juventude. Antes, ele ainda falava da vida política, hoje já não fala mais”, completou.

Ana Paula fez uma longa pausa, pensou, olhou para cima e continuou o assunto. Outra coisa que a incomoda profundamente e os deixaram irritados – e, não há problema em falar sobre – foram o relatório final da CNV e a revista *Veja*. Ambos os textos validam a confissão do ex-sargento do DOI-Codi/SP, Marival Chaves, cujas afirmações eram de que seu pai teria entregado Jayme Miranda. A entrevistada quis questionar, quis o direito de resposta, mas foi voto vencido. Nesta época, Nilson Miranda não estava doente e permanecia com a posição de não responder: “não vou dar palco para um torturador” era a justificativa que Ana Paula e os irmãos ouviam, dentre outras; e aceitaram, como sempre. “Mas essa história vira, mexe e volta, né? Tenho certeza de que meu pai jamais traiu o irmão por uma razão muito simples: meu pai não sobreviveria a isso, ele não aguentaria isso, afetivamente falando”. As reverberações do relatório e do periódico entre os Miranda serão abordadas no próximo capítulo.

“Não teria sido mais fácil para vocês se recusarem, tipo: ‘olha, não queremos falar, por respeito ao nosso pai?’”, indaguei-a. “Bom, primeiro, eu sou uma pesquisadora”, ela riu, “Acho um absurdo um pesquisador se recusar a dar entrevista sobre qualquer assunto, né? Um pesquisador tem que estar disposto ao outro lado da história. Não é a primeira vez na minha

¹³⁰ Na sequência cronológica, Ana Paula foi a primeira a ser entrevistada dentre os irmãos. Até essa data, Alex Miranda não fazia parte do grupo de entrevistados.

vida que estou do outro lado da história”. Profissionalmente, logo que Ana Paula optou por fazer Ciências Sociais, ela queria seguir a carreira na área da Ciência Política. Na verdade, nunca considerara em fazer Antropologia. Na ocasião em que entrou em Ciência Política, na mesma universidade onde hoje trabalha, “o pessoal da Ciência Política tinha um negócio pesado: estudava militar, mas defendia militar. Aí, acabei me aproximando da Antropologia porque eram as pessoas mais interessantes naquele contexto. Então, eu virei antropóloga meio por acaso”, contou ela.

Ana Paula nunca teve interesse pela vida partidária, até chegou a ir a uma “meia dúzia de reuniões do Partido Comunista” e viu que não se enquadrava, porque as leituras do centralismo democrático (via da interpretação do Partido) não funcionavam com ela. Em outros termos, a interlocutora quis dizer que as decisões do PCB implicavam nas decisões da família. Segundo ela, o casamento de seus pais foi decidido em uma reunião do Partido e, quando se divorciaram, também. Nilson Miranda e Nelinha se conheceram enquanto ele esteve fugido, em Recife, durante uma perseguição na década de 1950. “Meus avós maternos eram do PCB e um camarada e sua namorada eram muito amigos da minha mãe e a apresentaram meu pai a ela. Minha mãe nunca foi militante. Aliás, digo que ela era a única comunista verdadeiramente que conheci na vida toda, mas ela nunca foi militante”, completou.

Nelinha conheceu Nilson Miranda com outro nome, Geraldo¹³¹. Nilson, assim como Jayme e tantos outros comunistas, usava codinomes e documentos falsos para proteger a própria identidade¹³². “Eu já adulta, brincava com ela nos momentos de queixas: ‘como você queria que o casamento desse certo, casou com um e levou outro, né?’”, falou aos risos. Na adolescência, Ana Paula teve uma experiência semelhante. Ela teve um relacionamento em que, na sua casa, quiseram opinar. Diante da situação, ela falou: “gente, não vai ter reunião do comitê central para deliberar, calma aí!” Marcus é casado com uma pessoa cuja família também era do PCB. É a tradicional família comunista, assim como a tradicional família católica. Esse conservadorismo sempre existiu”.

Ana Paula avalia não haver muita diferença entre essas “famílias”, porque ambas (comunistas e católicos) são grupos fechados e deve existir um pacto de confiança entre seus adeptos. “Tem a ver com o contexto da época, né? Tinha a moralidade da época e também o Partido era muito preocupado com isso. Precisava-se que os comunistas tivessem uma aparência de uma vida estável, porque a clandestinidade exigia desafios”, esclareceu.

¹³¹ A interlocutora citou esse nome, mas não tinha certeza dele.

¹³² Abordamos em detalhes na subseção anterior.

Dos filhos de Nelinha e Nilson Miranda, Ana Paula foi a primeira interlocutora. Ela foi uma sugestão de Tonico Miranda, em seguida, colocando-nos em contato. De início, considerei em recusar a participação dela pelo fato de ela ser antropóloga. Não pelo possível olhar correcional e avaliador para com a minha pesquisa. Mas sim pela reação diante da proposta de estar do outro lado – pesquisadora tornando-se o Outro, uma virada epistemológica – e também perante à discussão sobre o passado de sua família, uma vez que a temática da Ditadura Militar não perpassasse suas publicações, como pude notar numa busca no *lattes*. Esse assunto foi abordado durante as entrevistas e compõe a etnografia, no último capítulo.

Porém, as leituras de Velho (1994) e Cardoso (1996) me ajudaram a sair desse impasse e conduzir a entrevista para um Outro, de olhar treinado, que é familiar ao seu próprio grupo. Consoante Velho (1994, p. 131) “O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações”. Os traumas explicam, segundo foi possível escutar de suas falas, foram determinantes para que ela não se aproximasse da temática, nem da própria família, nem mesmo de outras famílias de mortos e desaparecidos.

Perguntei: “Quando peguei o currículo *lattes* da senhora, percebi que suas pesquisas não têm relação com a temática da ditadura. Daí fiquei me perguntando: por que Ana Paula não seguiu com um projeto acadêmico como o da professora Janaína Teles¹³³, uma vez que ambas têm trajetórias familiares parecidas?”

Porque dói muito. Eu sempre trabalhei com garantia de direitos, intolerância, perseguições, polícia, segurança. A temática sempre teve muito presente, mas viver a vida de clandestino – que foi a vida que vivi – era um horror. Durante muitos anos da minha vida, ninguém podia ir à minha casa, não tinha amigo que frequentava a minha casa; só fui viver isso na minha adolescência, quando veio a abertura democrática, né? Por mais que eu lide com temas duros, e eu digo aos meus alunos que a pesquisa não pode estar no limite do insuportável, principalmente quando você lida com dor, você tem que ter a capacidade de ir e voltar, né? Não tenho estranhamento nesse assunto. Tenho entranhamento. Entendo que vários pesquisadores encontraram nisso uma forma de exorcizar esse processo, eu nunca quis isso. E tinha uma coisa também que ouvi a vida inteira: melhor não mexer em certas coisas... meu pai me disse isso muitas vezes. Aliás, papai me disse isso já bastante doente num dia em que ele me mostra uns documentos dele, falsos, e que eu quis pegar, mas ele não deixou. Ele disse que

¹³³ Janaína de Almeida Teles é uma historiadora e professora que atua na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e no Curso de Especialização em Direitos Humanos e Lutas Sociais do CAAF/Unifesp. Sua área de pesquisa abrange temas como a ditadura militar, o aparato repressivo do Estado, a justiça militar, as ditaduras na América Latina, os mortos e desaparecidos políticos e seus familiares, a memória, a história oral e os arquivos. Juntamente com seu irmão Edson Teles, eles são ex-presos políticos e filhos de antigos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Maria Amélia de Almeida Teles, conhecida como Amelinha, e César Augusto Teles. Ambos foram sequestrados pela Operação Bandeirante (Oban) e levados à prisão juntamente com seus pais quando ainda eram crianças, com 5 anos no caso de Janaína e 4 anos, Edson, em dezembro de 1972. Janaína Teles é fonte teórica dessa pesquisa.

ia destruir. Enfim. Nem sei se ele destruiu¹³⁴ (Entrevista com Ana Paula Miranda, *online*, 08 de março de 2024).

Ao refutar o estranhamento e assumir o entranhamento no assunto, Ana Paula inverte as três etapas proposta por Cardoso (1996): ela passa a ser olhada, escutada e escrita por outro antropólogo. Ela uma interlocutora antropóloga com o olhar e ouvir “disciplinados” que observa e analisa (sem deixar o jargão e as teorias antropológicas), mas que as versões oficiais e domésticas sobre o desaparecimento de Jayme Miranda tensionam suas próprias memórias, expõe suas emoções, moldando sua subjetividade enquanto narra a si no contexto dos episódios da Ditadura Militar.

3.2.10 Leonilson

Leo Miranda (FIGURA 27), como prefere ser chamado o entrevistado, me falou que viu Jayme Miranda poucas vezes, tinha onze anos quando o tio desapareceu. Até mesmo pelas condições do sumiço de Jayme, Leo teve mais contato com Nilson Miranda, chegando a trabalhar juntos desde a volta dele do exílio, “além de militante do PCB à época, eu convivía praticamente com ele quase diariamente”. No registro de nascimento, Leo é identificado como Leonilson Lima de Miranda, filho de Maria Salete Lima de Miranda e Wilton Amorim de Miranda, sendo este cinco anos mais novo que Jayme Miranda. Nasceu 03 de abril de 1964, já nas consequências imediatas do golpe.

Figura 27 – Leonilson Miranda abaixo da letra B



Fonte: Arquivo pessoal de Leonilson Miranda

¹³⁴ Em entrevista no dia 30 de abril de 2024, Ana Paula disse que esteve na casa de Nilson e conseguiu recuperar esses documentos.

O pai de Leo foi preso no dia 31 de março de 1964, praticamente saindo da casa de Nilson, onde fora dar a notícia sobre o golpe à Nelinha e orientá-la para que Nilson sáísse de Maceió, por um tempo. Ele levou também consigo mantimentos para Nelinha e filhos. Wilton Miranda foi conduzido à prisão juntamente com o pai Manoel Simplício de Miranda. A mãe do entrevistado entrou em trabalho de parto assim que soube da prisão do esposo; Wilton sairia da cadeia 60 dias depois, quando conheceu Leo. “Minha mãe teria dado meu nome de Leonardo, mas meu pai decidiu, numa votação na cadeia, entre os presos políticos. Ele até teria aceitado o “Leo”, mais por admiração ao Leonel Brizola. Também, queria homenagear um dos irmãos, Nilson ou Jayme. Nilson, mais popular, ganhou”, revelou.

Formou-se em Administração e Direito e possui Mestrado em Ciências Jurídicas. É analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho em Alagoas (TRT-AL) e foi servidor público municipal. É divorciado, dois casamentos de 18 e 14 anos, respectivamente. Tem cinco filhos: um homem com 35 anos e 4 mulheres: 33, 31, 18 e 15 anos. Exerce atividades políticas desde a juventude: movimento estudantil secundarista (comissão pró-UESA), membro do Centro Acadêmico de História na Universidade, Militância no PCB, presidente da Associação dos Oficiais da Justiça Federal. Hoje em dia, não é filiado a nenhum partido.

3.2.11 *Weldja*

Vizinha do irmão Wellington, andares abaixo, Weldja Maria Silva de Miranda (FIGURA 28) me recebeu com o mesmo sorriso largo que distribui à plateia em suas apresentações artísticas. Produtora cultural e escritora, Weldja nasceu em 23 de fevereiro de 1960, é a mais nova dentre as quatro filhas¹³⁵ de Haroldo e Telinha. Montou os espetáculos musicais “O Tempo não Destrói os Talentos... Aperfeiçoa! 60+ Economia Prateada” e “Caçua dos Retirantes¹³⁶”. Escreveu e atuou no monólogo “Pavilhão dos Indesejáveis – Rasgos de Memória¹³⁷”, interpretando a própria mãe, narrando a vida dos familiares, entrelaçada aos episódios da Ditadura Militar, enquanto morou, com esposo e filhos, no Hotel Atlântico.

¹³⁵ Além dos filhos com Telinha, Weldja conta que Haroldo teve mais quatro filhos, fora do casamento, em Recife.

¹³⁶ HORIZONTE PRODUÇÕES. **Caçua dos Retirantes - Edição São Paulo**. YouTube, 30 de março de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SLt3gnlChTo>. Acesso em 15 mar. 2024.

¹³⁷ HORIZONTE PRODUÇÕES. **Monólogo Pavilhão dos Indesejáveis - Rasgos de Memória**. YouTube, 30 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xWxRupV-jcM>. Acesso em 15 mar. 2024.

Para esse ano, em alusão aos 60 anos do golpe, idealizou o musical, documentário¹³⁸ e livro¹³⁹: “As mulheres da margem esquerda do Salgadinho”. Esse projeto pretende dar voz às mulheres Miranda, de gerações diversas, narrando as experiências delas nos episódios da repressão. Publicou um livro “Antologia Poética” pela editora Shan e a autobiografia “Vai passar”, pela editora Q Gráfica, contando as consequências e descobertas da pandemia da Covid-19 para uma mulher de 60 anos, conforme definiu a própria interlocutora. Weldja é formada em *Marketing* pela Faculdade Alagoana de Administração (FAA), empresária no ramo de clínicas de trânsito e foi funcionária pública por 17 anos.

A ideia do projeto “As mulheres da margem esquerda do Salgadinho” veio logo após a finalização do monólogo. Dois motivos fizeram com que Weldja iniciasse esse novo projeto: as conversas com o irmão Tônico (ele tinha conhecimento de muitos episódios sobre a família) e a homenagem publicada em grupo de *WhatsApp* que Solemar¹⁴⁰, sua prima, fez para a mãe Tabita. Em seguida, Weldja começou a coletar depoimentos das mulheres direta ou indiretamente como ocorreu com os relatos de sua tia Zenaide, os quais foram obtidos por meio de bate-papos com Wedna, durante ida às consultas médicas dessa Miranda, por exemplo. A senhora topa, entendeu ou tem alguma dúvida sobre o que expliquei sobre a pesquisa? “Topo. Acho até pertinente, porque eu vou numa linha, não de tanto tempo atrás, mas sim o que esse momento da Ditadura e o que esses acontecimentos da família fizeram com a nossa personalidade”, respondeu, buscando diferenciar os recortes entre o que trabalho e o conteúdo que ela escreve para o livro.

¹³⁸ Parte do material pode ser visto no perfil da produtora da entrevistada (Horizonte Produções), no *Instagram*. MIRANDA, Weldja. **Depoimento – Parte 01| As mulheres da margem esquerda do Salgadinho [Manoela Miranda - Nelinha]**. Maceió, 01 mar. 2024. *Instagram*: Weldja Miranda. Disponível: <https://encurtador.com.br/CggKU>. Acesso em 01 mar. 2024.

¹³⁹ A entrevistada revelou que o livro foi escrito em parceria com os irmãos Wedna e Wellington.

¹⁴⁰ Solemar é filha de Tabita Simplício de Miranda e José Olímpio. Weldja conta que o livro seria intitulado com “Suave é a noite” em referência à bebida que Tabita, José Olímpio e Haroldo (seu pai) tomavam, em comemoração, quando conseguiam êxito na fuga de carro de tios e primos [da entrevistada] para o Rio de Janeiro. Tabita chegou a se vestir de prostituta para visitar os filhos na cadeia. “É aí que nasce a política misturada à família Miranda. Começa com o protagonismo de tia Bitá e do tio Zezé, porque eles eram do Partido. Eles eram a vóia mais forte e depois vieram Jayme e Nilson”, contou.

Figura 28 – Divulgação do quarteto musical, formado por Weldja (camisa nas cores branco e detalhes pretos) e as irmãs¹⁴¹, para projeto “As mulheres da margem esquerda do Salgadinho”



Fonte: Site do Jornal Tribuna Hoje (2024)¹⁴²

Embora vagamente, Weldja se lembra da sua infância na casa de estudante, prédio que hoje é o Museu Théo Brandão, de que seu avô cuidava, quando surgiu a oportunidade de comprar a propriedade de onde viria instalar o Hotel Atlântico¹⁴³. Imediatamente, segundo ela, sua família foi morar no Hotel, na parte de trás.

Papai continuava sumindo e ali vivíamos unidos pelo problema político sem que nenhum de nós fossemos partidários, nem sabíamos o que era aquilo, tendo como mãe uma mulher católica; daquelas mulheres que foram criadas (ela e mais duas irmãs), tocando piano, acordeão e violino na casa delas. Daí, meu pai conhece minha avó materna. Ela nunca quis o casamento deles, porque o papai era de uma família de ateus e de comunistas, mas papai não era do Partido Comunista. Antes de 1960, já existia o estereótipo em cima dos comunistas e foi piorando quando chegou 64. Aí, quando a gente morava lá, tinha alguns problemas, que hoje eu entendo. Mamãe era a mulher que invadiu o espaço do sogro e da sogra, cheia de filhos, que cada vez que papai vinha, ela engravidava. Então, ela não chegou no Hotel nem no Museu com os 11 filhos. Fomos nascendo enquanto ela estava morando no Hotel (Entrevista com Weldja Miranda em 14 de março de 2024).

Weldja se constrói, sobretudo, a partir das dinâmicas políticas, embora esta não fosse diretamente expressa em seu núcleo familiar. Todavia, a ligação com familiares correligionários do PCB e o estereótipo sobre a imagem dos comunistas, numa sociedade em cidade pequena entre 1950 e 1960, forjaram sua formação/personalidade, estabelecendo sua subjetividade. Assim como para Welligton, o Hotel Atlântico foi palco de tensões durante a Ditadura; e a interlocutora assistiu a muitos deles. E, ainda que não tenha convivido com Jayme Miranda, Weldja morou no lugar onde era alvo de retaliação dos repressores devido às atividades dele e

¹⁴¹ A sequência das mulheres que aparecem na imagem da esquerda para direita: Wilma, Wélia, Wedja e Wedna.

¹⁴² As mulheres da margem esquerda do Salgadinho, **Tribuna Hoje**, Maceió, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Oua4m>. Acesso em 27 mar. 2024.

¹⁴³ O Museu Théo Brandão fica a uma quadra depois do Atlântico, sentido Porto de Maceió, em Jaraguá.

de Nilson Miranda, enquanto estavam na clandestinidade fora do estado. Local também onde Weldja, com 15 anos, viu Dona Elza e filhos, de retorno, após o desaparecimento.

3.2.12 Thyago

Cheguei às 9h30 ao Sindicato dos Bancários, no centro de Maceió, no dia 21 de setembro de 2020, localizado na rua Barão de Atalaia. O prédio fica ao lado do antigo Hiper Bompreço, hoje desativado. O trânsito estava normal. Lojas abertas e ambulantes nas calçadas. Transeuntes, uns com máscaras, outros sem. Eu estava usando uma de tecido preto. Entro no edifício e, no primeiro andar, meu interlocutor me aguardava, de máscara. Ao entrar na sala, dei de cara com um quadro com a foto de Che Guevara.

Thyago despachava serviços ao telefone, sentado em seu birô, e, sobre a cabeça dele, na parede, havia três pequenos quadros com fotos e frases cujas temáticas giravam de lutas contra as opressões. As figuras que lá apareciam com as citações eram: Gastone Beltrão (à esquerda), alagoana de Coruripe, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e morta durante a ditadura militar; Jayme Miranda (ao centro); e a filósofa francesa (à direita) Simone de Beauvoir.

Thyago Francisco Agra de Miranda (FIGURA 29), neto de Jayme Miranda, nasceu em 22 de março de 1986 em Maceió e é filho de Neyla Agra de Miranda e Yuri Patrice Rocha de Miranda, este apresentado anteriormente. É casado há dez anos e tem três filhos: dois meninos e uma menina com oito anos, seis e uma recém-nascida, respectivamente. Formado em Direito pelo Cesmac, o entrevistado atua como advogado e bancário. Faz parte da direção estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT/AL), da direção do Sindicato dos Bancários de Alagoas e é membro do Comitê Memória, Verdade e Justiça de Alagoas.

Figura 29 – Thyago Miranda, em 06 de abril de 2024, durante ato de restituição simbólica dos mandatos de deputados estaduais alagoanos cassados durante a Ditadura Militar



Fonte: Site do jornal Tribuna Hoje (2024)¹⁴⁴

Pedi que Thyago me falasse o que ele conhecia sobre sua família. Brevemente, ele disse que a família teve influência em vários setores da vida dos maceioenses (e dos alagoanos de uma forma geral) nas áreas do esporte (Hélio Miranda), jornalismo, rádio (Haroldo) e na política, sem dúvidas. Os irmãos Jayme e Nilson são vistos, segundo Thyago, como os únicos comunistas da família. Nilson chegou a ser o vereador por Maceió e Jayme Miranda, suplente de deputado estadual, ambos cassados no golpe de 1964.

Thyago disse ainda que o Hotel Atlântico hospedou cantoras como Clara Nunes e Nara Leão. Ele se lembra vagamente do hotel aberto no início dos anos 1990, quando ainda pequeno esteve no edifício por umas duas vezes. Embora seja uma família muito grande, os relacionamentos familiares de Thyago se restringem aos familiares de primeiro grau.

Quis saber a respeito da percepção dele sobre o olhar de outras famílias alagoanas sobre os Miranda: pelo fato de serem comunistas, disse ele, que esperaria uma reação mais contrária, mas percebe muito respeito principalmente dos mais antigos. Novamente disse que Jayme e Nilson eram os únicos comunistas da família, mas as atividades políticas deles acabavam respingando nos demais membros, acarretando o estereótipo de “família de comunistas”.

Na percepção de Thyago, as gerações mais jovens de alagoanos conhecem pouco no tocante a história de seu avô. Aqueles que mais sabem transitam no meio da esquerda. Ele me contou que as pessoas mais próximas compartilham informações a última notícia que trazia o memorando secreto da CIA (Agência Central de Inteligência), revelando Ernesto Geisel

¹⁴⁴ VANDERLEI, Emanuelle. Mandatos cassados na ditadura serão resgatados em ato histórico, **Tribuna Hoje**, Maceió, 02 abr. 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hLmGW>. Acesso em 05 maio 2024.

mandante das ordens de execução de opositores (“subversivos perigosos”) durante a Ditadura Militar¹⁴⁵.

Ele relatou ter amigos de direita (alguns de infância, inclusive), mas a maioria das pessoas por onde transita é de esquerda, extrema-esquerda ou centro-esquerda, qualificando assim as amizades a partir de polos gravitacionais das tendências políticas no Brasil. Thyago se considera da linha de Jayme Miranda, seu avô, porém mais próximo de um social-democrata e não de um comunista.

“Comunistas têm que morrer”. Frases como essa já estiveram no centro de discussões em grupos de amigos no *WhatsApp*. Geralmente há respeito, porém às vezes alguns cometem exageros, e daí Thyago e/ou seu irmão mais velho, Jayme Neto, repreendem a pessoa ou saem do grupo. As ofensas geram revolta em meu entrevistado, porque as pessoas falam sem conhecimento do que foi a luta.

Pergunto a ele como são suas relações na família, quais familiares ele teria mais aproximação. Citou seus tios Paulo e Ricardo, por parte de mãe, como se fossem irmãos por terem sido criados praticamente juntos. Sua tia Olga Miranda e a avó são praticamente as segundas mães. Thyago disse que tia Olga foi muito influente no comportamento dele, e, motivo de inspiração, devido ao empenho dela nas buscas por respostas a respeito do desaparecimento de Jayme Miranda. Por morarem muito próximos, Thyago acompanhou de perto o sofrimento da tia e do pai Yuri também.

Interessante ouvi-lo explicar como se deu esse acompanhamento, uma admiração paradoxalmente construída a distância: não é um assunto discutido em família, as notícias sobre o desaparecimento chegavam mais por meio de notícias, como a de retirada de sangue para comparação de ossadas quando da abertura da Vala de Perus; e o meu entrevistado então sabia o porquê da tia e do pai estarem procedendo à extração desse fluido corporal à época.

Olga e Yuri não conversaram com Thyago a respeito da preparação deles para a coleta de sangue, embora ele tenha presenciado toda a movimentação da tia e do pai. Isso demonstra como, entre gerações distintas, ainda que de relações afetivas próximas, os silenciamentos e segredos permanecem.

Esse episódio aguçou a minha curiosidade a fim de saber como Thyago teve acesso às informações sobre Jayme Miranda. Na família, o assunto foi tratado superficialmente, o pai de Thyago não era de se abrir em casa, nem os tios falavam também. Meu interlocutor buscava não abordar o assunto em casa, até porque não conheceu o avô. “É uma coisa até estranha de

¹⁴⁵ MATOS, Vitor. Documento da CIA sobre Geisel é 'estranhador', diz último coordenador da Comissão da Verdade, **G1**, Brasília, 11 maio 2018. Disponível em: <https://encurtador.com.br/0M2G9>. Acesso em: 23 set 2020.

relatar, mas em tudo tem o “Q” do Jayme, a presença dele: fotos dele em nossas casas, nossos gostos musicais, literatura, a questão do esporte que a gente mais pratica e é a paixão da família, o xadrez, a questão do gosto pelo Direito”, explicou.

Nesse capítulo fizemos uma abordagem do segredo e, aqui na subseção *Familiares – os interlocutores*, demonstramos, nas apresentações de Yuri, André e Thyago, exemplos de como o segredo se forja enquanto constituidor das subjetividades dos familiares entrevistados de Jayme Miranda. Evidentemente, memórias, silêncios e segredos se atravessam quando os interlocutores são interpelados pelo pesquisador para falar sobre o desaparecimento político de Jayme Miranda, e outros fatos antecedentes e posteriores ao fato. Acredito que agora fique mais claro para o leitor compreender como os familiares elaboram suas memórias diante da persistência da supressão do corpo de Jayme Miranda e quais são as reverberações até hoje neles sobre o caso.

4. DO INVENTÁRIO DE MEMÓRIAS, ARTEFATOS DE NARRAR

“(...) nunca vai parar a entrada de processos. Vou estabelecer um momento para o fim das reparações. O regime militar acabou há 35 anos. Isso vai durar para sempre.”

(Damares Alves¹⁴⁶)

Como textualizar a experiência do campo? Essa, talvez, seja a pergunta que mais deixe o pesquisador em dúvida. Mesmo aqueles que trabalhem com recursos como gravador – meu caso, especificamente –, há de se considerar as ferramentas da linguagem escrita mais adequadas a transmitir o sentido do que foi falado pelos interlocutores. Velho (2005, p. 13) reconhece a dificuldade que é para o antropólogo narrar os eventos em uma etnografia. Ele diz que uma de suas tarefas mais difíceis “é transmitir o clima, o tom do que está descrevendo. A sucessão dos fatos no tempo, o número de participantes, a reconstituição das interações, são etapas fundamentais, mas, quase sempre, fica-se com a sensação e/ou sentimento de falta algo crucial”.

A elaboração do texto final percorre etapas distintas desde a coleta de dados, passando pela transcrição de áudios e reflexões no diário de campo, até se tornar uma redação consolidada. A forma de escrita a ser escolhida pelo antropólogo deverá ser aquela mais ajustada a trazer o mundo cultural e a experiência do Outro; tudo aquilo que o constitui em particular e no coletivo. O desafio que se apresenta, então, é dar sentido à experiência da alteridade em forma de narrativa.

Kofes e Manica (2015, p. 35) propõem que a “relação entre experiência narrada biograficamente e estrutura da experiência permite retirar a narrativa biográfica da oposição entre indivíduo e sociedade, subjetivo e objetivo. [...]. A estrutura da experiência conectaria experiência vivida e os sentidos dados e criados pelos sujeitos”. Seguindo o raciocínio das autoras, as narrativas biográficas textualizadas são resultados da interação entre pesquisador e pesquisado, quando nas entrevistas, as experiências vividas de ambos se inter cruzam para dar sentido àquilo que é enunciado por esses agentes em comunicação. Dessa interação podem se criar “dispositivos para criar pessoas, personalidades, santos, heróis e fracassados ou, ainda,

¹⁴⁶ PRAZERES, Leandro. Governo prepara mudanças em comissão para perseguidos políticos na ditadura, UOL, Brasília, 13 fev. 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/sWdyW> Acesso em 29 abr. 2024

incorporar ideias e valores – ideologias e moralidades – em vidas concretas, considerando-as como passíveis de serem expandidas, supondo a vida como modelo passível de imitação” (*Ibid.*, p. 36). Porém, no espaço das conversações também podem ser criados enunciados que dessacralizem personas, ideias e valores. Primeiramente, na fala e, por conseguinte, na etnografia.

Desta forma, para contemplar a experiência narrada biograficamente e a estrutura da experiência, a construção deste texto final foi forjada a partir da relação dialógica entre pesquisador e interlocutores na combinação entre duas disciplinas: Antropologia e Literatura. Encontro afinidades nas palavras de Hatoum (2004) por também enxergar laços de parentesco entre essas duas disciplinas. Diz o autor que muitas obras de ficção têm uma ligação com a Antropologia, e pode-se supor, em muitos casos, que o romancista é um antropólogo criativo, sem as limitações da teoria e do terreno de pesquisa. O grau de proximidade varia, mas há um elemento imutável que permite associar o objeto de estudo da antropologia à ficção narrativa – ambos tratam do Outro e fornecem discursos sobre a alteridade (Hatoum, 2004).

Unir a prática etnográfica aos recursos da prosa ficcional não elimina o rigor da compreensão dos dados, dentro de critérios científicos. A Literatura fornece uma variante para a escrita etnográfica, proporcionando outra experiência de leitura. Personagens e enredos são construídos imaginativamente sem anular a reflexão teórica e a pesquisa acadêmica. Essa ligação – mesmo sendo mínima – entre o ensaio etnográfico e o romance de ficção, complementa Oliveira (2010), é essencial para o imaginário adquirir qualidade de realidade, permitindo que se transforme em um fato ficcional. Isso acontece não mais como um produto de um imaginário disperso, mas sim por meio de uma lógica criativa que pode conceber um mundo verossímil e coeso, que ganha vida mediante o ato imaginativo de ler.

Tomei “A escrita dos mundos das mulheres: Histórias beduínas” (2020), da antropóloga Lila Abu-Lughod, como obra de inspiração para elaboração da minha etnografia. Opondo-se à escrita da cultura, propõe ela a ‘etnografia narrativa’. Na apresentação da tradução brasileira de *Writing Women’s Worlds: Bedouin Stories*, Coelho (2020) esclarece que a etnografia narrativa seria o mesmo que a “etnografia do particular”, sendo um tipo de escrita etnográfica que se opõe fundamentalmente às generalizações características da etnografia clássica e, ao mesmo tempo está intimamente ligada à coesão normativa atribuída aos “outros” etnográficos. Após viver com mulheres muçulmanas da comunidade beduína *Awlad ‘Ali* no Egito, Abu-Lughod (2020) apresentou uma escrita calcada em três pilares que confrontam a cultura, de Clifford Geertz e de James Clifford, como texto dotado de padrões de escrita, a saber: a posicionalidade (o *ethos* do pesquisador está imbricado na própria pesquisa), a

audiência (vários públicos, incluindo o público de interlocutores, os quais devem ter acesso ao material produzido) e poder (tensão permanente nas relações que se estabelecem em campo entre interlocutores e pesquisador).

Uma pesquisa que intenta contar histórias a respeito do desaparecimento de Jayme Miranda, a partir das memórias de seus familiares, deve se preocupar em representar esses indivíduos (em seus contextos sociais, políticos, culturais e domésticos) fora de quadros generalizantes. Conforme Abu-Lughod (2020), o antropólogo deve ser cauteloso diante das generalizações para não reproduzir linguagem de poder e não engendrar homogeneização, coerência e atemporalidade. Formando, por fim, seres culturais genéricos. A textualização da vida dos familiares deve refletir suas vidas sociais. O esforço imaginativo é, justamente, dar sentido a uma linguagem e não transmutada em um fora e um longe. Por exemplo, o leitor perceberá que os “comunistas” tinham expressões e vocábulos específicos para comunicação. Coube a mim, a tradução, mas não a sua substituição para palavras de conhecimento geral.

Sobre o que acarreta a homogeneização, argumenta Abu-Lughod (2020, p. 48), “O esforço para produzir descrições etnográficas gerais das crenças e ações das pessoas arrisca suavizar as contradições, os conflitos de interesses, as dúvidas e as brigas além das alterações nas motivações e nas circunstâncias históricas”. Por isso, nesta etnografia narrativa, foi necessário optar por uma estrutura fragmentada com o escopo de privilegiar os pontos de vista, a maneira como se expressam e como os familiares são impactados pelo desaparecimento de Jayme Miranda e pela ditadura militar.

Os familiares de Jayme Miranda se colocam como as ‘vozes mais autorizadas a falar’ do passado. Nesse sentido, Azevedo (2016, p. 97) discorre que “para além da emotividade, eles procuram produzir falas que possam ser reconhecidas como ‘enunciados de saberes’, equivalentes em valor àquelas proferidas por ‘especialistas’ e ‘autoridades’ do Estado, embora possam se distinguir em conteúdo”. A autora chama a atenção para a relevância das falas de familiares e complementa: “Quando isso ocorre, têm lugar as disputas em torno de qual dessas vozes é a mais autorizada”.

As contestações de versões oficiais do Estado – como aquelas presentes em documentações sobre o paradeiro de Jayme Miranda, mostradas no capítulo anterior, por exemplo – e as controvérsias acerca do funcionamento logístico e de alianças político-pessoais dentro do PCB, com base nos depoimentos de ex-agente do DOI/Codi, validados por veículo de imprensa e pela CNV (sem a apresentação de provas), demonstram a necessidade de se ouvir as falas dos familiares, entendendo-os igualmente como especialistas e autoridades do Estado para falar sobre o passado do desaparecimento político e da ditadura militar. A etnografia

demonstra ainda que as querelas ocorrem internamente entre os próprios interlocutores ao se tensionarem as versões sobre fatos compartilhados por eles, considerando suas próprias posicionalidades.

Corroborando, Danilo (2019) sustenta que, nesse quadro, as tensões e disputas sobre as várias versões da verdade concernentes ao passado, manifestadas na ritualidade e, por último, que definem as identidades, precisam ser igualmente identificadas. As narrativas ditadas pelas materialidades e linguagens que se cruzam na ação falam também de valores e ética que têm de ser descobertos no ponto de vista de quem deles se serve como uma experiência vital. Ao se narrarem seus passados, apresentando como experienciaram e/ou souberam dos eventos acerca da ditadura e do desaparecimento de Jayme Miranda, os interlocutores constroem a “si mesmos”, ou melhor, elaboram as memórias desse passado de traumas da família Miranda. E, colocar-se, na entrevista, é também uma prática de elaboração dessas subjetividades e identidades.

Assim como fez Catela (2001) ao trabalhar com interlocutores de gerações diferentes para sua etnografia com familiares de desaparecidos na Argentina, esta pesquisa tomou o mesmo procedimento com o intuito de compreender como o desaparecimento de Jayme Miranda é assimilado e (r)elaborado entre descendências distintas.

O fato de realizar entrevistas com pessoas de gerações diferentes (mães, avós, filhos, irmãos), levou a delinear os significados da identificação das gerações como um dos fundamentos produtores de diferenças nas ações e discursos [...]. Vale a pena lembrar que a motivação principal das entrevistas não foi centrar o relato em “o desaparecido”, mas fazê-lo principalmente na vida destes familiares de desaparecidos, suas experiências, projetos e respostas a sua situação extrema (Catela, 2001, p. 35-37).

Por último, há outro aspecto trazido por essa etnografia: revelar as tramas pessoais e domésticas dos interlocutores, até o limite do permitido por eles. A memória do sujeito político (Jayme Miranda) é de conhecimento histórico, como mostrei na bibliografia a qual compõe essa pesquisa. Ao exporem suas tensões, traumas, dores e segredos, os familiares constroem para si e para o coletivo outros tantos de Jayme Miranda. Azevedo (2016, p. 182) complementa: “Trazer à cena pública esses fragmentos da vida familiar peculiares emocionantes quando ordinárias ou extraordinárias significa exaltar as ligações e os compromissos privados, forjados pela convivência, o cotidiano e o amor”.

4.1 MOVIMENTO DAS NARRATIVAS

As entrevistas abertas realizadas com os Miranda dialogam com a estratégia teórico-metodológica de Díaz (1999), a qual se baseia em uma descrição narrativa do “si mesmo”. Durante as entrevistas, consoante o autor, as histórias compartilhadas entre entrevistador e entrevistados são “o resultado de um duplo processo de interpretação: o realizado pelo entrevistado para se estabelecer como um personagem diante de nós e o que fazemos como pesquisadores quando reinscrevemos o personagem que nos foi mostrado, e escondido de nós na entrevista” (Díaz, 1999, p. 40, tradução nossa).

Piña (1988, p. 53, tradução nossa) adiciona que o “si mesmo”: “é o resultado de uma interpretação obtida por meio da construção de um personagem: referente real ou fictício de um nome próprio e/ou seus substitutos”. Esses personagens (esposa, filhos, sobrinhos, primas e neto de Jayme Miranda) descrevem um “si mesmo” enquanto falam e, ao mesmo tempo, inscrevem-se no passado a respeito do desaparecimento político, durante a ditadura militar.

Essa construção conceitual do “si mesmo”, de acordo com Díaz (1999), é um tipo de subjetividade social que se revela nos encontros interativos do trabalho de campo. Ortner (2007) complementa que subjetividade pode ser entendida como “conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes” e também, enquanto “formações culturais e sociais que modelam, organizam e provocam aqueles modos de afeto, pensamento, etc.” (*Ibid.*, p. 376).

As subjetividades dos sujeitos, que lembram do passado ligado ao desaparecimento político, elaboram-se nas conversações entre etnógrafo e interlocutores, e, por conseguinte, são particulares a estes encontros. Cada entrevista corresponde a uma subjetividade forjada para produzir memórias. O entrevistado não é o mesmo durante a entrevista ou sequência de entrevistas de que participou. Suas falas ditas, repetidas, corrigidas, interrompidas ou suspensas (por vontade própria) concebem um “si mesmo” transitório. A esta minha reflexão, Danilo (2019, p. 9, tradução nossa) acrescenta que: “Estabelece-se, assim, uma compreensão da memória como uma prática social de lembrança, um fenômeno intersubjetivo composto de afirmações, reconhecimentos, códigos e significados utilizados em cenários coletivos (familiares e sociais)”.

As diversas personas que se colocam diante do entrevistador carregam tanto os interesses próprios na enunciação quanto trajetórias marcadas pelo segredo. E o segredo é condicionante para tecer pensamentos, afetos e mágoas. Falas desveladas e falas silenciadas auxiliam, então, na produção cultural identificadora das memórias dessa família a qual os interlocutores integram. É toda essa dinâmica complexa do campo que deve considerada tão logo as entrevistas são textualizadas. Para o trabalho do etnógrafo, Díaz (1999, p. 39, tradução

nossa) adiciona que: “Nossas descrições narrativas reapropriam-se do agente em sua própria deliberação e autodesignação, carregando-nos na exposição do material da duplicidade referencial e reflexiva da linguagem”.

Segundo Pollak (1989), a elaboração da memória se alimenta da história. Esse trabalho pode ser interpretado e se articular a uma infinidade de referências, orientadas pela preocupação de preservar as fronteiras sociais; e também, de transformá-las via processo de reinterpretação contínua do passado em função do presente e do futuro. Os familiares de Jayme Miranda, ao relatarem, não resgatam o passado exatamente como se sucedeu. As suas versões se atualizam no presente, considerando-se uma série de produtos sociais e culturais da coletividade vinda de partidos, religião, classe, gênero, idade, etc. Os assuntos partilhados entre homens não são os mesmos daqueles entre mulheres, por exemplo. Ou ainda, a militância partidária condiciona interpretações diferentes dos familiares sem essa experiência política.

Uma maneira de preservar essas fronteiras sociais é, nas palavras de Jelin (2011), ativando o passado por meio do compartilhamento e transmissão cultural da “experiência” vivida subjetivamente. A autora acrescenta que a “memória, portanto, é produzida enquanto houver sujeitos que compartilhem uma cultura, enquanto houver agentes sociais que tentem ‘materializar’ sentidos do passado em espaços institucionais legítimos, como comissões, relatórios e julgamentos” (Jelin, 2011, p. 558). As narrativas elaboradas das entrevistas, os documentários, o livro de Olga Miranda, os relatórios nacional e estadual da verdade se constituem enquanto “veículos de memória”¹⁴⁷ para representar o passado; atualizado no presente sempre que acionado.

Essa atualização ocorre num movimento de narrativas próprio ao seio familiar. Os veículos de memórias não são herméticos, eles são alimentados pelas narrativas que o corroboram e o refutam ao mesmo tempo. De acordo com Barros (1989, p. 34-35), “A importância do grupo familiar como referência fundamental para a reconstrução do passado advém do fato de a família ser, ao mesmo tempo, o objeto das recordações dos indivíduos e o espaço em que essas recordações podem ser avivadas”. O avivamento se constitui das concordâncias e das dissonâncias desse passado compartilhado entre os interlocutores, construindo igualmente as memórias do desaparecimento de Jayme Miranda.

Logo, se há possibilidade de atualizar no presente, por meio das narrativas dos familiares (a seguir), é porque o passado apresenta movimento, seus episódios não são permanentes, são porosos incessantemente. Como Barros (1989) aponta, cada interlocutor é objeto e espaço das

¹⁴⁷ Jelin, op. cit., p. 558.

recordações, ou seja, ‘o que’, ‘como’, ‘porque’ e ‘enquanto’ operam saberes no presente de cada falante a partir de suas narrativas do passado. Azevedo (2016, p. 153) adiciona que: “Longe de um registro fix

o do passado, falamos da constituição de um saber no presente, a produção de um campo do memorável que opera por reinterpretações permanentes, embora as variações sejam comumente obscurecidas por narrativas que sustentam um sentido de continuidade”.

4.2 ESCRITOS ETNOGRÁFICOS OU MODOS DE LEITURA

Apresento algumas decisões para a escrita etnográfica. As entrevistas, do tipo aberta, tiveram seu fluxo contínuo, obedecendo aos interesses de pesquisa. As narrativas construídas com base nas falas foram reunidas em temáticas em fase posterior. Com isso, quero dizer que as perguntas no campo não foram norteadas pela análise. A interpretação não veio antes dos dados, ou, sendo mais direto, não fui a campo objetivando colher as informações as quais alimentassem meus próprios interesses de pesquisador.

Como abordei acima, as estratégias de escrita utilizaram-se do diálogo entre a Antropologia e a Literatura (prosa ficcional) a fim de textualizar os encontros entre etnógrafo e interlocutores. Essa pesquisa foi, prioritariamente, desenvolvida com base na interação e no diálogo, seja presencial ou *on-line*; logo, a escrita considerou esses dois aspectos. As perguntas e respostas ora aparecem em discurso direto, ora em discurso indireto, sendo o papel de narrador¹⁴⁸ assumido pelo próprio pesquisador.

Na proposta de etnografia narrativa, Abu-Lughod (2020) divide a textualização em “capítulos narrativos”, dando títulos a cada um deles, segundo os assuntos observados no campo. Conforme a autora, os capítulos narrativos são antecidos por uma introdução que segue o formato tradicional de um ensaio acadêmico, situando a obra em seus contextos teóricos e políticos. Além disso, apresentam comentários críticos sobre as abordagens antropológicas para entender a existência humana. Esta etnografia em particular é antecida de aporte teórico nos capítulos 02 e 03. Material esse que facilita a entrada do leitor na etnografia em si.

Ainda, para orientar a leitura, a autora inclui intertítulos nos capítulos (frases-resumo em negrito) para chamar atenção para um aspecto específico do grupo estudado. A partir dessa referência, dividi as minhas temáticas em subseções, intitulado-as com frases destacadas de

¹⁴⁸ Narrador testemunha, em primeira pessoa.

falas dos próprios interlocutores cujas mensagens apresentem a ideia central da subseção correspondente.

A organização das falas em narrativas é didática e não corresponde necessariamente como foi dita integralmente nas entrevistas. Com objetivo de compor narrativas, as falas foram reunidas, tratadas e adaptadas em “subseções narrativas”. Além disso, não fiz perguntas nas quais as respostas eram para contemplar a subseção em particular. Dito isso, remanejamentos e cortes foram realizados para elaborar as narrativas com o escopo de se adequarem à subseção a qual constituem.

Organizei o material colhido em campo em 05 (cinco) nas seguintes “subseções narrativas”: (1) “Eu acho que eles não eram um casal normal, porque viviam em constante tensão”, fala de seus familiares, a vida nesses laços, entre eles, durante a Ditadura; (2) “Não vou dizer que antes disso eu sentia as ações do regime, o que eu sentia era saudade do meu pai”, desaparecimento e pós-desaparecimento; (3) “Você já perguntou aos meus irmãos a marca de cigarro que meu pai fumava?”, quem é Jayme Miranda para os presentes nessa pesquisa?; (4) “Livro de referência para outras possíveis obras que surjam”, trata do impacto do livro de Olga Miranda sobre as memórias dos entrevistados; (5) “Ele está preso a esse passado que não consegue desapegar”, a relação dos irmãos Jayme e Nilson Miranda.

Igualmente, usei-me de intertítulos em negrito para indicar o tópico abordado, em combinação com a temática da subseção; e, os nomes dos entrevistados, em letras maiúsculas, antecedem as narrativas de cada interlocutor com o escopo de assinalar quem fala, quem interage com o pesquisador.

A retextualização (Marcuschi, 2010) foi marcadamente trabalhada para a transição do relato oral ao escrito, considerando as interferências no sentido quando desse movimento. O autor pondera que a relação oralidade-escrita, embora sofra mediações variadas, não significa que se desorganize aquilo que foi falado. É preciso, nesse processo, salvaguardar os contextos. No intento de retextualizar as memórias dos interlocutores, empreguei características da oralidade deles mesmos, adaptadas ao texto escrito: a) Repetição de imagens, palavras e estruturas frasais; b) Uso de duplo travessões para intercalar frases¹⁴⁹; c) Reticências para os casos dos pensamentos terem ficado em suspenso ou por interrupção da fala; d) Uso de expressões coloquiais; e) Uso das vírgulas e ponto-e-vírgulas para dar ritmo semelhante à frase falada; e) Preservação das interrogações na fala do interlocutor para sinalizar reflexões pessoais; f) Colchetes para inserir termos que se compreendem pelo contexto.

¹⁴⁹ Quando o interlocutor começava a relatar um fato, e nas frases, inseria outras lembranças, ora para explicar, ora para justificar o que ele está falando.

As narrativas reúnem fragmentos de vidas que qualquer tentativa de as integrar em uma narrativa linear e cronológica malograria. Prefiro entender cada relato textualizado como uma versão particular e não hierárquica em relação a quaisquer outras falas dos interlocutores diferentes. Não interessou a verdade ‘absoluta’ – e seria ingênuo acreditar que existisse –, mas sim como as memórias se constroem sobre os mesmos episódios, em perspectivas diferentes.

As falas sobre o passado reelaboram a própria construção do falante no presente. Nesse expediente, as narrativas aqui engendradas já são um passado, pois correspondem ao momento de suas respectivas enunciações. Em si, já condizem com as memórias do encontro entre pesquisador e interlocutores. Os diálogos e as interações – os subsequentes conflitos dessas conversações – constroem memórias da ditadura e do desaparecimento de Jayme Miranda na atividade social desenvolvida (entrevista), respeitando suas dimensões temporais e espaciais particulares. Assim, as tensões entre passado e presente remontam diferentes formas de existir e de se construir em um campo de pesquisa.

4.2.1 “Acho que eles não eram um casal normal, porque viviam em constante tensão”

DONA ELZA

Jayme Miranda, segundo Dona Elza, nunca quis envolvê-la na política para evitar problemas e perseguições pelo regime, “tanto que não tinha meu nome em canto¹⁵⁰ nenhum”. Ela contou que: “Fiquei no Rio, a polícia e o exército mandavam gente¹⁵¹ lá em casa, mas nada fizeram com a gente, né?”

Quando se casou, Dona Elza sabia da participação de Jayme Miranda no PCB e, durante o convívio, tomou conhecimento das histórias, inclusive que ele tinha sido preso. “Em algum momento, lá no íntimo, a senhora pesou as consequências do casamento e da vida ao lado de Jayme Miranda?”, indaguei. “Olha, não me lembro de ter pensado nisso, não. Nunca fui de pensar nessas coisas, sempre fui de viver o presente. Quando Jayme foi preso lá¹⁵², eu senti, né? Foi a primeira vez que aconteceu. Antes tinha ocorrido, mas foi em Maceió, e a gente estava no Hotel Atlântico. Seu Miranda pegou a família e botou todo mundo lá¹⁵³”. Meu sogro tinha certo conhecimento entre os militares, sempre davam um jeito de ajudar na segurança dos Miranda”, revelou Dona Elza ao se referir ao trânsito de informações entre o pai de Jayme

¹⁵⁰ Ela se refere às fichas e cadastros de filiação ao PCB.

¹⁵¹ Serviço de espionagem clandestina ligado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

¹⁵² Rio de Janeiro.

¹⁵³ Prisão de Jayme Miranda em decorrência dos episódios do golpe de 1964.

Miranda e militares como escopo de proteger a família que estava homiziada no Atlântico. “E, quando o Jayme foi preso, a gente foi logo visitar e tinha aquele montão de gente ali, parecia festa. Nessa prisão, Jayme sofreu mais porque o levaram para ver o quebra-quebra na oficina do jornal [A Voz do Povo]. Ele fez tanta força que quebrou um dente. Mas aí, na época, um dentista consertou o dente dele, na cadeia”.

OLGA

Eu disse a Olga Miranda que cresci num ambiente familiar em que não se falava sobre a ditadura militar em Alagoas. Daí, feito esse contexto, perguntei-lhe como era possível até hoje a história do pai dela – pela dimensão da figura política – ainda ser desconhecida pelos alagoanos. Com a mesma calma que vinha mantendo na conversa, respondeu-me:

“Porque Alagoas é um estado ex-tre-ma-men-te, como posso dizer, é de monocultura, é de centralização de poder em todos os aspectos, né? Então, existe aqui uma hegemonia, uma homogeneidade em relação a quem manda, inclusive nos meios de comunicação. Esses meios de comunicação”, Olga interrompeu a frase, “tanto é que quando o jornal do meu pai foi empastelado, eu achei uma notícia deste tamanhinho (indicando o espaço diminuto entre os dedos indicador e polegar); e depois, não se fala mais nele, nem nos comunistas, nem em ninguém, acabou-se, censura total! E essa censura partia de 1964 e se estabeleceu por muitos e muitos anos”.

A nova geração, segundo Olga, não tinha como conhecer uma história que nunca foi contada. “A história ficou adormecida, além do que existia ainda um *marketing* muito forte em relação ao comunismo, como está sendo levantado agora novamente¹⁵⁴. Inclusive, eu saí de alguns grupos de *WhatsApp*, estou vivendo um momento difícil na minha vida em razão disso, porque alguns familiares apoiam pessoas que foram torturadores ou que também apoiam torturadores, ficam mandando para a gente notícias sobre: ‘ah, a China comunista e não sei o quê’”. Na visão de Olga, esses apoiadores (incluindo alguns membros da família) ignoram que o centro do poder maquia todos os acontecimentos, centralizando em um foco para as pessoas não verem os fatos por completo. “Parece que a gente está reacendendo esse ódio, né?, o ódio aos comunistas, que, na verdade, pode ser qualquer pessoa, não só aquele que faça parte de um partido que se denomine comunista, mas toda e qualquer pessoa que seja contrária às ideias imperantes, né?”

¹⁵⁴ Esse trecho faz parte da entrevista realizada em 15 de agosto de 2020, no contexto do governo Bolsonaro.

Olga não tinha familiaridade, melhor, não forjou uma formação política ligada ao comunismo. Perguntei se na vida estudantil ela chegou a ler Marx e Engels, por exemplo. “Não, não. Na realidade, depois que meu pai foi preso, a minha mãe queimou tudo. E ele também não permitia esses livros em casa, porque se houvesse alguma invasão na casa, não poderia ter esse tipo de material, entendeu? Então, esses livros eram proibidos durante toda a ditadura”. “E na fase mais adulta ou mesmo na faculdade?”, insisti. “Não, não, porque eu não gostava de comunismo. Eu não gostava nem de militar e nem de comunista, porque os dois tinham tirado meu pai de mim, entendeu? Eu tinha essa raiva deles”, Olga exprimiu um riso acanhado, “era uma coisa que eu não queria nem saber, até eu poder me acalmar, durante anos”.

Refiz a segunda questão, perguntando-lhe se os professores da faculdade passavam textos de autores comunistas. “Olhe, a gente viveu um período em que era proibido falar de comunismo, a não ser negativamente, né? Então, era raro ter esse tipo de material. Minha mãe sempre teve medo, receio, e a gente nunca comprou esse tipo de livro, entendeu?”

LEONILSON (LEO)

Leo Miranda tem pouca memória da infância. Lembra-se pouco do período morado no Rio Grande do Sul, época da transferência de seu pai entre agência dos Correios, em retaliação ao fato de ser irmão de Jayme e Nilson Miranda. Muito do que sabe do período do golpe foi relatado por sua mãe. Ela falava da angústia sentida quando Wilton¹⁵⁵ foi preso e do peso que carregava por ter um esposo de “família de comunistas”. A notícia da detenção acelerou o trabalho de parto e Léo Miranda nasceu em 1º de abril de 1964.

Naquela época, não tinha como pedir ajuda porque ninguém queria se envolver, chegar perto. Existia o medo de se comprometer devido a qualquer envolvimento. A situação piorou, de fato, ao irem morar no Rio Grande do Sul, numa região de cultura diferente. A vó materna chegou a enviar a filha mais nova para ajudar Salete¹⁵⁶. Léo Miranda lembra-se mais da adolescência. Com 13 anos, recorda-se das vezes que chegava na casa de alguém e ouvia piadas associando os Miranda ao comunismo.

“Meu pai me contou uma história. Ele era baixinho em relação a Nilson e Jayme, mas era corajoso e certa vez, na porta do Hotel, tomou a faca de um indivíduo que tinha ido lá matar Nilson. Meu pai mobilizou o cara e tomou a faca do cara ... Tinham essas histórias que ele me contava. Também contava que, atrás da Assembleia [Legislativa] tinham pichações ‘Morte ao Miranda’, no muro, disse Léo. As perseguições à família eram públicas, por vezes

¹⁵⁵ Na entrevista, Leo Miranda disse que seu pai também era comunista.

¹⁵⁶ Mãe de Leo Miranda.

particularizando em Jayme e Nilson, por outras as retaliações atingiam outros membros. “Meu pai contava que esse cara da faca parecia bêbedo, mas que poderia ter sido pago ou estimulado a tentar contra a vida de Nilson para não dar a impressão de que teria sido alguém da repressão”, completou.

Wilton contou outra história a Léo Miranda. “Nilson estava com a família no Hotel. Eu não era nascido. E Nilson e a família iam voltar para casa. Eram Nilson, Nelinha e os quatro meninos. Ana Paula não era nascida ainda. Só que estavam desconfiados de que Nilson estava sendo seguido. Nilson tinha um jipe, na época, e aí, meu pai e outros foram escondidos atrás do veículo para dar proteção para você. Foi meu pai, Quilada¹⁵⁷ e não me lembro se tinha mais outro. Quando chegaram próximo à Igreja da Catedral, outro carro os fechou e uns caras desceram com pedaços de pau. Daí, meu pai, Nilson e Quilada deram umas porradas nos caras e depois essas caras fugiram”.

Clandestinidade

DONA ELZA

“Como a senhora chegou ao Rio de Janeiro com duas crianças?”, perguntei à Dona Elza. Jayme Miranda já estava no Rio de Janeiro, na clandestinidade. “Quando ele foi ao Rio, eu o acompanhei até Recife. Ele tomou um avião e foi embora. Com uns meses depois, Jayme alugou uma casa. Aí, fui com Olga e Yuri de avião. Chegando lá, tinha uma pessoa esperando a gente, e aí nos levou para a casa dela, a gente dormiu lá. No outro dia, talvez, o Jayme apareceu lá e a gente foi para a casa”. Jayme Miranda tinha a necessidade de sair de Maceió, “porque qualquer situação que os militares entendessem poderia prendê-lo novamente, e ele não queria viver preso”. Para não chamar tanta atenção, na escala até Recife, foram no mesmo carro Dona Elza, Jayme e um motorista. A presença de uma terceira pessoa foi para desviar o foco do casal em um veículo.

Olga e Yuri eram pequenos no momento em que foram morar no Rio de Janeiro. Não foi muito difícil para Dona Elza esconder deles as atividades do pai. “Os meninos se criaram com o pai, toda semana ali, todo dia. Quando Jayme saía, eles perguntavam: cadê o papai? Eu dizia: foi trabalhar. Quando ele faltava uma semana ou alguns dias, eu dizia o mesmo. Jayme era um pai que dava assistência às crianças. Pegava os dois e ia passear, ia à praia, ao parque.

¹⁵⁷ Hoje falecido.

Eu ia também. Depois a gente almoçava fora, se bem que depois eu vomitava tudo. Eu tinha enxaqueca quando entrava no transporte, aí eu vomitava, entendeu?”.

Dona Elza me contou que era costureiro saírem juntos e que Jayme Miranda estava sempre em casa, exceto nos períodos de viagens. No começo da estadia no Rio de Janeiro, ele não viaja muito, ia mais às reuniões em lugares escondidos. “A gente saía, íamos ao carnaval”. Perguntei: “A senhora acha que tinha uma vida normal no Rio?”, “Mais ou menos normal, a gente tinha que ter cuidado, ter cuidado de não estar falando as coisas, não poder dizer o que o marido fazia. E ao perguntar, eu dizia que era tradutor”. Não chegava a ser uma mentira. “Ele era tradutor realmente. Nos livros, ele escrevia com aquelas letrinhas bem pequeninhas, traduzia tudo de outra língua, né? Jayme falava várias línguas. Aí, nas bordas [das páginas], traduzia para o português”, lembrou Dona Elza.

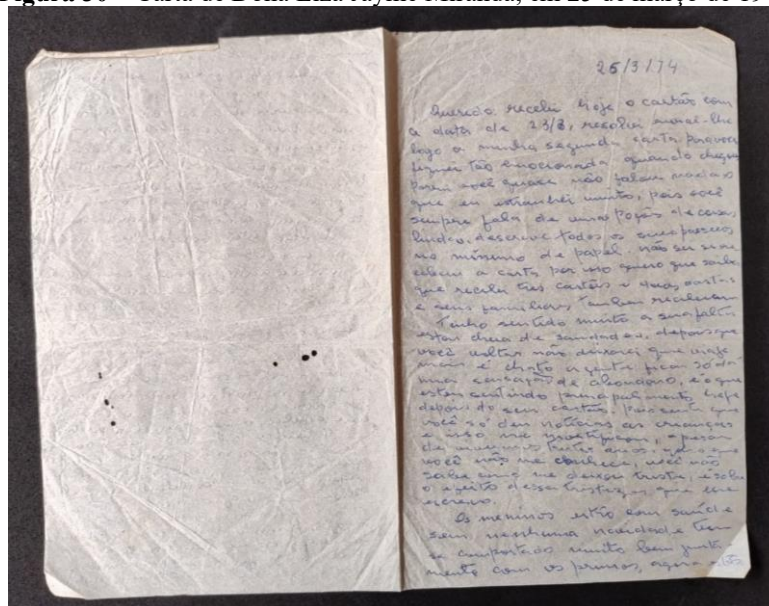
Na ocasião em que Jayme marcava um encontro, Dona Elza já sabia com quem ele iria se reunir. “Se ele fosse se reunir com médicos, Jayme colocava aquele monte de livros de medicina em cima da mesa. Lia tudo aquilo, porque queria estar à altura para fazer a pergunta certa. Ele era danado, sabe? E assim por diante com outros profissionais. Engenheiros também”. Jayme, quando ia falar com um vizinho na rua, o qual dizia trabalhar numa determinada fábrica, inventava trabalhar em outra fábrica, falava a mesma língua: “Às vezes, fala mais errado do que o cara, eu dizia isso e ele ria. Falava naquela linguagem bem simples para se aproximar”, revelou aos risos.

Nas férias, Jayme gostava de realizar passeios em casas de amigos, nas “cidadezinhas praianas”. À noite, ele saía para dar umas “voltinhas”. “O homem tinha que ser igual aos outros” ... “Ele falava assim: hoje ensinei aqueles caras a tomar bebidas que eles nem sabiam [como tomar], são tão importantes, mas não sabem fazer as coisas. Jayme, quando voltava da Europa, dizia as bebidas que tinha tomado: essa bebe com isso ou com aquilo. Falava de uma bebida vermelha... Campari. Eu dizia [a ele]: está esnobando agora, né? (risos) ... É ... Ele saía para dar as voltinhas dele, à noite, ganhar o mundo”, Dona Elza contou, enxugando os cantos da boca com as pontas dos dedos, controlando um riso constrangido.

Abri as imagens no celular e mostrei à Dona Elza fotografias de cartas correspondidas com Jayme Miranda, as quais registrei do arquivo de Olga Miranda. “Essa [aqui] achei tão bonita”, disse a ela e continuei (FIGURA 30): “Querido, recebi hoje o cartão com a data 23, resolvi enviar-lhe logo a minha segunda carta para você. Fiquei tão emocionada quando chegou, porém, você quase não falou nada, o que estranhei muito, pois você fala de porções de coisas lindas, descreve todos seus passeios...”. Interrompo a leitura e comento: “A senhora vai

contando [nesta carta] como os meninos estavam. Essa carta a senhora enviou em 26 de março de 1974”.

Figura 30 – Carta de Dona Elza Jayme Miranda, em 25 de março de 1974



Fonte: Arquivo pessoal de Olga Miranda

Aproveitando o contexto dessas cartas, acabei conhecendo um pouco da rotina da família no Rio de Janeiro. Algumas delas traziam recomendações que Jayme Miranda fazia, como “controlar o uso da TV evitando os programas imbecis”, “habituar, acostumar a dormir cedo e acordar cedo”, “marcar as horas de brincar e de estudar”.

“Me parece que, até distante, ele fazia parte... como era ser esposa de um militante naquela época”, perguntei.

“Para dizer a verdade, só eu sabia. Os meninos não sabiam que o pai era político. Ele passava tempo fora reunindo, etc. Quando chegava, vamos supor, sábado à noite, ele continuava lendo, estudando. No outro dia, ele já passava o dia todinho brincando com os meninos, jogando bola, ensinando as lições deles, francês para o Yuri, inglês para Olga”.

“A senhora foi muito esperta para esconder dos meninos sobre as atividades do pai...”

“Está trabalhando, ele trabalha fora. Só isso e pronto. Eles eram muito garotos ainda, né? Não se ligavam muito, e a gente não falava e não fazia muito comentário sobre as atividades do Jayme, né? Daí, passava despercebido”.

“Na última entrevista, a senhora disse que nunca foi militante, mas decidiu acompanhar Jayme por ser esposa ou por que também acreditava nas ideias que ele defendia?”

“Ele falava naquela política, mostrando que era uma coisa boa para o futuro do povo, porque todo mundo ia ter direito à moradia, ter igualdade, né?”.

OLGA

Olga Miranda explicou-me que, naquela época, era preciso embarcar em Recife porque em Maceió não tinha aeroporto. Dona Elza foi com o marido até a capital pernambucana, “fingindo ser um casal normal para que ele pudesse fugir”, disse. “Como assim, fingir ser um casal normal?”, perguntei aos risos, surpreso e intrigado, ao mesmo tempo, para compreender como a filha entendia o relacionamento dos pais, pelo menos no que se refere àquela circunstância da partida e da separação momentânea da família.

“Acho que eles não eram um casal normal, porque viviam em constante tensão. Porque os militares, ao pegar opositores, realmente torturavam, deixavam marcas profundas. Ou a pessoa enlouquecia, ou eles matavam mesmo, né? Então, não é uma vida normal, não era um casal normal, era um casal que devia viver sempre em estado de alerta. Tanto é que minha mãe conta que qualquer briga que meu irmão tivesse na rua ela dava razão às pessoas que bateram nele; e uma mãe normal ia fazer o quê? Ia lutar pelo filho. Mas não. Minha mãe pedia desculpas às outras famílias e colocava meus irmãos de castigo para eles não brigarem, independentemente de eles estarem certos ou errados. Minha mãe queria evitar que chamassem a polícia, entendeu? Então, era uma vida de preocupação constante, porque a cada ano desaparecia um, uma pessoa era presa, entendeu?”, explicou Olga.

JAYME *FILHO* (JOBINHA)

“A gente foi criado muito solto no Rio de Janeiro, a única regra que mamãe nos dava era não trazer confusão para casa, porque como o papai era comunista, não podia vir polícia, né?, por que imagine o diálogo: cadê seu marido? Ah, está em Moscou, volta já. Então, não dava para ter polícia em nossa porta”, comentou Jayme *filho*, rindo. “Raramente apanhávamos, ficávamos o dia inteiro na rua. Nunca vi uma mãe igual àquela. Não era irresponsabilidade, mas hoje há um cerco em cima das crianças, elas mal podem respirar. Também o mundo dos dias atuais é diferente. As turmas de meninos, antigamente, não eram tão violentas como as de hoje. A gente roubava bola, vendia picolé, vendia jornal. A gente fazia tudo no Rio de Janeiro. Fazia carreto para as vizinhas, aquele negócio de carregar bolsa por um trocado, mas mamãe reclamava. No Rio de Janeiro, a gente adquiriu malandragem¹⁵⁸. Hoje sou assim: quase fui roubado em Paris, não quase, eu percebi que ia ser roubado e consegui evitar”. Dona Elza contou que Yuri era o “mais rebelde”. Eu quis entender o contexto. “Ele era meninão, gostava de arengar, de bater nos outros meninos e sempre ele apanhava. E eu batia nele porque o pessoal

¹⁵⁸ O termo aqui ganhou o sentido da gíria, referindo-se a um comportamento de quem é esperto ou perspicaz.

de lá era muito brigão, e qualquer coisa chamava a polícia, e eu não podia ir à delegacia pelo problema¹⁵⁹ do Jayme”. Dona Elza batia no filho na frente dos outros garotos para que, ao chegarem em casa, contassem à família e, assim, não acionassem a polícia.

ALEX

Alex Miranda teve convivência com Jayme Miranda, contudo não tinha conhecimento da vida partidária nem dele e nem de seu pai por questões de segurança. Jayme e Nilson evitavam se encontrar porque ambos eram procurados pela polícia. Normalmente, os encontros (e esporádicos) deles se davam na casa da família de Jayme, no subúrbio do Rio de Janeiro.

“Não podíamos estar todos sempre juntos, mas volta e meia a gente se encontrava e era sempre uma coisa muito prazerosa, a gente tinha uma convivência muito fraterna com Yuri, Olga, Jobinha¹⁶⁰ e André. Jogávamos bola... e, depois, a gente se mudou para a Zona Sul. Fomos morar no bairro do Flamengo, porque papai viu que a gente precisava de mais espaço. Aquele monte de filho tinha que ter um quintal maior. Era no Aterro do Flamengo. A gente se encontra para jogar bola. O Yuri sempre foi seco por futebol, e a gente também, a gente jogava bola de manhã, à tarde e à noite! Então, tivemos uma convivência muito fraterna”.

“O senhor chegou no Rio de Janeiro com seu pai tão logo a fuga dele no golpe de 64?”

“Marcus e eu ficamos para trás. Minha família foi expulsa de casa quando um caminhão do exército a cercou. Mamãe pegou os dois filhos menores e foi para o Rio, de navio. Marcus e eu ficamos um tempo no Hotel [Atlântico]. Aí, entre julho e agosto, fomos de ônibus para uma cidade chamada Rosário [do Catete¹⁶¹], falou Alex. Ele, Marcus e sua avó (mãe de Nelinha) ficaram hospedados na casa de parentes de Nilson Miranda antes de seguirem para o Rio de Janeiro.

Alex se lembra das dificuldades de transporte para chegar na cidadezinha. “Um episódio que eu não esqueço nunca é o cinema. O cara montava [o equipamento], a gente levava as cadeiras, e no oitão da igreja, ele projetava o filme”. Enquanto eles estavam em outro estado (cidade sergipana), Jayme Miranda estava preso em Maceió. “Papai não foi preso, eles queriam matar papai, porque era odiado. O Nilson Miranda, velho de guerra, era goela larga”, referiu-se ao posicionamento crítico e contundente que Nilson tinha em declarações públicas contra o regime.

“Como Nilson conseguiu fugir em 1964?”, perguntei.

¹⁵⁹ Envolvimento político.

¹⁶⁰ Jayme *filho*.

¹⁶¹ Município brasileiro localizado em Sergipe.

“Ele saiu via um esquema. É aquela história: quando a luta fraqueja, o que vale são as relações de amizade”, iniciou Alex, em tom sarcástico. “Então, aqueles amigos que jogavam na Praia da Avenida e que eram fazendeiros ajudaram papai a fugir. E, aqui em Alagoas, tinha o PUS, Partido dos Usineiros Socialistas! Esses caras eram ligados ao tio Jayme, eu não sei o porquê do tio Jayme não ter conseguido sair”.

“Mesmo criança, em 64, como o senhor entendeu que não dava mais para viver com a família em Maceió?”

“No dia do golpe, no próprio dia 31, quando a gente teve que sair pelos fundos da casa. Todo mundo fugindo, aí ficou claro para todo mundo”, Alex interrompeu a fala e continuou: “Ah, não. Teve outro episódio no fim do ano [em 1963]. A festa era sempre no Hotel [Atlântico], aí passou um carro da polícia, a polícia dos Bairrinhos¹⁶², e tentaram atropelar a tia Neiza que estava na porta. Papai tinha um jipe e dada hora fomos embora. Só que tio Jayme e outros tios, bons de porrada, nos acompanharam. Nessa época, o Nilsinho era pequeno e estava dormindo. Então, quando o papai saiu, outro carro seguiu a gente. Só que eles pensaram que o papai estava sozinho com a mamãe e os meninos (nós), daí os meus tios pegaram os caras da polícia deram uma porrada, quebraram tudo e depois quiseram processar papai para pagar pelos danos da viatura!”, Alex riu, orgulhoso, “Foram lá para nos agredir e pegar papai, provavelmente, matá-lo. Aí, a gente fugiu depois pela ladeira da antiga rodoviária. Ainda me lembro. Naquele tempo, não tinha nem calçamento, era tudo de barro. Tentaram pegar [papai], isso já era um aviso, difícil de assimilar para uma criança de 7 anos”.

Ao partirem em fuga, Alex disse que não conseguiu mais acompanhar notícias da prisão de Jayme Miranda. Enquanto esteve na casa de parentes em Rosário do Catete, sua avó era quem recebia as mensagens de Nelinha. Definiu-se que eles poderiam seguir para o Rio de Janeiro. Foram de ônibus. “Foi uma semana para chegar, chovia muito naquela região e o ônibus atolou algumas vezes. Quando chegamos, lentamente, fomos tendo uma vida regular. Minha mãe cuidando disso sempre”.

“Nessa época, o senhor entendia que essa ‘nova’ vida tinha relação com o comunismo?”

“Exatamente comunismo, não. Mas éramos ‘doutrinados’ para dizer que o nome do meu pai era... Na verdade, tínhamos que saber qual era o nome da vez. Ontem mesmo, Ana Paula mandou umas fotos de uma porrada de carteiras de motorista falsificadas, cada uma com um nome diferente para papai. O Partido tinha seus falsários... A gente tinha que mentir. Porque o pai normal chega em casa e todo mundo na rua vê, vai-não-vai buscar na escola, vai ao futebol

¹⁶² Rubens Braga Quintella Cavalcanti foi delegado da Polícia Interestadual em Alagoas e ficou famoso pelas ações repressivas em desfavor de militantes do PCB e demais opositores do regime.

com o filho. Não era que meu pai não quisesse, ele não podia, não teve tempo de participar, e quando o golpe 64 veio, ele sumiu. Não é que meu pai não fosse um pai amoroso... Era a política, ela domina você, é uma cachaça esse negócio”.

“A mãe do Senhor chegou e falou sobre essa falta de ‘normalidade’ do pai de vocês?”

“A gente sabia perfeitamente que, se quiséssemos manter nosso pai vivo, tínhamos que esconder, mentir, dizer que o nome dele era outro e, se perguntassem dele, responderíamos que era caixeiro viajante, por isso que ele ficava viajando e depois voltava. Essa era a justificativa e a gente sabia disso desde pequeno”.

MARCUS

As memórias iniciais de Marcus Miranda o levam à noite de 1º de abril de 1964, na casa onde moravam no bairro do Poço. Enquanto o exército invadiu a casa de Nilson Miranda, a família fugia pelos fundos, passando pelo terreno de um vizinho e se refugiando no Hotel Atlântico. Nessa época, Marcus tinha 07 anos. “Nem todas as informações a gente tinha acesso, até porque éramos crianças, sendo Alex e eu os mais velhos. A gente soube que havia uma notícia de que meu pai tinha sido morto, então durante alguns dias ficamos numa tensão muito grande; até que ele fez contato depois de algum tempo e vimos que era uma notícia falsa”, explicou Marcus.

Nesse episódio, Nilson Miranda iniciou a vida na clandestinidade. Marcus, na qualidade de criança, sabia que um grande problema tinha ocorrido e, por causa disso, a família teria que se mudar. Entre três e quatro meses depois é que Marcus tomou conhecimento de que a família se juntaria ao pai na cidade do Rio de Janeiro.

Antes da partida, Marcus relatou que a família teve que se dividir. Sua mãe, Nelinha, e os irmãos mais novos, foram de Recife para o Rio de Janeiro. Enquanto Marcus e Alex seguiram com a avó materna para Carmópolis, em Sergipe, onde morava um tio por parte de mãe. “Ficamos um tempo lá, acho que um mês. E foi uma situação complicada, uma relação complicada com esse tio da gente. A receptividade não foi muito boa e até hoje a gente tem um afastamento dele. Não era hostilidade ideológica, eu acho. Moravam ele e a esposa e, quando chegamos, de algum modo, interferimos na rotina doméstica do casal, né? Foi uma interferência grande porque era um país em mudança naquele momento”.

“Era algum tipo de rejeição que você sentia?”, perguntei a Marcus Miranda.

“Rejeição entre aspas porque não era rejeição absoluta, né? Eram aquelas pequenas coisas que você vai percebendo que tem algo errado. Vinha mais por parte da mulher dele, do que dele mesmo. Meu tio saía para trabalhar e voltava no fim do dia. Acho que ela trabalhava

[fora], meio horário. Foi uma situação chata, principalmente para o Alex e para mim. A gente não fazia nenhum tipo de arruaça, não criávamos problemas. Na verdade, havia uma rejeição, talvez porque eles não quisessem viver aquele tipo de situação; que de certa maneira foram obrigados a viver... Sei que depois de algum tempo a gente foi de vez para o Rio de Janeiro”, explicou Marcus.

Assim como a família de Jayme Miranda, Marcus contou que sua família começou uma “saga” de mudanças de casa. O que significava mudar de escola, mudar de colegas. “O resultado no hoje, para mim, é que não tenho nenhum amigo de infância, não ficou nenhum nem da infância, nem da adolescência”. A família de Marcus chegou a morar em Porto Alegre em 1971, época em que Ana Paula, sua irmã caçula, já era nascida e estava com dois anos. “Fomos para o Rio Grande do Sul porque estavam acontecendo muitas prisões no Rio. Estavam cercando a direção e meu pai era um dos dirigentes estaduais, e aí, ele conseguiu sair e foi para a direção estadual do Rio Grande do Sul. Eu já tinha 14 anos. Então, imagina: pré-adolescentes numa maluquice dessas, estavam numa fase de uma descoberta e não conseguiam manter relações. Inclusive, eu começava a não querer proximidade com ninguém, porque sabia que daqui a pouco a gente tinha que ter de ir embora. Como aconteceu. Um ano depois, a gente teve que voltar para o Rio de Janeiro e meu pai ficou em Porto Alegre. Avaliando hoje, tenho certeza de que foi uma maluquice aquela viagem para Porto Alegre”.

“Não teria sido uma precaução, Marcus. Várias prisões estavam ocorrendo...”

“Para meu pai foi uma precaução, nós não tínhamos nada a ver com aquilo”.

“Qual a diferença?”, insisti.

“Naquela época, não tinha computador, então, você não tinha como mapear as pessoas como hoje é possível. Você pega o computador da Secretaria Municipal de Educação de qualquer lugar e consegue saber exatamente os alunos matriculados e quem são os pais desses alunos. Logo, era possível mudar de estado e fazer essas estripulias que a gente fazia: pular de bairro, pular de escola, porque era praticamente impossível um controle sobre isso, né? E a gente em Porto Alegre complicava mais a vida do meu pai do que ajudava. Dava-se uma certa cobertura a ele por ter uma família, ao mesmo tempo, pelas atividades clandestinas colocava todo mundo em risco”.

Havia um grande buraco na vida doméstica de Nilson e Nelinha. Ele saía de manhã, podendo voltar no mesmo dia ou nos próximos três dias depois, por conta das atividades políticas. Era um casamento sempre em “eterna ebulição”. Digamos que Nilson era “muito omissos com relação à participação em casa; a revolução e as atividades políticas tomavam muito tempo dele”. Marcus avaliou que a situação deveria ser semelhante na convivência doméstica

de Jayme e Dona Elza. “Ele também sumia, porque ia para uma reunião em São Paulo e levava uma semana [para voltar]. Não era fácil e não dá para fazermos juízo de valor da relação conjugal. Impossível diante daquele cenário. Agora, é lógico que a situação era muito pesada para minha mãe, né? Porque ela tinha que aceitar aquela realidade. Acho que, do ponto de vista emocional/sentimental, era uma situação muito complicada”.

Em 1965, Marcus se recorda que Jayme Miranda seguiu clandestinamente para o Rio de Janeiro após conseguir um *habeas corpus*, em Maceió. Ele seria julgado posteriormente e, posto em liberdade, aproveitou para fugir. Com as duas famílias lá e primos com idades próximas, foi possível ter alguma convivência, não constante dada a realidade, ou seja, não era possível intimidade doméstica entre Jayme e Nilson: não era realizável manter uma relação de irmandade entre eles, porque ambos eram dirigentes procurados, devendo ter cuidado nesse tipo de relação mais estreita.

A relação entre os primos era não permanente, mas havia certa frequência. Marcus, por exemplo, aprendeu a jogar xadrez com o Jayme *filho*. “O Jobinha era um grande jogador de xadrez, Yuri também. Dificilmente eu conseguia derrotar o Yuri, não à toa um dos filhos dele é campeão pan-americano”. As duas famílias não tinham como comemorar, juntas, as festas natalinas e de ano novo. Contudo, Marcus contou que na Copa de 1970, conquista do tricampeonato da seleção brasileira, os primos se reuniram na rua para soltar fogos, comprados por Jayme Miranda. Nessa época, Jayme Miranda e família moravam na Tijuca. Um ano depois, deu-se a ida da família de Nilson Miranda a Porto Alegre. Jayme Miranda começa a ter papel de destaque na direção do PCB. “Jayme sempre foi um cara muito respeitado e rapidamente teve uma projeção a ponto de, quando caiu, ele ser o terceiro mais importante. Era o Luís Carlos Prestes, depois o Giocondo Dias – que sucedeu a Prestes –, e o Jayme era secretário de organização”. Ou seja, Jayme Miranda tinha as informações de onde e como funcionava o Partido.

ANA PAULA

“Me parece que a mãe da senhora e a dona Elza tiveram um perfil muito parecido: não foram militantes do PCB e tinham um trabalho voltado para a casa, com filhos... Como a senhora percebe-as?”, perguntei à Ana Paula Miranda.

“Eu diria que minha mãe era mais ‘espertinha’, mais safa, no sentido de saber se virar quando o bicho estava pegando. Tia Elza só virou cabeleireira porque a minha mãe ia com ela fazer curso no Senac. Tia Elza tinha medo de andar sozinha na rua. Já mamãe tinha fonte de renda, ela já era costureira. Não foi o golpe [militar] que a fez assim. Não. Cuidava da vida dela

e rapidamente percebeu que não dava para ficar esperando dinheiro do Partido e a vida com meu pai seria muito complicada. Quando a minha família vem para o Rio, eu não era nascida, um determinado momento o Partido desloca meu pai para Porto Alegre, e aí vai à família toda. Nessa época eu era nascida, mas eu era muito pequena. E, minha mãe percebe que ela não podia ficar lá por uma série de complicações [do cenário político], e resolve voltar para o Rio. Ela entendeu que, permanecendo em Porto Alegre [com cinco filhos] ficaria completamente dependente do Partido. Embora ela não fosse uma mulher do Partido, acatava [as orientações] quando achava que devia e, o que não concordou, pulou fora. Entendeu? Então, eu diria, sim, era um perfil de mulheres equivalentes, porém, entre elas, minha mãe era mais independente. Tanto é que, quando meus irmãos ficam um pouco mais velhos, minha mãe voltou a estudar, fazendo o supletivo. Aquilo que falo no vídeo¹⁶³ sobre ela se reinventar, falo mostrando uma foto do supletivo. Foi uma foto escolhida de propósito, né? Temos poucas fotos pessoais daquele período, porque não podia ter fotos, tudo isso era prova, tudo era documento. A gente tem poucos registros, também muita coisa se perdeu em viagens, em mudanças de lugares”, explicou ela.

Restrição é como Ana Paula Miranda compreende a ditadura militar. Restrição impositiva em que “alguém decidiu que sabe o que é melhor para os outros sem consultar esses outros”. Indaguei-a sobre o movimento das pessoas nas ruas do Rio de Janeiro. “Lembro de ter muito medo, medo de ser seguida. Tem coisas que aprendi quando era criança, como não repetir nunca o mesmo caminho. Tinha um treinamento doméstico para isso, eu diria”. Outro aspecto que marcou a restrição apontada por Ana Paula era que não se praticavam as visitas surpresas em casas ou em apartamentos de pessoas de seus ciclos afetivos. “Estou com vontade de ir à casa de alguém e ir lá, por exemplo, não existia. Era muito arriscado. Os almoços de domingo tinham muito sentido, né? Porque servia para a gente ver como a pessoa, a família estava(m). Um dos poucos passeios que a gente fazia era ir à casa da tia Bitá¹⁶⁴. A gente ia de barca a Niterói para vir visitá-la e era o jeito de dar notícias, né? Não se falava certas coisas ao telefone. Era uma coisa completamente maluca na vida de criança, mas eu sabia que não podia falar certas coisas, não podia perguntar certas coisas e, assim, eu não perguntava nada.

¹⁶³ Refere-se ao vídeo sobre a mãe para o projeto de documentário “As mulheres da margem esquerda do Salgadinho”.

¹⁶⁴ Refere-se à Tabita.

Origem dos nomes

OLGA

“Uma curiosidade minha. Olga e Yuri são nomes que encontram sua origem no russo. Os nomes dos dois irmãos mais novos (Jayme e André), não. As escolhas dos nomes têm alguma relação com o período?”, perguntei à Olga Miranda.

“Veja bem, na época do golpe de 64, eu tinha 4 anos. Meu irmão tinha três. Éramos pequenos e ainda não tinha escola para essa idade. Escolas, parece, as crianças iam a partir de 7 anos, então a gente vivia em casa com a família. Só que meu pai sempre foi perseguido e preso em Maceió. Ele não tinha medo de dizer que era comunista e colocou nossos nomes com essa origem [russa]. Já o nome dos mais novos, eu acho, foi uma prevenção, porque o outro é Jayme, mesmo nome do meu pai, e o outro, André. Sim, talvez. Já é uma prevenção, né? Pode ter sido isso, mas eu não tive oportunidade de conversar com o meu pai, tanto é que fiz jornalismo para entender o porquê dessa paixão [dele] por Jornalismo; e eu fiz o livro também para entender a vida do meu pai que eu não conhecia”.

Jayme *filho* contou que – além de ter uma boa memória visual, a qual facilitava as saídas com o pai com o escopo de encontrar camaradas em lugares estratégicos – o nome de batismo facilitava. Sair com Olga e Yuri poderia oferecer riscos numa possível abordagem policial justamente pela origem russa dos nomes.

Filho filtrado

ANDRÉ

Chamou minha atenção a seguinte expressão usada por André Miranda, quando ele falava sobre os traumas de ditaduras: fui filtrado. Peço-lhe para explicar-me melhor a respeito disso. O que significaria ter sido filtrado pela mãe e irmãos? “Eles amenizaram, não me passaram tudo aquilo que sofreram. Cresci sem saber... ah, seu pai está viajando e tal, ninguém comentava isso. E aí, não cresci com essa dor que eles cresceram, né? Eles perderam o pai e eu era muito pequeno. Ele¹⁶⁵ viajava muito e eu era aquelas crianças que não eram muito ligadas, meio aéreas, sabe? Aquela criança que não se lembra de nada até os cinco anos, sou mais ou menos isso, lembro de *flashes*. A minha filha lembra de tudo, certo? Então, como eu era meio

¹⁶⁵ Jayme Miranda.

assim, não lembro de nenhuma passagem com o meu pai, nenhuma, não lembro de uma cena sequer”.

“Nenhuma lembrança, ainda que muito pequena?”

“Eu com quatro anos... Ele viajava muito, vinha, pegava no colo e tal, sumia, passava não sei quanto tempo fora. Para mim, acho que ele era uma visita... E aí, não sofri, não cresci sofrendo, chorando pela perda de um pai. Eu não tive o meu pai, eu perdi o meu pai”, André enfatizou os verbos, trançando na vocalização das frases uma diferença marcante entre ter e perder um pai, “Então, eu acho que fui poupado”.

“Se invertêssemos os papéis e com a visão de hoje, sendo o senhor o irmão mais velho, teria também filtrado as informações para Olga e os demais?”, perguntei. “Olha”, André faz uma pausa longa e olhos para cima, como quem procura a resposta, “eles eram adolescentes, né?, a minha irmã tinha problemas... É... parte da minha família é espírita kardecista, então, por essa linha, eles tinham muitos problemas espirituais, né? A minha mãe e Olga. Sou simpatizante, né? Sou muito pecador e aí eu não sou... Jayme¹⁶⁶ é ateu, Yuri era ateu e virou espírita. O Jayme é que não acredita em nada, né? O Jayme está com raiva do espiritismo devido a Divaldo Pereira Franco, que é bolsonarista”, disse aos risos com tom zombeteiro. André riu um pouco e retorna ao tom sério: “Mas meu pai dizia também que [o espiritismo] era a religião que ele mais simpatizava, porque é a religião que não garante salvação a ninguém e que a pessoa ao entrar nela, não resolve nada, pelo contrário, a pessoa vai ter mais trabalho que é uma busca pela perfeição imensa”, André volta para o centro da minha pergunta: “É, logicamente, que você tem que poupar as crianças de coisas tão graves, tão severas, né? Você tem que ver, tem que ter a psicologia, né? É, não precisa ter a ciência, a psicologia que um pai tem que aprender, um irmão mais velho, uma pessoa mais velha, tem que saber ter no trato com a pessoa mais nova. Então, lógico, eu mais velho hoje falando, bem mais velho do que meus irmãos eram, eu ia tentar a homeopatia, né? Dosar e mostrando o que aconteceu. É como falo para os meus filhos do avô: Ói, seu avô... Ói, vocês estão falando do seu pai e eu não tive o meu pai, não, viu? Vocês estão reclamando aqui, poucos têm o pai esportivo que pode jogar bola. Eu reclamava com o meu filho, eu morava num condomínio onde os amigos do meu filho eram quem aproveitavam para jogar bola comigo na quadra, porque é difícil um adulto que sabe jogar, né? Meu filho mais velho não gosta muito de esporte, o negócio dele é literatura, ele lê muito e tal. Chamo-o: rapaz, venha jogar com seu pai. Olhe seus amigos aproveitando seu pai”.

¹⁶⁶ Refere-se ao irmão.

André se recorda de que seus irmãos brincavam com ele, mesmo sendo mais velhos. “Eu sempre falo para os meus filhos que eu não aproveitei o meu pai, eu não pude aproveitar o meu pai; que eles aproveitem porque depois vão sentir falta, eu gostaria de jogar bola com o meu pai. É um desejo meu jogar, jogar com o meu filho uma partida mesmo de bola, amador, né!”, falou com uma risada curta.

Procurei saber dele se contou a história de Jayme Miranda para os filhos. Ele iniciou a resposta me dizendo que, pelo fato deles serem netos, não foi necessário abordar o assunto, até porque existia uma carga emotiva em torno da história. “Se eu fosse falar disso, a Olga ia chorar, o Yuri ia chorar, o Yuri é bem chorão, o Yuri, quando vai falar, começa a chorar. Lembro que fui assistir à A Lista de Schindler com o Yuri no cinema, meu Deus do céu! Ele começou a soluçar. E eu choro em filme, viu?, mas eu só choro de lacrimejar, o Yuri soluça. E eu estou mais emotivo agora, depois de velho. Quando era mais novo, eu era metido a machão, né? Era muito namorador, meus irmãos não eram assim; quer dizer, o Yuri até queria ser, mas não levava muito jeito, não”, concluiu com ar zombeteiro. À medida que André desenvolvia a resposta, ele dispersava e trazia outros assuntos que não se relacionavam com o que perguntei, contudo, se associava com a descrição do seu jeito viril e forte que alegava ter ou que performatizava diante da família e amigos durante a juventude. Em meio à fala, ele tenta voltar à pergunta feita: “o que eu estava falando mesmo?”. Relembrei que falávamos a respeito dele contar sobre o avô para seus filhos. Ele me responde que os filhos foram criados para serem fortes, têm desenvoltura na cozinha (fazem seus próprios alimentos) e que estão sendo criados para a vida; para serem independentes. “Então, nessas questões também a gente não tem muito tabu, não, certo?”

Constantes mudanças de casa

DONA ELZA

“Havia algum acordo entre vocês dois ou somente decisão de Jayme Miranda, ou ainda uma decisão da senhora de não contar para os filhos sobre a atividade política do pai?”, perguntei à Dona Elza em nosso primeiro encontro. “Jayme não queria contar para que eles não ficassem amedrontados, né?, para as crianças ficarem à vontade, brincassem, corressem, entendeu? Sem ter medo do que eu tinha, né?”. Aproveitei essa última frase dela e fiz em forma de pergunta. Dona Elza afirmou sentir medo da situação que vivia, principalmente depois do golpe de 1964, quando passou a viver na clandestinidade no Rio de Janeiro. Teve que se “mudar nove vezes, de um canto para outro, sempre procurando apartamento, isso é muito ruim”.

“A senhora chegou a fazer amizades com os vizinhos?”

“Sim, mas quando morávamos em casa, era mais fácil. Agora, tinham vezes que saíamos quase fugidos, porque o Jayme arrumava outro lugar: um ano a gente morava em uma casa, no ano seguinte, em outra. Aí, não dava o endereço para ninguém. E assim foi a vida da gente”.

YURI PATRICE

Yuri Patrice Miranda comentou comigo, em dado momento da entrevista, que viveu 11 anos e se mudou 10 vezes de residência, no Rio de Janeiro. Indaguei-o sobre essa experiência. Ele comentou que Dona Elza ficava à frente de tudo, era ela quem entrava em contato com as pessoas da mudança e comunicava aos filhos. “Éramos pequenos e viramos especialistas em carregar móveis, embalar caixas. Claro, sempre tinham carregadores, mas a gente também ajudava”, relembrou. “Levar as caixas era a parte operacional, mas é como se eu tivesse vendo somente cenas. Por exemplo, eu me lembro de uma cena de um colega, Geraldo, lá no bairro Estácio... Aí, a minha mãe me fala que briguei com ele na sala e ela deixou rolar... Aí, depois, ela também fala que fui à Barra da Tijuca de ônibus, escondido com os colegas. Ela tinha proibido, porque era perigoso. Eu era meninão, tinha meus 10 anos. Na volta, levei uma surra dela, quando entrei em casa, na frente do Geraldo, acho que foi ele, né?, porque era a criança de que mais me lembro. Morei numa casa que era próxima a uma ladeira, não me lembro qual bairro, mas me lembro de descer correndo, passei direto e fui atropelado por um carro, me jogando no meio fio. Lembro mais do Catumbi, descida na ladeira... se você perguntar nomes de ruas por onde passei... Não marcavam muito, porque ficávamos um ano naquela casa, às vezes menos. As cenas que sei são mais de recontagem, a minha mãe contando o que aconteceu”.

Ele não compreendia os motivos das mudanças. “A gente nunca soube de nada. A gente imaginava que vivíamos nos mudando porque morávamos de aluguel. E como disse, eu era muito meninão e essas questões não me interessavam, né? Para a gente, acabava sendo tudo uma novidade”. Yuri não “criou muitas raízes, daí ficavam somente cenas isoladas dos bairros. Não é como quem se criou tendo um amigo da vizinhança”. Às vezes nessas mudanças, Jayme Miranda não estava presente, porém ele tinha vários amigos, os quais entravam como fiadores, inclusive. Nas viagens em que Jayme Miranda passou mais tempo fora, até mesmo no exterior por mais de um ano, Yuri se recordou de que sua família ficava na casa da Nelinha, no bairro Catete. “Eu gostava muito porque tinha a praia ali perto, ia andando, jogava bola também, tinha uma ladeira grande, mas não foi nessa em que me acidentei. Gostei muito do bairro Curicica, era uma casa em um local tranquilo, não era muito povoado, aí eu brincava com o vizinho,

jogava pingue-pongue e futebol, saía muito, ia pegar fruta. É isso. Mas, do ponto de vista dos vínculos, era ruim porque a gente mudava muito de colégio, acho que como autodefesa, eu era muito brigão.

“A gente saiu de Curicica para casa da Nelinha, que já era nos dois últimos anos que o meu pai ficou mais longe. Aí, ele tinha períodos que ia ao organismo e ficava em reuniões por semanas, ou porque ele trabalhava junto à gráfica ou porque ele tinha que fazer algum contato em outro estado. Ele passava muito tempo peregrinando e voltava”.

OLGA

As constantes mudanças de casa surgiram espontaneamente nas interlocuções entre mim e Olga Miranda. Ela iniciou o assunto recordando episódios em que as pessoas atravessavam a rua para não falar com ela.

“Crianças ou adolescentes como a senhora à época. Ou adultos?”, improvisei uma pergunta.

“Mais adultos, mais adultos, né?!”, completou.

“A senhora tinha problemas de convivência com meninas e meninos da sua idade?”

“Fui criada no Rio de Janeiro e tive alguns problemas porque meu pai não deixava a gente ter amigos, aliás, não que ele não deixasse. Todo ano a gente tinha que se mudar. Às vezes, em 09 meses, a gente tinha que se mudar para que ele não fosse preso, não deixar nenhum vínculo, entendeu? E aí, eu quebrava as possibilidades de me comunicar com qualquer pessoa que eu tivesse conhecido. A gente foi criada assim”.

“Criados. De não criar vínculos permanentes com outras pessoas que não fossem da família?”

“Não posso dizer que tive amigos de infância porque isso não aconteceu”, acrescentou Olga.

“A senhora tinha dimensão, naquela época, do que ocorria com seu pai, sobre o que era comunismo, das mudanças constantes de endereços?”

“Não, não. Eu não percebia nada. Fui criada muito em casa, né?!, com meus irmãos e eu não notava nada. Eu só tinha a noção de que meu pai não gostava que a gente assistisse à TV, porque ele falava que a televisão era alienante. Que, na verdade, eles passavam muita notícia contra o comunismo, e aí ele não deixava”.

“A senhora tinha a noção de que vivia em clandestinidade...”

“Eu tinha 14 anos [quando ocorreu o desaparecimento] e meu pai era um foragido. Sim, era uma vida clandestina, só que eu não sabia de nada, eu não tinha essas informações. Eu não

sabia de nenhuma das atividades dele e minha mãe sabia muito por alto. Se ele saísse, se ele viajasse, era uma incógnita. E, como eu era uma adolescente, para mim, ele viajava a trabalho. Ele trabalhava com tradução de livros estrangeiros. Eu não tinha ideia da situação em que vivíamos. Às vezes, reclamava por não poder ter contato com um colega, por não poder ter o número dele, de não poder visitá-lo. Minha mãe evitava esses meus contatos”.

DONA ELZA

Revelar ou não a nova vida imposta aos filhos, principalmente aos dois mais velhos, não foi assunto negociado entre o casal. Jayme Miranda dizia “que tinha um segredo para contar”, mas só revelaria quando Olga completasse quinze anos¹⁶⁷. Olga vivia ansiosa para saber do que se tratava, mas não chegou a saber pelo próprio pai. Segundo Dona Elza, não havia desconfiança por parte dos filhos. Insisti mais uma vez, saber se os filhos não estranhavam as movimentações e saídas longas do pai. Ela se lembrou de um episódio em que pegou um jornal de São Paulo¹⁶⁸, o qual começou a noticiar a respeito dos presos políticos. Fez um recorte do trecho para enviar aos parentes de Maceió, por meio de carta. “Cortei e coloquei em cima da mesa, aí Jayme pegou aquilo ali e leu e disse, ‘meu pai foi preso?’ Eu disse, é o que, menino? Ele disse, se meu pai foi preso, eu vou morrer”, explicou ela, atestando que o filho não sabia. E, completou: “Eu disse, não é nada disso, isso aí foi 64, lá em Maceió, quando seu pai foi preso, naqueles negócios de políticos”.

Dona Elza escondeu o jornal, porém Jayme *filho* encontrou-o e o examinou folha por folha a fim de saber se o recorte feito era mesmo daquela edição ou de 1964, como a mãe justificara. “Quando ele falou isso, eu escondi mesmo. Só que ele encontrou o jornal, eu já tinha retirado a folha, fiz o recorte e guardei em outro canto”. Quando aconteceu esse “negócio”¹⁶⁹ com Jayme Miranda, Jayme *filho* estava para completar nove anos, idade em que aproveitava para brincar, enquanto o pai viajava para reuniões e tarefas do PCB. Chegava a passar semanas inteiras em São Paulo, por exemplo. Dona Elza detalhou isso tudo para me dar a certeza de que os filhos não tinham como saber das atividades políticas do pai.

“Quando era sábado à noite, fosse lá que hora fosse, ele chegava”, dona Elza ri e complementa: “Quando eu morava no prédio... que ódio, eu tinha uma raiva... Uma vez, desci só de camisola, porque ele não levava as chaves com ele. Aí, ele reclamou da [minha] camisola.

¹⁶⁷ O ano de desaparecimento de Jayme Miranda é o mesmo em que Olga completaria essa idade.

¹⁶⁸ Dona Elza se referiu ao Jornal O Estado de São Paulo. Não tive como conferir o acervo digital, por ser de acesso para assinantes.

¹⁶⁹ Poucas vezes durante as entrevistas, Dona Elza usou a palavra desaparecimento.

Respondi que da próxima vez iria descer nua, aí ele ficava doido!”. Jayme chegava, muitas vezes, por volta da meia-noite, quando não tinha ninguém no prédio.

JAYME FILHO (JOBINHA)

Quis saber de Jayme *filho* sobre as consequências das constantes mudanças de casa: “O senhor mora em Aracaju só por conta do concurso?”, perguntei.

“Na verdade, não sou apegado a lugar, não, sabe? Eu não sei se você entende, mas o cara, quando tem um pai comunista, mora em vários lugares. Com meu pai, a gente se mudava a cada seis meses, no Rio de Janeiro. Em Maceió também, nós moramos em muitos lugares, até mamãe conseguir um lugarzinho. Ela comprou uma casa de taipa, no Poço¹⁷⁰, para construir uma casa boa. Então, a gente sempre se mudou muito. Curioso que o meu filho foi feito em Olinda e nasceu em Maceió; o irmão dele nasceu em Recife; e a irmã nasceu em Carajás, no Pará. E interessante que minha atual esposa também mudava muito. Então, eu não sou de fincar raízes. Eu não acho que tenha lugar melhor nem pior”, explicou ele.

“Como é ser filho de comunista e ter uma vida de itinerâncias?”

“Não era ruim, para mim, porque quando se tem idade entre 7 e 8 anos, você não tem amizades ainda. Amizade mesmo é quando entra na adolescência e vai crescendo com os amigos. Para meus irmãos¹⁷¹ foi pior, eles já tinham as turmas deles e eram obrigados a mudar para um bairro completamente diferente. O André só tinha 4 anos quando a gente saiu do Rio de Janeiro, então, ele não tem essa memória. Naquela época, ser filho de comunista era muito complicado. Mudar de escola a cada seis meses era um problema para minha mãe, né?! Era muito difícil ter que se restabelecer do zero todo tempo”.

4.2.2 “Não vou dizer que antes disso eu sentia as ações do regime, o que eu sentia era saudade do meu pai”.

Desaparecimento de Jayme Miranda

DONA ELZA

No dia em que aconteceu o desaparecimento, Jayme Miranda havia marcado, em casa, um jantar com um sobrinho. E ele não apareceu; às vezes atrasava, mas não deixaria, segundo Dona Elza, os sobrinhos esperando. Ele gostava de rever os parentes. “E nada, ele não apareceu.

¹⁷⁰ Bairro na parte baixa de Maceió.

¹⁷¹ Refere-se à Olga e ao Yuri, irmãos mais velhos.

Daí a gente já ficou [em alerta], fui falar com a família do Nilson. Aí, todo mundo ficou sabendo, inclusive os meninos [os filhos]. Todo mundo ficou certo de que havia acontecido alguma coisa”, relatou Dona Elza.

Na ocasião do desaparecimento de Jayme Miranda, Dona Elza e os quatro filhos não retornaram de imediato para Maceió. “Eu fiquei dando um tempo para ver se ele aparecia, para pedir por ele e visitar lugares onde o advogado mandava”, explicou ela.

Segundo Dona Elza, não tinha outro familiar que fizesse essa função no Rio de Janeiro. Olga acompanhou-a em delegacias, hospitais e em portas de quartéis. Ficaram seis meses no Rio de Janeiro. Olga Miranda falou dessas buscas: “A gente procurou, procurou, e aí, comecei a entender um pouquinho do que estava acontecendo. E depois desse tempo, a gente veio embora porque não tinha dinheiro, mamãe não podia ligar para ninguém, pois todo mundo tinha medo, né?!, a gente queimava um monte de papel lá. O que minha mãe ia achando, queimava: livros, papel, essas coisas”, revelou Olga Miranda.

Perguntei à Dona Elza: “Como foi ficar lá durante esse período, nas buscas por informações? Naquela época, moravam lá a senhora e a família do Nilson Miranda. Nessas diligências, a senhora andava com eles ou ia sozinha?”

“Eles não quiseram contato comigo, porque tinham medo de serem encontrados também, né? Lembro de que liguei para eles, aí diziam: “ah, não, aqui não mora essas pessoas, não”. Batiam o telefone; aí, eu via que eles não queriam [contato], né?, para não se envolverem.

“A senhora entendia essa atitude como uma estratégia defensiva por parte deles, à época?”

“Sim, de qualquer forma, era uma forma de defesa para eles, né?!. Vamos supor que eu ligasse, me atendessem e eles [repressores] tomassem nota desse telefonema, perseguissem... Então, a família de Nilson tinha suas razões. Tinha outro cunhado que morava lá, o Walter, e também não quis que eu fosse fazer visitas, porque ele trabalhava na construção do metrô e o lugar era cheio de pessoas da polícia, tinham uns coronéis. Não queria que soubessem que ele tinha um irmão comunista, que tinha sido preso. Cada um tinha os seus motivos.

“A senhora tinha essa compreensão das motivações dos (possíveis) afastamentos”, repeti a pergunta.

“Já entendia, porque era muito difícil, né?! Eu já sabia que, se acontecesse isso¹⁷² eu ia ficar só, porque ninguém iria se envolver”, respondeu Dona Elza.

¹⁷² O desaparecimento.

“A senhora já tinha essa consciência de que ficaria sozinha caso Jayme não voltasse. Era uma pergunta delicada que queria fazer e vou aproveitar o ensejo. A senhora e Jayme colocavam na mesa os riscos da vida na clandestinidade?”

“Não, não. Ele explicava e mostrava também, caso algo acontecesse, ninguém ia querer conversar comigo, porque de qualquer jeito era perigoso para todo mundo. E que eu me dirigisse ao advogado”.

OLGA

Olga relatou que Jayme Miranda fez duas viagens ao exterior, antes do desaparecimento: ele esteve em Paris e, em seguida, foi à URSS. Por causa dessa viagem à cidade francesa, Dona Elza e os filhos foram morar no apartamento de Nelinha, esposa de Nilson Miranda. Lá passaram a conviver 11 pessoas, os quatro filhos e Dona Elza, somando-se a Nelinha, filhos e sua mãe.

“Vocês foram morar juntos devido às tarefas de Jayme?, perguntei.

“Não sei se foi por contenção de despesas, porque estava tendo muita perseguição ao partido, pouco recurso. Não sei dizer”, respondeu Olga.

O fato é que, nas recordações de Olga, essa morada conjunta ocorreu antes do desaparecimento de Jayme. “Sim, antes da última viagem. Quando ele veio [da URSS], minha mãe alugou uma casa no Catumbi, um bairro do Rio de Janeiro. E aí, pouco tempo depois, talvez ele sentindo o drama da situação, né?!, mandou providenciar documentos falsos para fugir novamente”. A informação obtida pela família, à época, foi que o despachante dos documentos, sob tortura, revelou os pontos e as pessoas com quem ele iria se encontrar.

Olga logo emendou que, após o desaparecimento de Jayme, teve uma manhã na qual ela estava varrendo a casa, ajudando sua mãe na limpeza, dançando e ouvindo música de carnaval vinda do radiozinho. “Comecei a ouvir meu pai gritar, pedindo água para mim e vi uns homens espancando-o”, contou. Olga justificou o episódio afirmando que tinha uma “sintonia muito grande” com o pai “a ponto de sentir algumas coisas que ele sentia, boas ou de ruins”. Com essas visões, Olga começou a gritar e a chorar e sua mãe ficou preocupada. “Eu comecei a ver essas cenas e batia com a cabeça na parede, abri a água da torneira para dar água para ele e fiquei transtornada”.

“A senhora bateu com a cabeça na parede”, repeti a informação dela.

“Bati. Eu não queria ver aquela cena, porque via meu pai apanhando e eu amava meu pai, né?! Cheguei até a dizer: ‘poxa, se for para meu pai sofrer tanto desse jeito, prefiro que ele

morra'. Eu tinha telepatia com ele, ele sintonizou comigo e eu captei, porque sou médium, na época não tinha conhecimento”.

“Sabia a respeito do espiritismo¹⁷³?”

“Nunca tinha ouvido falar. Só fui para o espiritismo porque ou ia, ou ficava doida. Eu ouvia vozes. Meu pai me visitou várias vezes”, revelou Olga.

Voltando à cena, Olga se acalmou e disse que não se lembra de mais nada daquele dia. Outra vez, sua mãe estava escrevendo uma carta para o presidente e Dona Elza lhe disse que passou por ela e disse: “pobre mamãe, não sabe que o papai já morreu¹⁷⁴”. Esse episódio, Olga disse não se lembrar.

DONA ELZA

Dona Elza disse que o período da ditadura militar foi “terrível”. Ela se recordou: “Perseguiam os jovens, muitos foram mortos, mães procurando seus filhos. Lá no Rio de Janeiro, andei com um grupo de pessoas que faziam filmes, que discutiam esses problemas, que perderam seus filhos, etc. Era muito triste, né?! Os meus [filhos] ainda eram pequenos. Além disso, eles [os repressores] certamente sabiam, né? Sabiam que eu não me envolvia [com política], porque eles sabiam de tudo, aí ninguém me perseguia...” Dona Elza faz uma pausa e lembra de um episódio:

“Uma vez um cidadão foi lá em casa, mas não me perseguiu, nem nada...”

“Foi lá fazer umas perguntas à senhora?”

“Ah, sim, dizendo que foi meu sogro quem mandou ele lá, né?”, contou Dona Elza.

“Jayme já tinha desaparecido?”

“Já. Aí, ele foi lá, tomei um susto, né?! Levei um tempinho para me recompor, para poder abrir a porta. Acho que devo ter ficado só uma seda. Na primeira vez, ele não me encontrou em casa e aí foi de novo e eu abri a porta e o deixei entrar, conversar com a gente...”

“Alguns documentos, que consultei nos arquivos da Olga, constam que a senhora esteve na delegacia à procura de informações a respeito de Jayme. Como eram essas buscas?”

“O advogado, o Jansen¹⁷⁵, orientava como as cartas deveriam ser escritas e onde procurar por Jayme”.

“Ele era advogado da família ou já representava familiares de desaparecidos?”

¹⁷³ A temática da religião não compõe os objetivos dessa pesquisa.

¹⁷⁴ Exemplificando outro estado de mediunidade.

¹⁷⁵ Humberto Jansen Machado, advogado trabalhista atualmente, com histórico profissional nas defesas de perseguidos políticos pela ditadura militar.

“Acho que era do partido, coisa assim, contratado, né? Até esse cidadão que foi lá em casa, dizendo a mando de seu Miranda, perguntou quem era o advogado, onde era. Eu disse. E eles foram lá, né?!, atrás desse advogado, quebraram o escritório. Mas eu nunca disse que dei essas informações, mas eu ia fazer o quê? Eu sabia que não tinha sido seu Miranda, também disse que não tinha envolvimento com política, mas ele queria informações, e então, eu disse. Disse que só tinha informações através do advogado. E assim, eles nunca fizeram nada comigo”.

Na frente dos filhos, Dona Elza conversou com esse possível espião, entrando no jogo, disfarçando que o homem foi, realmente, à casa a pedido de seu sogro. O homem dizia trazer consigo um “monte de documentos enviado por seu Miranda” e queria entregá-los a Jayme Miranda. “Infelizmente, ele não está”, dizia Dona Elza. “O que eu vou fazer então com esses documentos?”, perguntava o espião. Olga Miranda¹⁷⁶, com 14 anos, à época disse: “queime”. “Meu Deus do Céu!”, exclamou em pensamento Dona Elza, naquela ocasião, “[Olga] deu a entender que a gente queimava documentos¹⁷⁷”. De imediato, Dona Elza emendou que não podia se queimar documentos. “O senhor vai lá na Esplanada do Castelo e deixa lá com o advogado, o doutor Jansen. Aí, aconteceu o que falei: foram lá e quebraram tudo. E assim, meus filhos foram descobrindo gradualmente. A Olga ficou tão doente que sonhou com o pai. Ela lhe contou isso?”

“A senhora me disse que os filhos não sabiam das atividades do pai”, insisti nesse ponto.

“Quando isso aconteceu, no outro dia ou alguns dias depois, a gente foi falando ... Não sei se falei para Olga. E também naquela época o jornal “O Estado de São Paulo” já estava publicando notícias sobre presos e desaparecidos. Aos poucos, eles foram sabendo. Os meninos viram a polícia e o cara, que foi bisbilhotar, indo lá em casa”.

JAYME FILHO (JOBINHA)

Jayme *filho*, morando em Maceió, ouvia relatos de que seus familiares sofriam algum tipo de perseguição por parte do regime, mas a impressão que ele tinha era de que nada ocorria nesse sentido. Ele chegou a ver umas “visitas” – dessas a mando da repressão – no Rio de Janeiro. Eram pessoas que iam conversar com Dona Elza. “Homens bem vestidos, sei lá, meio estranhos e iam embora. Esses caras deviam ser agentes da polícia ou alguma coisa assim”.

¹⁷⁶ Em entrevista, Olga afirmou que sabe da ida desse possível espião porque sua mãe lhe contou, mas ela não se lembra.

¹⁷⁷ Como trouxe acima, em declarações de Olga, elas realmente queimavam documentos para não deixar provas.

Jayme *filho* frisou que não via assim quando era criança. Eram apenas visitas estranhas. A gente acompanhou minha mãe [nas buscas], fomos ao quartel, até porque não poderíamos ficar em casa ou na escola”.

YURI PATRICE

Até o desaparecimento de Jayme Miranda, Yuri Patrice não sabia das atividades políticas do pai. “Depois, eu não conversava muito sobre isso, não, porque tudo era muito emotivo para mim. Aí, passei muito tempo sem nem falar. Lembro de que só vim falar com alguém quando comecei a namorar a minha esposa, mas também não fiquei bem... chorava. Esse tema me veio de diferentes formas: na oportunidade de recriar o Partido, mas não conversavam sobre essa questão, abordavam sobre fazer política. Os camaradas também nada perguntavam sobre meu pai”.

“O senhor lembra o que estava fazendo no dia do desaparecimento?”, perguntei.

“Não, não. Sensitiva na família é a Olga, ela lembra de tudo isso. Agora, eu não me lembro de nada. Se estava correndo, brincando... de nada... ninguém me contou, não me lembro. Acho que nem contaram, foi o processo em si, né?! Nem sei se contaram ou se fiquei sabendo por alguma conversa”.

DONA ELZA

Como os mais novos souberam do desaparecimento do pai, Dona Elza não se lembra. Mas logo emendou: “Quando vim morar aqui no Santo Eduardo¹⁷⁸, André chegou e disse: ‘mamãe, quando é que o meu pai vai voltar? Estou com saudades dele’. Aí eu disse: ‘ah, meu filho – eu sempre apressada e arrastando ele – seu pai só vai voltar quando você aprender a ler e escrever uma carta para ele’. Aí, quando chegou o fim do ano, ele chegou e disse: ‘mamãe, eu já aprendi a ler, quero mandar uma carta para o papai’. Na hora, pensei: Eu faço cada besteira”, Dona Elza riu constrangida. Dessa vez, Dona Elza não criou outro adiamento e contou sobre o desaparecimento de Jayme Miranda ao caçula. Ela não usou as fórmulas pré-formatadas¹⁷⁹ às crianças. Dona Elza contou o que tinha de fato acontecido, também sobre a repressão e a participação política do pai.

ANDRÉ

¹⁷⁸ Bairro da área baixa de Maceió. Atualmente, com perfil de classe média.

¹⁷⁹ Como, por exemplo, seu pai fez uma viagem longa e não vai mais voltar.

André tem poucos *flashes* do Rio de Janeiro. De sua infância lembra-se mais da Teixeira Bastos, em Maceió. Pergunto-lhe quais dessas passagens ele se recorda. “Lembro de uma cena em que estava acompanhando minha mãe e ela me deixou do lado de fora, num lugar a esmo. Acho que era um presídio, ela devia estar procurando meu pai, né? E me deixou do lado de uma lanchonete bem rústica. Fiquei lá enquanto ela foi fazer alguma pergunta, não deve ter demorado muito, não”.

WELLINGTON (TONICO)

Tonico Miranda, por várias vezes, precisou ir ao Rio de Janeiro para assinar contratos da empresa em que trabalhava. Recordou-se que em uma dessas passagens, em 1974, foi com o intuito de ver a família de Jayme, mas sem êxito. Já Nilson conseguiu vê-lo, às escondidas, em um bar carioca. Nelinha o levou em um desses bares, de repente, Nilson apareceu e, rapidamente, sumiu.

Em 1964, Jayme Miranda foi preso e Nilson conseguiu fugir, entrando este na clandestinidade primeiro. Na avaliação de Tonic, a situação de clandestinidade é o ponto mais crítico da oposição: “os caras matam você em dois tempos”. Peço para que me explique o que significava entrar nessa condição perante o Estado. “O Partido Comunista sempre foi craque em clandestinidade. Os comunistas tinham contatos e habilidades para esconder e tirar as pessoas de um canto para outro. Só que isso funcionou até certo ponto. O pessoal esqueceu de que a CIA estava aqui dentro, rasgando no dente, descobrindo todos os esquemas de segurança”, explicou.

Em 1975, o Jayme já estava doente. “Se a família estivesse aqui [em Maceió], o Jayme não teria caído ou as possibilidades seriam menores. Ele não podia ficar no Brasil. Com a família, você cria rotina. O que você acha?”

Respondo que: “Volta-se para casa e é possível seguir os passos”.

E Tonic continua: “Não entendo até hoje o porquê do Partido Comunista não ter protegido seus melhores quadros. Nenhum deles podia ter ficado no Brasil. O Prestes não ficou”.

Tonico lembra de como soube do desaparecimento de Jayme Miranda: “Eu estava numa casa dos parentes da prima da minha mulher quando alguém passou e disse que o Jayme havia caído. Era carnaval, eu estava deitado numa rede, tomando cerveja quando veio a notícia. Aí, meu pai se movimentou, leu uma carta lindíssima num congresso e começaram a procurar, procurar, procurar... Nem nos governos de FHC e Lula houve a preocupação em pedir do exército e da polícia federal respostas a respeito do paradeiro dos corpos. As famílias não

querem assunto com exército e nem nada, só queremos realizar os enterros. É o mínimo que poderiam nos dar”.

Comento com Tonico que, no documentário “Jayme Miranda – vida e luta” (2012), (FIGURA 31), há o seguinte depoimento de Dona Elza: [narrador] Jayme Miranda desapareceu em 04 de fevereiro de 1975, na cidade do Rio de Janeiro. Corta para a fala dela, *ipsi literi*: “foi uma vida muito difícil, os parentes não me recebiam, porque eles tinham razão, porque tinham medo. Às vezes, eu ligava pra lá e diziam ‘não é aqui, ligou errado’ e batiam o telefone. Então, eu fiquei só no Rio de Janeiro¹⁸⁰”. Indaguei se ele chegou a saber dessa situação. “Os filhos do Jayme já eram adolescentes¹⁸¹, Nelinha tinha suas tensões com Nilson (não sei se já estavam separados) e Elza também não era uma flor-cheirosa. Eu estive na casa da Nelinha e a situação era duríssima, era ela quem sustentava boa parte da casa com serviços de costura. Não tinha como bancar absolutamente nada, mal tinham para sobreviver, e, quando Jayme caiu, não tinha como manter contato por telefonar com ninguém. Essa fala não deveria ter entrado [no documentário]. Quando o Jayme desapareceu, a família dele deixou de ter qualquer importância para as forças de segurança da ditadura. Dois adolescentes, duas crianças e uma mulher sozinha. Ela levantar essa questão e colocar no documentário, eu achei um horror. Isso é picuinha de família que existe aos milhões. Na realidade, ela expõe a figura do Jayme. Ele não previu nada? Qual era a salvaguarda que tinha caso desaparecesse (e a probabilidade era real)? Está descontextualizado o que estou dizendo?”, criticou veementemente.

Figura 31 – *Frame* do documentário “Jayme Miranda – vida e luta” (2012)¹⁸²



Fonte: Youtube

¹⁸⁰ ITERAL. **Jayme Miranda - vida e luta**. Maceió: Iteral, 2012. 1 vídeo (23 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BoL-T0YMT54&t=544s>. Acesso em: 4 set. 2023.

¹⁸¹ Olga e Yuri.

¹⁸² No tempo 15min38 em diante dá para acompanhar a declaração de Dona Elza sobre a possível recusa de ajuda por parte da família.

ALEX

Quando aconteceu a queda de Jayme Miranda, “a mamãe contou que a gente tinha que se preparar”, disse Alex Miranda. Nelinha, mãe e filhos moravam em apartamento na Tavares Bastos, esquina com a Rua Bento Lisboa, no Bairro do Catete. Perguntei ao Alex como foi esse dia do desaparecimento de Miranda. “Não me lembro direito. São muitas emoções, né? Essas emoções são muito esparsas. Especificamente para mim, virou uma fumaça. Não me lembro, sei que fiquei abatido, claro. A gente sabia, não sabia o que poderia acontecer. Então, sempre tive esse pânico. Não à toa, até hoje – volta e meia – sou sacudido por sonhos persecutórios em que saio e entro num lugar. Sempre sonhos de perseguição de polícia atrás da gente, sempre coisas muito difíceis, sempre um escuro...”.

“Até hoje, Alex?”, interrompo-o.

“Esses negócios até hoje ... um pânico de que vou me perder, de não saber o lugar onde estou. Tenho certeza absoluta de que esses sonhos persecutórios derivam disso, porque a gente vivia em pânico. A gente não sabia se ia acordar e, no outro dia, de madrugada, iria chegar o DOPS, Cenimar¹⁸³, o Cisa¹⁸⁴ ou a Polícia do Exército, né?”, completou.

O medo acompanhou a adolescência de Alex durante a ditadura militar. Ele se definiu como um adolescente atormentado. Sentia medo, medo de sumir, medo do pai sumir, medo da mãe sumir, de invadirem a casa dele. “A ditadura lida com o medo, com o pânico. Tenho aversão a soldado, a milico, a exército. O medo é a palavra que marca minha vida. O medo, sempre o medo. A perseguição. Eu não podia contar a verdade, não podia dizer quem eu era, tinha que esconder o nome do meu pai, eu tinha de entrar e sair calado, o fato de não ter amigos até hoje... Na infância todo mundo tem [amigos]. Não foi porque eu quis, foi por opção do meu pai”, Alex solta um sorriso constrangido e continua: “Por isso que digo, para entrar nesse negócio, você não deve casar; se casar, não tenha filhos porque é um problema, né? O filho não tem nada a ver com isso e eles vão sofrer as consequências. Para quem exerce uma vida como essa ... e meu pai e tio Jayme sabiam o que era, eles eram membros do organismo, faziam parte de uma cadeia internacional comunista”.

Pesquisando e fotografando os arquivos de Olga Miranda, pude observar que Jayme Miranda enviava cartões postais, além de cartas para esposa como abordei mais acima. Lembrei disso durante a entrevista com Alex e procurei saber dele sobre a (falta) segurança ao deixar

¹⁸³ Centro de Informações da Marinha.

¹⁸⁴ Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica.

fácil os nomes de remetentes e destinatários e seus respectivos endereços¹⁸⁵. “O negócio é seguinte, antigamente não tinha computador, né? Uma das táticas que a gente fazia era a mudança de escola, a gente mudava de bairro por causa disso, já para não ter acesso a essas informações. Até hoje, eu tenho essa síndrome de mudanças. Já estava querendo vender esse apartamento e voltar para o Rio”.

MARCUS

No dia em que Jayme Miranda desapareceu, Dona Elza ligou para Nelinha, informando que ele não voltara para casa, supondo que teria “caído”. Marcus Miranda sai de casa e vai ao encontro do jornalista Ancelmo Gois a fim de repassar a notícia. E, o Gois ficou de levá-la à frente, para Maurício Azêdo, à época chefe da sucursal do jornal Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro. Em seguida, montaram uma entrevista coletiva¹⁸⁶ para denunciar o sequestro de Jayme Miranda, porque essa era a forma de chamar a atenção, uma vez que os jornais brasileiros pouco veiculavam sobre o assunto.

“Tanto que a primeira notícia saiu no jornal francês *Le Monde Diplomatique*¹⁸⁷, porque estavam nessa coletiva, na mesma ocasião em que Elza falou sobre o desaparecimento”, contou Marcus. A partir dali, começou-se um movimento para tentar salvá-lo, “mas a gente já sabia que a política que estava prevalecendo era a de não deixar os principais dirigentes vivos. A sentença dele já estava decretada”, lamentou.

Jayme Miranda esteve na casa de Nelinha horas antes do desaparecimento. Marcus estudava, à noite, no Colégio Estadual André Maurois, localizado no Leblon, por isso estava em casa quando Jayme foi lá. Era por volta do meio-dia. “Conversamos antes dele ir ao ponto. Ele passou lá em casa, não sei por quê, devia ter combinado alguma coisa com minha mãe, sei lá, alguma conversa entre os dois. Inicialmente, minha mãe foi do Partido Comunista, a minha avó também, em Pernambuco. Tanto que meu pai a conheceu, porque ela integrava a Juventude do PCB, em Recife. Então, minha mãe não era uma militante ativa, mas era do ramo”. Jayme disse a Marcus que a situação estava complicada e as quedas dos dirigentes eram preocupantes: “Eles [os repressores] estão chegando muito perto”, falou Jayme, “Estou indo para esse ponto porque vou pegar um passaporte. Vou voltar para União Soviética”.

¹⁸⁵ Nas entrevistas, nenhum dos interlocutores comentou se havia algum esquema do PCB que burlasse a espionagem do Estado.

¹⁸⁶ Ocorreu um dia depois do desaparecimento.

¹⁸⁷ Não encontrei essa notícia nos arquivos do jornal. Cheguei a solicitar ajuda ao jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil, mas a equipe também não encontrou nos arquivos. A resposta: “Boa tarde sr. Bruno - não conseguimos localizar o solicitado. Poderá até mesmo fazer suas buscas. Procurei no Le Monde Frances, que por ter nome similar as pessoas nos confundem, e nada.”

Entregaram o ponto e Jayme caiu.

“Tem-se uma desconfiança de quem entregou, mas é aquela história, né?, o cara sob tortura... É difícil de você condenar. Mas entregaram o ponto, e aí, o resto é história... Não sabemos nem se Jayme aguentou e quanto tempo aguentou as sessões de tortura justamente por causa das condições físicas dele. Não sei se ele teria condições de resistir por muito tempo”, avaliou Marcus.

Uma semana, 15 dias ou um mês depois do desaparecimento, Marcus não se lembra precisamente. Dona Elza e os filhos foram para o apartamento deles. “Não consigo lhe dizer quanto tempo eles ficaram conosco, não foi por pouco tempo, mas também não deve ter chegado há um ano. Sei que foi por tempo razoável”.

As ligações com o PCB estavam “dinamitadas”, mas de alguma forma, menos frequente, chegava ajuda financeira (socorro vermelho) até eles. “Dadas as condições, mas também não sei como aconteceu, se tornou impraticável a permanência da Elza no Rio de Janeiro, e aí, ela voltou para Maceió. No período em que ela ficou com a gente, era aquele negócio: onde se come um, comem 10. Mas comiam 10 em espaço pequeno, e, também tinha uns conflitos, ainda mais entre adolescentes. Nada de muito grave, coisas de convivências”.

Dada a importância hierárquica de Jayme Miranda dentro do PCB, perguntei a Marcus se existia esquema de segurança específico para os dirigentes daquele período. “Até onde sei, só o Prestes tinha algum tipo de segurança e que mesmo assim não era uma grande segurança. Ele morava numa casa, tinha pessoas que também moravam na mesma casa que funcionavam como segurança, mas de forma geral, para os demais, o Partido não tinha condições de montar esquemas de segurança. Nessa época, por exemplo, Prestes já estava há algum tempo na União Soviética. Muitos dirigentes já estavam fora do Brasil, porque a partir de 1974 o cerco em cima do PCB apertou muito”, explicou. Importante frisar que, diferente do partido comunista chileno, o PCB não tinha um “braço armado”, optou pelos acordos e frente ampla democrática na luta contra a ditadura, conforme descrevi no capítulo anterior. “Não era nem por negligência, nem levandade, é que não tinha como estruturar um esquema de segurança para cada um daqueles dirigentes que inclusive viviam clandestinamente, né?”

ANA PAULA

Ana Paula Miranda se recorda de que Jayme Miranda saiu da casa dela no dia do desaparecimento e nunca mais foi visto. “Ele sai da minha casa. Diz para minha mãe que ia para o ponto, e aí ficou todo mundo esperando que ele aparecesse, ele não apareceu, e aí vão

falar com minha mãe. No que ele não apareceu, todo mundo já sabia o que tinha acontecido, né? Porque naquele momento várias pessoas estavam desaparecendo também”, contou.

Peço-lhe que me detalhe mais sobre esse episódio. Era noite e todos choravam. “Foi uma tragédia. Lembro também que um dia tive uma crise de choro, pouco depois do desaparecimento, acordei de madrugada com muita saudade do meu pai e chorei, chorei, chorei, e dizia para minha mãe que queria meu pai, e aí ela vira para mim e me explica o motivo de papai não poder voltar. Porque aconteceria o mesmo, como no caso do tio Jayme. E nunca mais toquei e congelei o assunto, né? Vim falar disso muitos anos depois. Também, nunca me interessei diretamente [em pesquisar sobre a temática] porque dói muito, e, considerando que na antropologia você precisa lidar com o estranhamento, eu não tenho estranhamento algum com esse assunto. Eu sempre trabalhei com garantia de direitos, mas eu jamais consegui realizar pesquisa em prisão. Me fez muito mal quando entrei numa prisão pela primeira vez. Fiquei muito mal, física e psiquicamente. Por mais que eu lide com temas duros, e eu digo aos meus alunos que a pesquisa não pode estar no limite do insuportável, principalmente quando você lida com dor, você tem que ter a capacidade de ir e voltar, né? Não tenho estranhamento nesse assunto. Tenho entranhamento. Entendo que vários pesquisadores encontraram nisso uma forma de exorcizar esse processo, eu nunca quis isso. E tinha uma coisa também que ouvi a vida inteira: melhor não mexer em certas coisas... meu pai me disse isso muitas vezes. Aliás, papai me disse isso já bastante doente num dia em que ele me mostra uns documentos dele, falsos, e que eu quis pegar, mas ele não deixou. Ele disse que ia destruir. Enfim. Nem sei se ele destruiu. Vou até à casa dele agora, já que estou mexendo nas coisas da minha mãe, quero ver se acho isso com a mulher dele. Ele me disse: 'Minha filha, quem foi que disse para você que isso tudo está resolvido? Esses caras nunca vão esquecer a gente'. Foi num pouco momento de lucidez que ele ainda teve antes do Bolsonaro ser eleito¹⁸⁸. E aí, a gente viveu tudo que a gente viveu: a experiência de perder pessoas próximas. Saber que... (Interrupção do pensamento) Eu não dizia meu sobrenome na escola, eu só assinava com o nome da minha mãe, Ana Paula Mendes, e a minha mãe dizia: ‘cuidado com quem você fala, cuidado com quem você se envolve’”.

“Mesmo no Rio de Janeiro? Até imagino essas recomendações rígidas para uma criança em Maceió nas décadas de 1970 e 1980, mas no Rio de Janeiro, por ser uma cidade maior, penso que o cenário poderia ser outro, talvez, melhor para quem precisa se esconder...”, perguntei à Ana Paula.

¹⁸⁸ Esse tópico reaparecerá na subseção “Ele está preso a esse passado que não consegue desapegar”.

“Vou te falar como uma carioca que conhece muito bem essa cidade; não existe invisibilidade quando você está diante desses cenários. A tecnologia de hoje facilitou a vida dessa gente¹⁸⁹. Eles sempre espionaram. Quando fomos fazer o *habeas data*, para o processo de pós-Anistia do papai, tudo que o meu pai fez depois da ditadura, depois da Anistia, todas as reuniões que ele foi, todos os lugares que ele entrou estavam registrados. A minha avó materna foi militante do Partido Comunista e estava lá na ficha dela: comunista perigosa. Pô, minha vizinha assim (simula a medição com os dedos) com 1,40 m, nem 1,5 m ela tinha, uma mulherzinha franzina... Eles sempre souberam de tudo. O exército¹⁹⁰ bateu à porta da casa da minha família, eu ainda criança; e meu pai já estava exilado. Então, perseguição sempre existiu. E o fato de eu ter trabalhado na Secretaria de Segurança me faz ter certeza absoluta de que isso sempre existiu. Sempre fizeram isso, eles sempre monitoraram, sempre souberam de absolutamente tudo”, confessou.

ALEX

A gente teve que aprender a conviver com o desaparecimento do tio Jayme, com a morte na realidade. Eu era o mais velho, tentando diminuir as áreas de tensão, porque imagine: éramos sete¹⁹¹ mais o Fonfon, um gato que criávamos, e aí vieram tia Elza e os mais quatro filhos dela. Ou seja, 12 pessoas num apartamento pequeno de três quartos”.

mais o Fonfon, um gato que criávamos, e aí vieram tia Elza e os mais quatro filhos dela. Ou seja, 12 pessoas num apartamento pequeno de três quartos”.

Alex logo emendou que não ficou satisfeito com o livro escrito por Olga Miranda e das declarações em documentário feitas por Dona Elza: “Ela lançou um livro completamente estapafúrdio e tia Elza veio dizer que ninguém a ajudou, isso é uma conversada. Não é verdade. Éramos uma família pobre. Não podia ser a melhor das opções, mas tinha o suficiente para sobreviver. Tia Elza foi ajudada para aprender a cortar cabelo no Senac, depois abriu salão. Então, ela dizer essas coisas me deixou putô!”. Leio para ele o trecho do documentário em que Dona Elza afirma não ter recebido ajuda de parentes no Rio de Janeiro. “Ela não ficou sozinha, ela dividiu a dor conosco. Dividimos o pão que tínhamos, cara!”, respondeu com indignação e me olhando fixamente. “O espaço que tínhamos era pequeno, infelizmente, não podíamos

¹⁸⁹ Refere-se à espionagem.

¹⁹⁰ Na verdade, um indivíduo disfarçado bateu à porta.

¹⁹¹ Alex se refere a ele, os quatro irmãos, a mãe e a avó. Nilson Miranda já morava em Porto Alegre (RS) nesse período.

colocá-la no Copacabana Pallace, porque nem lá morávamos. Então, essa história é uma maluquice, não sei com qual fundamento¹⁹²”.

WELDJA

“Impotência, injustiça, uma imoralidade”, foram as palavras usadas por Wedja Miranda ao se referir ao desaparecimento de seu tio. “Sou muito revoltada com isso, tenho tanto ódio!”. Busquei saber dela se há recordações desse dia. “Lembro como hoje, nós, os primos, estávamos sentados numa rede e um deles estava chorando porque a notícia tinha acabado de chegar e a gente nem podia ir à porta”. Perguntei, então, como eles souberam do desaparecimento. “Porque tio Jayme tinha avisado que, se não voltasse com quatro dias, procurassem por ele, e aí, completaram os quatro dias. Aí, ligaram para o Hotel, avisando. A gente estava na casa da tia Neiza, que era vizinha do Hotel. E daí, a vovó estava sentada numa cadeira, parada. O vovô também. A vovó era difícil de chorar, e foi quando vi o meu primo chorando, e aí, disseram: ‘Oh, tio Jayme desapareceu...’. A gente sabia que quando alguém tinha desaparecido dificilmente voltava”.

O pai de Weldja, Haroldo Miranda, imediatamente foi à procura das autoridades no intuito de saber a respeito do paradeiro de Jayme, “antes que o matassem, era tudo uma briga contra o tempo”. Ela explicou o que era essa luta: “porque levava um certo tempo: prendiam, torturavam, e às vezes, devolviam ou então aparecia enforcado”. Era como se a família quisesse interromper o ritual, impedindo a morte.

Foi um dia em que a tarde escureceu de uma maneira esquisita. “De repente, todo mundo correu, e não era para ninguém sair de casa, mas todo mundo correu para a casa da tia Neiza e nessa época eu namorava um garoto, e, quando ele chegou lá, eu tinha orientação de dizer que era para ir embora, que a gente não podia sair de casa. Esse dia está bem na minha cabeça. Me sentei com ele, aí chegou para mim e disse: ‘é verdade que teve um tio seu que desapareceu?’, eu disse que não sabia de nada, não... Não esqueço nunca disso... aí, disse a ele que tinha que entrar porque a ordem era ficar todo mundo lá dentro. Dei um beijo nele e nunca mais namoramos”. Foi também o último dia em que eles se viram.

¹⁹² Sobre o mesmo episódio, Ana Paula Miranda salientou que: “Tio Jayme era uma excelente pessoa, tenho uma ótima memória dele, mas: assim como meu pai tem defeitos ele também tinha, né? Eu fiquei muito ofendida quando disseram que ninguém da família ajudou. Quando o tio Jayme desapareceu, a tia Elza e todos os meus primos ficaram na minha casa.” (Diário de campo, março, 2024).

Weldja chorava por ver o choro dos outros. Ela tinha quinze anos. “Era uma situação em que a gente não sabia o que seria dali em diante. Então, começou a se considerar ter cuidado para ir ao dentista, à escola porque se tinha a impressão de estar sendo seguida. Todo mundo começou a ficar muito preso em casa, porque a sensação era de que poderia acontecer alguma coisa com mais alguém. Com a gente não ia acontecer porque não tinha ninguém com envolvimento político, e eles¹⁹³ sabem quem tem envolvimento político, e a gente era criança”. Mas a preocupação recaía sobre as irmãs e as primas mais velhas porque participavam de movimento estudantil e foram presas várias vezes”.

LEONILSON (LEO)

Em relação aos primos, Leo Miranda tem uma visão diferente sobre o envolvimento político e desaparecimento de Jayme Miranda. “Gosto de fazer uma diferença. Não vejo nesse caso do Jayme o desaparecimento de um parente, mas como um cidadão, do mesmo jeito que foram os outros desaparecidos. Claro, o fato de ser meu tio, eu carrego essa história com orgulho, de saber que tenho uma pessoa importante na política a ponto de ter despertado a ira e o ódio da ditadura. Não levo isso para o lado sentimental porque a dor, para mim, não era só da minha família, era a dor de várias famílias, entende? Todas elas passaram por isso, então eu via como um sujeito político, via como um problema social e não familiar”.

Leo Miranda militou no PCB e considera que foi treinado para pensar diferente. Era preciso combater a ditadura pelo que ela fez com essas pessoas, com essas famílias, não propriamente pensar apenas em uma família. Lutava-se pelo desaparecido de modo geral. “Não sei se você está conseguindo compreender, mas tínhamos que ter um nível de consciência política mais aguçado. Consigo tirar do Jayme a figura de tio e vê-lo como cidadão e perseguido político, violentado e assassinado pela repressão do Estado”, explicou. Dessa maneira, Leo Miranda consegue dar o mesmo peso a todos os perseguidos, presos e desaparecidos durante a ditadura militar.

Por outro lado, Leo Miranda conviveu com Jobinha (infância e adolescência) e sentia compaixão ao vê-lo sofrendo pela perda do pai. “Jobinha chegou a ter problemas... sofreu muito. Ele vivia certa confusão mental violenta pela perda do pai e a família passava dificuldades”.

Leo Miranda conta que seu pai se encontrava muito com Jayme Miranda no Rio de Janeiro quando fazia escala entre Rio Grande do Sul e Alagoas. “Meu pai dizia que esses

¹⁹³ Militares.

encontros eram num lugar marcado com senha e códigos (jornal, livro, roupa). Tudo para não despertar a espionagem. Sempre muito cuidado. Hoje fico pensando como a pessoa consegue ter paz, como você consegue viver se mudando pelo menos duas ou três vezes no ano”.

Das histórias que soube de Jayme Miranda, Leo Miranda se impressionou em saber dos problemas de saúde do tio. “Ele era um cara doente, tinha um problema de frieza que, provavelmente, pegou na cadeia. Teve pneumonia ou tuberculose, não sei dizer agora com certeza. Não tinha assistência médica. Penso no sofrimento que deve ter sido para ele. Sem falar na tortura que, aí, acho, que tenho uma proteção psicológica, pois nem penso nisso, nunca parei para pensar como era. Penso muito mais na vida que ele levava”.

Retorno à Maceió

WELDJA

Weldja Miranda contou que, antes do desaparecimento, seu Miranda, Jayme e Zenaide tiveram um último encontro no Rio de Janeiro. “Tio Jayme chamou tia Zenaide no canto e deu a ela a orientação de auxiliar no retorno da família dele à Maceió. Ele tinha consciência de que a situação estava complicada”, disse ela, revelando que esse episódio é narrado no livro “As mulheres da margem esquerda do Salgadinho”, ainda por lançar. Dona Elza, com os quatro filhos, morou primeiro na casa da mãe na Rua Comendador Teixeira Bastos, centro da cidade. Depois, no Hotel Atlântico, até se instalar numa casa, próxima ao empreendimento, alugada por sua cunhada Neiza. Com formação em cabeleireira (Senac/RJ), Dona Elza trabalhou no Senac, ministrando cursos. A mesma foi quem conseguiu a vaga de emprego.

OLGA

Olga Miranda contou uma dinâmica um pouco diferente a respeito do retorno para Maceió. “A gente saiu do Rio fugido porque, não é que fugiu, mas é que eles¹⁹⁴ podiam me pegar para torturar na frente deles¹⁹⁵ e a minha mãe também tinha que sustentar os meninos, né? Tinha que fazer alguma coisa. A minha tia levou os três meninos para Maceió, antes. Aí, minha mãe disse: ‘tenho que voltar porque nós não temos dinheiro, não temos casa’. Ela não trabalhava, né?! A gente vivia de favor. Não tínhamos nada, nada. Não tinha pensão, não tinha casa, não tinha nada. Não tinha para quem ligar, porque as pessoas não atendiam o telefonema de minha mãe quando ela precisava de algo, entendeu?”

¹⁹⁴ Os militares.

¹⁹⁵ Referindo-se a sua mãe e irmãos.

Olga me explicou que a família residente no Rio de Janeiro era quem ignorava as chamadas telefônicas e os pedidos de ajuda de Dona Elza, corroborando com a mesma versão da mãe. “Tio Nilson também era comunista e tinha outro irmão também que disseram que não era para ligar. E aí minha mãe ficou sozinha com quatro filhos, né? Sem ter o que comer e nem nada, mas aí meu avô [paterno] mandava, começou a mandar [dinheiro]. Mesmo assim, minha mãe viu que não ia ter como se sustentar no Rio de Janeiro, deixar os filhos menores [em Maceió], que eram pequenos”.

“Como foi o retorno para Maceió?”, perguntei à Olga.

“Foi muito difícil, eu era uma pessoa muito revoltada. Quando descobri que prenderam meu pai, encontrei uma sociedade arredia e algumas pessoas não falavam comigo, né? Inclusive, eu tive um ‘namorico’ com um rapaz que depois o avô dele (um general) mandou terminar o relacionamento. Eu tinha uns 16 anos. Quando eu soube da motivação do término do namoro, fiquei mal. O rapaz ainda tentou voltar, mas lhe pedi que ficasse longe de mim”, respondeu ela.

Olga contou ainda que certa vez, já adulta, encontrou um colega que lhe disse que, na adolescência, ela era chata e não falava com ninguém. “Falei para ele que deveria primeiro ver o que as pessoas passaram, porque tive depressão, tentei nem existir, não queria mais viver. Eu realmente não me relacionava com ninguém, nem comigo mesma. É difícil para quem vive num sistema, tipo numa guerra, é complicado. Quantos adolescentes, hoje, você vê querendo se suicidar, né? A gente não pode dizer que o outro é isso ou aquilo sem o conhecer e sem o ajudar”, avaliou Olga.

YURI PATRICE

Yuri Patrice se recorda da longa viagem de volta. “Não sei se foram quase três dias, porque a gente dormia no ônibus. Para a gente que era criança, tudo era folia. Nas paradas, tinham padarias e comíamos coisas gostosas. Essa viagem é um fato que não esqueço muito, né? Foi a viagem mais longa da minha vida, não sei como foi a ida, pode ter sido de avião porque éramos pequeninhos. Mas a volta, me recordo bem. Eu usava cabelo grande, escorrido, bonito. Acho que no Rio os garotos usavam esse tipo de cabelo e aqui [em Maceió] já tinha uns preconceitos. O nordestino era mais machão e alguns me chamaram de mulherzinha, né? Mas era o suficiente para o cara dar um soco em troca”.

Indaguei se Yuri se recordava da última mudança, ele disse que não trouxe muita coisa consigo. Lembra também de um caminhão de mudança para levar os objetos maiores que Dona Elza possuía, mas muita coisa foi desfeita no Rio de Janeiro.

Quando chegou a Maceió, com a família, Yuri morou primeiro no Hotel Atlântico¹⁹⁶, depois na casa da avó materna na Teixeira Bastos. Ele disse que sua mãe não quis ocupar os quartos do Hotel, pergunto-lhe por quê.

Com ar de constrangimento, ele respondeu: “Dispuseram para a gente umas salas, não era bem um porão, mas um local onde meu tio Manelito¹⁹⁷ usou algumas vezes como gráfica, inclusive cheguei ajudá-lo a pintar camisas. Aí, minha mãe colocou os móveis e ficamos um tempo lá, depois fomos morar na casa da minha avó”. Yuri lembra que Dona Elza e sua tia Neiza alugaram uma casa, próxima ao Atlântico, visando montar um salão de cabeleireiro, mas o negócio não prosperou.

Yuri contou que sentiu certa mudança na relação com amigos. A convivência com os primos e os amigos dos primos passou a construir novas interações, mais duradouras. Evidentemente, diferente do Rio de Janeiro, as moradias tornaram-se “não escondidas” e mais fixas. “Você não perde tanto a referência. Moramos na casa da minha, e de lá, a gente andando para jogarmos bola no Sobral. Então, naquela rua, todo mundo se conhecia, né?! Brincava, jogava bola, às vezes na rua mesmo. Eu saí dali, mas como era a casa da minha avó, eu sempre voltava.

Contudo, Yuri revelou que a readaptação não foi suficiente para estabelecer amizades duradouras para além daquela feita com Geraldo, o amigo que ele mais citou em nossas conversas. “Não tive amigos de criar vínculos, da gente crescer juntos, de frequentarmos a casa do outro. Não tenho um amigo que venha aqui na casa”. Ele conta que percebe a diferença em relação às amizades dos filhos: formam grupos para viajarem juntos, convivência em festas, aniversários de filhos deles, amigos de xadrez. “Minha filha, por exemplo, ainda tem amigas da época do ballet da escola, não somente as da faculdade. Formam círculos. Não tinha isso comigo, a não ser familiares. Então, é uma dificuldade concreta. Já no trabalho, eu consigo me dar bem com todo mundo. Pode me mudar de um setor para outro sem problemas; até gosto, fico cansado de fazer o mesmo. Aí, vou para outra atividade”, externou.

LEONILSON (LEO)

Leo Miranda chegou, em Maceió, um pouco depois do retorno de Dona Elza e filhos. Wilton Miranda e família chegaram em 1979, e Dona Elza teria retornado entre 1976 e 1977. “A gente começou a morar praticamente na mesma rua e nossa convivência era frequente. Tia Elza sempre foi aquela pessoa forte, não demonstrava dores – pelo menos não na minha frente

¹⁹⁶ Yuri corrigiu a ordem das estadias ao longo das entrevistas.

¹⁹⁷ Irmão mais novo de Jayme Miranda.

–, mas para minha mãe certamente ela deveria chorar e lamentar. Cheguei a ouvir algumas queixas dela em relação à família por falta de apoio financeiro”.

Comento com ele que a queixa está registrada em documentário. Leo Miranda, sobre isso, me disse: “Assisti, há um certo exagero e mágoa nesse depoimento. Já conversei com Ana Paula outro dia a respeito disso e sei que ela ficou meio chateada com essa visão, né? E, eu também, porque sei que, na verdade, não era fácil para todo mundo. A família não tinha como ajudar, talvez, como Tia Elza esperava, e o Partido também não a ajudou porque não tinha”.

Na visão de Leo Miranda, Dona Elza potencializou uma situação que ela estava sofrendo. “Ela precisava de ajuda realmente. Só quem está no olho do furacão é quem sente mais. O apoio que ela reclama mais é financeiro, não afetivo”. Pedi licença a Leo Miranda para ser indelicado: “Talvez ela entendesse que deveria ter prioridade e a justificativa seria ser esposa de um desaparecido?”. Ele me respondeu que: “Talvez não nesse nível, mas tipo: ‘eu é que estou precisando mais, meu marido sumiu, todo mundo está com seu marido e eu não tenho como sustentar meus filhos. Vão passar fome’. Não o fato de ser ou não um desaparecido, ela estava sem o marido, entendeu? Sem ninguém para poder ajudá-la”.

“Você é da mesma faixa etária de Jayme *filho*. Vocês conversavam sobre o desaparecimento”?, perguntei ao Leo Miranda.

“Muito pouco. Eu conversava muito mais fora do que na família, por conta da militância que, de certa forma, eu era identificado como sobrinho de Jayme Miranda. Eu buscava não tocar nesse assunto com Jobinha, por medo. Talvez eu pensasse mais em confortar do que trazer fantasmas, entendeu? Para conversar sobre isso com Jobinha não era um bom. Já com Yuri e Olga era diferente, porque eles eram mais velhos, de outra geração e eu não tinha tanta intimidade para tocar no assunto. Hoje a diferença [de idades] não é nada, mas na época, sim¹⁹⁸”. Mas era medo e receio de tocar no assunto mesmo. Jobinha era muito frágil, ele tinha uma reação, às vezes, inesperada. Ele explodia do nada. Ele era um produto de todo aquele sofrimento da família, do desaparecimento do pai”.

¹⁹⁸ Pesquisando os Miranda, tive uma noção da hierarquia entre gerações de familiares das décadas de 1970 e 1980. Aqui, na fala de Léo Miranda, expressa-se a hierarquia existente entre primos. Seria, de certa forma, desrespeitoso e invasivo se ele buscasse tocar no assunto sobre desaparecimento com os primos mais velhos.

Pós-desaparecimento

JAYME FILHO (JOBINHA)

“O Mauro¹⁹⁹ (FIGURA 32) está sozinho quase todo tempo: no apartamento, no corredor, andando na rua, embora apareça brincando com outras crianças em algumas cenas...”

“Pronto, essa solidão é muito comum. É muito presente e, por mais que a gente brinque e tente disfarçar, no final das contas, a gente acaba ficando sozinho. Quando chovia... naquela época, ao invés das portas terem o olho mágico, tinha uma portinha, daí a gente abria a portinha... sempre chovia e eu ficava pensando nele. Não sei se é porque passamos por uma ponte caída no meio de uma chuvarada... daí, muitas vezes, as lembranças que tenho dele têm a ver com chuva. Acho que a gente tem o isolamento até hoje”, desabafou Jayme *filho*.

“Não sei se aconteceu com o senhor também, mas no filme fica muito marcado o apartamento do avô de Mauro. Lá, o garoto vai cozinhar e ler sozinho. Vai descobrir fotografias de mulheres peladas. Há alguma identificação?”

“Temos algumas fases diferentes, porque nós moramos com nossos primos, os filhos do tio Nilson”.

“Uma coisa bacana no filme é que ele equilibra cenas sutis com cenas mais explícitas sobre a temática, como, por exemplo, uma cena de um jovem pichando ‘Abaixo à Ditadura’ no muro da rua e outra mostra policiais entrando numa faculdade, levando alguns universitários para dentro da viatura. E, o Mauro presencia tudo isso. Com o senhor foi semelhante?”

“A história do camburão é um fato comum, porque no Rio de Janeiro a gente jogava bola na rua e quando alguém ligava [reclamando] para polícia, o camburão baixava lá e a gente saía correndo”, respondeu rindo, “E quando a gente chegava em casa, mamãe entendia, pois sabia que não tínhamos envolvimento. Era coisa de vizinho miserável que não podia ver crianças se divertindo”, completou, rindo novamente.

¹⁹⁹ Personagem principal do filme “O ano em que meus pais saíram de férias” (2006).

Figura 32 – *Frame* do filme “O ano em que meus pais saíram de férias” (2006)



Fonte: Youtube²⁰⁰

“Mamãe dizia a papai que ele ia acabar sendo preso porque se vestia mal: não abotoava a camisa de botão direito, sempre estava com as casas erradas, porque certo é abotoar de cima para baixo. Coincidentemente, eu estava com 17 ou 18 anos e iria ter um encontro com o cunhado do tio Nilson em São Paulo. Fazia anos que a gente não se via, eu me lembrava dele vagamente. Aí ele chegou e gritou: ‘Jobinha!’ Daí, perguntei: ‘Como me reconheceu’, e ele disse: ‘A camisa está igual à do seu pai!’,” Jayme *filho* relembrou rindo.

“O Mauro demonstrava não ter muita noção do período histórico que estava vivendo...”

“Esses personagens de filmes políticos localizados na ditadura são mais uma escolha dos diretores para situar o telespectador. Assim como Mauro, sendo uma criança, eu não entendia o que estava se passando. Claro, a criança sabe que o cara está sendo preso, mas porque é um ladrão e não vai pensar que está sendo preso porque não concorda com a política. É uma coisa difícil, porque você tenta preservar a criança. Não me lembro de batida [policial] que o meu pai sofreu”.

“Para ser bem sincero, adiantou Jayme *filho*, “não senti muita coisa não. Eu te falei, conheci uma professora da creche do meu filho que dizia que o pai dela conheceu o velho e guardou umas coisas do meu pai e não fui atrás. Era muito... sei lá”. Permaneci nesse ponto, querendo ouvi-lo sobre o que significou a ditadura militar para ele. “O peso da ditadura nas minhas costas é a falta do meu pai. Como lhe falei, eu estava naquela idade em que o pai gosta mais. Passei boa parte no Rio de Janeiro sendo o gurizinho que era bom de brincar”, desabafou.

²⁰⁰ O2 FILMES. **Trailer O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias**. Rio de Janeiro: O2 Filmes, 2016. 1 vídeo (2 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IKRC-j_mVIY. Acesso em: 4 ago. 2024.

Jayme *filho* disse que pensa na ditadura como um crime. “Tenho consciência política e sei que meu pai estava nessa [vida] e podia acontecer qualquer coisa, né? Sei que era como uma guerra em que uns matavam e as pessoas tinham que se defender. Temos que olhar por esse prisma. Talvez para minha mãe, que não é uma pessoa militante, seja mais dolorido. Sim, era o companheiro dela, esse tipo de educação de casar uma vez e não se casar mais. [Ela] nunca quis casar... Não sei, meus irmãos, mas sinto falta do meu pai”, Jayme *filho* para, fecha os olhos, passa a mão no cavanhaque grisalho e segura o choro, “porque era o defeito dele que me fazia gostar [dele]”, riu Jayme *filho*, trocando pelas lágrimas.

A família em Maceió pode ter sentido mais o peso da ditadura do que Jayme *filho*, na avaliação dele. “Weldja chegou a perder amigos, existia a pressão sobre a família”, completou. Ele julgou não ter passado por situação semelhante porque no Rio de Janeiro a regra era não se identificar como filho de comunista.

Jayme *filho* militou no PCB, participou dos comícios das Diretas Já. “Nós fomos educados para não pensar em política, inclusive nas escolas particulares”. Foi na faculdade e também por meio de um amigo, militante do PCB, que ajudou Jayme *filho* a despertar para assuntos ligados ao período da ditadura militar. “Não vou dizer que antes disso eu sentia as ações do regime, o que eu sentia era saudade do meu pai”.

DONA ELZA

“Atualmente, vocês conversam sobre o desaparecimento do Jayme?”, perguntei à Dona Elza.

“A Olga é quem fala muito sobre isso. Por mim, ela já deveria ter deixado, né?, não ficar mais nisso. Só que ela trabalha, tem que combater para não acontecer de novo. Se você para de falar, aí todo mundo esquece. Você vê gente querendo de novo uma ditadura. As pessoas morreram na ditadura e foram esquecidas. É importante procurar, saber onde está aquele corpo, o que aconteceu... Você está sempre em movimento e isso vai fazer com que as pessoas repensem, né? Porque não são somente os comunistas que morrem, são jovens que às vezes não têm nem um ideal ainda formado”.

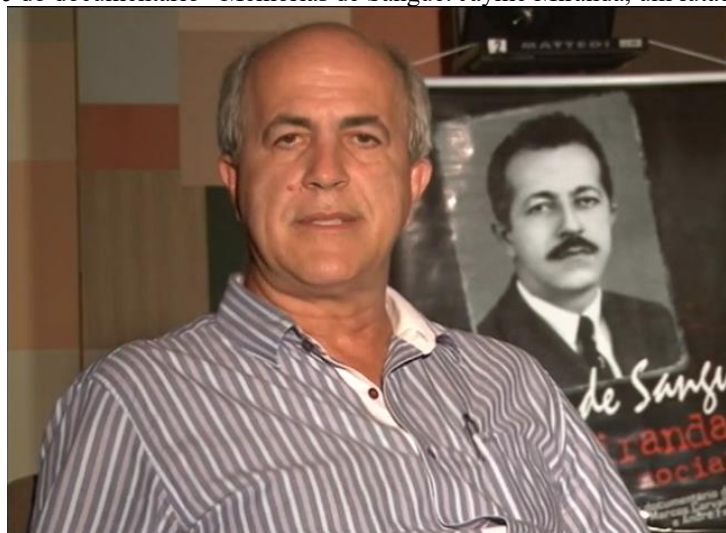
OLGA

Comento com Olga Miranda que, no documentário *Memórias de Sangue: Jayme Miranda, um lutador social* (2014), seu irmão Yuri Patrice faz uma crítica à Comissão Nacional da Verdade. Ele chega a dizer mais ou menos o seguinte: não chegou a investigar, apurar e

revisitar a respeito do desaparecimento de Jayme Miranda. O Rio de Janeiro e São Paulo saíram bem contemplados nas investigações. “A senhora partilha da mesma opinião?”, perguntei.

“Rapaz, eu acho que os integrantes da Comissão Nacional da Verdade são pessoas sérias e incluíram o maior número possível de pessoas, porque quanto mais pessoas tivessem, mais fortalecia a luta. Não era interesse de ninguém excluir, mas é lógico que o parente que está mais próximo de São Paulo e Rio, estados onde mais aconteceram perseguições e assassinatos, podia ter mais acesso às participações nos movimentos. Muita gente nem era de São Paulo, nem do Rio. Muitos desaparecidos políticos vinham de outros estados, como do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, como é o caso do papai, e assim vários outros. Lógico que o familiar, de perto, cobra mais, né? Tanto é que o caso do meu pai foi incluído na Vala de Perus... Não acho que iremos encontrá-lo lá. Mas foi incluído porque há uma dúvida sobre aquela entrevista do ex-sargento Marival, se procede ou não que os restos mortais do meu pai teriam sido jogados no Rio Avaré. Houve algumas escavações, mas disseram ser inviável procurar qualquer coisa lá no Avaré”.

Figura 33 – *Frame do documentário “Memórias de Sangue: Jayme Miranda, um lutador social” (2014)*²⁰¹



Fonte: Youtube²⁰²

²⁰¹ No tempo 1h20min22 em diante dá para acompanhar as críticas de Yuri Patrice quanto aos trabalhos da CNV.

²⁰² TVE ALAGOAS. **Memórias de Sangue - Jayme Miranda, um lutador social**. Alagoas: TVE Alagoas, 2015. 1 vídeo (90 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=39AdpxZ2k6I&t=4641s>. Acesso em: 4 ago. 2024.

YURI PATRICE

Yuri Patrice Miranda participou de diversas reuniões dos grupos Tortura Nunca Mais, Familiares de Mortos e Desaparecidos e da Cruz Vermelha. Ele me explicou que esses grupos atuam não somente na promoção de encontro entre familiares, mas se mobilizavam nos trabalhos de reconhecimento dos mortos. Contavam com verba parlamentar, como da então deputada federal por São Paulo, Luiza Erundina, para identificação de DNA de corpos descobertos em valas, a partir de amostras de sangue e genéticas das famílias. Fizeram também um trabalho de identificação e de coleta de material com Dona Elza, Olga e André, daí iniciou-se o vínculo com a Cruz Vermelha (FIGURA 34).

Figura 34 – Seção do Relatório Anual 2023 do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (2024)²⁰³



Fonte: Arquivo pessoal de André Miranda

As três entidades, juntas, reúnem os familiares anualmente com familiares de todo o país. Perguntei a ele sobre a atenção dada aos estados maiores, como Rio de Janeiro e São Paulo, alvo de sua crítica no documentário. “Você está próximo de onde ocorrem as ações criminais, as ações de ressarcimento e de danos são mais fáceis. Os familiares desses estados exercem uma pressão maior e uma participação presencial para eventos e atos é mais expressiva, e, às vezes, a participação dos estados nordestinos é muito pequena. Mas a gente

²⁰³ Dona Elza ilustra a seção do relatório que aborda o assunto dos desaparecidos durante a ditadura militar.

tem grandes lideranças no Nordeste. A Olga tem familiaridade com esses nomes”, explicou Yuri.

JAYME *FILHO* (JOBINHA)

Digo a Jayme *filho* que me lembrei bastante²⁰⁴ dele na cena da chuva, ele emendou: “Dia de chuva, o Mauro ficava mais melancólico!”. Continuei a descrição da cena: Mauro, vestido numa camisa da seleção brasileira, vai até a janela e repete: “Fusca azul, Fusca azul, Fusca azul, Fusca azul”, torcendo para o carro aparecer com os pais dele. Jayme *filho* lembrou participações em festas juninas, as quais ficavam na expectativa do “velho” aparecer. “Era uma coisa muito interessante, era angustiante. Não sei se isso refletiu na minha vida. Acabei ficando uma criança tímida e muito mais reservada”.

No filme, Mauro associa a volta dos pais ao Fusca azul. Eu dizia isso a Jayme *filho* quando me interrompeu: “meu pai tinha um carro e um motorista. Era um Galaxy, você sabe que carro era esse?”, falou exaltando a própria lembrança de ver o pai em um carro grande. Quis saber se Jayme *filho* se lembrava da cor do carro. Ele me diz que não, “acho que não era um carro só, porque o Partido não tinha frota, deviam ser carros das pessoas. O que eu entendia era que meu pai tinha um carro e um motorista. Eu chamava o Arlindo²⁰⁵ de tio, só depois entendi que não [era]”.

Durante muito tempo, Jayme *filho* “fantasiou” encontrar o pai nas esquinas. “Não fantasiava ver meu pai chegando de carro, mas de encontrá-lo entre as pessoas andando na rua. Isso eu já tinha uns 12 anos²⁰⁶. Será que, chegando ali [na esquina], vou encontrar meu pai?”.

“Mauro percebe que os pais não voltam, que não estavam exatamente de férias. E aí tem uma das cenas na qual os mais idosos se questionam se deveriam contar a verdade ao garoto. Pois bem, quando aconteceu o desaparecimento do seu pai em 1975, como chegou essa notícia para o senhor?

“Não vou dizer que tenho certeza. Era fevereiro, faltando quatro dias para o aniversário, meu e de André. Não me lembro como foi e o que senti naquele dia. É como se tivesse dado um apagão. Também não lembro do dia do meu aniversário, se houve ou não comemoração. O

²⁰⁴ As recordações da chuva foram relatadas na entrevista anterior. Reassisti ao filme entre as duas entrevistas. Por isso, falei que lembrei dele ao ver essa cena.

²⁰⁵ Nome que Jayme *filho* atribuiu ao motorista, possivelmente militante do PCB, cuja missão era conduzir Jayme Miranda às tarefas.

²⁰⁶ Talvez aqui, na tentativa de dizer que já estava mais maduro em relação à idade do personagem Mauro, que na história aparenta ter 8 anos. E não é somente uma questão de faixa etária, mas para sinalizar que já passava por outros processos imaginativos.

que tenho de lembrança é que ele prometeu ir e, como ele estava lá²⁰⁷, né?, existia alguma movimentação para ter festa. Um bolinho, né? A gente não fazia festas.

As histórias que preenchem as lacunas dos dias do desaparecimento e do aniversário chegaram ao conhecimento de Jayme *filho* porque Dona Elza lhe contou. “Tem a história de Olga, né?, ela diz que começou a sentir sede e que me pai pedia água como se fosse meu pai incorporado. É outra coisa, é espiritual. Ela era mais velha e não vou dizer que ela estava inventando”.

ANDRÉ

A mudança para Maceió foi marcante para André Miranda. “Eu tinha 04 anos, mas me lembro que estava chovendo e o para-brisa do ônibus quebrou e sempre ficou na minha memória o nome do ônibus, São Geraldo. E como o para-brisa quebrou, foi impactante, né? Porque teve barulho e tivemos que ficar esperando chegar outro para-brisa ou chegar outro ônibus, aí eu já não lembro. Não sei se meus irmãos falaram disso, mas lembro que o Jayme sempre desenhava esse ônibus”.

Em Maceió, André encontrou muitos primos e muitos tios, contudo ele teve mais contato com os familiares por parte materna. Seus irmãos mais velhos tiveram mais contato com a parte do pai, os Miranda. Ele contou que – da fração paterna – teve amizade com um primo mais novo, filho de Edward: “Esse meu tio gostava muito do meu pai, ele era apaixonado pelo meu pai, ele fazia *posters* com fotos e distribuía. Ele tinha um retrato do meu pai na sala”, disse. Edward, irmão mais novo de Jayme Miranda, foi um familiar marcante na vida de André e de seus irmãos. “Jayme *filho* imitava o jeito dele andar e falar, o jeito de xingar e de dar esporros. E, eu provavelmente peguei alguma coisa dele também, né? Ele era um sujeito folclórico, um tio folclórico”, completou.

Com o fim da ditadura militar, quis entender como André estava inserido nesse contexto histórico.

“No final da ditadura, participei daquelas campanhas de pichação, o Hotel Atlântico ainda funcionava e nos fundos funcionava a serigrafia do Nilsinho, filho de Nilson Miranda. Lá, ele fazia as artes e a gente saía colando. Alguns meninos do Partido chegaram a ser presos, participei de algumas passeatas, levei uma pedrada... Nessa época, já em 1986, a polícia do Fernando Collor era violenta. A polícia baixou até no Sagrada Família²⁰⁸ para bater na gente ...

²⁰⁷ No sentido de estar em casa, no Rio de Janeiro, e não em viagens.

²⁰⁸ Foi um tradicional colégio particular, de classe média, em Maceió.

Eu tenho um primo, o Leo²⁰⁹, que foi expulso do colégio porque estava distribuindo o jornal “A Voz da Unidade”. Ele era militante e meu irmão, Jayme, andava muito com ele. A gente estava em greve e na rua da frente do colégio era sem saída e a gente foi para lá. A polícia prendeu alguns alunos e outros tantos, em protesto, deitaram no chão para impedir que as viaturas passassem. Não deitei no chão porque não tinha vaga. Foi bem marcante”.

“Me diga uma coisa, o senhor chegou a fazer parte de movimento estudantil nessa época?”, perguntei.

“Não cheguei a fazer parte, porque como eu era mais chegado ao PCB, mas sem ser filiado. O Partido havia voltado à legalização. E, esse envolvimento no movimento estudantil, geralmente, era mais com o PCdoB e a gente tinha muitas mágoas, porque o PCdoB fez várias, inclusive, com Fernando Collor, ajudando-o a chegar onde chegou. Depois cheguei a fazer parte do PMDB jovem por conta de um amigo que hoje sou rompido, porque se tornou bolsonarista²¹⁰.

“Nesses episódios dos protestos, o senhor tinha noção sobre ser filho de desaparecido político?”

“Não gostava de falar sobre o assunto, mas por influência dos meus irmãos, eu era um esquerdista, né? E fui para o PMDB, justamente para chocar. Porque eu via tanta sacanagem do pessoal da esquerda... Eu tinha até uns poemas falando dos caras que terminavam morando em condomínio fechado e tomando *whisky*”.

“O senhor, digamos, não se tornou um símbolo para seus amigos pelo histórico de seu pai, uma espécie de herdeiro político?”

“Meus irmãos mais velhos ficaram [com essa herança]. Quem mexia com política e sonhava com isso era o Yuri, chegou a ser candidato, se metia em vários movimentos. Ele tinha um gosto natural. A gente brinca que a família é ruim de voto! Infelizmente. Yuri e Olga propuseram algumas candidaturas, Yuri mais vezes. Ele tinha dificuldade de comunicação, né? Lembro da entrevista que ele deu à Gazeta de Alagoas. Yuri travou na hora. Eu também tinha um pouquinho disso, mas como sou mais teatral, mais humorístico, aí, consigo desenrolar”, explicou André. A questão da oratória esteve presente nas falas de Yuri, Jayme *filho* e André. A dificuldade de falar em público e a falta de traquejo para se colocar como representante político estão ligadas a uma cobrança pessoal de se compararem ao pai. Eles cresceram ouvindo de familiares e de amigos de Jayme Miranda que ele era um bom orador e articulador.

²⁰⁹ Leonilson, entrevistado nessa pesquisa também.

²¹⁰ Termo para designar apoiador do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

WELDJA

Causa uma revolta em Weldja Miranda toda vez que ouve a história do desaparecimento de Jayme Miranda. “É muito ruim ver pessoas defendendo Bolsonaro e a volta do AI-5. Essas pessoas não sabem que dor é essa, e, naquele momento, eu não estava nem sentindo a dor de um pai, porque foi um tio que vi pouco, não me lembrava dele, mas era o que aquilo representava para a família. Era um aviso: fique quieto, porque você pode ser o próximo. Então, o que era o meu futuro. Eu tinha 15 anos, era aquele medo eterno e aquilo não era só da minha cabeça. Acho que era da cabeça de todas as primas e de todos os primos que estavam ali naquele momento. A incerteza do que ia acontecer com a gente”.

MARCUS

A espionagem aos Miranda continuou mesmo depois do exílio de Nilson e do desaparecimento de Jayme Miranda. Ivan, irmão mais novo de Marcus Miranda, arrumou um amigo na praia e ele começou a frequentar a casa de Nelinha e filhos, no Rio de Janeiro. “Se não estou enganado, chamava-se Pedro”, disse Marcus. “Em uma véspera de natal, ele disse a minha mãe que era do DOI-Codi e que tinha se aproximado do Ivan para criar condições de frequentar a casa e participar do convívio da família. Em seguida, Pedro desapareceu”.

Um tempo depois, Nelinha contou a Marcus a revelação de ‘Pedro’. Já sua prima Weldja Miranda, com 19 anos, teve um namorado chamado ‘Roberto’ que servia ao exército. Determinado dia, foi à porta da casa de Weldja e terminou o namoro, disse-lhe que não se viriam nunca mais dali em diante. “Ele não podia mais me ver porque tinha ido para se infiltrar na família”, revelou Weldja. “Conheci por acaso, aliás, não sei se foi por acaso. Namorávamos e saíamos acompanhados da minha sobrinha pequena. Ele não frequentava a minha casa, mas estava sempre comigo. A família sabia que ele era do exército desde o início e eu não me ligava nessas coisas [de infiltrados]. Eu tinha acabado de sair do Hotel para morar na casa da minha família, havia saído de toda uma situação, entendeu? Estou livre, posso namorar, posso fazer o que quiser. Então, não me liguei em espionagem, nessas coisas, vindas de Roberto. Foi ele quem falou para mim, num dia de repente”. O suposto Roberto não chegou a revelar a identidade nem se estava a serviço da repressão, apenas disse a Weldja que não daria mais notícias. Com um tempo depois, por meio de conhecimento, Haroldo (pai de Wedja) tomou conhecimento de que Roberto era mesmo um informante da ditadura.

THYAGO

Foi por volta dos 19 anos que Thyago Miranda atentou para a seriedade do assunto, envolto no caso do seu avô paterno, na ocasião das gravações do documentário de Beto Leão²¹¹, em 2005. Uma delas foi à casa de Yuri e, no momento, o cineasta entrevistava o tio Jobinha²¹² e aquela cena o impactou, pois, a imagem do tio extrovertido e de personalidade forte sofreu um abalo.

Eu assisti ao documentário e percebi as frases soltas, quase desconexas, não sendo o contexto da película, dificultar-se-ia entender sobre o que ele falava. Transcrevi, inclusive, a fala de Jayme *filho*: “Os grandes traumas da gente são... assim... são aqueles que aparentemente não aparecem. Por exemplo, a gente não consegue dar um discurso que é muito difícil de falar, sabendo que o seu pai era um grande orador. E a gente tem dificuldade com isso”.

Foi o episódio do tio Jobinha, então, que impulsionou Thyago a pesquisar sozinho sobre os assuntos da família, momento em que também passou a se enveredar ideologicamente à esquerda, buscou entender a luta dos trabalhadores, procurou ler biografias de líderes como Che Guevara e Fidel Castro. Já sobre o avô, as informações eram bem mais restritas, pois estamos falando de um período anterior à Comissão da Verdade, criada em 2011 durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, no tempo em que não existiam tantas documentações e as informações eram superficiais. Thyago conhecia a publicação da entrevista de Marival Chaves à revista *Veja*, em 1992, todavia, para Thyago, ainda hoje o material levantado é superficial.

4.2.3 “Você já perguntou aos meus irmãos a marca de cigarro que meu pai fumava?”

A construção do pai

OLGA

Olga Miranda foi estudar e pesquisar sobre o pai, pois dentro da sua própria família não se falava sobre Jayme Miranda. “Eu não tinha noção de nada do que aconteceu com ele”, revelou ela. Olga também não elaborava associações da figura do pai com o sujeito político comunista. Ela chegou a conhecer amigos dele que lhe disseram que Jayme Miranda chegava a

²¹¹ Documentário “Jayme Miranda – vida e luta”.

²¹² O assunto é retomado na próxima subseção, “Você já perguntou aos meus irmãos a marca de cigarro que meu pai fumava?”

ser um “cara ingênuo”²¹³”, porque acreditava em utopia “em coisas que nunca iam acontecer”, complementa ela: “qual era a vontade dele? Que as pessoas tivessem moradia, todas as pessoas e não somente uma casta; que as mulheres não sofressem violência, que todos pudessem estudar, entendeu? Também achei admirável ter conhecido opositores, que, apesar das ideias, respeitavam-no muito, gostavam muito dele”.

Olga conviveu durante muito tempo com pessoas que criticavam o comunismo e, por consequência, ela passou a não gostar também. Contudo, diante da curiosidade sobre a figura do pai, das ideias defendidas por eles e das desaprovações que a rodeavam, Olga decidiu estudar o pai. “Passei a estudar a vida dele. Se você não quisesse ser meu amigo e dissesse assim: ‘não vou ser seu amigo porque você é filha de comunista’, eu iria dizer: ‘problema seu! Eu nunca tive amigo, não é agora que vai me fazer falta’.

“Já aconteceu?”, emendei a pergunta.

“Já. Namorado, inclusive. Porque descobriu que meu pai era comunista, acabou o relacionamento e depois se arrependeu”. Olga tinha por volta dos 16 anos quando esse episódio ocorreu. Ela não voltou com a relação. “Meu pai está em primeiro lugar, não me interessa se as pessoas não gostavam dele”.

Peço para Olga comentar sobre a escolha do nome de seu pai para batizar a Comissão Estadual da Verdade. Como o dele e não de tantos outros como, por exemplo, Gastone Beltrão²¹⁴?

“Acho que a gente sempre teve muito a frente dessas lutas, né, inclusive da abertura do próprio [arquivo] do DOPS aqui [em Alagoas]. Lembro de que, à época do governo Mano²¹⁵ a gente acompanhou isso, nós (os familiares do Jayme) estávamos sempre nos mobilizando, talvez tenha sido isso, né? E, meu pai é um desaparecido político, a Gastone foi assassinada, o corpo dela foi encontrado. Dos desaparecidos políticos, entre as famílias mais atuantes na busca e das circunstâncias era a dele. Também a repercussão do caso dele, internacionalmente falando. Sem esquecer ainda que ele era o terceiro na hierarquia da direção nacional do PCB. E várias pessoas gostavam do meu pai”.

²¹³ Essa formulação sobre Jayme Miranda é retomada, por Olga Miranda, na subseção “Livro de referência para outras possíveis obras que surjam”

²¹⁴ Gastone Lúcia Carvalho Beltrão (1950-1972) foi guerrilheira e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Morta durante a ditadura, ela foi sepultada como indigente no Cemitério Dom Bosco, localizado em Perus, na cidade de São Paulo. Somente em 1975 sua família teve permissão para ter acesso aos seus restos mortais, que foram transferidos para o jazigo da família Beltrão no Cemitério Nossa Senhora da Piedade, em Maceió (AL).

²¹⁵ Manuel Gomes de Barros, ex-governador de Alagoas (1997-1999).

YURI PATRICE

Yuri Miranda sabia o peso de ser filho de Jayme Miranda. “Você já sentiu alguma vez cobrado por ser filho do Jayme Miranda...”, perguntei. “Sempre”, respondeu-me de imediato e interrompeu a conclusão da minha pergunta, “Sempre. Por isso que eu tinha essas dificuldades para ingressar no Partido; muito precoce, sem ter uma vivência política, né? Você tem que representar às vezes, tem que falar com dificuldade e tudo”.

Ele continuou: “Têm situações em que você se vê como abandonado, por exemplo, se eu estivesse falando isso em épocas anteriores, estaria com lágrimas nos olhos, estaria bem sensível e hoje, não. Isso foi libertador para entender que, queira ou não, ele é visto como um herói, como uma pessoa que foi um mártir. Mas, do meu ponto de vista pessoal, houve um abandono, houve uma situação que me afetou emocional e psiquicamente. A opção de vida dele teve um custo para a família, em particular, para mim. Essa dor, essa falta, essas frustrações foram sendo guardadas numas ‘caixinhas’”. Em um dos encontros de familiares de mortos e desaparecidos com a Cruz Vermelha, em São Paulo, Yuri teve a oportunidade de dizer claramente que se sentiu abandonado.

“Isso suscitou polêmica e argumentação de alguns dos participantes e da organização, mas eu estava revelando meu estado. Enquanto pai, ele não foi um herói. Sem desprezar a importância do trabalho dele, a dedicação e o sacrifício. Tudo bem, mas isso é do ponto de vista dele e da sociedade. Quero o meu ponto de vista. Não que isso seja egoísmo, mas as emoções das pessoas refletem algo daquele trauma, daquela situação²¹⁶. Na minha visão consciente, ele foi um grande homem, mas me referi às minhas emoções, no sentido de perda, o que aquilo [o desaparecimento] foi para o meu estado psicológico. Lá nessa reunião, só quis ser sincero”.

Busquei saber se Yuri lembrava de alguma rotina ou de alguma participação de Jayme Miranda com os filhos. “Sempre um pai atencioso. Quando tinha oportunidade, saía com a gente. Moramos em bairros como Catumbi, né? Aí, me lembro que a gente sempre ia em algum canto, como Niterói, ia perto do Maracanã, onde tinha vários ambientes bacanas. Aí, ele levava a gente para ver o jogo, levava a gente para ver o desfile. Até hoje fico dizendo que meu pai era um comunista, mas não perdia um desfile militar. Não sei se é porque, quando ele era militar, gostava de desfiles. Só sei que levava a gente e eu achava bonito, né? Ver aqueles carros, a cavalaria. Carnaval. Meu pai adorava festa e carnaval. Ele colocava o menorzinho nos ombros e íamos ver os blocos. Meu pai adorava esse tipo de coisa, ele sempre foi mais festivo. Esses episódios a gente não esquece”.

²¹⁶ Yuri Miranda está contextualizando as trocas existentes e as reações dos participantes durante esse encontro de familiares de mortos e desaparecidos, do qual participou.

JAYME FILHO (JOBINHA)

Jayme *filho* teve uma experiência semelhante à do irmão Yuri Miranda: “O senhor já sentiu alguma cobrança por ser filho de Jayme Miranda?”, perguntei a Jayme *filho*.

“Todo mundo frequentou o Partido, né?, menos mamãe, mas quando tinham eventos ela ia, o pessoal convidava. A gente era muito fraco [politicamente], eu principalmente. A gente não tinha aquele traquejo. Não era uma cobrança das pessoas, era nossa, do nosso íntimo. É um complexo que a gente tinha, porque o velho²¹⁷ era chamado de Fidel Castro de Alagoas, conseguia manter um discurso em público por muito tempo, sem perder o conteúdo e a atenção. Já a gente, não. A gente se tremia todo para falar”.

Jayme *filho* disse ser uma pessoa mais fechada. Não foi um aluno de fazer perguntas em sala de aula, por exemplo. Na juventude, fez teatro, experiência esta que o auxiliou a se soltar mais em público. As técnicas do teatro (o improviso em cena ao se esquecer um trecho do roteiro) ajudaram-no a se colocar diante de plateias. “No meu primeiro discurso na Ufal, só tinha praticamente gente do PT do meu lado, tinha também o pessoal dos cursos de Economia, Contabilidade, Administração. Era um contexto de greve. Lembro que as pessoas que falavam eram de medicina, eram contra a greve porque atrapalhava as aulas. Uma das que falou se chamava Amparo e, na minha fala, fiz uns trocadilhos com o nome dela, aí cheguei e disse: ‘a companheira Amparo se amparou em dados equivocados’. Daí começaram a vaiar, mas estava acostumado a ser vaiado no teatro. Como eu estava com o microfone, podia falar mais alto que todo mundo ali, sustentei e continuei. Aquele foi o meu primeiro discurso, claro, que não se tornou um costume”.

“Minha pressão sempre foi essa, a do Yuri deve ter sido também, mas ele era militante intelectual. Em Moscou, foi um dos melhores alunos, foi convidado para ficar, só que a esposa estava grávida e ele teve que voltar”. A pressão da oratória e as comparações com o pai diminuíram quando Jayme *filho* se mudou definitivamente para Sergipe, pelo afastamento local que a figura de Jayme Miranda exerce em Alagoas.

Trabalhando no IBGE, Jayme *filho* precisou entrevistar um aposentado que não queria concedê-la, porque temia que o governo cortasse o benefício. Jayme *filho* tomou conhecimento de que ele era resistente, e possivelmente, não abriria a porta para ele. Daí, resolveu perguntar à vizinha sobre este senhor; e foi até a porta dele tentar. Começou dizendo que o pessoal da rua estava sentindo a falta dele nas partidas de dominó, que a vizinha mandou dizer que ele aparecesse para comer sobremesa. Como o aposentado viu Jayme *filho* conversando com os

²¹⁷ Jayme Miranda, o pai.

vizinhos, assentiu em abrir as portas. “Essa minha maneira de trabalhar, dizem que era parecida com a do meu pai, e ele tinha essa capacidade de conversar com o trabalhador. Não estou dizendo ser a mesma capacidade, mas a gente tem a habilidade de conversar com as pessoas simples de uma maneira simples também. Em outro episódio, durante a campanha das candidaturas dos irmãos Olga e Yuri a deputados estadual e federal, respectivamente em 2010, Jayme *filho* chegou na casa de Dona Elza, no bairro do Poço, em Maceió, a fim de esperar pelo comício. Seus irmãos não haviam chegado ainda. E daí, Jayme *filho* foi à casa de um conhecido antigo, um pescador, e lá, com outros amigos, beberam. “Meu pai também bebia, né? Então a gente é capaz de participar do que a pessoa está fazendo para quebrar a resistência que alguém mais humilde tenha em relação a nós, vindos de um meio social diferente”.

Jayme *filho* tinha a melhor idade para estar com o pai. “Eu nem era muito velho, nem muito novo. A palavra muito presente na minha cabeça era ser o ‘xodó’²¹⁸ do meu pai naquele momento. Sei que é uma coisa meio confusa, mas, por exemplo, ele andava muito comigo para os encontros. Uma pessoa com criança jamais vai ser parada pela polícia. Fico com isso na cabeça ... Será que era isso mesmo? Ele dizia que eu tinha uma memória boa. Eu tinha uma memória fotográfica e eu gravava os lugares para onde ele ia. O velho queria que voltássemos (‘você lembra daquele lugar que a gente foi? Que a gente se encontrou com uma moça assim, assim?’) ... Era alguma coisa assim nesse sentido”.

Jayme *filho* saiu do Rio de Janeiro com 09 anos e não tem muita clareza sobre a preferência do pai por sair com ele. De alguma maneira, esses “passeios” ofereciam riscos aos dois. “Só sei que ele gostava de sair comigo. Aí, fica essa dicotomia: se realmente era porque eu era útil (e talvez fosse), porque a minha utilidade era por ser menos perigoso para ele, entendeu? Acompanhado do Yuri, não ia ser a mesma coisa. As pessoas não iam ter tanta complacência com uma criança de 12-13 anos, né? Acho que tem isso... Me sinto assim. De qualquer forma, eu tinha utilidade, sim; de uma forma ou de outra eu tinha utilidade. Ao mesmo tempo, corria risco e não tinha nem noção disso”. Jayme *filho* não finaliza a dicotomia que formulava, focou na suspeita de sua utilidade para transitar com Jayme Miranda na clandestinidade. “Eu não sabia das atividades políticas, deduzi com o tempo, já maduro. Acho que eu era preferencial por isso, porque era uma criança que evitava ser baculejado²¹⁹ (e a mamãe dizia que ele ia ser preso como indigente, se vestia mal para caramba). Essas saídas com ele não foram muitas, talvez umas três ou quatro, mas sei que fiz alguns desses ‘passeios’. Um

²¹⁸ Seria uma faixa etária entre 06 e 09 anos.

²¹⁹ Revista pessoal realizada por policial.

desses, me lembro bem, foi na Zona Sul, num apartamento e tal²²⁰ ... Não é ilusão nem loucura, porque eu tinha poucos contatos com meu pai, então cada coisa assim fazia diferença”. Talvez, o outro lado da dicotomia que ele queria abordar fosse a possibilidade de o pai gostar apenas por gostar de sair com o filho de mesmo nome. Ou seja, a dicotomia entre a utilidade e o prazer.

Em um dos passeios com os três filhos, Jayme Miranda esqueceu Jayme, *filho* no ônibus e este foi parar em um lugar a uma hora de distância de casa. Jayme *filho* estava no assento do corredor e Olga, do seu lado da janela, sentada na janela. Ela ficou na janela, passou por Jayme *filho* e o esqueceu. Desceram Jayme Miranda com os filhos mais velhos. “Como eu só andava correndo, eles imaginaram que eu já tinha descido. Só que eu estava cochilando. Aí, acordei logo depois e reconheci que tinha passado e falei com o motorista que queria descer, mas ele não deixou e disse que faria o caminho de volta e me deixaria no mesmo ponto onde meu pai desceu. Aí, chegou na estação, demorou porque trocava de motorista... Aí, na volta, quando saí da estação de ônibus, meu pai entra logo em seguida. Pronto. É o meu herói. Não importa se ele foi irresponsável, entendeu? Era meu herói. Essa era a minha relação com ele”.

Já adulto, quando foi morar em Aracaju, Jayme *filho* conheceu os parentes e em uma das oportunidades uma prima lhe contou que Jayme Miranda tinha feito “muita sacanagem com a família dela no Hotel Atlântico”, numa época em que Jayme *filho* não era nascido. “Talvez ele tenha realmente feito alguma coisa que minha prima tenha memorizado como aspecto negativo”.

Jayme *filho* não concorda com construções da imagem do pai as quais desconsiderem os erros, as falhas, inclusive dentro da família. “Thyago é um defensor na luta pela história do avô, embora exagere no endeusamento de Jayme Miranda. Já tem muita gente fazendo isso. A minha irmã não fala mal do pai em tempo algum. Eu gostava muito do meu pai, era a minha paixão, mas eu não posso pensar somente por esse aspecto”.

ANDRÉ

Como André Miranda construiu a figura do pai, uma vez que seu conhecimento sobre Jayme Miranda passou, como ele mesmo disse, pelos filtros da mãe e dos irmãos mais velhos? Talvez uma das perguntas mais difíceis no campo de pesquisa. Olga, Yuri e Jayme *filho* ainda tiveram uma convivência com o pai, tiveram a oportunidade de, ainda que minimamente, construir afetos; e, para essa dissertação, puderam elaborar suas próprias memórias por meio da experiência direta.

²²⁰ O próprio entrevistado interrompeu e não detalhou, permanecendo em segredo.

“Eu tinha uma mágoa, achava que ele tinha optado pelo país ao invés da família. Quem entra numa briga dessa não tem direito a ter família. Eu tinha um pensamento desse jeito, né? Eu conhecia meus tios paternos e não os achava figuras muito louváveis, entendeu? Rapaz, eu não conheci meu pai, mas conheci meus tios...”, André fez uma pequena pausa. “Então acho que tem muita mitologia em cima do meu pai”, expressou ele em tom de desconfiança. “Minha irmã o endeusava muito, minha mãe, não. A minha mãe contava umas histórias em que ele chegava brabo em casa, dizendo: ‘não tem cerveja em casa?’; e ele não deixava dinheiro. Ele chegava cheio de amigos e não tinha comida em casa e queria que minha mãe desse um jeito; e isso eles vivendo na clandestinidade”.

André Miranda tomou conhecimento de como foi a vida no Rio de Janeiro. Ele narrou em certo tom enfático: “Eles viveram 11 anos no Rio de Janeiro. Meu pai era dirigente nacional do PCB, só isso!”, disse, enaltecendo o cargo ocupado por Jayme Miranda. “Na década de 70, em plena loucura que estava acontecendo, né?, com todos os riscos. A família se mudava a cada seis meses, os meninos estudaram em 20 escolas, deve ter sido tudo isso não, estou só falando, aliás, vou até perguntar em quantas escolas o Yuri e a Olga estudaram”.

E ele, continuou: “Então, eu tinha essa mágoa, eu achava que quem se mete numa luta dessa não pode ter família, depois, com o tempo, eu fui vendo que, realmente, as coisas não são assim. Você vai para a luta, se sacrifica... E fui vendo a nobreza dele devido aos depoimentos, né? Mas acho que era um mecanismo de autodefesa, né?, de não está pensando nisso, porque um cara tão notável e você não ter o direito de conviver com ele. Isso causa uma dor muito grande, né? Porque, onde chego, as pessoas dizem que o meu pai era fera, meu pai era um cara diferente, corajoso, intelectual. O cara falava não sei quantas línguas, viajou o mundo todo. Tinha uma matéria na Veja que dizia que ele era o terceiro na hierarquia nacional. Poxa!”, exclamou com tom de indignação, “Isso não era para qualquer um, cara! Era dirigente nacional, só perdia para o Prestes e para o Gregório, depois era ele na escala de comando e você não ter o direito de ter contato com um cara desse?! Poxa! É para você ficar se sentindo roubado, né?, pelo Estado, pela... E o país? Covarde, né?, que não fizeram como a Argentina e o Chile. Condenaram, julgaram. A Anistia aqui foi uma coisa terrível, né? Passou a mão em todo mundo, agora esses caras²²¹ já morreram”.

²²¹ Aludindo aos repressores da ditadura.

JAYME FILHO (JOBINHA)

Jayme *filho* tinha sonhos recorrentes com o pai. Ele contou que Yuri Miranda colocou o nome de um dos filhos de Jayme, porque sonhou com Jayme Miranda, na véspera do nascimento. Jayme *filho* passou por situação semelhante, mas não se considera supersticioso ao ponto de batizar o filho com o nome do pai. “Eu, criança, sonhava com meu pai. Eu e ele sempre correndo de algo e de alguém, e a gente acabava no precipício e o sonho acabava e quando meu filho nasceu tive esse mesmo sonho”. Jayme *filho* tinha esses sonhos no Rio de Janeiro e não se recorda de o mesmo ocorrer em Maceió. Ele voltou a ter o mesmo tipo de sonho em 1988, na ocasião do nascimento do filho, 13 anos após o desaparecimento de Jayme Miranda.

Falei para Jayme *filho* da semelhança dele com o personagem Mauro no gosto pelo futebol. Ele me disse que o futebol tem mais outra relação com a vida de seu pai. Comunistas gostavam de marcar encontros em lugares com multidão, como estádios de futebol. Nos amistosos da Copa de 1970, Jayme Miranda levou os filhos próximo ao Maracanã. “Na hora de comprar a bandeira, ao invés de comprar a do Brasil, que eu achava horrível, escolhi a do Flamengo, que era o time do velho. Então, até nisso, marcava meu vínculo com ele”. Pedi para que ele voltasse e me explicasse o porquê de o comunista gostar de multidão. Ele diz que é mais difícil para ser identificado e revistado pela polícia, que já difere nos casos de reuniões, as quais ocorriam em lugares discretos e com poucas pessoas.

“Você já perguntou aos meus irmãos a marca de cigarro que meu pai fumava?”, lançou-me essa pergunta, Jayme *filho*, em dado momento da entrevista.

“Não, não perguntei. E o senhor, lembra?”, devolvi-lhe a pergunta.

“Lembro. Pode ser que eles lembrem, mas pode ser que um deles não lembre. Faça o teste. Pergunta se o pai de vocês fumava, vão lembrar de que ele bebia. É muito interessante isso. Olhe, é assim, a memória de uma criança é diferente. Você assistiu àquele filme, né?, imagine a cabeça como é. Naquele filme²²² só passa quando o cara some, meu pai vivia sumindo direto, então a percepção é aumentada. Você ser uma criança da minha idade é completamente diferente do Yuri, que já era um rapazinho e de Olga, adolescente. Eles já tinham o que fazer. Essa coisa da observação tem a ver com essa coisa de ficar esperando meu pai. Só que aquele menino [Mauro] só começou a esperar depois que o pai sumiu, eu fazia desde antes. Meu pai passava quanto tempo sem vir? O Yuri e a Olga são desligados. Nesse sentido, eu sou a mamãe. Ligado nas situações”.

“E qual a resposta certa da marca do cigarro?”

²²² Referindo-se ao filme “O ano em que meus pais saíram de férias” (2006).

“Continental. Pergunte a eles, vai ser uma pegadinha”.

Jayme *filho* me perguntou se tive acesso a um “suposto” livro escrito por seu pai. “Sei lá, são umas 40 páginas mais ou menos, é um rascunho que ele escreveu. É horrível, chocante. Não sei se ele escreveu, porque não conheço a escrita dele. É a história de um cara sendo perseguido pela polícia, notando que vai ser preso. É triste, nunca vi uma coisa tão triste daquela”, narrou Jayme *filho* a história desses rascunhos. Indago, então, se neles há algo que lhe toca. “A vida inteira, ele passou pela situação de ficar olhando para trás para ver se estava sendo perseguido. O cara, que vive sendo perseguido, vira paranoico. Aí penso nos dias em que ele me levava, deviam ser os mais tranquilos. Acho que era o momento em que ele tinha tranquilidade, quando estava com a gente. Não ficava nenhum policial na cabeça. Era uma lavagem cerebral que eles faziam: passar a ideia de que um comunista não poderia ter uma família com filhos... Os meninos brincando, rindo, cantando”.

Como identificá-los

DONA ELZA²²³

Sentados em um dos bancos da praça do condomínio em que Dona Elza mora, perguntei como prefere ser identificada. “Uso aliança e para as pessoas que me conhecem, ou não, sou casada. Ou então, eu sou viúva, e sou viúva mesmo, né? Tem uma sobrinha minha que se separou e, outro dia, disse: ‘agora sei a dor que a senhora sentiu’... Essa aliança ficou mais para recordação, de um passado, de uma época boa com o meu marido, com a minha família, ele era atencioso. E, como eu nunca quis me envolver com ninguém, preferi usar aliança. Porque fiquei viúva aos 37 anos e continuei”.

“Nesse processo, foi uma escolha da senhora ou houve interferência da família, dos seus filhos, do sogro?”, emendei.

“De jeito nenhum, inclusive meus próprios filhos, falavam. O Yuri, por exemplo, me perguntava se eu não queria arrumar um namorado. Eu dizia: ‘para que eu quero um namorado?’ Para sair, dormir com ele duas ou três vezes, uma semana, um mês e depois ser jogada para lá, porque geralmente é o que a gente vê. Eu trabalhava em um salão de beleza e observava o sofrimento daquelas mulheres. Não queria isso para mim. Eu tinha 04 filhos, eu os queria felizes, bem, tranquilos. Então, isso foi muito melhor para mim, acho até hoje”.

²²³ Como a questão foi igualmente levantada com outros filhos, e, não rendeu desdobramentos da pergunta, decidi inserir as respostas aqui.

JAYME FILHO (JOBINHA)

“Como devemos nos referir a vocês? Podemos chamar Dona Elza de viúva e vocês são filhos de pai desaparecido, de pai morto...”, questionei Jayme *filho*.

“As pessoas chamavam a mamãe de viúva mesmo. Papai é tratado como morto. Com a gente também não tinha problema, inclusive, na Ufal, ele foi colega da maioria dos professores que tive. Meu pai tinha muito trânsito com o pessoal que não era de esquerda, né? Porque eles tinham que buscar finanças em qualquer lugar, então, tinha até usineiros que financiavam o Partidão. Hoje seria completamente inaceitável o cara receber dinheiro de usineiro”.

“Jayme, pergunto isso porque o próprio relatório da Comissão Nacional da Verdade e a lei específica²²⁴ tratam dessas diferenças entre mortos e desaparecidos...”

“Essas designações só cabem nos livros. Somos chamados de filhos do Jayme. Meu pai era um cara conhecido, né? Então, não tem como o cara dizer assim: ‘ah, você é filho do desaparecido ou você é filho do morto’. Era Jayme e acabou. Não há para a gente essa conotação, entendeu? Às vezes, quando eu ia ser apresentado por alguém, tinha isso de me identificar como filho de um desaparecido político. Aí, sim, se falava em desaparecido e não em falecido. Mas com mamãe sempre foi viúva. Com ela, sempre foi diferente. Acho que é até para resguardar a integridade moral dela”, finalizou rindo e complementou “Se ela arranjar outro, é a viúva”, finalizou Jayme *filho*. Olga Miranda, quando questionada sobre o mesmo ponto, disse que o pai “é marido e é pai, não tem essa coisa de colocar um ‘ex’, não. Não tem viúva. Tem uma mulher que procura o paradeiro do seu esposo”.

O caridoso

ANA PAULA

Ana Paula Miranda disse haver diferença “muito grande” entre Nilson e Jayme Miranda no tocante à postura de clandestinidade. “O tio Jayme andava todo molambento e minha mãe vivia reclamando com ele por conta disso: ‘você vai ser parado pela polícia, você não pode andar assim com as roupas rasgadas’. Papai sempre andou elegantíssimo, de terno e gravata. Papai contava uma história de que era comerciante para o porteiro, que viajava muito. Papai sempre disse: ‘primeiro lugar que a polícia bate é porteiro. Se os porteiros desconfiarem de quem sou, a gente cai’. Minha avó [materna] dizia que a gente tinha que andar sempre

²²⁴ Lei n.º 9.140, datada de 04 de dezembro de 1995. Essa legislação reconhece como mortos, indivíduos, que estão desaparecidos devido à sua participação, ou à suspeita de participação, em atividades políticas entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

arrumadinho para não provocar desconfiança. Papai teve um encontro num bar em Madureira²²⁵, onde ele acabou fugindo do cerco por conta das vestimentas e aparência. Os policiais estavam procurando o estereótipo do comunista: um barbudo, cara de estudante. E, papai, se passou por comerciante e o deixaram ir. Então, a aparência era uma questão importante para meu pai, que jamais foi para tio Jayme”.

Na casa de Ana Paula Miranda sempre havia muitos livros, seu pai sempre gostou muito de ler, mas alguns eram considerados “perigosos” porque poderiam ser associados ao comunismo. Em casa também não se podia ter muitas fotografias, elas poderiam facilitar a identificação de comunistas em situação de clandestinidade. “Eu era muito pequena, então, não lembro se tinham objetos escondidos. Me lembro das fotos, a gente não podia ter fotos em casa, tanto é que não tenho nenhuma foto com o tio Jayme. Lembro-me de vários eventos da família”.

Olga Miranda, ao falar sobre o pai, descreveu a figura do comunista que pensa na igualdade para todos. Pude mostrar na subseção anterior que Dona Elza, em alguma medida, compartilha dessa mesma construção da figura de Jayme Miranda: aquele que deu a vida por uma causa social. Atrelado a estas ideias, ela usou, em dado momento da entrevista, a palavra nazareno para qualificar Jayme Miranda. Na Bíblia, nazareno era característica que localizava Jesus, cidade onde ele foi criado: Nazaré, na Galileia, hoje o Estado de Israel. Como Nilson Miranda tinha atividade política semelhante a Jayme, busquei ouvir Ana Paula Miranda sobre o mesmo assunto. “Acho que a leitura dela [Olga] é muito cristã, ela foi transformando a dor num outro processo. E é, de fato, uma forma de ter conforto, né? O problema é acreditar que isso seja uma verdade absoluta. Aí está a minha discordância com ela. Essa ideia do tio Jayme como uma pessoa caridosa, não sei se era isso mesmo. Tenho muitas dúvidas. Porque a ideologia na qual ele e meu pai foram forjados não é a da ideologia cristã, da caridade, é a ideologia do desprezo ao dinheiro. É uma coisa que não é para se acumular, então, se você tem alguma coisa, você tem que compartilhar. Não é exatamente a mesma coisa da caridade cristã”, explicou Ana Paula.

Ana Paula Miranda avaliou que a caridade cristã e o desprezo pelo dinheiro têm nuances que os distanciam. Para ela, as ideias que Jayme e Nilson Miranda seguiam pretendiam destruir o projeto da caridade cristã para criar os alicerces do compartilhamento “do pão”. Para chegar à efetivação deste projeto, segundo Ana Paula, os comunistas (em um programa revolucionário) deveriam ter uma disciplina rigorosa, a ponto de sacrificar a própria família. “O cristão não sacrifica a própria família. Para mim, esse é um ponto fundamental que diverge. O cristão põe

²²⁵ Bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

a sua família em primeiro lugar. Meu pai e meu tio jamais colocaram a própria família em primeiro lugar. Não estou fazendo uma queixa, é uma constatação. Eram modelos de escolhas de caminhos diferentes. Lembro de minha mãe falar que tio Jayme dizia que comunista não devia ter família; e meu pai falava a mesma coisa para mim”, explicou novamente Ana Paula.

Homem erudito

ALEX

Normalmente, os encontros entre as famílias de Jayme e Nilson se davam na casa de Jayme. Alex Miranda acredita que o tio foi poucas vezes em sua casa. “Ia todo mundo para lá, papai tomava cerveja. Era legal, tio Jayme adorava ficar ouvindo música, ele tinha um bom gosto musical, gostava de Françoise Hardy, uma cantora francesa dos anos 60 e 70, e de música clássica. Mas normalmente, quando era assim [nessas situações de encontros], tocava samba e tio Jayme gostava de samba, Dorival Caymmi. Tio Jayme, ele era um homem erudito, falava muito pausadamente, era muito sedutor”.

Exemplo de político, mas foco deveria ser no desaparecimento

WELLINGTON (TONICO)

Wellington Miranda conviveu muito pouco com Jayme Miranda devido à agitação da vida política do período, contudo isso não lhe deixou imune aos impactos da tensão entre comunistas e os repressores do Estado. Wellington tinha 17 anos quando Jayme Miranda foi preso no golpe de 1964. Ele avaliou esse episódio. “Quando Jayme foi solto, logo foi embora. Fugiu. Caiu logo na clandestinidade e isso foi um erro. Quando você está numa situação ainda indefinida, você não existe socialmente. Você tem uma certa proteção quando joga o jogo da ditadura²²⁶. E aí, quando se decide ir para clandestinidade... Aí você rodou, meu irmão! Você não tem as defesas, você não tem direito às franquias do Estado”.

Chegou um tempo em 1974, segundo Wellington, em que a ditadura militar brasileira resolveu “matar toda a intelectualidade do Partido Comunista”. A repressão não só matou quem estava na luta armada, os dirigentes passaram a ser alvos. “[Quando teve a abertura,] Prestes já estava muito velho e faltavam quadros. Além do que, havia uma tremenda divergência política que as esquerdas sempre tiveram”, explicou.

²²⁶ Esse assunto é retomado na última subseção, “Ele está preso a esse passado que não consegue desapegar”.

Wellington Miranda vê Jayme Miranda como parte de um conjunto complexo da atuação das esquerdas no Brasil. “Não posso chegar aqui e dissertar um encantamento pelo Jayme, por mais que goste e o admire, porque seria mentira. Admiro na inteireza da figura humana que ele foi. Claro, do ponto de vista político, ele era muito culto, muito preparado, inclusive, cotado para substituir o Prestes. Mas, como a maioria dos dirigentes, não teve a habilidade para conduzir o processo, isso reflete no comportamento da minha família. Porque essa conotação que o pessoal quer que o Jayme tenha, essa de um grande exemplo, não compro. Pelo menos não é para mim”. Wellington, no vaivém das elaborações de suas ideias, acredita que mais importante seja focar na figura do Jayme no desaparecimento do que na construção do político exemplar. Ele explicou melhor: “Jayme foi muito importante, é um cara que merece ser estudado, mas é preciso escarafunchar onde está o corpo, saber o que aconteceu efetivamente, porque aconteceu... O que ele fez de tão grave para que as forças da repressão tivessem ido atrás dele”.

É preciso entender o raciocínio de Wellington Miranda. Para ele, não se dissociam a atuação política dos acontecimentos do desaparecimento. Ele lamentou a ausência da figura de Jayme Miranda no processo de redemocratização do país. Personalidades como Marighella e Jayme fizeram falta. “Grandes pensadores como eles deveriam estar na Assembleia Constituinte; e a sociedade pagou um preço muito caro pela falta deles. Imagine um cara como Jayme com a experiência de 21 anos de ditadura fazendo política aqui em Maceió, nem estou falando em ocupar cargos executivos e legislativos, mas ele ali discutindo com a sociedade”.

De diferente forma, há uma idealização da figura do Jayme Miranda. Esse desejo fica no plano da imaginação e da expectativa. Não há como saber qual seria a real participação de Jayme Miranda nesse episódio citado por Tônico Miranda. Ouvi uma fala carregada de frustração e mágoa, alguém que projeta no familiar um ideal de político, embora ele tenha se esforçado para traçar seu ponto de vista, diferente dos demais familiares, como pontuou em diversos momentos das entrevistas.

Vovô brigava por igualdade

THYAGO

Comentei com Thyago Miranda sobre a minha impressão de que pouco se fala da existência da ditadura militar em Alagoas e pouco se sabe ou se discute sobre Jayme Miranda. Tenho a percepção, disse a ele, que mesmo na militância de esquerda não se levanta muito o debate em torno da figura política e do desaparecimento. “Fala-se muito pouco. Inclusive, sou

do movimento sindical e me surpreendeu ver muita gente de dentro não conhecer a história do Jayme. Estou há dez anos liberado das atividades bancárias e encabecei algumas atividades com outros companheiros e temos conseguido ver que hoje as pessoas já conhecem mais a história do Jayme. Também algumas ações que a família fez, por exemplo, uma pintura da imagem do Jayme no Hotel Atlântico nos 40 anos do desaparecimento, aquilo ali, mais ou menos, gera uma curiosidade nas pessoas. Olhar a foto, entrar na internet e acaba vendo as homenagens, os nomes de ruas, de escolas. Acho que melhorou um pouco essa situação com relação à ditadura, mas ainda tratamos muito pouco. A gente exerce algumas atividades e poderia ter um público maior, sobretudo após os incidentes em 8 de janeiro [de 2023], né? Ficamos à beira de um novo golpe de Estado, uma nova retomada por parte dos militares. Então, isso aí é assombroso, né? As pessoas não se interessam e acham que é o passado, mas o passado volta para nos assombrar”.

“Me diga uma coisa. Outro ponto que anotei aqui da nossa conversa passada, foi sua infância e adolescência. Você me falou que acompanhou algumas idas e vindas de seu pai e de sua tia Olga nas buscas por respostas. Me desculpe, francamente, não sei se eu teria noção sobre tudo que envolve um desaparecimento...”, comentei com Thiago.

“Comecei a me sensibilizar mais com essa situação apenas aos 19 anos, em 2005, porque na realidade meu pai nunca tratou desse assunto, nunca abriu a boca para falar nada e quem tocava era minha tia Olga, mas como era de outra casa, acabava ficando muito distante. Uma das recordações mais antigas que tenho sobre isso é uma conversa com meu primo, filho da tia Olga e mais novo que eu, um ano, em que tínhamos entre 10 e 12 anos. Ele me explicou que vovô brigava para quem tinha dois carros ter um e o outro carro ser de outra pessoa e, por conta disso, ele foi assassinado. Mas não dei muita bola e a vida seguiu. Em 2005, fui assistir à gravação do documentário do Beto Leão, e para minha surpresa, meu pai foi gravar a entrevista. Ele não conseguiu falar nada, chorou a entrevista toda. E ali, me deu um choque de realidade da situação que eles viveram e depois fui ver a gravação do tio Jobinha que, para mim, é um cara muito forte, brincalhão, fala palavrão, não tem “papas na língua”... E aí, quando ele foi gravar, também chorou, tanto que a fala dele tem vários cortes [na edição], não tem uma sequência lógica. Eu vi, então, o tamanho do trauma, né? E o problema que ele carregava, e também de nunca ter falado sobre isso. E aí, fui pesquisar e muito da minha visão de mundo é oriunda desse dia: as histórias das esquerdas, dos membros de partidos, das pessoas que participaram dessas lutas e isso me sensibilizou bastante a partir desse dia da gravação desse documentário”.

Thiago Miranda compreende o bloqueio que o pai teve para tratar do desaparecimento de Jayme Miranda. Yuri Miranda passou mais de 30 anos para poder falar sobre o assunto. “Eu

já lido de outra forma, nem conheci Jayme por ser de outra geração. Meus filhos são pequenos e conto a história do bisavô, leio algumas coisas, como trechos do livro da tia Olga. Eles adoram, apesar da idade: um com oito anos e a menina com seis. E ela, do nada, começou a rezar uma oração, sem ninguém falar nada, ela pediu que encontrassem os restos dos ossos do bisavô... Rapaz, é uma questão que vai atravessando as gerações”.

Os outros em risco

WELLINGTON (TONICO)

Uma tia, por parte da mãe de Wellington Miranda, recebeu uma visita. Era Neiza, irmã de Jayme Miranda, segurando um pacote. Assim que ela entrou na casa, a milícia da repressão foi em cima dela. A tia intercede com coragem: “O que vocês querem aqui? Não é porque ela é irmã do Jayme que ele vai estar aqui também”. O momento político que estavam vivendo não seria o motivo do rompimento das relações, dizia a mulher com altivez. As duas mulheres ficaram paradas, eles olharam-na e foram embora. Elas tomaram água para aliviar a tensão. “Trouxe o pacote”, disse Neiza. Dentro dele tinha uma arma de Jayme Miranda para ser escondida. “Insanidade e estupidez fazem com que alguém cometa uma atrocidade dessa. Ele expôs todo mundo; que jogasse no [Riacho] Salgadinho ou no inferno! Você percebe o amadorismo²²⁷ dos caras”, avaliou Wellington a partir da história das tias que fora contada pela mãe de Wellington.

4.2.4 “Livro de referência para outras possíveis obras que surjam”

Estrutura, pesquisas e composição

O livro “Oh, pedaço de mim...”, como falei no capítulo anterior, é um desdobramento do TCC em Jornalismo de Olga Miranda. A obra foi lançada em 2017 pela Q Gráfica e traz prefácios de dois autores: Dirceu Lindoso, cientista social, historiador e romancista; e de Thyago Miranda (2017b), interlocutor nessa pesquisa, filho de Yuri Patrice e sobrinho da autora. Esse último, à guisa de encerramento, encaminha-se assim:

Os bastidores da trajetória de Jayme, como suas escolhas influíram e envolveram toda uma família, a busca por respostas e pelo paradeiro dos seus restos mortais são questões que povoam o imaginário dos Miranda até os dias de hoje.

²²⁷ Continua-se com esse assunto na última subseção, “Ele está preso a esse passado que não consegue desapegar”.

“Oh pedaço de mim” narra a trajetória de uma família perseguida e marcada pela devoção revolucionária de um de seus membros. É um livro único, de grande apelo emocional, escrito com o coração de uma filha apaixonada pelo pai, que nunca mediu esforços para preservar sua memória (Miranda, 2017b, p. 10).

Thyago apresenta Jayme Miranda como uma figura emblemática cercada de perguntas ainda a serem respondidas, não só no que cerca o desaparecimento, mas também da sua própria figura enquanto representante de um grupo e o impacto dessa ausência na vida dos familiares. O livro²²⁸ é um desses símbolos que tornam presentes as narrativas sobre Jayme Miranda. Como registro de uma filha, há a marca do seu ponto de vista e da escolha dos fatos narrados. Toda obra não é unânime, nem quando ela se pretende a homenagens. Como Jayme Miranda é representado e suas relações com outros personagens causam controvérsias.

Além do prefácio e introdução, o livro contém mais 25 capítulos. Cada um deles se dedica a narrar sobre um familiar (Jayme, Haroldo, Hélio, Edward, Nilson). Mulheres não nomeiam capítulos, aparecem associadas ao grupo ou ao matrimônio (Seu Miranda e Dona Hermé; A família de Elza; A família Rocha Miranda). Os demais capítulos vão entrecruzar a trajetória de Jayme Miranda com os fatos históricos (O Partido Comunista Brasileiro, A suposta redemocratização, Governo Muniz Falcão, Golpe Civil-Militar de 1964, Outros perseguidos ...); e, em especial o último, A morte como ficção, dedicado a uma visão marcadamente pessoal e o que causa opiniões diversas na família por citar a entrevista do ex-sargento do exército, Marival Chaves, à revista *Veja* em 1992, como veremos a seguir.

OLGA

Como quem busca apresentar fatos importantes do pai, Olga Miranda folheia o livro “Oh, pedaço de mim...” e avança para a página 156 com o intuito de mostrar-me uma foto em que Jayme Miranda aparece ao lado de Mao Tsé-Tung. “Aqui é o meu pai. Ele também realizou críticas ao sistema chinês, né? Meu pai não gostava de violência, não gostava da forma como eles agiam. Achava que isso não era o caminho. Tanto é que antes o Partido Comunista era um só e depois houve várias divisões, né? E a linha que meu pai abraçava era a da não violência, a linha do diálogo, da conscientização, do despertar das pessoas”, afirmou.

Essas exemplificações serviram para demonstrar como o método de trabalho (recortes de jornais e de revistas) auxiliou na construção da narrativa do livro em si e também como ferramenta comprobatória da existência dos fatos tornados públicos. Explorando a importância

²²⁸ Antecipei, na metodologia desta pesquisa, que o livro da Olga é material de suporte, não cabendo aqui uma análise específica.

de documentações oficiais (mandados de prisão, relatórios de investigação) e outras de cunho pessoal (cartas e fotografias), Olga Miranda relatou um episódio em que seu pai foi preso em Recife e, durante as pesquisas para livro na capital pernambucana, ela encontrou documentos os quais tratavam desse fato. Durante o bate-papo, Olga me mostrou um caderno de anotações marrom, folhas amareladas e oxidadas pelo tempo, o qual lhe fora entregue em Recife. Ela me contou que chegou a existir uma dúvida se esse caderno era realmente de Jayme Miranda. “E nesse caderno ele relata, ele faz uma denúncia da época em que esteve preso. Aqui é o ano, está vendo?”, indicou para que eu visse as informações escritas. O motivo da prisão de Jayme Miranda foram as críticas dirigidas ao governador da época, Arnon de Mello. “Existia a fama de que os comunistas eram bandidos. Tudo de ruim era comunista; e agora vem de novo, né? Essa onda está ressurgindo. E aí, o que é que acontece? Arnon acusou meu pai, e aí, ele foi torturado e localizaram-no em Recife.

“Isso aqui ele escreveu enquanto esteve preso ou você não saberia dizer?,” curiosamente perguntei. Ela respondeu que não saberia afirmar, mas a ida ao Recife foi, em grande parte, motivada para confirmar a autenticidade dos dados existentes no caderno. Ela ratificou as datas e as ruas descritas por ele. Eu a indaguei se Dona Elza identificaria as letras no caderno como sendo (ou não) as de seu marido.

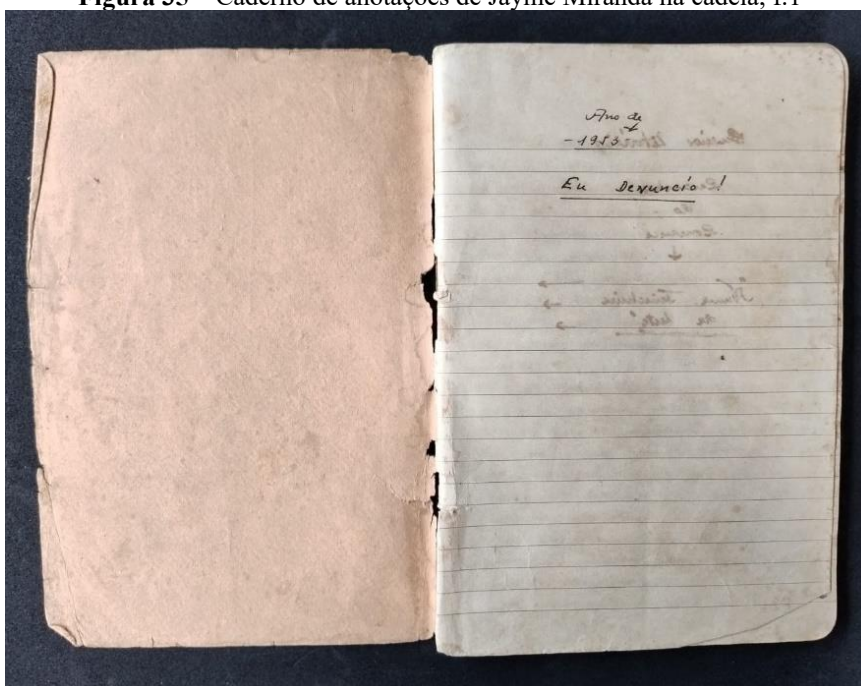
“Letra é o seguinte: tem horas que você escreve... Tem ocasiões que dá para perceber que é dele, têm ocasiões que não. Mas, os relatos que ele fez batem com o material que encontrei no arquivo: o ano, o local, o que aconteceu, entendeu?! Achei tudo e achei até uma campanha que os comunistas de Pernambuco fizeram para que meu pai fosse solto”.

Apontei para os cartões postais, passaporte e outros documentos e quis saber da procedência deles. Alguns documentos foram retirados dos arquivos públicos de Maceió, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, conforme a resposta dela. Quis saber ainda se objetos pessoais de Jayme Miranda estavam, em sua maioria, com ela. “Tenho pastas aqui. Essa pasta é só de cartas, né? Cartas e cartões que ele enviava para minha mãe. Essa aqui é a letra dele”, mostrando-me algumas cartas conservadas nos sacos plásticos da pasta catálogo. Observo a caligrafia e comento ser semelhante à do caderno de anotações. Tento entender o que estava escrito nas cartas, mas era difícil. “Então, aqui são todas as cartinhas, está vendo?, que sobraram, que minha mãe escondeu. Por isso, são documentos originais pertencentes a ele. Meu pai encaminhava para ela essas cartas de onde estivesse: Paris, Rússia, em qualquer lugar”, externou enquanto passava os envelopes plásticos.

Durante minhas incursões no campo, tive acesso ao caderno – espécie de diário no cárcere – em que Jayme Miranda escrevia na prisão. O objeto está sob a tutela da filha mais

velha, Olga Miranda. A próprio punho, Jayme Miranda escreveu na primeira folha pautada “Ano de 1953” e a frase “Eu denuncio!”, possivelmente um título provisório do caderno. No verso dessa folha, tem escrito a que, talvez, se destinaria os esboços: “Ensaaios Literários”, “Rascunhos do Romance”. Ele deu dois títulos: “Numa trincheira da luta” ou “A queda”. Ao todo, são 11 páginas escritas, divididas em 05 capítulos. Abaixo, as FIGURAS 35, 36 e 37 foram registradas com autorização de Olga. Aqui, são imagens ilustrativas²²⁹ do período em que Jayme Miranda ficou preso entre Recife e Maceió; e podem dar dimensão das ideias políticas e pessoais dele, em uma linguagem que mistura prosa ficcional com o texto dissertativo-argumentativo.

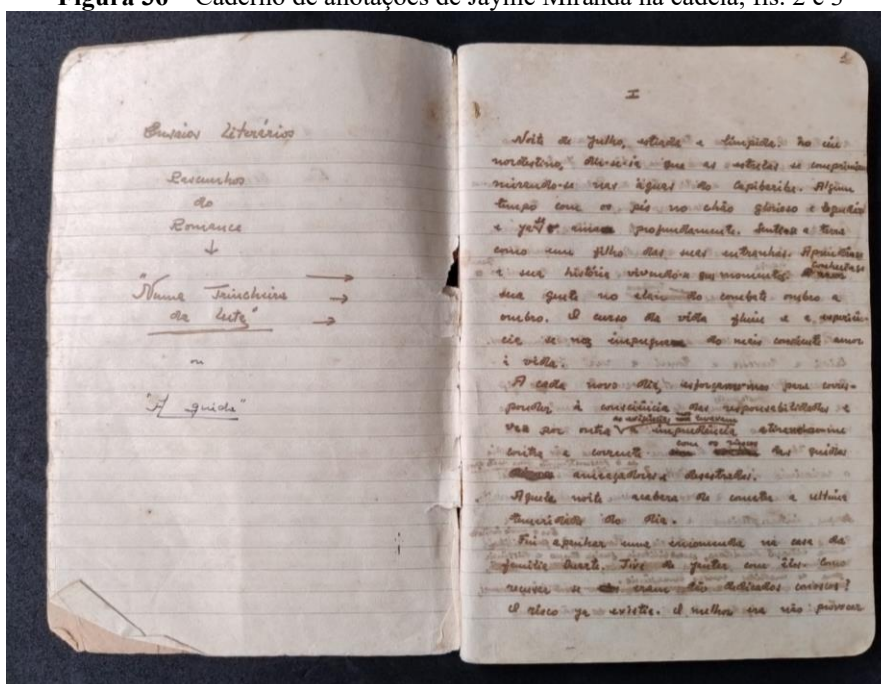
Figura 35 – Caderno de anotações de Jayme Miranda na cadeia, f.1



Fonte: Arquivo pessoal de Olga Miranda

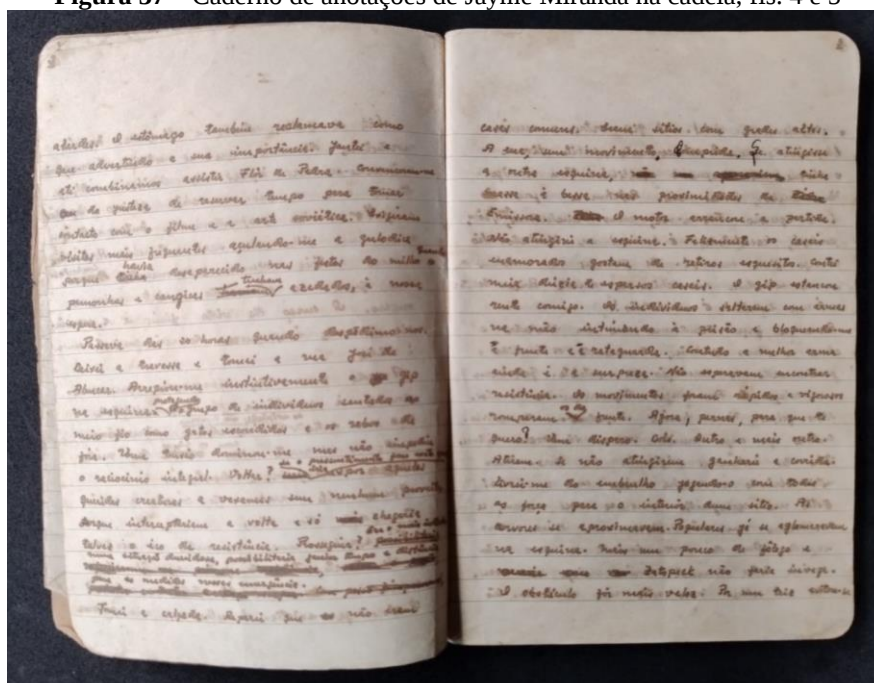
²²⁹ Lembro de que, esse material não faz parte do *corpus* de análise dessa pesquisa.

Figura 36 – Caderno de anotações de Jayme Miranda na cadeia, fls. 2 e 3



Fonte: Arquivo pessoal de Olga Miranda

Figura 37 – Caderno de anotações de Jayme Miranda na cadeia, fls. 4 e 5



Fonte: Arquivo pessoal de Olga Miranda

Lembrei-lhe de que, durante a nossa conversa ao telefone²³⁰, ela tinha me contado que a escrita do livro fora demorada, permeada por diversas pausas ao longo do processo. Retomo esse assunto e ela repete a mesma informação: “As pessoas não tinham vontade de conversar

²³⁰ Essa conversa por telefone antecedeu nosso primeiro encontro pessoal.

sobre isso, a minha família é muito traumatizada, as minhas tias não gostam de falar, os meus irmãos choram”.

Os documentos pessoais que eu via de Jayme Miranda sobre a mesa não estavam reunidos inicialmente em um único lugar, em uma única casa, com um único parente. Eles foram recolhidos com tios e com Dona Elza. Daí, perguntei-lhe por que lhe coube, então, reunir esse material. “Porque amo o meu pai e nunca vou deixar de amá-lo. Você pode ser contra o comunismo, você pode me perseguir por conta dele, mas nunca vou deixar de amar meu pai, entendeu? E eu luto contra a tortura, né?, a prática da tortura. Nenhum ser humano, nenhum animal pode ser submetido a um tratamento desse. Então, eu sempre estive à frente do Movimento Tortura Nunca Mais, dos Grupos de Familiares de Mortos e Desaparecidos, certo? Aí, como eu sempre estou... A gente sempre estava se correspondendo, mandava cartas, porque os familiares de muitos desaparecidos continuam procurando notícias. E, depois da abertura da vala de Perus, né?, inclusive parece que faz 20 anos, o pessoal vai fazer um evento aí, uma live, uma *super live*²³¹, eles vão fazer justamente para resgatar essa memória da vala de Perus, onde se acharam alguns corpos de desaparecidos políticos. Então, como estou sempre acompanhando isso, o pessoal foi cedendo o material, principalmente minha mãe. Acabei de falar com ela, quis saber se ela queria de volta, ela disse que não”.

ANDRÉ

André Miranda me contou que Olga lhe pediu para ele fazer a biografia do pai. Ele recusou, alegando ser um péssimo pesquisador, pois era um ficcionista, solto e sem metodologia. Com a negativa dele, a irmã ficou chateada. Ainda assim, André chegou a escrever vários contos e poesias, tendo o pai como objeto principal da prosa e do verso. Meu interlocutor cita como exemplo o conto feito para a irmã, intitulado “A Filha do Clandestino”, narrando o que Olga contava sobre os pressentimentos ocorridos com o pai à época, os quais culminaram com o desaparecimento. Esse conto está na reunião de tantos outros, de temática da ditadura, no livro “O Farol das Massas”. O título da obra é uma homenagem ao pai, referindo-se ao homem do diálogo, aquele que “conversava com o pescador e com o doutor”, tendo somente que adequar a linguagem conforme o público. Olga acabou fazendo um livro sobre o pai. “Ela fez uma biografia. O material ficou meio confuso, mas serve como documento porque tem fotos, tem datas e tem uma contação de história que depois pode ser melhor trabalhada. Ela

²³¹ O ano de referência é 2020.

mesma diz isso, ela tem a humildade de dizer que é um livro de referência para outras possíveis obras que surjam”.

André faz um resumo do que narra o conto “A Filha do Clandestino”. O pai havia marcado para contar à Olga e explicar-lhe tudo (sobre o envolvimento político dele) no aniversário da irmã, pois, na época, ele era tratado como bandido; era isso que a Globo passava – não muito diferente do que ocorre hoje, nas palavras do próprio entrevistado, quando Bolsonaro chamava todos seus opositores de terroristas. Olga ficou chocada com isso, pois o homem que ela admirava era visto como criminoso/terrorista. Sem intencionar, o pai acabou criando uma expectativa muito grande nela e, com o desaparecimento (ocorrido antes deles terem a oportunidade da conversa), a história ganhou outra dimensão. Ela passou mal no provável horário em que o pai foi preso, ela sentiu quando ele começou a sofrer as torturas. Após esse breve resumo da narrativa, André complementou dizendo-me que o espiritismo ajudou Olga a controlar a carga emocional, a ter autocontrole diante de momentos os quais exigiam dela tomar atitudes e decisões importantes na vida.

OLGA

Olga Miranda descreveu alguns de seus métodos de trabalho na coleta de informações a respeito de seu pai. Ela tirava fotos, aumentava-as para recolher informações. Muitas dessas imagens ilustram o livro. Ela folheava as pastas e me mostrava as fotos de documentos do DOPS. “Essa foto aqui achei em Recife, confirmando a prisão dele”, ela passava mais uma vez as imagens e apontava, “Essa [foto] aqui foi quando ele foi fichado”. Olga disse que foi um trabalho demorado. E continuou folheando e me contando as histórias daquelas imagens: “Essa aqui foi quando ele se formou, e o interessante dessa foto é que a formatura dele só foi permitida porque os alunos solicitaram [à polícia], ele ia ser preso antes, na colação de grau. Daí, ele se formou e foi direto para a cadeia”.

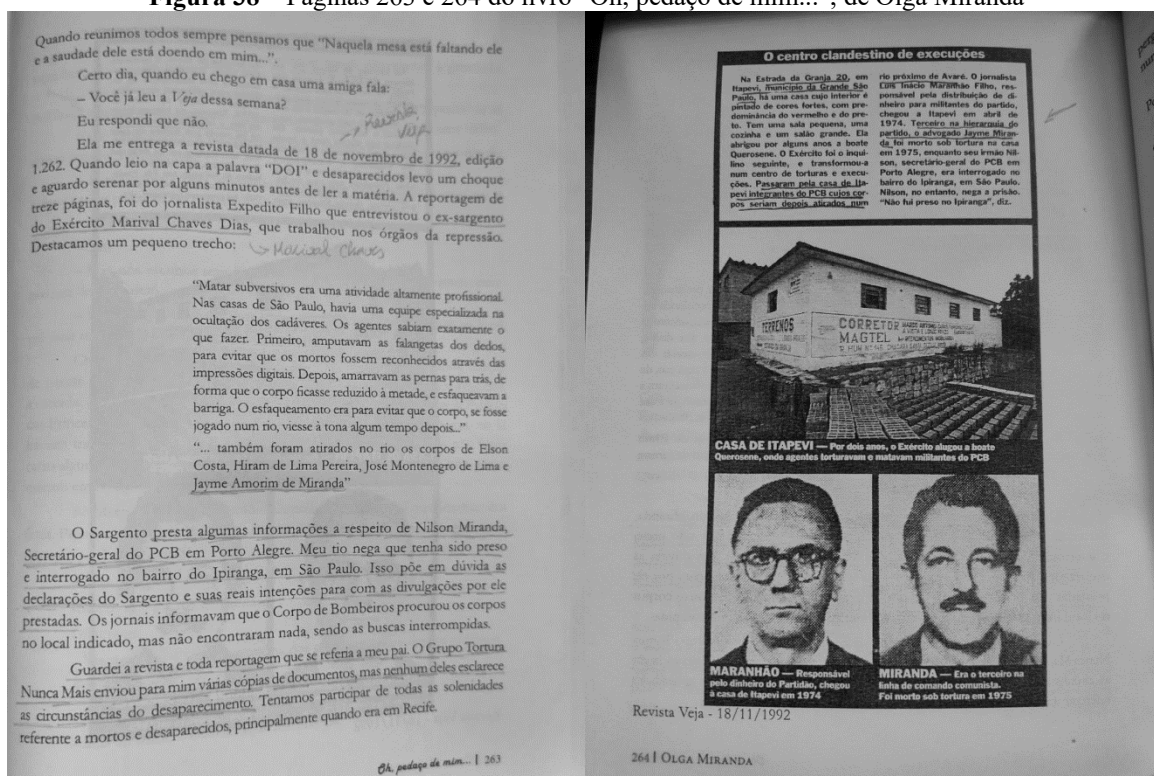
Páginas 263 e 264

A entrevista de Marival Chaves causa debate entre os interlocutores até hoje – mais que o item 136 do Relatório Nacional da Verdade, que expressava, claramente, Nilson Miranda como infiltrado no PCB²³². Marival Chaves também depôs à CNV e, em uma das oportunidades,

²³² Há uma diferença crucial de como o mesmo personagem com as mesmas declarações causa reverberações distantes no grupo pesquisado. Como o leitor perceberá deste ponto em diante da etnografia, o fato de Olga Miranda reproduzir trechos da entrevista de Marival Chaves, concedida à revista *Veja*, sem ressalvas, assim como

afirmou que Nilson foi solto, recebeu dinheiro de militar fardado do DOI/II Ex, e se dirigiu para a então URSS por meio de Buenos Aires. Causou-me surpresa que a maioria dos entrevistados não tinha conhecimento do depoimento do ex-sargento à CNV, nem mesmo do item do Relatório citado acima. O texto, que enseja divergência e conflitos entre os Miranda, está nas páginas 263 e 264 do livro (FIGURA 31). Na página 264, há uma reprodução da matéria da Veja, descrevendo o local onde supostamente Jayme foi preso e torturado, em Itapevi²³³.

Figura 38 – Páginas 263 e 264 do livro “Oh, pedaço de mim...”, de Olga Miranda



Fonte: Miranda (2017)

O trecho reproduzido abaixo é como Olga Miranda se coloca sobre a suposta delação de Nilson para Jayme Miranda. A passagem em específico é a seguinte:

O sargento presta algumas informações a respeito de Nilson Miranda, Secretário-geral do PCB em Porto Alegre. Meu tio nega que tenha sido preso e interrogado no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Isso põe em dúvida as declarações do Sargento e suas reais intenções para com as divulgações por ele prestadas. Os jornais informavam que o

o fez a CNV, no Relatório Final, é interpretado como reiteração das afirmações de Chaves. E mais, a fala (nas entrelinhas) sugere a possibilidade de Nilson ter entregue Jayme Miranda aos aparelhos da repressão. Essa é a visão da maioria dos entrevistados.

²³³ Importante frisar que, segundo declarações de Chaves, a prisão e soltura de Nilson e prisão e morte de Jayme se deram no estado de São Paulo (no bairro do Ipiranga e em Itapevi município da Grande São Paulo, respectivamente), durante a Operação Radar que atuou em vários estados brasileiros, capturando diversos militantes do PCB e os levando ao DOI/Codi em São Paulo. Em outras palavras, o depoente está dizendo que Nilson foi possivelmente preso em Porto Alegre e conduzido a São Paulo. E Jayme Miranda foi levado do Rio de Janeiro a São Paulo.

Corpo de Bombeiros procurou os corpos no local indicado, mas não encontraram nada, sendo as buscas interrompidas. (Miranda, 2017a, p. 263).

De início, numa leitura de fora, é possível notar que não há um julgamento e/ou uma tomada de posição. Há um descrédito superficial sobre as declarações de Chaves. Tendo isso por base, tomei nota e busquei ouvir os interlocutores a respeito do fato. Mais especificamente: como se constrói a versão de Nilson entregou Jayme?

As interpretações

WELDJA

Weldja Miranda ligou para Olga Miranda, a fim de convidá-la (e também Dona Elza) para participar das gravações do projeto “As mulheres da margem esquerda do Salgadinho”. Você sabe que muita gente me critica por conta do livro por conta da história do tio Nilson, disse Olga, conforme Weldja me relatou. “Sobre seu livro, eu não gostaria de falar, porque tudo que a gente tinha para falar, já falamos”, respondeu de volta Weldja na mesma oportunidade. Olga justificou que Nilson teria aprovado a publicação do livro e que não faria nada sem a autorização dele.

Olhei fixamente para Weldja, em silêncio. “Não é verdade”, disse categoricamente a mim, “Tio Nilson já estava com *Alzheimer*. Ela escreveu e a gente não acredita nessa versão, porque a versão da revista *Veja* já foi amplamente discutida na família e boa parte dos familiares entendeu que não é verdade. E ela [Olga] foi chamada por todo mundo, a própria Ana Paula é revoltada com isso e um dos irmãos dela também, pelo fato dela ter publicado isso, apesar de vir da *Veja*”. Na avaliação de Weldja, esses depoimentos poderiam vir de qualquer pessoa, exceto de alguém da própria família.

Weldja fez o cerimonial de lançamento do livro de Olga Miranda. Após o evento, ela e Wellington se reuniram na casa de outro irmão deles para tratar dessas possíveis afirmações a respeito da delação. Pergunto que versão ela sabe. “Prefiro acreditar nas versões que ouço do Tônico, inclusive, acho que é a melhor pessoa para falar sobre isso. O tio Nilson não foi para o Rio de Janeiro porque sabia que a situação estava difícil por lá. E o Jayme foi. E nessa ida dele, a tia Zenaide e o vovô foram também ao Rio. Essa coisa de que ele [Nilson] denunciou onde [Jayme] estava, não acredito. Agora não sei lhe dizer ao certo como foi, não me lembro. O que sei é que o Nilson não estava lá. Não me lembro. Eles [Nilson e Jayme] conversaram sobre isso e me parece que o Nilson – tenho medo até de dizer isso porque não lembro – avisou ao Jayme que não era para ele ir”.

ANA PAULA

Houve um conflito muito grande com o livro de Olga e o documentário “Jayme Miranda – vida e luta” (2012), de acordo com Ana Paula Miranda. “Não sei se isso já foi dito a você, mas as pessoas não gostaram do teor do que ela escreveu. Há uma romantização do meu tio, né? Ele é quase um deus, no livro não é um homem de carne e osso, da realidade.

Quis saber de Ana Paula se a incomodava que outros pesquisadores, da antropologia sobretudo, que não tiveram experiências familiares semelhantes, pesquisassem a respeito do assunto. Ela respondeu que: “muito pelo contrário, não tenho problema nenhum com isso. Inclusive, vivo dizendo que espero alguém escrever um bom livro sobre minha família, porque tem muitas histórias a serem contadas. Agora, escrevam um bom livro. Escrevam atentos aos fatos, porque veja... Entendo a dor da Olga, entendo a perda, entendo que talvez algumas pessoas da família não a tenham atendido, do mesmo jeito que também não atenderam meus irmãos. Nem todo mundo da família deu apoio à minha mãe e nem por isso nós generalizamos. Isso foi uma coisa que me incomodou profundamente, a maneira como ela diz no livro e no vídeo. Tive uma briga com ela, explicitamente, porque ela falta com a verdade quando diz que teve autorização do meu pai e da esposa, que é a representante legal dele. Meu pai já estava doente quando ela e um historiador alagoano estiveram em Porto Alegre, na casa de papai, a fim de coletar depoimento para o livro que ela estava escrevendo. Papai já não estava mais lembrando das coisas, e eu cheguei na casa dele, quando a entrevista ocorria. ‘Vocês estão malucos? Papai não junta as coisas’, eu disse. Peguei o assunto numa parte em que eu já tinha ouvido várias vezes antes dele, e disse a eles o que papai falava. Não aconteceu daquele jeito, alertei que ele estava misturando os fatos. Olga afirma que a mulher do meu pai autorizou e não foi isso que está escrito no e-mail que a mulher do meu pai enviou à Olga, porque eu conferi o e-mail. Nele, textualmente, a mulher do meu pai, que é psiquiatra, escreveu que entendia e apoiava o desejo em mexer na história do pai, mas daí isso virar uma autorização para ela falar o que ela quisesse sobre o meu pai. Desculpe, não concordo”.

Diferente do livro de Olga, Ana Paula disse que amou o livro de Wellington²³⁴. “Ele me entregou em uma das minhas partidas de Maceió, e fui lendo no avião. Chorei do começo ao fim. O livro não é uma pesquisa, é um livro afetivo, são as memórias dele, da maneira como entende os fatos. Ali não está comprometendo nada. Ele traz questões conflituosas da família, como a história do tio Haroldo²³⁵ e as duas famílias constituídas, que sempre foram uma questão complicada, né? Mas Tônico não ofende ninguém, ele aborda com delicadeza. Faltou esse

²³⁴ Livro de “A margem esquerda do Salgadinho”.

²³⁵ Pai dos entrevistados Wellington e Weldja Miranda.

tratamento no livro da Olga. Conversei com Jobinha e ele ficou muito incomodado com isso, nem entre eles (os irmãos) teve consenso”.

MARCUS

Conversei com Marcus Miranda sobre o livro da Olga, cheguei a lhe mostrar pela tela do computador meu exemplar. Ele confessou que não leu, não teve interesse. Caso o livro tivesse sido escrito por Yuri, certamente leria. “Não vejo a Olga com instrumento para fazer um livro com essa densidade e profundidade que passe a ser um documento importante. É o desabafo de uma filha com sentimentos que ela passou a ter com relação a um monte de coisas. Tudo bem, respeito, mas sinceramente não tenho vontade de ler”.

“Por que o Yuri”?, pergunto.

“Sem nenhuma questão de gênero, o Yuri teve militância no PCB, entendeu? Olga nunca teve militância. Então, determinadas coisas que aconteceram com relação ao Yuri e que não aconteceram com Olga, me levam a imaginar que, talvez, o Yuri tivesse elaborado algo menos emocional e mais político, mais conteúdo histórico, né? E, sem excluir a relação filial dele. Mas tudo bem, acho que é direito dela também escrever”, Marcus justificou e complementou, “Até onde sei, não corresponde bem à verdade”.

Comentei com ele que o livro foi uma das minhas primeiras fontes que li e a que tive acesso. Já que ele disse que não leu, descrevi basicamente que a obra narra um pouco da militância de Nilson e menciona o assunto da revista Veja. Acrescento ainda que a menção mais direta da infiltração de Nilson Miranda foi no Relatório final da CNV e não no livro, de 2017. “É o que digo a você: a Olga nunca teve uma militância. Um dia, virou do PSOL, ela e o Yuri. Não me pergunte o porquê. Eles foram candidatos”, reforçou o que disse anteriormente, mas complementou: “Ela não tocou no assunto, mas as pessoas que tiverem acesso [ao livro] podem tratar a informação como desejar”.

WELLINGTON (TONICO)

Olga tenta contar a história de heróis. “Ela disse isso a mim quando contou que iria fazer um livro sobre o Jayme. Ia transformá-lo em um herói. Acho absurdo”, disse Wellington Miranda. Eu quis saber o porquê dele considerar um absurdo. “É um equívoco sem tamanho. Uma coisa é você ver a dimensão política de Jayme, outra é querer transformá-lo num herói. Heróis não existem. Você não pode escamotear o que ele foi como pessoa, como pai, como cidadão. Não é assim, não é assim. E, a Olga fez uma coisa a qual eu não perdoo: ela deixa a entender que o Nilson entregou o Jayme. Ela pega uma informação, usa e solta sem ter

conversado com quem quer que fosse. Quando li o livro, tomei um choque, jamais esperei que ela fosse fazer isso, jamais esperei”.

Para Wellington Miranda, a condução do livro é ruim e ele explicou: “Você não faz um livro de uma história complicada como é a da família Miranda sem ter bases”. Durante as entrevistas, Wellington deixou claro a satisfação em participar da entrevista porque lhe interessa contar a história de pessoas. Solicitei que me explicasse o que seria, para ele, então, contar a história de pessoas como Jayme Miranda. Mais uma vez, ele faz contraponto com o livro de Olga Miranda: “Estou tendo a oportunidade de expor a minha angústia, sabe? E meu espanto da Olga ter realizado tamanha atrocidade. Porque se a gente faz o oposto, vão dizer: ‘ah, os heróis são dedos duros’. E aí, como a gente responde a isso? Coloca um negócio desse no livro e parece que nada aconteceu. Não precisa [dessa abordagem] para enaltecer mais, não precisava. O Jayme não precisa desse tipo de coisa. O Jayme já o é. A história dele, com toda a tragédia, torna-o muito maior. Como, por exemplo, a habilidade do Jayme em 64 para não deixar que o pessoal fosse massacrado²³⁶”.

Wellington Miranda quer discutir as pessoas, os anos de clandestinidade de Nilson e Jayme, o exílio de Nilson e como as relações familiares sobreviveram diante das ausências. Também compreender o que foi criar filhos naquele contexto e as sequelas que ficaram. “É isso que me interessa, a pessoa Jayme, a pessoa Nilson. Essas coisas não são pano de fundo do comunismo. Dão um salto à frente. Qual a relação do Jayme com a Elza e com os filhos? Como foi a métrica desse relacionamento?²³⁷”.

“O livro criou uma cisão muito acentuada na família. Nunca conversei com ela sobre isso. A gente tem uma boa relação, a gente se encontra, se fala, mas tem mágoa. Não consigo perdoá-la por fazer uma coisa dessa com o pai dela e com o Nilson. Você vai fazer um herói em que um irmão entregou o outro? E você publica? Não tem como”.

JAYME FILHO (JOBINHA)

Jayme *filho* não leu a versão impressa. Mas teve acesso à versão antes da publicação. Ele chegou a conversar com Olga Miranda e lhe dizer que muita coisa precisaria ser mexida. Ele soube por seus filhos que a irmã fizera alterações, que o conteúdo havia melhorado, mas não lhe deu a versão final. “Olga não sabia se queria contar a história dele, ou uma história

²³⁶ Na próxima subseção, esse assunto é retomado.

²³⁷ Essas tantas perguntas, nesta pesquisa, só conseguem alcançar o superficial, àquilo que os interlocutores se dispuseram a falar. Embora o leitor perceba o esforço de tentarmos responder a estas perguntas, que coincidentemente apareceram no campo, só consegue em parte.

religiosa, ou uma história da família, e aí fez uma confusão. Na verdade, é um livro sobre ela e o pai e não sobre a família. Ela poderia ter separado melhor as coisas”. Jayme *filho* comentou sobre certa seletividade nas narrativas sobre alguns familiares: “Quando você se propõe a falar da família, não pode abordar os defeitos de uns e não de outros. Isso acontece no livro. Meus tios têm defeitos e meu pai, não. Ele não era um ser perfeito, como talvez a Olga pinte em alguns lugares. Meu pai era machista, dado o tratamento que dava à mulher e à filha, possivelmente tinha certos preconceitos e também na hora do vamos ver era cada um por si”. Jayme *filho* não tirou do contexto da época quando fez críticas à postura do pai quanto ao tratamento das duas mulheres em casa, a esposa e a filha. Para Jayme *filho* as pequenas censuras quanto às vestimentas, proibições para o trabalho fora de casa e casos extraconjugais teriam outra leitura atualmente. “Conheci companheiras, senhoras idosas, que choravam quando falavam do meu pai e sei que não era um choro somente pela perda de um companheiro de Partidão. A gente brincava que meu pai tinha uma fidelidade partidária muito forte!”, comentou rindo. “Minha mamãe é do tempo em que essas coisas eram permissivas. Talvez ela não aceitasse, caso descobrisse, mas sei também que ela não era nenhuma criancinha e acho que ela sabia que o marido não era um santo. Tem um monte de histórias que só se conta para os homens. Minha mãe não é nenhuma besta. Ela é de uma época em que homem dá uns pulinhos fora, não havia problemas. Isso é uma tradição entre os homens da família Miranda. Inclusive, os homens que não são garanhões são traumatizados”. Na década de 1970, era comum no Rio de Janeiro as mulheres andarem de minissaia. Se Jayme Miranda visse Olga vestida em uma, a criticava severamente, segundo Jayme *filho*. “De novo, aí vai criticar os defeitos dos outros e o do próprio pai, não? Sempre questionei”, complementou ele.

Faltaram algumas pessoas ou que deveriam ter destaque no livro, na opinião do senhor?”, perguntei a Jayme *filho*.

“O que é importante para mim é o seguinte: se quero fazer um livro de amenidades, vou contar o que vivi de bom com essas pessoas e aí não vou construir uma biografia que não estudei, nem sei, nem conversei com as pessoas para saber o que aconteceu. No meu entender, é isso. Ela não conversou com os primos, com as esposas para escrever esses capítulos”.

ANA PAULA

A interlocução entre os núcleos familiares de Nilson e Jayme Miranda, após o desaparecimento, continuou fluindo. Ana Paula, ao entrar de férias na infância e adolescência, viajava à Maceió e visitava Dona Elza, como também, esta última continuou visitando Nelinha

no Rio de Janeiro; dentre as visitas, uma delas foi durante um câncer “muito complicado” da mãe de Ana Paula Miranda.

Afastamentos ocorreram, mas entendidos como normais da própria vida; dos caminhos diferentes que as pessoas seguem não somente entre familiares como ocorre entre amigos também. “Ruptura, eu diria, tem a ver com o documentário e o livro. Aí, houve realmente uma ruptura. Sei que os meus irmãos [de Maceió] brigaram com ela, e, eu num dado momento também falei [com ela], tinha ficado muito incomodada com o livro”.

“Cheguei a pensar que em algum momento vocês, entre primos, procurariam uns aos outros para tentar montar o quebra-cabeça. Por exemplo, Olga procurar Alex, Marcus já que eram os mais velhos e conviveram com Jayme”, comentei.

“A Olga procurar? Ela nunca procurou ninguém da gente para conversar sobre esse livro e essa é uma das coisas que fiquei muito irritada. Não pode escrever sobre meu pai sem falar com nenhum de nós. Ela escreveu sobre o que ela pensa do meu pai, ela nunca perguntou nada para ninguém. Questões fáticas ali erradas. Eu estava na casa do meu pai quando ela começou a fazer várias perguntas, eu dizia: ‘Olga não adianta você perguntar isso ao papai, ele não lembra mais das coisas’; e, ela dizia: ‘Não, mas ele está falando’; ‘O que ele está falando não faz sentido’, eu retrucava. Então, ela resolveu achar que as coisas que ele falava eram coerentes”.

“Foi nessa mesma oportunidade em Olga foi a Porto Alegre acompanhada de um historiador?”, perguntei.

“Exatamente, eu estava em Porto Alegre”.

Li para Ana Paula Miranda a página 263 do livro da Olga, o depoimento que Marival Chaves prestou à CNV e o item 136 do Relatório final da CNV (vol. 1). Busquei aqui entender o incômodo em relação ao livro da Olga, uma vez que os dois últimos documentos faziam ligações diretas entre Nilson e o esquema de infiltração na alta cúpula do PCB, fato não levantado por Olga Miranda em sua obra.

“Não foi nada disso. O que me incomoda na leitura da Olga foi, primeiro, que eles não tiveram apoio de ninguém, que ninguém os ajudou. Isso me incomodou profundamente, muito mais do que a questão da descrição política. O segundo incômodo tem a ver com que, ao escrever sobre papai, ela não conversou com as pessoas que saberiam informações dele: a atual esposa e o Marcus, por exemplo. Eu não saberia responder absolutamente nada disso, porque não conheci o Partido por dentro, como o Marcus conhece, como a atual esposa do meu pai conhece. Tem uma pessoa que todo mundo diz que era um dos infiltrados que a esposa do meu pai duvida e argumenta por A mais B – porque ela também era militante, ela também fazia parte desse processo e também acha pouco provável que papai tenha ficado preso nesse período

[citado por Marival Chaves], porque ela vivia com pai [nessa época] e ela diz tudo isso em detalhes. O meu incômodo foi: a Olga, de uma forma bastante autoritária, uma pessoa que não é pesquisadora, só porque confia no tio, sabendo que está com *Alzheimer*, achar que as coisas que ele falava faziam sentido. Faltou uma sensibilidade por parte dela. E a maneira como ela diz que tem a aprovação²³⁸ da esposa do meu pai não é verdade. Ela não mostrou o livro a nenhum dos primos. Ela não arrumou essa confusão só comigo, outros primos, como os filhos²³⁹ do tio Haroldo, também ficaram incomodados”.

Ana Paula avaliou que o livro foi mal articulado na família. Na avaliação dela, a obra mistura as posições (de filha, escritora, prima, sobrinha) de Olga. “Acho que tem uma prepotência de achar que conseguiria entender de tudo de fatos tão complexos e que há, principalmente, uma questão afetiva muito mal resolvida, minha, dela e de todo mundo que passou por isso. Não tem como não ter ficado mal resolvido. Posso fazer 30.000 anos de terapia e esses traumas vão continuar. Alguns traumas a gente aprende a conviver, mas não os superar”.

OLGA

“Eu nunca vi uma família ser tão perseguida, porque geralmente existe uma briga de uma família com outra. No nosso caso, houve uma rejeição social por conta de um ideal de uma pessoa, né? E o meu pai já herdou isso do tio dele, preso, inclusive com o escritor Graciliano Ramos. Então, desde aí, vem seguindo a história. Meu avô, coitado, foi atrás do filho, tentando salvá-lo. Ele inocente escreveu aquelas cartas²⁴⁰ para entregar ao Cavalcante²⁴¹”. Olga traçou o início da veia política de Jayme Miranda e, que devido às ações dele, a família sofreu as consequências (perseguição), segundo suas pesquisas.

“Tentei no livro seguir uma neutralidade, mas a gente não consegue, né?, até ver algumas posturas do meu pai que eu dizia, ‘meu Deus, que coisa mais ingênua meu pai era’. Porque todos que conheceram meu pai e que perguntei diziam que ele era um cara sonhador e que não existia pessoa assim como ele. Me apaixonei pela história nesse sentido, né? Então, fui conhecer o meu pai, o mesmo que você está fazendo, fui estudá-lo para construir o livro. Foram

²³⁸ Irei retomar esse tópico mais abaixo com Olga Miranda. Ana Paula está se referindo ao e-mail que Olga justifica que teve aprovação do livro por Nilson Miranda, em mensagem virtual trocada com a atual esposa e curadora dele. Embora, eu tenha abordado esse assunto, optei por não reproduzir o texto do e-mail pelos critérios metodológicos já explicitados, e também, por acreditar que desviaria do foco do trabalho.

²³⁹ Wellington e Weldja são filhos de Haroldo.

²⁴⁰ À época, era uma prática escrever cartas para autoridades, principalmente ocupantes da cadeira do poder executivo, como demonstramos no capítulo anterior.

²⁴¹ Luiz Cavalcante, governador de Alagoas (1961-1966).

anos e anos, porque eu não conhecia a personalidade dele. Por isso que eu me encantei, entendeu?”

Além da história do pai, Olga Miranda se interessou em conhecer a história da mãe, descrevendo-a como “mulher incrível”, uma mulher que fugiu com o marido e ficou com ele por todos “esses anos”, ou seja, não se desvincularam até hoje. “Nunca conheceu outra pessoa por respeito à imagem dele. É uma mulher que me surpreendi, e mais, uma mulher que teve o pai assassinado por conta de terra, né? Eu não sabia essa história, eu vim saber escrevendo o livro, conversando como você está fazendo. Eu ia para casa das pessoas e ficava proseando, ia anotando cada detalhe para construir a história de cada um. E no final, você vê que se forma uma teia, que as pessoas estão relacionadas”.

Foi inevitável não abordar as referências que ela fez a Nilson Miranda em seu livro e todas as queixas em torno desse tópico. Ela é ciente disso, e pude ir direto ao ponto. “Eles²⁴² diziam que meu tio não podia ser levado ‘ao pé da letra’ e eles ficaram chateados com isso. E aí, falei para eles que, muito antes de ir a Porto Alegre, enquanto Comissão da Verdade²⁴³, eu já tinha feito essas entrevistas, inclusive tenho até hoje gravações, e tenho também e-mails do meu tio. Depois que mandei o livro, ele elogiou e parabenizou, e estava muito feliz. Em momento nenhum, ele falou sobre o ex-sargento Marival. Não falou nada, falou que estava ótimo e que era para divulgar. Entendo que ele me apoiou em tudo no livro e eu disse a ele que, caso quisesse, eu não publicaria e ele disse: ‘de jeito nenhum, está de parabéns’. Pois, é isso que compreendo”.

Até o momento do campo, Olga Miranda disse que familiares não a procuraram para falar sobre o assunto. “Algumas pessoas ficaram sem falar comigo por um tempo e eu falei: ‘olha, só escrevi a verdade, a verdade que entendi como era’. Fiz pesquisas, colhi depoimentos. Não botei nada que fosse inventado, fiz de uma forma romanceada para o livro ficar mais light, para os leitores entenderem que eram seres humanos normais”.

“Seus irmãos, por exemplo, chegaram a fazer algum comentário sobre trechos em que você cita o Nilson?”, perguntei.

“Para eles, foi normal, porque em momento nenhum acuso meu tio de nada. Falo a verdade, a reportagem [da Veja] saiu assim e eu perguntei ao meu tio sobre ela e o que ele me disse bastou, entendeu? Se ele fez outras coisas, a mim não interessa. Foquei no meu livro, na história que queria contar, que é a história do meu pai”.

²⁴² Família de Nilson Miranda, principalmente os filhos.

²⁴³ Olga foi acompanhada de um historiador alagoano enquanto membros da Comissão Estadual da Verdade.

“Foi nessa oportunidade que os familiares (filhos e esposa) do Nilson alegaram que ele não poderia falar, que não estava em condições para conceder entrevistas, foi isso?”, perguntei.

“Não. Foi na oportunidade que fui ao Rio Grande do Sul pelos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade. Não sei se eles associaram essa viagem com o livro. Mas nada teve a ver. Aí, depois, expliquei para eles... Depois de muito tempo, enviei um e-mail, aliás, eles não vieram falar comigo cara a cara, o que lamentei muito porque gosto de olhar as pessoas olho no olho e que elas digam o que errei, como foi que errei e por que elas acham que estou errada. Recebi esse *feedback* da minha prima (esposa de um dos filhos do tio Nilson), não foi diretamente dos filhos”.

“Nesse dia em que a senhora esteve na casa de Nilson, em Porto Alegre, algum dos filhos dele também estava lá?”

“Não. Só a Comissão, que foi tratar de assuntos relacionados aos anos 60, se lembrava de alguém que tinha sido preso com o argumento de ser subversivo, se ele sabia de algum caso de tortura ou de espaços [de tortura]. Foram relacionados a isso”.

Comentei com Olga sobre as versões do desaparecimento de Jayme Miranda as quais aparecem no documentário *Memórias de Sangue: Jayme Miranda, um lutador social* (2014): (1) morto sob tortura em estabelecimento militar no Rio de Janeiro, tendo o corpo atirado ao mar por uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB); (2) o depoimento de Marival Chaves; (3) Jayme foi sequestrado e morto no Rio de Janeiro e o corpo incinerado em um forno de usina no interior fluminense. Olga enfatizou que sempre partiu das pesquisas realizadas. Em uma das diligências em São Paulo para o livro, viu um cartãozinho amarelado aparentemente insignificante no Arquivo Público, que dizia que seu pai estava condenado à morte. “Fui consultando os arquivos do DOPS que foram encaminhados para lá, faltando várias páginas e aí fui conhecendo quem era meu pai, o que ele fazia, quantas vezes foi preso. Fiz comparativos do caderninho, aquele que lhe mostrei, com os arquivos do DOPS do Recife. As informações bateram, não bate tudo, mas você percebe que tem teor de verdade por conta de alguns dados como local, dia, hora, pessoas, motivação, entendeu? E também tiveram as entrevistas. Diante dessas pesquisas, constatei que realmente ele foi preso, não suportou as torturas e morreu. É uma dedução lógica, mais viável, entendeu? Tem outra coisa, você vai vendo o comportamento das próprias Forças Armadas no sentido de esconder os documentos. Várias folhas estavam faltando. Por que essas folhas estariam faltando?”

“Sobre as insatisfações quanto ao livro, o que a senhora atribui?”

“Você sabe mais do que eu. Não tiveram a coragem de vir conversar comigo, isso me desgostou muito, porque sou uma pessoa muito corajosa e enfrento as situações. Veja que lançar um livro

com o nome de todas as pessoas não é fácil, porque você pode receber um processo, você pode gerar insatisfações. Eu não queria fazer uma história de ficção, queria fazer uma história que unisse o nome real a fatos ocorridos com pessoas reais. Pessoas que vivenciaram toda essa dor – que não foi pequena –, a família do Nilson também sofreu muito. Não foi fácil para ninguém conviver junto, com coisas que eu não vou falar, de que não gostei, porque acho que não leva a lugar nenhum. As declarações do Marival sobre meu tio não estão provadas. Eu uno o jornalismo com o direito e, para mim, fazer uma acusação dessa, você tem que provar. Então, não aceito que falem isso do meu tio com base no depoimento desse cara. Agora, se futuramente acharem outros documentos ou outras provas, ainda assim não destrói todo o passado de luta e toda a construção que ele realizou em prol de um país melhor”.

4.2.5 “Ele está preso a esse passado que não consegue desapegar”

Os irmãos e o PCB

MARCUS

“Digamos assim: se Jayme fazia a grande política (direção), Nilson fazia a pequena política, a do dia-a-dia: discutia finanças, arrumava dinheiro para o Partido, participava das reuniões de base”, disse Marcus Miranda, traçando as diferenças entre Jayme e Nilson em suas atividades dentro do PCB. Nilson tinha também outra atividade no Rio Grande do Sul. Ele fazia a travessia da fronteira de dirigentes e de outros militantes, do Brasil à União Soviética²⁴⁴, normalmente. “Lembro que ele botava um terno e dizia: ‘já viu polícia parar alguém de terno?’ Então, quando meu pai colocava o terno, eu já sabia que ia acontecer alguma coisa²⁴⁵”.

ANA PAULA

“A centralidade da história do tio Jayme e do papai – em primeiro lugar, tio Jayme e em segundo lugar papai – produziu um estigma na família. Meu pai se sente muito culpado de não ter feito mais pelo irmão... como se ele pudesse. Fez o que foi possível naquele momento e as funções deles no Partido eram diferentes, decididas pelo Partido”, explicou Ana Paula Miranda.

“Uma das coisas que meu pai mais sofreu na vida foi a morte do irmão e muitas vezes ouvi-o falar que quem tinha que ter morrido era ele, e não tio Jayme”, Ana Paula pausou e

²⁴⁴ O interlocutor não entrou em detalhes sobre a fronteira.

²⁴⁵ A vestimenta era um sinal de que Nilson sairia em missão pelo PCB, como essa de facilitar a saída de comunistas do Brasil.

continuou, “Ele dizia que tio Jayme era mais importante para o Partido do que ele, falava que faria menos falta no Partido e na família. O que não é verdade, do ponto de vista da família, porque papai sempre teve uma posição de conciliador dos conflitos da família. A vida inteira nas brigas da administração do Hotel Atlântico – enquanto a minha avó estava viva, toda vez que os meus tios brigavam, era meu pai que ela chamava para apaziguar. Mas, do ponto de vista do Partido, concordo com ele. Tio Jayme era uma figura do comitê central. Papai, não. Internamente no Partido, papai não tinha a mesma importância. Politicamente, em Maceió, o papai teve mandato e o tio Jayme, não”.

Ana Paula refletiu sobre o quadro de saúde de Nilson Miranda (o avanço da idade e o *Alzheimer*). Tivemos essa conversa no dia 11 de março de 2024, quatorze dias antecedentes ao aniversário de Nilson, mesma data do jubileu do PCB. Hoje em dia, mal fala e interage raramente. “Acho que esse sofrimento tem a ver com as coisas que ele está preso, né? Ele está preso a esse passado que não consegue desapegar”.

MARCUS

Alguns dias depois do desaparecimento de Jayme Miranda, Nilson ligou para o Rio de Janeiro, casa de Nelinha e filhos, e disse que tomara conhecimento da queda do irmão; e estava de retorno. Marcus Miranda acredita que Nilson soube via estruturas do partido e entrevista coletiva. “A gente não tinha o telefone dele, era meu pai quem entrava em contato conosco. Ele telefona, diz que está chegando e, quando chega ao Rio, repete praticamente o que Jayme tinha dito: que a situação estava complicadíssima, que iria voltar para o Rio Grande do Sul e, de lá, ia sair do país. A gente ficou alguns meses sem notícias dele até que tivemos a informação de que ele conseguiu sair. E aí, ele fez um caminho que não era usual, naquela época, dentro do PCB. Ele saiu do Rio Grande do Sul para Venezuela, da Venezuela para o México e chegou à União Soviética”.

Com os contatos no exterior, Nilson consegue se movimentar. Nesse período, ele adotou Paulo como nome de guerra e possuía documentos falsos para transitar. Essa também foi a fase do exílio. “Prestes queria que ele fosse para Cuba, mas se recusou e acabou se instalando em Portugal, mas antes fez estadia na Itália. Algum tempo depois, o primeiro-ministro português fez um acordo com os militares brasileiros e apertou para cima dos exilados brasileiros clandestinos. Ele não deu o asilo político, e aí, meu pai vai para a França, onde conseguiu a proteção lá”.

WELLINGTON (TONICO)

Jayme Miranda teve um papel fundamental em 1964 porque ele instigou o comandante do exército a proteger outras pessoas que estavam detidas, porque as milícias estavam em cerco em todas as franquias democráticas, sobretudo, perseguindo os comunistas. Quando houve um afrouxamento, na primeira oportunidade (como relatei anteriormente), Jayme entrou na clandestinidade. Nilson Miranda já tinha fugido para o Rio de Janeiro. Se tivesse ficado, segundo Wellington Miranda, teria sido assassinado. “Ele fez um discurso absurdamente maluco de xingamentos pesados, incluindo as mulheres de usineiros, na Câmara dos Vereadores. Foi de um primarismo atroz para um parlamentar. Eu disse isso ao Nilson, na época, e ele riu”, lamentou.

Tonico Miranda refletiu um pouco mais sobre o episódio. Para ele, a esquerda não conseguiu avaliar corretamente o momento do golpe de 64. Sendo mais preciso, não avaliou os riscos das Forças Armadas tomarem o poder. Se acontecer? Como se defender? O que fazer caso perdessem? Essas eram perguntas, ao entender Tonico, que deveriam ter sido feitas e respondidas com urgência pelo PCB. “Nenhum cálculo foi efetuado, a exemplo disso, você sabe como Jayme foi preso? Ele estava escondido na casa de uma amiga, a vizinha percebeu o movimento e denunciou. Jayme estava armado. Aí, veio a polícia e o prendeu. Ele escondeu as armas, abriu a porta e disse: ‘tantos homens armados para prender um homem desarmado’. Ele tinha a manha²⁴⁶, já tinha sido preso várias vezes e, qualquer nível de reação, teria sido morto e a família que o acolheu, também”, contou Tonico, demonstrando como avaliava o amadorismo nas ações da esquerda.

A clandestinidade foi a opção de Nilson Miranda para se manter vivo. Permanecer em Maceió, após o golpe, era aguardar o momento da morte. Jayme Miranda não deveria ter entrado na clandestinidade tão abruptamente, conforme avaliou Tonico Miranda, porque Jayme tinha capilaridade no campo intelectual e era advogado. “Obviamente, em algum instante ele teria ido para a clandestinidade, mas sendo preso como advogado e como cidadão civil, em atuação, o impacto seria maior e mais crítico”.

²⁴⁶ Astúcia ou esperteza.

A insistência na versão de Marival Chaves

OLGA

Li para Olga Miranda o depoimento que Marival Chaves concedeu à CNV e o item 163 do volume 01 do Relatório final da mesma Comissão. Percebi como ela ficou incomodada com as narrativas que eu acabara de ler. Perguntei se ela havia tomado conhecimento do relatório e Olga acenou que sim com a cabeça. “Como a senhora avalia essas informações?”, perguntei. “Eu não acredito que meu tio seja um agente duplo. Inclusive, quando falaram que meu pai tinha sido preso, ele negou. Ele negou para mim. Então, quando ele negou, encerrei o assunto, não quis mais saber dessas histórias, não fui atrás de informações, não fui mais de nada a respeito. Eu simplesmente disse que ia acreditar nele e pronto. Foi nisso que me apeguei, entendeu? Porque tio Nilson gostava muito do meu pai. E, se por acaso ele tenha feito algo, fez sob tortura; e sob tortura a gente entrega até os pais! Me recuso a investigar isso, não quero. Acredito no meu tio”, confessou Olga. “Acho que cabia à família do meu tio defendê-lo das afirmações, presentes no relatório da CNV, e das declarações do Marival. Tio Nilson teve uma grande atuação na fundação de sindicatos em Alagoas, e aí, ninguém fala nele. Acho que meu tio é injustiçado em muitas questões e acaba sendo esquecido. A história deveria se lembrar dele, por que só focar nessa situação que vem de um lado somente e ainda mais que não está provado, entendeu?”, completou.

Olga chegou a perguntar a Nilson Miranda acerca dos eventos, os quais culminaram com o desaparecimento de Jayme Miranda. Ela narrou que Nilson teria dito ao pai que fugisse, mas Jayme não lhe deu ouvidos. “Tio Nilson me disse que estava todo mundo caindo, e que não era para meu pai ter voltado, e que fez de tudo para ele ir embora e meu pai não dava atenção”.

ANA PAULA

Comentei com Ana Paula Miranda que a publicação da entrevista de Marival Chaves, de alguma forma, tentava produzir respostas à sociedade, e também à família Miranda, veiculando a versão de um ex-agente da repressão. A partir disso, quis ouvi-la. “Lembro de uma reunião na minha casa onde estavam meu pai, meu ex-marido e meus irmãos, que estavam

na época aqui no Rio. E nós tentamos convencer meu pai de processar²⁴⁷ a Veja e ele dizendo que não, que ele não iria legitimar a versão de um torturador. E é a mesma figura que o relatório da Comissão da Verdade retoma e não coloca nenhuma vírgula, nenhuma observação, nem vai buscar [provas]. Porque, uma coisa é a revista Veja fazer uma barbaridade dessas, surpreende zero pessoas sabendo o que é a revista Veja. Outra coisa é um documento oficial comprar e não contestar [as informações]. Na época deste documento, o meu pai já tinha problemas manifestos da doença, então, a gente não permitiria que papai falasse. Sobre a Comissão, é importante dizer que a família do meu pai (a mulher dele, meus irmãos e eu) jamais foi contactada. Jamais. Um documento oficial que, em tese, está buscando a verdade, comete esse erro, trazendo um baita de um problema. Mas como disse um dos meus irmãos: ‘vindo do PCdoB²⁴⁸ não poderia ser diferente’. Tem uma disputa partidária ideológica aí que, naquele momento, achei que meu irmão estava errado, mas depois passei a acreditar que ele tinha razão. E se você olhar como documento oficial, está dito nas entrelinhas que meu pai entregou tio Jayme. É isso, insinua meu pai como delator do tio Jayme”.

O relatório não saiu de imediato quando seus trabalhos foram finalizados, mesmo quando foi disponibilizado, Ana Paula não o leu, sem demora. “Ao contrário da Olga, que quer lembrar dessas coisas, eu diria que o nosso movimento foi de esquecer. Querer esquecer e seguir a vida. Tentar ter uma vida em que não tivéssemos mais um carimbo de comunistas nas costas”. Durante muito tempo, assuntos ligados à ditadura dominaram as vidas da família de Ana Paula. “Também, a gente estava saindo de outro drama doméstico que foi a morte da minha mãe e eu não estava nem um pouco preocupada com o que estava acontecendo no mundo, no relatório da CNV. Eu mal dava conta da minha vida, com dois filhos pequenos e trabalhando que nem uma condenada. Quando parei para olhar [sobre o Relatório final da CNV] já tinha se passado um tempo certo tempo”.

MARCUS

Projetei na tela do computador o depoimento que Marival Chaves concedeu à CNV e, como também, o item 163 do volume 01 do Relatório final. Marcus Miranda explicou que Marival Chaves é um personagem menor, não era da linha de comando, um participante de operação sem muita expressão. “Não sei como se chegou ao nome dele, mas naquela época a

²⁴⁷ Ana Paula, embora não concordando com os argumentos usados, aceitou a posição de Nilson Miranda em não processar a revista Veja. Ela continua acreditando que o processo deveria ter ido em frente. Outro argumento justificado por Nilson Miranda foi que ele também é um jornalista e não gostaria de mover uma ação contra um órgão de imprensa.

²⁴⁸ Alusão à composição e às forças políticas na composição da CNV. Abaixo, Marcus aborda o assunto.

gente já tinha determinadas pesquisas e levantamentos, em andamento, com relação às mortes, desaparecimentos e perseguições que, posteriormente, tomaram forma na instalação de comissões (nacional e estaduais). O que Marival fala é uma informação que eu nunca tive. Então, primeiro, não tenho como confirmar que foi uma equipe do DOI/Codi de São Paulo que veio ao Rio de Janeiro e prendeu o Jayme”.

Marival Chaves não apresentou documentos à CNV, não há arquivos que confirmem as informações prestadas em depoimento²⁴⁹. “Não sei se é verdadeira a informação de que Jayme foi levado a São Paulo. A segunda informação é que meu pai teria sido preso em 1975, também não tenho nenhuma informação a respeito. Aí, não sei se isso faz parte de um jogo de informação e contrainformação”.

Para Marcus Miranda, o método de Marival é narrar eventos que podem ser verossímeis sem apresentar elementos de prova. “No caso do Mello²⁵⁰ e do Cenimar²⁵¹, tinham documentos sigilosos publicados. Aí, vem o Marival. Não sei como chegaram nele, ele pode ter se oferecido, por qual motivo alguém aparece não fazendo uma boa figura concretamente? Ele não aparece como um bom samaritano e apresenta informações que ninguém tem como confirmar, nem ele mesmo. Se você perguntar a ele: ‘como você comprova que o sequestro do Jayme foi uma operação do DOI/Codi de São Paulo e não do DOI/Codi da Barão de Mesquita²⁵², no Rio de Janeiro. E, como você comprova, meu pai estava preso no Ipiranga’. E o Jayme foi transferido do Rio para São Paulo? Nem sei se ele chegaria vivo e ficaria preso, tenho minhas profundas dúvidas com relação a isso, né? Então, não tenho nenhum elemento que garanta que a fala é absolutamente verdadeira”.

Pergunto-lhe como reagiu quando a reportagem da Veja publicou a entrevista do ex-sargento. “Procurei dirigentes do partido que conhecia para perguntar a respeito”, respondeu Marcus. “E havia uma decisão política do Partido – ao contrário das outras organizações – de não se esforçar muito na montagem de comitês e na participação do Tortura Nunca Mais. O PCB não tinha uma participação ativa com relação a isso, inclusive era uma divergência que eu tinha internamente”, complementou. Marcus chegou a questionar essa posição ao Giocondo Dias e este teria lhe respondido que era uma política do partido, “mais ou menos como essa do

²⁴⁹ Fiz buscas nos arquivos da CNV e do Memórias Reveladas, contudo não constam documentos que tenham sido apresentados por Marival Chaves, na condição de depoente.

²⁵⁰ Severino Deodoro de Mello.

²⁵¹ Refere-se ao serviço de espionagem realizado pela Marinha.

²⁵² Em alusão à localização do DOI, no Rio de Janeiro, onde funcionava no Quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, no bairro da Tijuca, na Rua Barão de Mesquita, n.º 425.

Lula de não acirrar as contradições com as Forças Armadas²⁵³. Porque, se o PCB entrasse numa ação desse tipo, teria que ser com muito mais consequência do que vinha sendo feito até então pelos comitês. Mas objetivamente, o PCB nunca participou dessas buscas para elucidações como essas [de Jayme Miranda]. O porquê eu não saberia dizer. O que sei é: nunca debatemos internamente como, a partir da legalização do Partido, nós iríamos atrás dos nossos mortos”.

Marcus disse que a falta de cuidado da revista Veja em tentar confirmar as informações prestadas por Marival Chaves foi o que mais lhe irritou. Falei a ele que, enquanto também jornalista, entendia a posição do entrevistador em não confrontar as respostas de Chaves para não perder a oportunidade das falas e para não provocar uma possível desistência do entrevistado. “Lógico, tem que deixar caminhar”, comentou Marcus, “Mas editorialmente, quando se vai publicar a entrevista, tem que ter o cuidado de dizer que boa parte ou a maioria, ou todas as informações aqui publicadas, não foram confirmadas. Têm muitas coisas que aconteceram que a gente nunca saiba exatamente. Objetivamente, o que se tem é: por que soltaram o Nilson Miranda? OK, já que Nilson Miranda ia virar um cachorro²⁵⁴ deles. E por que o deixaram ir à União Soviética e ficou na Europa²⁵⁵?”.

Marcus chamou atenção também para o seguinte fato: se havia uma política deliberada de execução de dirigentes, por que um escapou? Por que Nilson Miranda conseguiu atravessar a fronteira? Faltam documentos e imagens, por exemplo, que ajudem a responder essas e outras tantas perguntas.

Marcus acompanhou alguns trabalhos da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, contudo os trabalhos da Comissão alagoana, não. Leu também o Relatório Final da CNV. “A Comissão, sem ter nenhum elemento de comprovação, colocou personagens [do PCB] em situação complicada. Quando saiu o relatório, liguei para Ana Paula e conheço de perto uma advogada que era participante, inclusive rompi relações com ela, porque questionei a forma leviana de colocar acusações de um criminoso sem conter elementos de prova. Da mesma forma que achei esquisita a entrevista, achei estranho ainda a Comissão aceitar como fato irrefutável as declarações de um ex-militar participante de operações, no mínimo criminosas. E a Comissão aceitou sem questionar. Para a Veja, ele era entrevistado, diante da Comissão, ele era depoente. Então, alguém deveria ter lhe cobrado para comprovar a série de afirmações que fazia. E se ele

²⁵³ Críticas do interlocutor à postura branda do governo com relação à possível participação das Forças Armadas nos ataques golpistas em Brasília em 8 de janeiro de 2023, o qual contou com atos de vandalismos, invasões e depredação ao patrimônio público. A finalidade era instigar um golpe militar contra o governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva para restabelecer Jair Bolsonaro à presidência do Brasil.

²⁵⁴ Como os comunistas denominavam os infiltrados e/ou aqueles que trabalhavam para a repressão.

²⁵⁵ Relembrando: Marival Chaves foi quem afirmou que Nilson Miranda recebeu dinheiro do Exército e teve fuga para a URSS.

não tinha como sustentar, cabia à Comissão relatar que ‘ao ser questionado sobre comprovação da veracidade desses fatos, o ex-sargento Marival disse que não tem como provar’. É isso”.

A omissão do PCB em entidades civis organizadas na busca por respostas por *seus* desaparecidos ou mortos, conforme Marcus falou, produziu outro aspecto: na CNV não tinha comunistas da legenda como membro. Da mesma forma que as Forças Armadas tinham um “ódio” ao PCB, “determinados participantes da Comissão tinham interesse ideológico em desmoralizar o Partido. São pessoas que, boa parte delas hoje ou naquele momento, eram vinculadas ao PT. E o PT sempre teve um problema com o PCB. Por quê? Porque o Partido era o grande adversário no campo ideológico e político na questão das transformações da sociedade brasileira”, explicou e continuou com um tom irônico, “Não sei se também interessava ao interrogador na Comissão a desmoralização”.

ALEX

Das diversas versões sobre o desaparecimento de Jayme Miranda, Alex acredita naquela que diz que Jayme foi preso na praça de Pilares – levado e torturado pela polícia para o DOI/Codi, na Operação OBAN²⁵⁶, que funcionava no quartel do exército. Alex soube da história de que Jayme Miranda teria fugido para um país do Leste Europeu por meio do “Jornal do Brasil”. Foi a mesma versão que o exército deu à Dona Elza à época. “Sempre achei fantasiosos esses rumores que jogaram meu tio de um avião, muito mais fácil terem incinerado ou esquartejado. Ou terem o colocado nessas valas de indigentes. Pegar um avião, ter despesa para jogar o corpo de um comunista? Eles são mais brutais que isso”.

“Uma dessas versões que acabou ganhando certa notoriedade foi a dita por Marival Chaves à revista Veja. O senhor se recorda?

“Lembro vagamente, eu lia a Veja na época, mas faz tantos anos que eu nunca mais a li. É esse que diz que papai cabuetou²⁵⁷ tio Jayme? É esse?”

“Exatamente ele”.

“Isso não se sustenta. Papai estava no Rio Grande do Sul e tio Jayme, no Rio de Janeiro. Eles não se encontraram nessa época. Há uma desconfiança sobre o Mello, um cara que sabia de tudo. E o Mello era do comitê central, papai não era. Não tinha como ele saber da agenda do

²⁵⁶ A Operação Bandeirante (OBAN) foi uma entidade estabelecida pelo Regime Militar brasileiro em 1969 para investigar e dismantlar grupos revolucionários comunistas. A OBAN era um organismo híbrido composto por oficiais das Forças Armadas, policiais civis e militares e representantes de organizações da sociedade civil, incluindo empresas associadas à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Seu principal objetivo era centralizar as investigações e eliminar as organizações de esquerda, armadas ou não, para aumentar o poder de resposta da repressão ao coordenar os diferentes órgãos policiais e das Forças Armadas.

²⁵⁷ Delatar.

tio Jayme. Eles só se comunicavam em determinadas circunstâncias e tudo isso era seguido rigorosamente conforme o Partido definia. Se quisessem se encontrar, mandava algum sinal para poder, só depois, acontecer, em tal momento, em tal lugar. Eles tomavam todas as precauções. Agora, quem é esse cara, o tal de Marival? Também disseram uma vez que meu pai e tio Jayme estavam na Bulgária, lembro quando li isso no jornal. Tio Jayme era carne de pescoço para eles²⁵⁸ e tinha ainda que tio Jayme era frágil fisicamente, fumava muito. Li essa matéria, mas já não me lembrava mais”.

“Esse mesmo personagem vai aparecer também como depoente nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade...”

“Eu soube dessa história e não dou a mínima. Não é que eu queira negar a realidade, não. Não sei qual é o limite de resistência de uma pessoa e não posso criticar uma pessoa porque no pau entregou; e todo mundo teve um limite de resistência física e psicológica para as barbaridades feitas. Mas, não acredito. E, por que também não pegaram o papai? Tio Jayme era o cara do comitê central. Mas o papai era aquela goela larga, era o cara da execução e da articulação, muito mais capilarizado que o tio Jayme (um cara mais de gabinete). Teoricamente, papai era mais perigoso.

Li para Alex Miranda o item 136 do Relatório final da CNV (vol. 1) e o depoimento de Marival Chaves, como fiz com outros interlocutores. “A função de papai era essa: criar articulações para as pessoas saírem do país. Mas eu nunca soube de prisão dele naquele período e não consigo entender como prenderam e soltaram; e depois deixaram meu pai fugir? Com qual fundamento? Para matar tio Jayme? Não tem lógica isso. Minha impressão é que isso é mentira. Meu pai nunca me disse que foi preso. Não sei se é um segredo dele, pode até ser, não estou dizendo que não aconteceu, mas não consigo acreditar nessa versão. Aí, fotografaram e cadê as fotografias, cadê as provas de que ele foi preso, e depois, por que soltaram e também deram dinheiro para ele sair à União Soviética? E ele não foi só para lá, foi a Cuba, Bélgica, Portugal e mais: terminou reconhecido como refugiado político pela ONU. E se isso fosse verdade, se ele tivesse entregue, esse alguém teria sido logo o irmão dele? Não acredito”.

“O pai do senhor chegou a comentar sobre a entrevista do Marival?”.

“Ele deve ter lido, mas não chegou a comentar comigo, e, também, nunca perguntei. Acho que eu não estava preocupado com essa questão, porque a ditadura foi uma coisa tão brutal para mim que, quando acabou, eu enterrei, daí despertei quando o Bolsonaro começou a colocar os dedinhos para fora, quando ele venceu.

²⁵⁸ Repressão.

LEONILSON (LEO)

Leo Miranda tomou conhecimento da entrevista de Marival Chaves à revista Veja, mas nunca abordou o assunto com Nilson. “Convivi muito com Nilson e acho praticamente impossível e, um tanto absurda, essa tese. Não consigo, e não estou falando de forma romântica, falo racionalmente. Não consigo encaixar essa situação com a personalidade como a do Nilson. Para você entender: Nilson teve tantas outras oportunidades aqui, em Maceió, para ser cooptado pela direita para ter um mandato e ele nunca abriu mão da sua posição política”.

“Marival Chaves fez a insinuação...”.

“É, ficou a névoa. A gente não conhece a natureza humana, a gente não sabe quanto é possível suportar determinada dor, a gente não sabe o que foi prometido e o que não foi prometido. Isso na hipótese de ter havido a delação. E, se faz algum sentido, não sabemos a proporção disso”.

“O Nilson nunca tocou no assunto?”

“Comigo, não. Nunca tocou nesse assunto. Mas acho que essas teorias da conspiração ou essa necessidade de ter que identificar um culpado não chegam a lugar nenhum. Tudo isso que ocorreu foi a repressão, foi terrível. Essa abordagem me parece completamente equivocada, é como se esquecêssemos toda luta, todo um passado, todo um histórico para tentar descobrir se alguém vacilou, se alguém pereceu. Porque difere uma pessoa infiltrada de uma pessoa que cedeu (ou por pressão, ou por tortura). Muita gente não aguentou a porrada e terminou entregando companheiros, e outros foram mais duros e faleceram na pancada e não entregaram. Essas pessoas que não suportaram a dor, sejam elas quem forem, não podem ser taxadas como traidoras ou como espiãs. É um equívoco e me parece que, às vezes, existe uma narrativa que busca fazer isso como se você não conseguisse identificar que a natureza humana pode ceder algum tipo de pressão, de tortura, de dor, de ameaça, de proteção, ou mesmo, aspirar à ideia dessa proteção. Estou falando dentro dessa lógica da possível delação”.

Nas histórias sobre infiltrados no PCB, Leo Miranda avaliou que havia exageros. Havia, sim, delatores, um caso ou outro como o do Melinho, mas não em grandes quantidades como divulgam. “Esse não era o problema, mas sim a repressão que era absolutamente violenta e sanguinária. Muita gente foi perseguida, presa e morta; outras pessoas tiveram que sair do país. O Partido estava totalmente esfacelado e os camaradas queriam uma estrutura imaginária e lendária. Uma coisa maluca, na minha opinião. Loucura isso, ficar por conta da imagem do PCB. Cada um já estava correndo atrás de sobreviver e alguns mais abnegados, como o Jayme, por exemplo, caiu”.

“E essa abnegação, era o que Nilson criticava?”, perguntei.

“Não é que criticava. Mas chegou um momento em que quem tinha juízo saía. Podia até voltar depois, mas se ficasse naquele momento, poderia morrer. ‘Não adianta dar um de herói morto, não. É hora de sair’, foi isso que o Nilson quis dizer ao Jayme, entendeu? E Nilson me dizia isso com muita naturalidade.

Leo Miranda não conhecia o item 136 do Relatório final da CNV. Li para ele. Quando terminei de ler, Leo me falou: “Eu precisaria ler com calma, processar essa informação. Não tenho muito o que responder agora. Teria que parar, pensar e fazer meu juízo de valor depois sobre isso. Não sei até que ponto essa versão pode ter (ou não) credibilidade. Qual o objetivo do Marival nisso, eu não sei, não tenho uma resposta agora”.

THYAGO

Os documentos históricos têm um papel fundamental e o livro da Olga Miranda cumpre essa missão, conforme Thyago Miranda. Para ele, o livro conta um pouco da trajetória da família Miranda, inserida no campo progressista no estado de Alagoas, em uma visão de uma filha apaixonada pelo pai, e, “com razão, porque o Jayme era uma figura apaixonante, né?, seu ideal, seu sonho, sua abnegação e acho que ela registrou de forma importante esse histórico. O livro trata de alguns temas polêmicos para a família, algumas pessoas gostaram, outras, não”, explicou.

“Você poderia detalhar?”, perguntei.

“Questões da convivência familiar, por exemplo, meus bisavôs eram separados de corpos, antigamente tinha muito isso e tem gente que reclama, já ouvi queixas. Outros detalhes familiares como defesas que deveriam ter sido feitas, que as pessoas acreditam que minha tia poderia ter feito, com relação ao Nilson”.

“E, como você entende essas dissidências internas em relação ao Nilson e Jayme, somando-se a isso as declarações de Marival Chaves, citadas igualmente no livro da Olga?”

“O Marival vem a público na revista Veja e fala que o Jayme foi preso no Itapevi e o Nilson, no mesmo período, foi preso no Ipiranga. E o Nilson nega que foi preso. E a tia Olga relata o fato. Algumas pessoas acharam que ela deveria ter feito defesa. Só que ela encaminhou um e-mail do livro para a esposa do Nilson e foi autorizada a publicação do livro. E ela escreveu que o Nilson nega a prisão, minha tia não fez juízo de valor. Então, gerou esse tipo de polêmica como se houvesse alguma insinuação de que o Nilson entregou o Jayme e que teria ficado meio

aberto a interpretações. A gente não acredita, porque se tivesse ocorrido já teriam vazado documentos sobre isso como vazaram, agora, a respeito do Melinho”²⁵⁹.

Thyago disse não haver relato sobre infiltração de Nilson nas conversas que ele manteve com pessoas do comitê central da época. “Conversei, particularmente, com jornalistas que pesquisam a temática como Marcelo Godoy²⁶⁰, e nenhum deles corrobora com qualquer informação nesse sentido”.

“E por que ainda é presente entre os Miranda essa insinuação de que Nilson poderia ter entregue o Jayme Miranda?”, insisti.

“Naquela época, quando você era preso, ou você morria, ou você entregava alguma coisa que o exército queria para ser soltar. Não tinha uma terceira alternativa, né? A gente nunca conferiu credibilidade a agente da repressão. O Marival diz nos depoimentos que o Nilson foi preso no Ipiranga e o Nilson nega. Então, a situação é essa. E não há nada registrado a respeito e centenas de documentos já vazaram por aí. Minha tia, no livro, transcreve a matéria da Veja e escreve que o Nilson nega que foi preso”.

O desaparecimento e Nilson

DONA ELZA

Dona Elza disse que a relação entre Nilson e Jayme Miranda era boa, apesar das movimentações políticas que exigiam cautela em seus encontros. O afastamento ocorreu mais, quando Nilson foi morar em Porto Alegre e Jayme Miranda ficou no Rio de Janeiro. Ainda assim, mantiveram-se os contatos entre as famílias na cidade carioca: Nelinha e filhos com a família de Jayme.

Comentei com Dona Elza que, sobre essa relação entre os dois irmãos, rondavam histórias de que Nilson, talvez, tivesse envolvimento no desaparecimento de Jayme Miranda. “Têm essas histórias, mas não houve nada disso. Na época, Nilson nem estava lá. O que aconteceu foi que um amigo entregou o lugar onde Jayme e outros trabalhavam. Entregou a turma toda”. Jayme estava tirando documentos para voltar à Europa²⁶¹. “No dia em que ele foi preso, Jayme foi se encontrar com o despachante para pegar os documentos. Só que esse despachante tinha sido preso, era um homem velho e apanhou muito e daí deu os nomes. Jayme

²⁵⁹ Severino Teodoro de Mello, citado no item 136 do Relatório final da CNV (vol. 01).

²⁶⁰ Escreveu o livro “A casa da vovó: uma Biografia do DOI-Codi (1969-1991), o Centro de Sequestro, Tortura e Morte da Ditadura Militar” (2014) e mais recentemente lançou o segundo livro “Cachorros: A História do Maior Espião dos Serviços Secretos Militares e a Repressão aos Comunistas Até a Nova República” (2024).

²⁶¹ Outros interlocutores disseram que a partida de Jayme Miranda seria para a URSS.

tinha até marcado no calendário o encontro que teria com ele. Ia ser no bairro de Pilares. E, ao invés desse cidadão estar lá, era a polícia quem esperava. Aí ele foi preso. Nilson nada tinha a ver, não estava nem no Rio. E quando o Nilson voltou [ao Rio de Janeiro], isso²⁶² já tinha acontecido com o Jayme.

ANA PAULA

“Ouvi ao longo dessas entrevistas que sempre foi difícil, entre os Miranda, tocar no assunto com Nilson. Na convivência com seu pai, como foi esse processamento do desaparecimento de Jayme Miranda?”, perguntei à Ana Paula Miranda.

“Meu pai não soube no dia [do desaparecimento]. Eles não se encontravam, podiam até se encontrar em alguma eventual reunião do Partido em que estivessem todos juntos, mas o Partido não fazia grandes reuniões, fazia reuniões pequenas. Então, até onde sei, eles raramente se encontravam nos mesmos eventos; o que não significa que não possa ter tido uma reunião em que eles se encontrassem. Mas a regra era essa, até porque, até onde sei, eles eram de diferentes núcleos de atuação. E como eles se mandavam recados? Através da minha mãe”.

“A senhora poderia detalhar?”

“Papai ia para casa, encontrava mamãe. Quando digo ‘papai ia para casa’, ele não dormia sempre em casa... Quando falo de uma ausência absoluta do meu pai, é anterior ao exílio, ele já não era uma pessoa presente. Porque ele já tinha essa função de ficar para lá e para cá, fazendo as tarefas do Partido. Eu não via meu pai, não ia para casa todo dia e não dormia todo dia em casa. Não sei nem lhe dizer quantos dias ele ficava sem ir em casa... O que sei é que o tio Jayme saiu lá de casa e ele estava com a minha mãe e não com o meu pai. Meu pai não estava em casa naquele dia, ele aparece depois e minha mãe fala para ele [sobre o desaparecimento]... Meu pai tem uma relação com a culpa. Sempre sentiu muita culpa de não ter podido, de alguma maneira, ajudar o irmão, ele não tinha pista de onde tio Jayme estava. Porque, do mesmo jeito, se tivesse acontecido o oposto, tio Jayme não teria pistas do meu pai, porque essa lógica dos pontos²⁶³ pouca gente sabia. Só os envolvidos sabiam onde eram os pontos. Então, quem entregou é quem sabia onde era. Quem entregou? Não sei, não faço a menor ideia”.

O modo de vida de Jayme e Nilson Miranda era de não estarem no mesmo lugar. “Lembro meu pai contando que às vezes, em algumas reuniões, encontrava com tio Jayme e

²⁶² Desaparecimento.

²⁶³ Locais de encontro entre os comunistas.

ficava surpreso como quem olha um para o outro e diz: ‘você aqui?’”, Ana Paula interpretou a cena e pausou”, “Para ele, [o desaparecimento] foi um peso brutal”.

Ana Paula retoma o assunto sobre dar respostas à entrevista e ao depoimento de Marival Chaves. “Não acho que a estratégia do meu pai de seguir negando em falar tenha a ver com ocultar alguma coisa, como algumas pessoas interpretam. Ele não sabe mesmo; e ele não sabe lidar com o não saber. De alguma maneira, ele se culpa. Esse silêncio não significa que meu pai entregou meu tio, em hipótese alguma. Essa hipótese não faz nenhum sentido. Porque, eu diria, meu pai já teria morrido há muito mais tempo, pois não conseguiria dar conta disso. Ele não conviveria caso existisse essa culpa”.

Tem outra hipótese que Ana Paula levantou: Nilson não gostaria de expor as divergências político-partidárias que tinha com Jayme Miranda. Nilson tinha uma conduta mais “inflamada”, de posições mais aguerridas do que Jayme Miranda. Mesmo com essas divergências, Nilson estava abaixo do irmão hierarquicamente. Logo, Nilson tinha que obedecer às deliberações que vinham do comitê central.

“Entre vocês da família, havia pressão, mesmo que fosse pequena, sobre seu pai, para que ele falasse alguma coisa ou se a senhora já se sentiu pressionada para encalçar seu pai a falar sobre o assunto?”, perguntei.

“Diversas vezes apareceram, em várias situações, primos perguntando sobre isso, agora não sei lhe dizer se a mesma situação ocorreu entre meu pai, os irmãos e minha avó, por exemplo. Não sei dizer se em algum momento houve uma conversa desse tipo. Desconheço. Mas, os meus primos já perguntaram ao meu pai, inclusive o Leonilson me disse que chegou a entrevistar papai, mas o celular com a gravação foi perdido. Então, esse assunto não era um tabu e também não era um assunto que meu pai gostasse de falar”.

Certa vez, mexendo nos objetos pessoais de Nilson Miranda, Ana Paula achou alguns documentos; papelada esta que Nilson dissera que jogaria fora. A filha insistiu para que ele lhe contasse como conseguiu recuperá-los. “Me entregaram”, foi a única resposta que obtive do pai. Havia toda uma estratégia de clandestinidade que não era contada e que não podia ser contada, porque entregava outros camaradas. “Primeiro, papai me mostrou, depois se arrependeu e, quando bati o olho e vi que alguns documentos tinham a letra da minha mãe, indaguei a ele que quem tinha escrito aquele documento foi minha mãe. Aí, ele disfarçou, desconversou e morreu o assunto. Foi dessa vez que ele me disse: ‘vocês acham que está tudo resolvido. Não está nada. Esse pessoal nunca deixou de funcionar’... Bolsonaro nos mostrou que meu pai tinha razão”.

Parte da resistência de Nilson Miranda em falar, tem a ver com o treinamento a que ele foi submetido: não pode falar sobre certas coisas. “Porque você coloca outras pessoas em risco e você não deixa ninguém em risco. Ele foi muito treinado e isso é uma coisa que teve efeitos brutais sobre ele quando a doença se desenvolveu. Conversei isso com vários profissionais. Papai foi treinado a esquecer, ele foi treinado para, diante de tortura, não entregar. Ele não podia lembrar nomes, não podia lembrar disso e nem daquilo. Ele inventou personas, tinha outros nomes; e no momento em que ele tem uma doença que afeta a memória, isso vira um caos, as histórias se misturam. E hoje, você me perguntando, fico me questionando se a negativa de contestar à revista *Veja* já não seria ele pensando que poderia estar colocando alguém em perigo”.

WELLINGTON (TONICO)

Wellington Miranda estava presente na entrevista que fizeram com Nilson Miranda, citada por Ana Paula. O clima estava tenso, o irmão de Wellington gravando e todos contando cada letra até chegar na pergunta sobre Jayme. E a questão do Jayme?, a pergunta saiu. Nilson respirou. Quando ele ia falar, entrou muita gente no ambiente. Ficaram-se olhando e nunca mais voltaram a esse assunto. “Lamento tanto, porque eu queria ouvir dele o que aconteceu com o Jayme. Por que Jayme caiu? O que mais me dói na Olga foi soltar uma informação dessa e colocar no livro de dois irmãos que viveram juntos a vida inteira, e, que Nilson nunca se perdoou pelo irmão ter morrido e ele ter sobrevivido”.

“Como fica essa áurea de herói do Jayme?”, Tónico se perguntou, olhando-me fixamente, “A história de um irmão entregando o outro? Ela não tinha o direito de fazer uma atrocidade dessa, sem ter nenhuma base. Se Nilson tivesse sido preso ou tivesse sido torturado..., mas nem precisa, a repressão sabia de tudo, a CIA estava engendrada aqui dentro²⁶⁴.”

Para Tónico Miranda, não há como contar a história de Jayme Miranda sem o relacionar ao Nilson. Tónico Miranda ficou ruminando nossas conversas da última entrevista. Ele ficou refletindo as respostas dadas e as informações não trazidas. “É impossível discuti-los separadamente, porque eles foram unidos a vida inteira. Uma biografia ou um relato separando-os é falsa, aliás, falsa não, incompleta”.

Quando Nilson Miranda voltou do exílio, não tinha nenhum norte e não se conectou com nenhum grupo político como antes. “Nem valeria a pena se conectar, porque a esquerda

²⁶⁴ Refere-se à infiltração dentro do PCB e do serviço de inteligência norte-americano.

de verdade estava esfacelada. Depois de 1975, as cabeças mais pensantes, mais maturadas, mais conciliadoras tinham ou desaparecido, ou morrido, ou tinham envelhecido e deixaram poucos substitutos para reavaliar as ações do Partido e do espectro político de esquerda em geral”.

LEONILSON (LEO)

Nilson sempre conversou com Leonilson Miranda sobre o desaparecimento de Jayme Miranda. Leo definiu Nilson como um cara difícil de conversar e de temperamento forte; e quando tratava do desaparecimento, Nilson chamava o irmão de “burro e teimoso”; não conseguia entender o porquê de Jayme Miranda ter mais compromisso e responsabilidade com o Partido do que própria segurança pessoal. Leo ouviu essas queixas por diversas vezes. Ao perceber que a memória de Nilson já apresentava sinais da doença, Leo “procurou fazer” uma entrevista com ele com autorização da atual esposa.

Essa entrevista faria parte da continuidade de um livro escrito por Wilton, pai de Leonilson, intitulado *As formigas do DCT* (do Departamento de Correios e Telégrafos). O original estava com Nilson, mas acabou retornando para as mãos de Leo. A obra não publicada aborda a experiência de Wilton, ou melhor, seu sofrimento com as transferências compulsórias em retaliação aos irmãos comunistas. Trata também da conduta de aproximação dos chefes e diretores dos Correios, afinados com a política do momento. Leo Miranda teve a ideia de resgatar essas histórias em parceria com um amigo historiador. “Quero dar uma continuidade e, ao mesmo tempo, contar algumas histórias da família, uma delas, por exemplo, a do meu pai quando foi preso por estar na casa do Nilson. Pegar esses acontecimentos e contextualizá-los com o momento atual e, para isso, eu precisava de algumas informações do Nilson, e foi justamente o que perguntei a ele, entendeu? Primeiro, perguntei como conseguiu sair de Alagoas, aí ele contou que foi para uma fazenda, disse os nomes das pessoas que deu proteção a ele, que ele sabia que a polícia ia chegar até ele, tinha um dos protetores querendo que se entregasse, e Nilson não se recusou e saiu escondido num caminhão, conseguindo fugir para o Rio de Janeiro”.

Nilson contou, ainda, das histórias dele e da atual esposa no Chile e na França, como era que faziam para sobreviver. Leo Miranda fez mais perguntas, voltadas para as tarefas de Nilson em Porto Alegre. E no meio dessas histórias, Nilson falava que Jayme foi um “vacilão” e repetiu a história de que insistia para Jayme fugir e este não se importava. Leonilson perdeu o arquivo em áudio que estava armazenado em seu celular. “Minha sobrinha colocou o arquivo no aparelho e depois, simplesmente, meu celular deu problema. Tentei de tudo para recuperar e não consegui. Foi uma tragédia. Perdi o celular e perdi a entrevista. Fiquei, pelo menos, uns 15 dias sem acreditar no que acontecera”, lamentou.

ALEX

Alex chegou a ser tarefeiro do pai. Algumas vezes levou encomendas a outros militantes, às vezes Nilson pedia para ele corrigir o estêncil antes da impressão, e ainda datilografou (Nelinha também) alguns textos do Partido. Alex tinha, na medida do que era permitido, proximidade com as atividades clandestinas do pai.

Nilson Miranda tocou várias vezes com Alex a respeito do desaparecimento de Jayme Miranda. Contudo, Nilson tinha “algumas barreiras e, por isso, certos assuntos ele não contava”. Alex disse: “Papai era um militante muito disciplinado, então, tem certas coisas que ele não iria contar nunca. O que ele me contou foi que tentou tirar o tio Jayme do país. Mas o tio se recusou. Papai estava em Porto Alegre, ele tinha a tarefa do AgitProp (Agitação e Propaganda do PCB). Esse era o setor dele, a tarefa dele era circular no meio de intelectuais e de jornalistas para angariar alianças com simpatizantes e recrutar, provavelmente, militantes para isolar a ditadura.

“Nilson chegou a falar como recebeu a recusa de Jayme Miranda para sair do país?”, perguntei.

“Ele se queixou porque tio Jayme deveria ter lhe ouvido. Meu pai tentou convencê-lo a sair e tio Jayme tinha acabado de chegar da China e não queria sair, e, pelo menos era essa explicação que ficou clara para mim, pode ser que não seja somente essa, devia ter também implicações internas dentro do Partido que isso aí papai não me dizia por motivos óbvios”.

Na década de 1980, Alex Miranda integrou a legenda e virou dirigente, em Maceió. Tinha algo da relação pai e filho nesse engajamento partidário: “Meu pai, o herói do proletariado brasileiro, e eu, um representante da classe média e confuso, estudando direito. Aí, entrei no partido, deixei a barba crescer, porque aí, sim, eu era um igual a ele, membro do Partido. Foi a forma que encontrei de falar de igual para igual”. Foi uma experiência curta na agremiação, “porque sempre fui um cara muito mais anárquico, então não gosto que alguém diga como vou pensar, jamais gostei, e, aliás, nisso puxei meu pai. E, por ser desse jeito, meu pai não era do comitê central, era considerado esquerda demais”.

“Posso dizer, então, que Jayme Miranda seguia piamente a linha do Partido?”

“Tio Jayme poderia ter as críticas dele, mas ele era o homem da máquina. Ele é que tomava conta da máquina chamada Partido Comunista Brasileiro, no quesito da organização: quem era quem, onde estavam, os meios e os fins. Ele cumpria todas as tarefas; papai também cumpria, mesmo puto e reclamando muito, mas cumpria. Meu pai nunca foi indisciplinado, pelo contrário”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, dediquei-me ao estudo do tema: memórias dos familiares de desaparecidos políticos durante a ditadura militar, em Alagoas; em especial o caso do comunista Jayme Amorim de Miranda, desaparecido em 4 de fevereiro de 1975. Procedi, à vista disso, uma abordagem cuja dinâmica priorizou as interações entre os interlocutores e este pesquisador. Por conseguinte, precisei me debruçar sobre arquivos, relatórios, legislações, notícias, cartas, cartões postais, documentários, filmes, corroborando para a construção do campo de pesquisa, o qual não ficou restrito às entrevistas. Ao nível metodológico, esses materiais auxiliaram no levantamento e na contextualização de questões para os entrevistados.

O foco local associou a teoria antropológica à micro-história (Ginzburg, 2015; Revel, 2010; Bensa, 1998) e à História do Tempo Presente (Franco; Levín, 2007; Padrós, 2009) para compreender os familiares de um desaparecido político alagoano como objetos vivos do passado recente. E essa micro-história familiar está em relação com outros trabalhos sobre familiares de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar no Brasil; e é contextual às ditaduras do Cone Sul. A especificidade em trabalhar com membros de uma determinada família possibilita compreender como o fenômeno singulariza suas dinâmicas em um grupo específico.

Sanjurjo (2016, p. 32) argumenta que “a memória sobre o passado ditatorial e suas vítimas constitui um dos referenciais a partir do qual os familiares mobilizam e reconstroem suas próprias identidades”. Os familiares podem, no que lhe toca, constituir interpretações outras que tensionem a memória oficial do Estado. Em outro modo de dizer, os familiares de desaparecidos políticos fornecem aos pesquisadores meios para entender conceitos e discursos fora das generalizações: vale mais ao intento antropológico como os familiares de Jayme Miranda entendem a ditadura militar e o desaparecimento do que a conformação desse conteúdo em conceitos, teorias e leis gerais. Coube-me a tarefa de compreender como os interlocutores entendiam os eventos do passado ao elaborarem suas próprias memórias, expondo suas emoções, moldando sua subjetividade enquanto narravam a “si mesmos”.

Distante de se configurar como uma tentativa de psicologização do eu e do Outro, o encontro entre pesquisador e pesquisados buscou ser pautado na compreensão da invisibilidade e do silenciamento dessas memórias dos familiares de Jayme Miranda; foi um esforço para identificar os vestígios simbólicos deixados pela ditadura militar; assim como compreender de que forma esses mesmos vestígios corroboram para a elaboração das subjetividades dos interlocutores enquanto eles construíam suas memórias durante as entrevistas.

A etnografia narrativa (Abu-Lughod, 2020) é uma proposta de escrita baseada na crítica a generalizações. E, aqui, busquei construir narrativas que contrariassem a uniformização e a história única, por isso montei as subseções narrativas respeitando a conexão entre versões apresentadas pelos interlocutores. Às vezes o mesmo fato apareceu com interpretações pessoais diferentes, porque não se pretendeu chegar a uma verdade histórica, mas sim perceber como a memória é elaborada enquanto os interlocutores se narram, demonstrando assim como ela é: “não-linear, heterogênea, dinâmica e subjetiva” (Albano, 2006, p. 120). Incumbiu a mim a responsabilidade de dar forma, coesão e sentido ao mundo particular desses familiares de Jayme Miranda.

Jelin (2011) me ajudou a compreender nesse processo de escrita que a memória é seletiva e não há como abarcá-la em sua totalidade, até mesmo porque não há passados definitivos e/ou fixos; esses passados “esquecidos”, conforme a autora, “reaparecem e adquirem nova relevância como resultado de mudanças nas estruturas culturais e sociais que estimulam a revisitação e a atribuição de um novo significado a vestígios e resquícios, aos quais não se prestou atenção por décadas ou mesmo séculos posteriores (Jelin, 2011, p. 557, tradução nossa).

Qualquer esforço de abarcar o máximo de informações e delas construir o texto etnográfico será insuficiente, porque, como lembra Barreto (2018), os testemunhos das vítimas e de familiares não dão conta de representar a experiência vivida no passado. Todavia, a autora pondera que “é a partir de verdades subjetivas relatadas via memórias resgatadas que os sujeitos se tornam conhecíveis, que as atrocidades se tornam públicas e que as memórias, antes censuradas, ganham espaço na história política e social de uma nação” (Barreto, 2018, p. 86).

Para a construção da etnografia, trabalhei com duas perspectivas: a) correlacionar as trajetórias individuais dos interlocutores às teorias antropológicas; b) unir a prosa ficcional da Literatura ao saber e à sensibilidade da escrita etnográfica. No primeiro aspecto, pude entender como outros estudos antropológicos interpretam as interações humanas e, igualmente, auxiliam na percepção de culturas, problematizando o senso comum e os estereótipos contidos na esfera específica de seus objetos de pesquisa. Caminho este que pressuponho ter alcançado ao trabalhar com memórias construídas por pessoas com o histórico do comunismo, no contexto da ditadura militar no Brasil. No segundo, as ferramentas da ficção (personagens, enredo, narrador, tempo e espaço) ajudam a organizar a textualização a partir do acionamento do imaginário sem inabilitar a teoria e a reflexão antropológica. Desta maneira, o leitor é convocado a ser agente ativo da leitura – constrói também a etnografia enquanto a lê, coloca em jogo sua própria sensibilidade e tensiona seus conhecimentos prévios sobre a vida de comunistas antes, durante e após a ditadura militar.

Vale a pena compartilhar com o leitor, após ter passado pela etnografia narrativa dos familiares de Jayme Miranda, o que me instigou no trabalho de Abu-Lughod, (2020), a ponto de fazer parte de uma escolha metodológica na pesquisa. Intitulado “Poliginia”, a autora abre o segundo capítulo do livro da seguinte forma:

Coesposas

Sagr, o filho de Migdim, estava sentado com dois de seus melhores amigos em um escritório em Alexandria. Estavam aguardando um telefonema sobre algum negócio e eu esperava para ser levada até o Cairo. Partiria para os Estados Unidos no dia seguinte, após uma estadia de 4 meses com a família do Haj Sagr.

Os dois amigos de Sagr, um vestido com roupas “ocidentais” ou urbanas – calças e uma camisa – e o outro, como Sagr, com a longa túnica branca característica dos Awlad ‘Ali, começaram a implicar com ele, talvez para que eu aprendesse mais coisas. Eles o criticavam por ter mais de uma esposa. Ele perguntava qual era o problema. Um dizia: “E como você se sentiria se fosse o contrário e sua esposa tivesse outro marido?”. O outro tirou da carteira uma fotografia de sua esposa e me mostrou, declarando orgulhosamente que estavam casados há 40 anos. Sagr riu quando viu a foto. “Mas ela é velha!”. O homem retrucou: “E eu também”. Ficaram nisso, se provocando, com o velho dizendo que não conseguiria encarar sua esposa se se casasse de novo. Não conseguiria nem encarar a jovem noiva. Finalmente, Sagr me disse, em um tom conspiratório: “eles não são muçulmanos. Isso é coisa de cristão, ficar com uma mulher só”. Esperando que eu o apoiasse, ele atacou: “Lila, você viu minhas esposas. Tem algum problema?” (Abu-Lughod, 2020, p. 124).

Quando iniciei a pesquisa, não tinha a clareza de como textualizaria a experiência do campo, de como daria forma à etnografia. Ao ler o livro de Lila Abu-Lughod (2020), percebi as estratégias de refutar a autoridade do antropólogo na tentativa de interpretar a cultura de outrem. A autora se coloca como narradora testemunha dos fatos que estavam diante de sua percepção, atentando aos detalhes de como os personagens se colocavam em relação ao se posicionarem e exporem suas opiniões, traumas, contradições, queixas, desavenças e segredos. Como lembra Coelho, sobre o estilo da escrita etnográfica proposto por Abu-Lughod (2020), há uma elaboração que objetiva: “Transitar entre o micro e o macro, não ou – não somente – como um problema teórico (...), mas buscando uma forma de escrita que traduz a sua articulação” (Coelho, 2020, p. 17).

No trecho acima, Lila Abu-Lughod (2020) demonstra como tratou os dados do campo. A antropóloga não separou em categorias analíticas o material oriundo da convivência com a família de Haj Sagr. Ela mesma diz, “(...) no momento em que foram narradas no Egito, essas histórias e conversas não estavam separadas por temas, ao menos não por esses temas” (Abu-Lughod, 2020, p. 33). Assim como os capítulos narrativos da autora, minhas subseções narrativas não foram cercadas de comentários/análises conclusivos, porque, se não, eu teria

caído na armadilha da superioridade do especialista, ao construir narrativas de familiares de um desaparecido político sob minha visão de mundo.

A organização e a seleção do material (tema, quantidade de informações, ordem de falas dos interlocutores) que foram produzidos e reproduzidos já carregam, *per si*, a marca do etnógrafo; e esse deve ser o limite. Desta maneira, o procedimento exemplifica como a antropóloga reuniu o material no momento pós-campo, criando uma temporalidade com base na narrativa ficcional. Ela abre o segundo, de cinco capítulos, com uma informação que ocorreu na finalização do campo – considerando o tempo cronológico –, seu retorno aos EUA, “após uma estadia de 4 meses com a família do Haj Sagr”.

Sem tomar para si a voz da autoridade, Abu-Lughod (2020) narra uma cena no aeroporto, cujo detalhe das vestimentas e a quantidade de esposa coloca em tensão culturas diferentes, a dos muçulmanos e a dos cristãos. Como abordei no segundo capítulo desta dissertação, os interlocutores são agentes interessados em falar para um pesquisador, há *interesses em jogo* em maior ou menor grau de todos os interlocutores quando forjam as próprias memórias diante do pesquisador. Abu-Lughod (2020) descreveu experiência semelhante, transcrevendo a fala do interlocutor/personagem: “Esperando que eu o apoiasse, ele atacou: ‘Lila, você viu minhas esposas. Tem algum problema?’”. E, como dos encontros, vários diálogos foram feitos, aqui Lila Abu-Lughod reproduz as falas entre dois homens que, ao leitor, fica evidente a crítica recíproca da cultura do matrimônio.

Uma das características marcantes do campo foi o tratamento dos segredos, pondo-me em constante reflexão ética quanto ao limite do uso das falas dos interlocutores no texto. O controle sobre até que ponto pode falar; as opiniões e as negociações com os Miranda quanto à divulgação de informações que se tornaram oficiais e amplamente conhecidas sobre o desaparecimento de Jayme; as tensões nas relações entre eles antes, durante e após a clandestinidade de Jayme e Nilson Miranda; a trajetória política dos familiares, tudo foi envolto em segredos. Assim, o pesquisador, perante esses segredos (especialmente os desvendados em campo), se depara, mais uma vez, com dilemas metodológicos e éticos. O pesquisador está sempre em risco em recair na autoridade do etnógrafo quando precisa selecionar o que vai ser narrado. Por conseguinte, a necessidade de estar em diálogo constante com os interlocutores a fim de saber quais informações podem ser textualizadas na redação final²⁶⁵.

²⁶⁵ Na introdução, abordei as faltas que houve quanto às autorizações para o uso das falas. Contudo, preciso salientar que, durante as entrevistas, além de perguntar se eu poderia gravar, também perguntava se essa ou aquela informação poderia ser divulgada e aí eles mesmos apontavam ora concordado, ora concordando com ressalvas, ora solicitando que não usasse. Tentei ao máximo estabelecer uma interação baseada na confiança e na negociação constante.

As versões produzidas, reproduzidas e retextualizadas aqui são resultados das concordâncias, discordâncias, aprovações e desaprovações dos interlocutores do grupo familiar em estudo. A memória não é consensual, como sugere Barros (1989). O texto final após passar por todas essas etapas descritas acima trai a “si mesmo” no intuito de representar memórias de familiares de um desaparecido político, porque selecionar e organizar as falas dos interlocutores é deixar de falar e problematizar certos assuntos; é em última instância também produzir esquecimentos. E a produção de esquecimentos é inerente ao ato de produzir memórias, simultaneamente. Os segredos e silenciamentos mantidos produzem esquecimento igualmente. Jelin (2011, p. 558, tradução nossa) acrescenta: “Toda política de preservação da memória, ao selecionar vestígios para preservar, conservar ou comemorar, tem implícita uma vontade de esquecer”. A autora adverte também que essas políticas de preservação elaboram práticas de resistência, as quais mantêm as memórias vivas, mesmo que às vezes não sejam tão tangíveis na apresentação de outras interpretações e de outras narrativas do passado.

Espero ter contribuído, com as descrições e sistematização dos dados e das falas, para apontar uma proposta de leitura etnográfica das memórias de familiares de desaparecidos políticos no Brasil. Ainda, tirar (um pouco) da invisibilidade histórias violentamente marcadas pela ação repressiva do Estado, e que continuam violentadas pelo estereótipo que sustenta a fama de “família de comunistas”, como se houvesse algum demérito na ligação com esse espectro político.

Nessa direção, gostaria de finalizar este trabalho apontando seus limites em estudar mais densamente as memórias de família, a figura pessoal do desaparecido político e suas relações com as dinâmicas da política local e nacional. Entendo tais limites como parte do que constitui o recorte de uma pesquisa de mestrado. Destaco, contudo, meu interesse em seguir nessa direção, aprofundando o conhecimento sobre o processo de produção de memórias de sujeitos políticos como Jayme Miranda.

A ideia é ampliar o foco da observação mais detida à observação de documentações produzidas pelos órgãos repressivos, porque enxergo aí, caminhos para entender como se forjam narrativas oficiais sobre desaparecidos políticos no país, à época da ditadura militar, semelhante ao que fiz no primeiro capítulo ao tentar reconstituir (superficialmente) a narrativa oficial do desaparecimento de Jayme Miranda.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. **A escrita dos mundos de mulheres**: histórias beduínas. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2020.

ALBANO, Adriana Helena de O. Memória: temporalidade do rastro e confissão. **Psicanálise & Barroco em revista**, v. 4, n. 2, p. 122-136, 2006.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Notas sobre o poder, operários e comunistas em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2013.

ALVES, Iracélli da Cruz. Feminismo, comunismo e expectativa democrática no Brasil: disputas em torno da construção de uma Frente Única de Mulheres (1945-1949). **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 29, p. 5, 2022.

ARAÚJO, Fábio Alves. “Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos. **Horizontes antropológicos**, v. 22, 2016, p. 37-64.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. **A única luta que se perde é aquela que se abandona**: Etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. 2016. 351f. Tese (Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, 2016.

BILHÃO, Isabel Aparecida. Família e movimento operário: a anarquia dentro de casa. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 22, n. 2, 1996, p. 195-210.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). **1964**: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. Sombras da Memória: Histórias de violações dos Direitos Humanos durante as ditaduras civis-militares no Cone Sul. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 7, n. 2, p. 77-90, 2018.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

BENETTI, Pedro et al. As políticas de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do governo Bolsonaro: entre a negação e o desmonte. **Mural Internacional**, v. 11, n. 1, 2020.

BENETTI, Georgia Maria Ferro. **Discursos sobre menstruação em comunidades do Orkut**: gênero, corpos e materialidades no ciberespaço. 2010. 225f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BENSA, Alba. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (org.) **Jogos de Escalas**: A experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, p. 39-76, 1998.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, p. 222-232, 1987.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. **Usos e abusos da história oral**, v. 8, p. 183-191, 1996.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, p. 643, 2014a, v.1.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, p. 1754-1756, 2014b, v.3.

BRASIL. Termo de Declarações de Marival Chaves Dias do Canto (arquivo). In: **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2012.

BUCHER, Júlia Sursis Nobre Ferro. Mitos, segredos e ritos na família. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 1, n. 2, p. 110-117, 1985.

CAPELATO, Maria Helena. Memória da ditadura militar Argentina: um desafio para a história. **CLIO: Revista de pesquisa histórica**, v. 24, n. 1, 2006.

CARVALHO, Antônio Daniel Alves. **A estrutura de capitais dos hotéis e a ocupação do litoral de Maceió-AL**. 2022. 171f. Tese (Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, 2022.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horizontes antropológicos**, v. 9, p. 283-302, 2003.

CARSTEN, Janet. Introduction: Ghosts of Memory. In: **Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness**. Nova Jersey: Blackwell Publishing, 2008.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória**: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos; LOPES, Ana Maria D'Ávila. **Ditadura Civil-Militar, Economia e Resistência Política no nordeste brasileiro**. In: LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto; CARMO, Valter Moura do; COUTINHO, Júlia Maia de Meneses (Orgs.). **Progresso e regresso: a democracia em risco**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 21-41, 2017.

COLLIER, Jane; ROSALDO, Michelle Z.; YANAGISAKO, Sylvia. ¿ Existe una familia? Nuevas perspectivas en antropología. In: LACASTER, J; LEONARDO, J. y M. di (eds.). **The Gender/Sexuality Reader: Culture, History, Political Economy**. Londres: Routledge, p. 71-81, 1997.

CLIFFORD, James. Introdução: Verdades Parciais. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, EdUFRJ, p. 31-61, 2016.

COSTA, Celiane Ferreira da. O posicionamento do Brasil na Guerra da Coreia (1950-1953). *In: Simpósio Nacional de História*, 29., 2017, Brasília. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Brasileira de História, 2017.

COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. 2013. 159f. Dissertação (História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

DANILO, Javiera Bustamante. Rompiendo el silencio. Aportes desde la antropología chilena al campo de estudios de la memoria. **Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social**, v. 19, n. 2, p. 1-25, 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, v. 14, p. 123-143, 2010.

DÍAZ, Raúl. Personaje e identidad narrativa: una aproximación metodológica. **Horizontes Antropológicos**, nº 12, Cultura oral e narrativas. Porto Alegre: PPGAS, 1999.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In: Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, p. 62-83, 2015.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. **Illuminuras**, v. 9, n. 21, 2008.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

FLEISCHER, Soraya; BONETTI, Alinne. Etnografia Arriscada: Dos limites entre vicissitudes e “riscos” no fazer etnográfico contemporâneo. **Teoria & Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2007.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. *In: SCHUCH, P.; VIEIRA, M. S.; PETERS, R. (Org.). Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 205-227, 2010.

FONSECA, Claudia. Apresentação – de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, n.29, p. 9-35, 2007.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florence. El pasado cercano en clave historiográfica. *In: Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en Construcción*. Buenos Aires: Paidós, p. 31-66, 2007.

FRIDERICH, Lidiane Elizabete. Transição democrática na Argentina e no Brasil: continuidades e rupturas. **AEDOS**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 439-455, 2017.

FURTADO, Celso. O golpe de 1964 e o Nordeste. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 7, n. 11, p. 216-219, 2018.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. *In: Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002.

GINZBURG, Carlo. Microhistory and world history. **The Cambridge World History**, v. 6, n. Part 2: Patterns of Change, p. 446-473, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HATOUM, Milton. Laços de parentesco: ficção e antropologia. In: PEIXOTO, F. A; PONTES, H. SCHWARCZ, L. M. (Orgs). **Antropologias, Histórias, Experiências**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

INGOLD, Tim. Antropologia versus etnografia. **Cadernos de campo**, v. 26, n. 1, p. 222-228, 2017.

JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y sociedad**, v. 48, n. 3, p. 555-569, 2011.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 2008. 349f. Tese (História) - Universidade de São Paulo, 2008.

KOFES, Suely & MANICA, Daniela. **Vidas & grafias**. Narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina Editora & FAPERJ. 2015.

LEAL, Eduardo Martinelli. “Naquela época não se ouvia falar de desaparecido”: família e maternidade na militância do desaparecimento de pessoas no Brasil. **Mana**, v. 25, 2020, p. 605-634.

LIMA, Araken Alves. **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. 2006. 183f. Dissertação (Economia) - Universidade Estadual de Campinas, 2006.

MAJELLA, Geraldo de. **Jayme Miranda: um revolucionário brasileiro**. Recife: Edições Bagaço, 2015.

MAJELLA, Geraldo de. **Mozart Damasceno, o bom burguês**. Recife: Edições Bagaço, 2011.

MAJELLA, Geraldo de. **Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical**. Recife: Edições Bagaço, 2010.

MAJELLA, Geraldo de. Comunismo em família. **Revista Novos Rumos**, n. 44, p. 60-64, 2005.

MARCUS, George E. The Deep Legacies of Dynastic Subjectivity: The Resonances of a Famous Family Identity in Private and Public Spheres. In: PINA-CABRAL, João de; LIMA, Maria Antónia Pedroso de. (org.). **Elites: Choice, Leadership and Succession**. Lisboa: Etnográfica Press, p. 9-29, 2020.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2010.

MELO, Airton de Souza. **Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951-1964)**. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

MINTZ, Sidney. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados Revista de Ciências Sociais**, v. 27, n. 1, 1984, p. 45–57.

MIRANDA, Olga. **Oh, pedaço de mim....** Maceió: Q – Gráfica, 2017.

MOURA, Anderson Vieira. **Trabalhadores, populismo e comunistas: os operários têxteis de Maceió/AL durante o governo Muniz Falcão (1956-1961)**. 2017. 366f. Tese (História) - Universidade Estadual de Campinas, 2017.

MOURA, Anderson Vieira. **Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)**. Dissertação. 2012. 198f. Dissertação (História) - Universidade Estadual de Campinas, 2012.

NERI, Gustavo; SALDANHA, Alberto. A indústria têxtil, o Decreto n.º 19.739 e a legislação trabalhista. In: SALDANHA, Alberto (Org.). **A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2011.

NETO, José Colaço Dias. Segredos, pescadores e etnógrafos. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 40, p. 121-130, 2012.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. A ficção literária como antropologia especulativa. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 28, p. 195-212, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, p. 13-37, 1996.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes antropológicos**, v. 13, p. 375-405, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, p. 30-45, 2009.

PIÑA, Carlos. La construccion del si mismo en el relato autobiografico La construction du soi dans le récit autobiographique. **Revista paraguaya de Sociología**, v. 25, n. 71, p. 135-176, 1988.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMÍREZ, Hernán. Economia e Ação Empresarial nas Ditaduras na Argentina e no Brasil: participação na “contrarrevolução” e pretensões de “refundação”. In: RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina. **Ditaduras no Cone Sul da América Latina**. Editora José Olympio, 2021.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista brasileira de educação**, v. 15, p. 434-444, 2010.

SANJURJO, Liliana Lopes. **Sangue, Identidade e Verdade: Memórias sobre o passado ditatorial na Argentina**. 2016. 336f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, 2016.

SANJURJO, Liliana Lope.; FELTRAN, Gabriel. Sobre lutos e lutas: violência de estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 2, p. 40-45, 2015.

SANTOS, Paulo Vitor Barbosa. **Discursos, Práticas e Memória: O MDB em Alagoas e a Ditadura Militar (1966 -1979)**. 2017. 181f. Dissertação (História) - Universidade Federal de Alagoas, 2017.

SANTOS, Flávia Martins dos; GOMES, Suely Henrique Aquino. Etnografia virtual na prática: Análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura. 7º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura, **Anais**, São Paulo, 2013.

SANTOS JÚNIOR, Jaime; MENEZES, Marilda Aparecida de. Reflexividade e política no texto etnográfico: representações e efeitos da escrita. **Etnográfica**, v. 28, p. 339-362, 2024.

SEGATTO, José Antonio. Infortúnios e o acaso de uma práxis política democrática. In: SILVA. Eumano. **Longa jornada até a democracia: os 100 anos do partidão – 1922/2022**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2023.

SAHLINS, Marshall. Conclusão: estrutura na história. In: **Metáforas Históricas e Realidades Míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, p. 125-134, 2008.

SILVA. Eumano. **Longa jornada até a democracia: os 100 anos do partidão – 1922/2022**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2023.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da; SILVA, Emanuel Freitas da. O “Outro” Reverso: Etnografia, Relações de Poder e Processos de Produção da Verdade. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, p. 1-14, 2023.

SIMMEL, George. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. **Revista de Ciências Humanas**, v. 43, n. 1, p. 219-242, 2009.

TAVARES, Marcelo Góes. Territórios fabris no ramo têxtil em Alagoas e fisiografias urbanas em Maceió (1857-1943): histórias e representações. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 40, 2019.

TCACH, César; IRIBARNE, María Clara. Pensar as Ditaduras: Introdução ao Caleidoscópio Interpretativo. In: RAMÍREZ, Hernán; FRANCO, Marina. **Ditaduras no Cone Sul da América Latina**. Editora José Olympio, 2021.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A Tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão**. Maceió: Edufal e Editora Cesmac, 2018.

VELHO, Gilberto. Unidade e fragmentação em sociedade complexas. *In*: SOUZA, J.; BERTHOLD, Ö. (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p. 250-267.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua sociedade: Sobre conhecimento e heresia. *In*: **O desafio da cidade: Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana**, v. 15, p. 557-584, 2009.